



GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S. A.

RELATÓRIO E CONTAS ANNUAL REPORT

2005



RELATÓRIO E CONTAS 2005

ANNUAL REPORT 2005

ÍNDICE

■ Carta do Presidente	3
■ Carta do Administrador Delegado	5
■ Relatório de Gestão Único do Conselho de Administração	7
■ Evolução da Actividade	8
■ Televisão	17
■ Produção de Televisão	26
■ Música e Entretenimento	29
■ Rádio	34
■ Outdoor	39
■ Imprensa	42
■ Internet	45
■ Responsabilidade Social	50
■ Disposições Legais	53
■ Relatório sobre o Governo da Sociedade	57
■ Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e Notas Anexas	82

INDEX

■ <i>Chairman Message</i>	3
■ <i>CEO Message</i>	5
■ <i>Management Report of the Board of Directors</i>	7
■ <i>Overall Group Activity</i>	8
■ <i>TV Broadcasting</i>	17
■ <i>Television Production</i>	26
■ <i>Music and Entertainment</i>	29
■ <i>Radio</i>	34
■ <i>Outdoor</i>	39
■ <i>Press</i>	42
■ <i>Internet</i>	45
■ <i>Social Responsibility</i>	50
■ <i>Legal Provisions</i>	53
■ <i>Corporate Governance Report</i>	57
■ <i>Individual and Consolidated Financial Statements and Notes</i>	134



Media Capital

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S. A.

Senhores Accionistas,

O Conselho de Administração do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2005. Ao abrigo do número 6 do art. 508º - C do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração decidiu apresentar um Relatório de Gestão único, sendo aqui cumpridos todos os preceitos legais exigidos.

Dear shareholders,

The Board of Directors of Grupo Media Capital, SGPS, S.A. in the execution of the legal and statutory precepts instituted, presents the Management Report and Statutory Consolidated Accounts for the year of 2005. In the terms and for the effects of the number 6 of article 508 – C of the Portuguese Companies Code, the Board of Directors has decided to present a sole Management Report. All the legal requirements are being fulfilled in this document.

CARTA DO PRESIDENTE



O ano de 2005 foi muito importante para o futuro do Grupo Media Capital. Com efeito, a cotação da nossa empresa em bolsa veio tornar mais visível e realçar a boa performance dos negócios do Grupo Media Capital, o que se veio a revelar na confiança dos investidores e na excelente performance das acções na bolsa e no facto de ter atraído, em pouco mais de um ano como empresa cotada, alguns dos principais grupos de media europeus que vieram reforçar a base accionista da nossa empresa.

A nível do negócio, o principal facto a destacar na actividade do Grupo Media Capital em 2005, é sem dúvida a liderança clara e absoluta conseguida pela TVI no competitiva televisão portuguesa, feito único na sua história, e feito tanto mais notável quanto conseguido após uma completa recuperação da empresa levada a cabo em poucos anos, de uma forma profissional, consistente, rigorosa e serena. O resto da actividade do Grupo Media Capital também evoluiu notavelmente, constituindo agora um grupo único e com uma identidade comum a partir de um conjunto de empresas que lhe foram sendo integradas, e ainda com muitas sinergias por explorar entre si.

Naturalmente, a significativa mudança ocorrida na composição da estrutura accionista da nossa empresa também constitui um dos principais factos que fez de 2005 um ano tão importante para a actividade do Grupo Media Capital. A seguir a uma fase inicial após a cotação em bolsa onde a base accionista foi substancialmente alargada com numerosos investidores sobretudo financeiros a constituírem-se como accionistas de referência, que apoiaram a gestão e proporcionaram fundos adicionais para a empresa, a entrada em 2005 de dois dos maiores

A entrada em 2005 de dois dos maiores grupos de media europeus

como accionistas principais da companhia veio criar condições para uma nova fase na evolução da nossa empresa, com uma visão e objectivos renovados e mais ambiciosos.

grupos de media europeus como accionistas principais da companhia veio criar condições para uma nova fase na evolução da nossa empresa, com uma visão e objectivos renovados e mais ambiciosos.

Essa nova estrutura accionista reflectiu-se também na composição dos órgãos sociais da empresa, e inclusive na sua liderança executiva. Com efeito, depois de eu ter fundado o grupo e de ter liderado a sua actividade ao longo dos últimos anos, chegou também agora, com a nomeação do Manuel Polanco como Administrador Delegado do grupo, a altura de eu assumir um outro papel dentro da empresa – Presidente do Conselho de Administração não executivo, continuando a participar no crescimento e desenvolvimento do Grupo Media Capital. E continuo porque creio que a sua posição única no sector dos media em Portugal lhe proporciona condições ímpares para continuar a crescer e a criar valor.

Cumpr-me deixar uma palavra de agradecimento, em meu nome e do Conselho de Administração – incluindo os Administradores que cessaram entretanto a sua ligação ao Grupo – aos nossos clientes, accionistas, espectadores, ouvintes e leitores pela preferência que entenderam dar-nos, bem como aos nossos fornecedores e parceiros financeiros e legais. Finalmente, deixo também uma palavra especial de apreço e reconhecimento aos colaboradores de todas as empresas do Grupo, cujo apoio e dedicação foram essenciais para atingirmos os resultados aqui apresentados e ganhar a confiança de espectadores, ouvintes, leitores e anunciantes.

Miguel Pais do Amaral

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2006

CHAIRMAN MESSAGE

2005 saw the entry of two of the largest European media groups in the company's shareholder base, thus providing stronger conditions for a new stage of Grupo Media Capital development, with renewed objectives and a more ambitious vision.

2005 was a very important year for Grupo Media Capital. The company became listed in the Euronext stock exchange which provided more visibility to the good performance of Grupo Media Capital. That performance was ultimately translated into investor preference, in the excellent valuation of Grupo Media Capital share prices and also on the fact that in little over a year as a public company, some of the main European media groups became shareholders of the company.

Regarding the business evolution, the key highlight in Grupo Media Capital's activity in 2005, was surely the strong and absolute leadership accomplished by TVI in the competitive Portuguese television market. This is unique in TVI's history, and is even more remarkable if we consider that it has been achieved after the complete turnaround that TVI underwent just five years ago, done in a professional, consistent, rigorous and determined manner. The remaining activity of Grupo Media Capital also evolved significantly in these recent years, and now we can really talk about a strong, single group, with a common identity shared by several companies that have been integrated into it, and still with significant synergies to explore within them.

Naturally, the significant changes which occurred in the shareholder structure of Grupo Media Capital also contributed to make 2005 such an important year for the company. After an initial period as a listed stock, in which our shareholder base was substantially expanded with several new shareholders – mostly financial investors – which supported management and supplied the company with additional funding, 2005 saw the entry of two of the largest European media groups in the company's shareholder base, thus providing stronger conditions for a new stage of Grupo Media Capital development, with renewed objectives and a more ambitious vision.

This new shareholder structure was also reflected in the composition of the company's Board of Directors, including its executive leadership. After having founded the Group and led its activity for the ten last years, I believe that, with the appointment of Manuel Polanco as the new Group CEO,

it is time for me to assume a different role in the company as its non executive Chairman, a position that I regard as more suitable to enable my contribution and to continue to be a part of Grupo Media Capital's future growth and development.

Personally and on behalf of the Board of Directors – including those that have just left the company – please let me thank all our clients, advertisers, shareholders, viewers, listeners and readers for the preference which they have chosen to place on our company, as well as to all the Group's suppliers, financial and legal partners. A final word of special appreciation and acknowledgement to the staff of each and every company of Grupo Media Capital, whose effort and dedication were critical to achieve the results that we are now presenting here and to earn the trust of viewers, listeners, readers and advertisers.



Miguel Pais do Amaral

Lisbon, 15 February, 2006

CARTA DO ADMINISTRADOR DELEGADO



É para mim uma honra poder falar do futuro do Grupo Media Capital como Administrador Delegado desta empresa, sobretudo numa altura em que podemos fazer um balanço muito positivo do que já foi conseguido mas também porque estamos em boas condições para desenvolver com determinação um projecto com vocação de liderança no sector dos media.

O ano de 2005 foi um ano muito importante na curta história do Grupo Media Capital. O Grupo fechou o seu primeiro ano completo como empresa cotada e o seu comportamento em bolsa foi dos mais activos ao mesmo tempo que a capitalização bolsista da empresa também aumentou significativamente. Em Novembro de 2005, deu-se a entrada do Grupo PRISA como accionista de referência e posteriormente a RTL também aumentou significativamente a sua participação.

2005 ficará também marcado na história do Grupo Media Capital como o ano em que a TVI conseguiu atingir a liderança das audiências de televisão em Portugal com um *share* de audiência global de 34.9% e uma quota de cerca de 46% do total do investimento publicitário em televisão. Estes resultados são fruto de uma estratégia clara de enfoque no *prime time* e na ficção portuguesa que se tem vindo a revelar com sucesso. A nossa operação de rádio também mostrou um bom desempenho em 2005, com a sua quota de mercado a atingir os 30%, e a evolução dos nossos outros negócios também contribuiu para um crescimento de 38% dos resultados líquidos consolidados do Grupo, que atingiram os €13 milhões em 2005. Infelizmente, mesmo com estes resultados, não foi ainda possível distribuir dividendos, uma vez que os resultados líquidos apurados segundo o POC foram ainda ligeiramente negativos em 2005, apesar de terem melhorado substancialmente.

Queremos que a Media Capital seja o grupo líder de comunicação em Portugal – não só líder em rentabilidade mas também em audiências e impacto na sociedade.

As actuais perspectivas apontam para um cenário económico que precisa do impulso dos agentes económicos e da melhoria da confiança dos investidores e dos consumidores para alcançar os níveis de crescimento desejados para o ano de 2006. Neste contexto, não contentes com o feito alcançado, vamos desde já reforçar a nossa exigência de rigor na gestão bem como aumentar os nossos níveis de ambição, para melhorar os nossos rácios de eficiência e para poder enfrentar com sucesso uma concorrência cada vez mais agressiva.

Queremos que a Media Capital seja o grupo líder de comunicação em Portugal – não só líder em rentabilidade mas também em audiências e impacto na sociedade. Creio que temos todas as condições para concretizar esta ambição – desde a qualidade das nossas equipas, tanto em termos profissionais como humanos, ao conhecimento e experiência aportados pelos nossos principais accionistas, também empresas líderes e com experiência e reputação conhecidas. Assentes na independência editorial dos nossos conteúdos, sem a qual nada mais importa, mas também na rentabilidade dos nossos negócios, queremos desenvolver a nossa posição como um grupo de comunicação comprometido com a informação, a cultura e o entretenimento.

Os resultados obtidos vêm comprovar mais uma vez todo o profissionalismo, talento e entrega aos seus projectos demonstrado pelas nossas equipas de colaboradores em 2005, o que nos incentiva a procurar novas oportunidades de crescimento das nossas empresas. Da mesma forma, estes resultados confirmam a qualidade dos nossos conteúdos e, conseqüentemente, a sua preferência por parte de espectadores, ouvintes, leitores e anunciantes – referência constante e fundamental do nosso trabalho.

Manuel Polanco

Queluz de Baixo, 15 de Fevereiro de 2006

CEO MESSAGE

We want Grupo Media Capital to be the leader in the media sector in Portugal, not only in financial performance, but also in audiences and impact in the society.

It is for me an honor to be able to talk about Grupo Media Capital as its new CEO, particularly now when we can look back at 2005 as a very positive year for the Group's activity and see what has been achieved and also because we have a good base to develop a project aiming for the leadership of the media sector.

2005 was a very important year in the short history of Grupo Media Capital. The Group completed its first year as a public company and its share price behavior was clearly among the most dynamic while the company valuation also increased strongly. In November 2005 Grupo PRISA became reference shareholder and RTL also increased significantly its shareholding position.

2005 will also be reminded as the year on which TVI – the Group's television broadcaster – achieved the overall leadership in the Portuguese television audiences with a 34.9% all-day audience share and a 46% share of the TV advertising. This achievement reflects a clear strategic focus on prime time and on NBP's Portuguese fiction programs that continues to deliver very strong results. Our radio operation also performed well in 2005, increasing its market share to 30%, and the evolution in the other businesses also contributed to a 38% growth of the Group's consolidated net results to €13 million. Unfortunately, even with these results, we will not be able to distribute dividends as the net result for 2005 was still slightly negative under PGAAP accounts, despite its significant improvement.

We currently foresee a macroeconomic scenario that still requires the effort and confidence from all investors, individuals, companies and the Government in order to achieve the desired growth level for 2006. In this context, we cannot rest on past successes but instead need to reinforce our commitment on a strict cost management and to raise our levels of ambition to improve our operational performance and to face an increasingly aggressive competition.

We want Grupo Media Capital to be the leader in the media sector in Portugal, not only in financial performance, but also in audiences and impact in the society. I believe that we have

all the conditions required to succeed in this ambition, from the quality of our teams to the knowledge and experience that our main shareholders can bring into the Group as worldwide experienced, reference, leading companies in the sector. We intend to develop our position in the Portuguese market as a media group committed with news, culture and entertainment, based mostly on the editorial independence of our contents – the cornerstone of our activity – and our focus on return to shareholders.

The Group's recent results reflect the professionalism, commitment and talent of our teams and provide us with trust on future development from our company. These results also confirm the quality of our contents and our understanding of the preferences from our viewers, listeners and readers – always the guiding reference of our work.



Manuel Polanco

Queluz de Baixo, 15 February 2006

RELATÓRIO DE GESTÃO ÚNICO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTAS DO ANO 2005

MANAGEMENT REPORT FROM THE BOARD OF DIRECTORS
YEAR 2005 ACCOUNTS

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

OVERALL GROUP ACTIVITY

Crescimento das receitas publicitárias do Grupo Media Capital
acima do crescimento do mercado.

Grupo Media Capital advertising revenue grew
above the ad spend market growth.

INTRODUÇÃO E INFORMAÇÕES RELEVANTES

A sociedade Grupo Media Capital, SGPS, S. A. (“Empresa” ou “Sociedade” ou “Media Capital” ou “Grupo Media Capital” ou “Grupo”) tem como único investimento, uma participação de 100% na MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. (“MEDIA GLOBAL”). Através desta participação a Empresa detém, indirectamente, participações nas empresas indicadas na Notas 4, 5 e 6 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005.

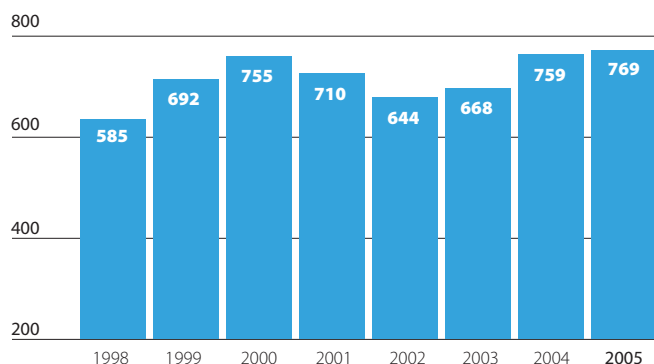
As designações completas das empresas incluídas neste relatório têm a devida correspondência no referido anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que são parte integrante do Relatório e Contas da Empresa.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A principal fonte de receitas das empresas detentoras de meios de comunicação social (comumente chamados media) é a publicidade, e esta, na medida em que constitui um investimento das empresas anunciantes para incentivar – directa ou indirectamente – as suas vendas, depende em grande medida do clima económico do país. O ano de 2005 no sector dos media não podia por isso deixar de ser afectado pelo contexto macroeconómico que se viveu e da sua influência no comportamento dos agentes económicos (empresas e famílias enquanto consumidores dos seus produtos e serviços). Por um lado, o fraco crescimento económico verificado em 2005 em Portugal – cerca de 0,3% em termos reais – levou a que as empresas continuassem a agir com alguma cautela no que diz respeito ao investimento realizado, incluindo o investimento em publicidade. Por outro lado, por parte dos consumidores, o progressivo defraudar das expectativas de crescimento económico, associadas ao aumento da taxa de desemprego e ao elevado endividamento das famílias portuguesas, levaram a que do lado da procura, a resposta ao investimento publicitário não fosse de molde a justificar o seu aumento. De igual modo, podemos constatar que as restantes fontes de receita do sector dos media, dependentes do consumo das famílias (e constituídas sobretudo por vendas de publicações e de produtos a estas associados) foram também afectadas pelo clima económico, atenuando ou até revertendo as tendências de crescimento até então registadas.

Neste contexto, é perfeitamente compreensível que o mercado publicitário tenha crescido abaixo do valor da inflação – pouco acima de 1% em valores nominais líquidos – mesmo se considerarmos que a redução das comissões de agência pagas pelos meios, por si só justificassem um crescimento maior do investimento publicitário líquido captado pelas empresas de media. Em todo o caso, o valor estimado para 2005, cerca de 769 milhões de euros depois de deduzidos descontos comerciais e comissões, constitui o ponto mais elevado de sempre do mercado publicitário, e, sobretudo, representa ainda assim um crescimento sobre o valor verificado em 2004 – ano em que influenciado pela realização em Portugal do Campeonato Europeu de futebol

EVOLUÇÃO DO MERCADO PUBLICITÁRIO PORTUGUÊS (€M) PORTUGUESE ADVERTISING MARKET EVOLUTION (€M)



Fonte: OMD Portugal
Source: OMD Portugal

Nota: valores em “net 1” – após descontos comerciais e comissão de agência (e antes de rappel)

Note: values of ad spend in “net 1” – after commercial discounts and agency commissions (before volume rebates)

e por alguma expectativa de evolução positiva da economia, o mercado publicitário tinha crescido mais de 10%, pela primeira vez neste século.

A corroborar este ponto também devemos referir o facto de que a maior parte do crescimento do investimento publicitário verificado se deveu a efeitos conjunturais em alguns sectores de anunciantes onde se verificou uma elevada actividade competitiva ou de iniciativas de produtos, e que por isso registaram taxas de crescimento bastante acima da média do mercado (como foram os casos do sector das telecomunicações, da banca e do crédito pessoal) em detrimento de sectores tradicionalmente mais estáveis e dependentes do consumo das famílias como alimentação e bebidas ou produtos de higiene pessoal e para o lar.

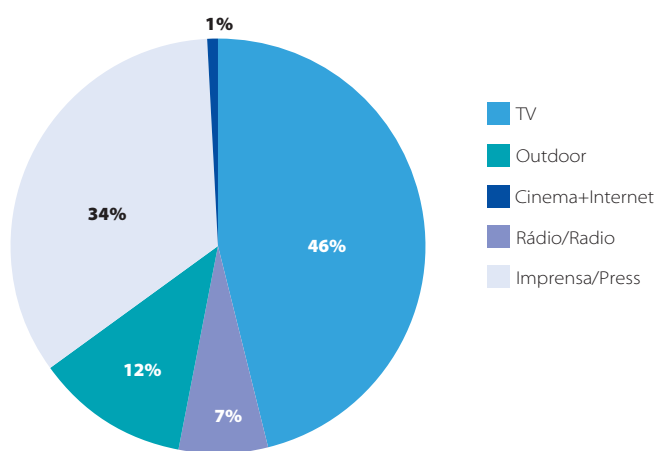
INTRODUCTION AND RELEVANT INFORMATION

The Company Grupo Media Capital, SGPS, S. A. ("Company" or "Society" or "Media Capital" or "Grupo Media Capital" or "Group") has as its only investment, a 100% share of MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. ("MEDIA GLOBAL"). Through this investment the Company holds indirect participations in the companies mentioned in notes 4, 5 and 6 of the Notes to the Consolidated Financial Statements on December 31, 2005.

The complete designations of the companies included in this report have the due correspondence in the aforementioned notes to the financial statements, which are an integral part of the Management Report and Consolidated Financial Statements of the Company.

ECONOMIC ENVIRONMENT

DIVISÃO INVESTIMENTO PUBLICITÁRIO EM PORTUGAL ADVERTISING SPEND SPLIT BY MEDIA IN PORTUGAL (%)



Fonte: Media Capital
Source: Media Capital

Advertising is the main revenue source of the media companies, and, because it is mostly an investment to increase – directly or indirectly – sales, depends largely on the economic environment of the local market. The year of 2005 for the media sector was, due to this relation, affected by the economic context in Portugal and by its influence in the behavior of all the economy agents (such as companies and families which consume advertisers' products and services). On one hand, the weak Portuguese economic growth in 2005 – about 0.3% in real terms – lead companies to continue to act with caution regarding investments including advertising in media. On the other hand, from the consumer side, the continued failure to meet economic growth expectations, associated to an increasing unemployment rate and to a high debt ratio of the Portuguese families, lead to a slower demand reaction to advertising campaigns that

ultimately did not motivate additional advertising spend from companies. The same applies for the other revenue sources of the media sector, mostly dependent on the families' consumption (mainly sale of publication and related products) that were also affected by this weak economic environment, slowing or even reducing their recent growth trends.

In this context, it is perfectly understandable the fact that the advertising market has grown below the inflation rate – just above 1% in nominal net value – even if we consider that the reduction of the agency commissions paid by the media, by itself, would justify a larger increase of the net advertising spend captured by the media companies. In any case, the market estimate for 2005, around €769 million net of commercial discounts and commissions, is a record high value for the advertising market in Portugal not to forget that it builds on top of the 2004 level – a year in which the advertising market posted an impressive growth of over 10%, also a record in this century, driven by the UEFA Euro 2004 football championship (held in Portugal), and also by some expectation of a more positive macroeconomic evolution for 2004.

In addition, and supporting this fact, we should also point out that the main part of the advertising investment growth in 2005 was due to specific impacts in some advertiser sectors, that either saw an increasing level of competition or showed significant product/branding initiatives (such as the telecom, banking and personal loans businesses), and that consequently implied higher than average growth rates of the ad spend in those sectors. The growth in these sectors was diluted by the traditionally more stable advertiser sectors, such as food and beverages or personal and home care products that depend on family consumption levels and disposable income.

We believe that the advertising market in Portugal will continue to grow both due to the impact of specific effects and to structural reasons. Regarding the first reason, the expectations for the year 2006 are for a more stable political environment and to a more clear definition of macroeconomic policies and priorities, which can positively influence consumer behavior. Likewise, some key sectors of the economy continue to show

Acreditamos que o mercado publicitário em Portugal continuará a crescer quer devido a razões de ordem conjuntural quer devido a factores estruturais. Em relação ao primeiro caso, 2006 deverá ser já um ano de maior estabilidade política e clareza nas políticas económicas, o que pode influenciar positivamente o comportamento dos consumidores. De igual modo, alguns sectores chave da economia continuam com intensa actividade competitiva (por exemplo, telecomunicações, banca e bebidas) que deverá acentuar-se ainda mais com o investimento publicitário associado a alguns eventos desportivos com elevado impacto que ocorrerão em 2006 – como o campeonato mundial de futebol e o campeonato europeu de futebol em sub-21 anos,

- O EBITDA consolidado desceu 2% para os €40,5 milhões. Numa base comparável, sem os referidos custos de reestruturação, o EBITDA de 2005 subiria 9% face a 2004 para os €45,3 milhões.
- A margem EBITDA desceu 1,3 p.p. para os 18,3% em 2005. Numa base comparável a margem EBITDA teria subido 0,9 p.p. para 20,5%.
- Os resultados operacionais (EBIT) registaram um aumento de 2% para os €28,7 milhões, beneficiando uma melhor performance operacional, de um menor nível de

Os resultados líquidos consolidados do grupo cresceram
Group consolidated net profit grew

38%

a realizar em Portugal. A estes factores devemos também juntar algumas privatizações anunciadas mas ainda não confirmadas, que poderão também trazer um efeito adicional positivo ao mercado publicitário.

Em termos de factores estruturais de crescimento do mercado, acreditamos que existem condições para que continue um crescimento sustentado do mercado publicitário em Portugal, dado o seu ainda relativo subdesenvolvimento quando comparados os principais indicadores em Portugal (seja o seu peso no Produto Interno Bruto, seja o seu valor per capita) com os de outros países da União Europeia. Este menor desenvolvimento do mercado proporciona condições para um crescimento potencial no longo prazo suportado por um aumento da procura, e dirigido em particular para a publicidade em televisão e na rádio, onde os preços da publicidade são ainda manifestamente reduzidos em Portugal.

PRINCIPAIS FACTOS EM 2005

- O resultado líquido consolidado do Grupo Media Capital em 2005 aumentou 38%, *versus* o ano anterior, para os €13,0 milhões. Numa base comparável e excluindo os custos não recorrentes da reorganização da administração que ocorreram no quarto trimestre na Holding e na MCR, os resultados líquidos teriam subido 74% para €16,5 milhões.
- No ano de 2005, os proveitos consolidados do Grupo Media Capital aumentaram 4% face a 2004, para os €221,2 milhões (na TV +11% e na rádio +4%).
- As receitas publicitárias aumentaram em 5%, contra 2004, para os €172 milhões (na TV +8% e na rádio +4%).

amortizações e de goodwill, e teriam subido 19% para €33,6 milhões se tivessem sido excluídos os custos de reestruturação.

- Pela primeira vez na sua história, em 2005 a TVI liderou tanto nas audiências de *All Day* como de *Prime Time*, com *shares* de audiências de 34,9% e 38,4% respectivamente, e reforçou a sua liderança de mercado publicitário, captando 46% do investimento publicitário em TV em aberto.
- A produtora televisiva NBP produziu mais de 40.000 minutos de novelas e séries (uma média diária de 3 episódios de 50 minutos), que foram maioritariamente emitidos em *Prime Time* ou *Access to Prime Time*, obtendo *shares* de audiências consistentemente acima dos 40%.
- Na divisão de música e entretenimento, a Farol Música, com a sua etiqueta própria e com o exclusivo de distribuição da Warner Music Portugal, chegou a quase 21% de quota de mercado do mercado português.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EM 2005

Depois da fantástica performance do mercado publicitário em 2004, impulsionada por eventos como o Campeonato Europeu de Futebol que decorreu em Portugal, o crescimento do mercado em 2005 abrandou significativamente, como já se referiu, limitado pela difícil conjuntura macroeconómica.

Não obstante, a Media Capital apresentou uma performance operacional expressiva durante o ano de 2005: tornou-se líder de audiências médias diárias de televisão pela primeira vez na sua história, para além de ter reforçado a sua liderança no horário nobre, cresceu

intense competitive activity (telecoms, banking, beverages, among others) which should further increase the ad spend associated to some high impact sport events in 2006 – such as the FIFA world football championship and the UEFA under-21 European football Cup (which will take place in Portugal). In addition to these market drivers, we should also add the advertising campaigns related to some announced (though yet to be confirmed) privatizations of State held companies.

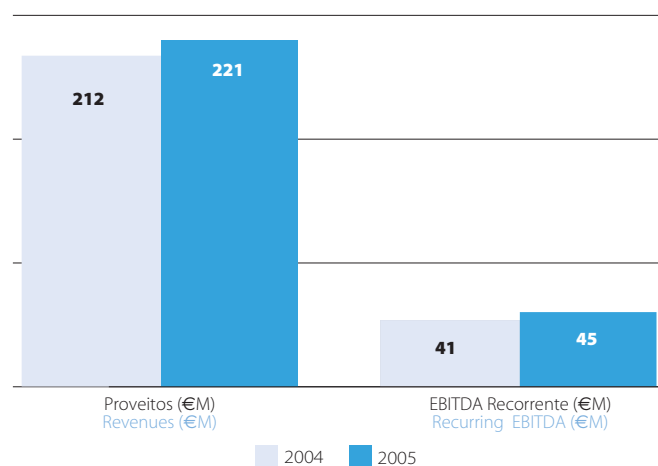
In terms of structural market growth factors, we believe that there are still several conditions that enable a sustainable growth of the advertising spend in Portugal, given the current underdevelopment of the Portuguese market when comparing its mains indicators with those of other European Union countries (such as the weight in the Gross Domestic Product or its value per capita). This lower market development stage creates conditions for a potential growth in the long term supported by an increase in demand, and in particular directed towards television and radio segments, where the advertising prices are still considerably low in Portugal.

MAIN FACTS IN 2005

- Grupo Media Capital's net profit increased 38% in 2005 to €13.0 million. On a comparable basis and excluding one-off management team reorganization related costs that occurred in Q4 in the Holding company and in MCR, 2005 Net Profit would have been up 74% to €16.5 million.
- In 2005 Media Capital's consolidated revenue increased 4% to €221.2 million (with TV +11% and Radio + 4%).
- Advertising revenues increased 5% yoy to €172 million (with TV +8% and Radio +4%).
- Consolidated EBITDA declined 2% to €40.5 million.

On a comparable basis 2005 EBITDA would be up 9% yoy to €45.3 million.

- EBITDA margin went down 1.3 p.p. to 18.3% in 2005. On a comparable basis, EBITDA margin in 2005 would be up 0.9 p.p. to 20.5%.
- Operating Income EBIT was up 2% to €28.7 million, benefiting from a better operating performance, lower depreciation, amortization and goodwill, and it would have been up by 19% to €33.6 million excluding the restructuring costs.
- For the first time in its history, TVI led both the all day and the prime time audiences in 2005 – with audience shares of 34.9% and 38.4% respectively – and reinforced its leadership in advertising revenues capturing a 46% share of the FTA TV advertising market.
- TV Content production company NBP produced over 40.000 minutes of soaps and series (a daily average of 3 episodes of 50 minutes each) that were primarily broadcasted in the prime time or in the access to prime time of TVI, and delivered average audience shares consistently above 40%.
- In the entertainment and music division, Farol Música with both its own label and the exclusive distribution of Warner Music Portugal records, increased its market share of the Portuguese record industry to almost 21% in 2005.



as suas receitas consolidadas de publicidade em 5%, claramente acima da média do mercado, diversificou a sua base de receitas aumentando a expressão de componentes não dependentes do mercado publicitário e aumentou o seu EBITDA recorrente em 9,1%.

Esta performance terá tido reflexo no preço da acção em bolsa, que valorizou 31,6% durante 2005, valorização essa também suportada pelo reforço da posição de prestígio das empresas de media europeias na sua estrutura accionista – Grupo Prisa e Grupo RTL. A Media Capital acredita encontrar-se agora em melhores condições de explorar futuras oportunidades de desenvolvimento do negócio, beneficiando do *know how* destes dois accionistas e de potenciais sinergias em áreas como a tecnologia, produção de conteúdos, teste de formatos televisivos e radiofónicos, compra de direitos, ou adopção de procedimentos de *best practice*.

O Conselho de Administração da empresa Grupo Media Capital, SGPS, SA, sofreu uma reestruturação subsequente à entrada dos novos accionistas, sendo a nova composição um reflexo da presente composição accionista.

A análise efectuada em seguida deveria ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as correspondentes notas às mesmas.

Os resultados consolidados do Grupo Media Capital do exercício de 2005 foram preparados de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS), adoptados pela União Europeia desde 1 de Janeiro de 2005. Os resultados consolidados do exercício de 2004 foram reajustados de acordo com os IFRS de forma a permitir uma correcta apresentação. Na nota 40 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas incluem-se as divulgações adicionais exigidas relativamente à reconciliação das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo Media Capital apresentou proveitos consolidados de €221,2 milhões, um crescimento de 4% face ao mesmo período do ano anterior. A evolução das receitas consolidadas fica a dever-se principalmente ao crescimento de 5% nas receitas publicitárias, com a Televisão a registar uma subida de 8%, a Rádio a crescer 4%, duas áreas com claro reforço das respectivas quotas de mercado, a Publicidade Exterior com uma redução de 13% e o segmento Outros (receitas publicitárias das áreas de imprensa e Internet) com uma descida de 4%.

O crescimento de 13% nas vendas de revistas também contribuiu para a evolução positiva de proveitos, enquanto as receitas não-publicitárias consolidadas permaneceram perto dos níveis de 2004.

O Grupo Media Capital apresentou em 2005 um EBITDA (líquido de todas as provisões) de €40,5 milhões, uma descida de 2% face ao período homólogo de 2004. As alterações na estrutura de gestão acima referidas implicaram custos de reorganização que afectaram as contas do quarto trimestre de 2005. Numa base comparável, excluindo esses custos, o EBITDA subiria 9% para €45,3 milhões e a margem EBITDA subiria 0,9 p.p. para 20,5%.

Os custos operacionais verificaram no período um aumento de 6%, como resultado do aumento de custos de programação (€4,1 milhões) principalmente relacionados com os jogos de futebol da Primeira Liga e *Reality Shows*, dos aumentos de receitas não publicitárias com menor margem (aumento de custos directos de vendas de CD's em €3,2 milhões), dos custos de €1,3 milhões associados a um plano de opções de compra de acções de 2005 (para o qual a empresa contratou um *equity swap* sobre acções próprias sendo o justo valor a 31 de Dezembro de 2005 positivo em €1,8 milhões, os quais estão registados em proveitos financeiros), para além dos acima mencionados custos com a reorganização.

O Resultado Operacional (EBIT) evoluiu de €28,2 milhões em 2004 para €28,7 milhões em 2005, ou seja um crescimento de 2%, com o montante total de amortizações a registar um decréscimo de cerca de 7% distribuído pelas várias actividades do grupo. Excluindo os custos de reorganização, o Resultado Operacional cresceria 19% para os €33,6 milhões.

Os custos e perdas financeiros diminuíram 24%, e incluem €5,2 milhões de juros líquidos, €2,5 milhões em custos com refinanciamentos bancários, €0,8 milhões de custos em empresas afiliadas, €2,4 milhões em outros custos financeiros, parcialmente compensados por €1,8 milhões de proveitos do *equity swap* anteriormente referido. O imposto sobre o rendimento do exercício, (que não representa na sua maioria saída de numerário) apresenta um acréscimo devido à melhoria nos resultados antes de impostos.

O Resultado Líquido do Grupo Media Capital aumentou para €13,0 milhões que comparados com €9,5 milhões no ano anterior representa um crescimento de 38%, sendo que, excluindo os referidos custos não recorrentes, cresceria 74% para os €16,5 milhões.

ACTIVITY EVOLUTION IN 2005

After the outstanding advertising market performance seen in 2004, driven by events such as the UEFA Euro 2004 football Cup which took place in Portugal, the market growth slowed significantly in 2005 due to the difficult macroeconomic environment, as mentioned before.

Nevertheless, Media Capital showed a remarkable operational performance in 2005: it became leader in all-day average audience in television for the first time in its history, and in addition reinforced its prime time leadership position. This growth also applied to its advertising revenues, up by 5% and clearly above the market average. The Group also diversified its revenue sources with the increasing importance of revenues which do not depend on the advertising market and has increased its recurring EBITDA by 9.1%.

This performance has possibly influenced Grupo Media Capital's stock price, which valued 31.6% during 2005, a valuation probably also affected by the significant shareholding positions acquired by some reference European media companies such as Grupo Prisa and RTL Group. Media Capital believes it is now better positioned to explore future business development opportunities, benefiting from the accumulated know how of these two shareholders and from potential synergies in technology, content production, radio and television format testing, acquisition of rights or the adoption of best practices in the media sector.

The Board of Directors of Grupo Media Capital, SGPS, SA (and some of its top managers) was restructured following the entry of the new reference shareholders and the new composition reflects the existing shareholding structure.

The following analysis should be read in conjunction with the consolidated financial statements and the corresponding notes.

The financial results of Grupo Media Capital for the year 2005 were prepared in accordance with the International Financial Standards (IFRS) issued by the European Union, starting 1 January 2005. The consolidated results for the year 2004 were restated in accordance with IFRS to allow a correct presentation of the financial statements. In note 40 of the notes to the financial statements are included the mandatory additional disclosures related with the reconciliation between the previous accounting standards (Plano Oficial de Contabilidade – POC) and the International Financial Reporting Standards.

During the year ending December 31, 2005, Grupo Media Capital presented consolidated revenues of €221.2 million, a 4% growth when compared with the same period in the last year. This evolution is mainly due to the 5% advertising revenue growth, with television showing an 8% increase and radio growing by 4% (two areas where the Group reinforced its respective market shares), Outdoor advertising having a 13% reduction and the segment Others (which includes Press and Internet advertising revenues) posting a 4% decline. The 13% increase in magazine sales and subscriptions also contributed to the positive evolution of the total revenues, while the consolidated non advertising revenues maintained their 2004 levels.

In 2005, Grupo Media Capital's EBITDA (net of provisions) was €40.5 million, a 2% decrease from 2004 levels. The above mentioned changes in management structure implied restructuring costs that affected the 4th quarter results in 2005. On a comparable basis, excluding restructuring costs, EBITDA would have increased 9% to €45.3 million and EBITDA margin would have increased 0.9 p.p. to 20.5%.

Operating expenses were up 6%, resulting from higher programming costs (€4.1 million) mainly related with the Portuguese First League football matches and reality shows, higher non-advertising sales in the TV segment (€3.2 million higher direct costs with sales of CD's), €1.3 million cost related with a stock option plan for 2005 (for which the company contracted an equity swap over its own shares that by December 31st 2005 had a positive fair value of €1.8 million booked under financial income) along with the aforementioned reorganization costs.

Operating income (EBIT) was €28.7 million in 2005, an increase of 2% from 2004, with the total amortization value falling around 7%, split across all the different activities of Grupo Media Capital. Excluding restructuring costs, the operating income would have risen 19% to €33.6 million.

Financial expenses were down 24%, with 2005 actual cost including €5.2 million of net interest expenses, €2.5 million of refinancing fees and commissions, €0.8 of net losses in affiliated companies and €2.4 million in other financial expenses along with the financial income of €1.8 million from the previously mentioned equity swap. Income tax (mostly non cash) was up due to the increase in pre-tax gains. Net profit increased to €13.0 million from €9.5 million, a 38% gain yoy. Excluding non recurring costs, net profit would have been up 74% to €16.5 million.

Ninguém como tu



ESTRUTURA DO GRUPO MEDIA CAPITAL

Após a cotação em bolsa em 2004, e prosseguindo uma estratégia de crescimento sustentado e rentável dos seus diversos negócios e da exploração de sinergias entre eles, o Grupo Media Capital é hoje não apenas o mais completo e principal operador de media em Portugal mas também um verdadeiro grupo de comunicação social, com uma crescente importância para o seu negócio da produção de conteúdos e de receitas com estes relacionadas e líder em alguns segmentos importantes. Em termos operacionais, a actividade do Grupo Media Capital encontra-se estruturada em sete áreas de negócio distintas.

No entanto, dadas as relações existentes entre algumas destas unidades de negócio (o caso mais evidente é o da relação de cliente-fornecedor entre a TVI e a NBP) a estrutura financeira adoptada pelo Grupo Media Capital é reportada da seguinte forma (ver figura da página 16).

Durante o ano 2005 efectuou-se a fusão por integração na CIDADE da SINERSOM – Produção de Programas Radiofónicos, Lda. Esta fusão e as fusões ocorridas no exercício de 2004, tiveram como objectivo principal a simplificação da estrutura e a optimização da actividade operacional. Ainda em 2005 foi estabelecida uma parceria com a GE Money para o lançamento de produtos sob a marca Capital Mais através da sociedade Publipartner que, para o efeito, foi constituída em 2005.

EVOLUÇÃO ESPERADA DA ACTIVIDADE EM 2006

As primeiras estimativas públicas sobre o mercado publicitário para o ano 2006 apontam para um crescimento não muito diferente do ocorrido no ano 2005. De acordo com o Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá avançar 0,8%, impulsionada pelas exportações, e o consumo privado deverá atingir um crescimento de 1,2%. Com base neste cenário, a Media Capital estima que o mercado publicitário cresça em 2006 a um ritmo inferior à inflação.

O principal objectivo do Grupo Media Capital em 2006 será a consolidação da sua posição de liderança do sector de media, melhorando quota de mercado onde possível: no sector de radio, é nosso objectivo aumentar a quota de audiência e consequente quota de receitas de publicidade e na área de Internet iremos explorar novas possibilidades de criação de valor. Estas são duas áreas onde julgamos ser possível beneficiar da valiosa experiência dos novos accionistas, Grupos Prisa e RTL e aproveitar melhor os conteúdos próprios do Grupo. Em televisão o objectivo será a manutenção da quota de audiência e do nível de proveitos totais de 2005. O Grupo Media Capital continuará a procurar a diversificação das fontes receitas, nomeadamente na venda de conteúdos de televisão para novos mercados e plataformas de distribuição, tirando partido da capacidade produtiva da NBP e do stock de programas já existente.

Por último, num cenário de reduzido crescimento do mercado, a Media Capital irá empreender uma reestruturação de custos com vista à melhoria das margens: racionalizar estruturas de um grupo que cresceu através de aquisições de empresas, melhorar a eficiência na produção de conteúdos para televisão e dos custos de marketing das empresas do grupo, continuar a explorar sinergias de custos intra-grupo e procurar beneficiar das potenciais sinergias com os seus novos accionistas do sector.

PRINCIPAIS NEGÓCIOS DO GRUPO MEDIA CAPITAL / MAIN BUSINESS UNITS OF GRUPO MEDIA CAPITAL



TV Broadcasting TV	Produtora de TV TV Production	Música Music	Rádio Radio	Imprensa Press	Internet	Outdoor
#1	#1	#1	#2	#1 em alguns segmentos in some segments	#2 Portal	#2

GRUPO MEDIA CAPITAL'S STRUCTURE

After its listing in the stock exchange, and following a strategy for sustainable and profitable growth for of its businesses and for exploring synergies among them, Grupo Media Capital is today not only the largest and most complete media player in Portugal and leader in some important segments, but also a true communication group, with a growing importance of content production in its revenues. Operationally, Grupo Media Capital's activities are structured into seven different business units.

However, due to existing relations among some of these business units (the most evident of which is the client-supplier relation between TVI and NBP), the financial structure used by Grupo Media Capital is reported as follows (figure in page 16).

During 2005, SINERSOM – Produção de Programas Radiofónicos, Lda was merged by integration into CIDADE. This merger, along with the ones done in 2004, were primarily done to simplify the structure and to optimize the operational activity. Still in 2005, a partnership was established with GE Money to launch financial products under the brand "Capital Mais" through the company Publipartner, which was recently created for this purpose.

EXPECTED EVOLUTION IN ACTIVITY FOR 2006

The first known estimates for the advertising market in 2006 indicate a similar growth rate as in 2005. According to the Bank of Portugal, the Portuguese economy should grow in real terms by 0.8%, mainly driven by exports, and private consumption

should grow by 1.2%. Based on this scenario, Media Capital estimates that the advertising market should grow in 2006 at a lower rate than inflation.

The main objective of Grupo Media Capital in 2006 will be the consolidation of its leadership position in the media sector, increasing its market share where possible: in radio, we intend to grow audience shares and consequently, also grow the advertising revenue share, leverage on internal contents, and, in the internet, we will explore new opportunities to create value. These are the two areas where we believe it will be possible to benefit from the valuable experience of our new shareholders, Grupo Prisa and RTL Group. In television the objective will be to maintain the current audience share and total revenue levels of 2005. Grupo Media Capital will continue to search for the diversification of its revenue streams, namely through the sale of television contents to new markets and distribution platforms, leveraging on NBP production capacity and the current stock of TV programs available.

Given the expected scenario of limited advertising market growth, Media capital will undertake a cost restructuring program, with the aim of improving its margins: rationalizing structures of a Group that grew through acquisitions; improving the efficiency of television content production and of overall marketing costs; continuing to explore synergies of common Group costs; and trying to benefit from potential new synergies from the Group's new shareholders from the media sector.

ESTRUTURA DE REPORTE FINANCEIRO / FINANCIAL REPORTING STRUCTURE



TELEVISÃO

TV BROADCASTING

A TVI liderou tanto nas audiências de *All Day* como de *Prime Time*, com shares de audiências de 34,9% e 38,4% e captou 46% do investimento publicitário.

TVI led both the all day and the prime time audiences in 2005 – with audience shares of 34.9% and 38.4% and captured a 46% share of the FTA TV advertising market.



TELEVISÃO

Difusão e Produção de conteúdos e Entretenimento

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EM 2005

O conjunto da actividade de televisão e entretenimento do Grupo Media Capital – que engloba, para além da TVI e suas participadas, o Grupo NBP e as empresas da área de música e entretenimento (Farol Música, MC Entertainment e Central Discos) – apresentou em 2005 um crescimento assinalável dos proveitos consolidados em mais de 11%, passando de 143 para mais de 159 milhões de euros. De igual modo, o EBITDA cresceu quase 18%, de 41 milhões de euros em 2004 para mais de 48 milhões de euros, o que fez com que a margem global deste conjunto de negócios tivesse ultrapassado os 30% pela primeira vez.

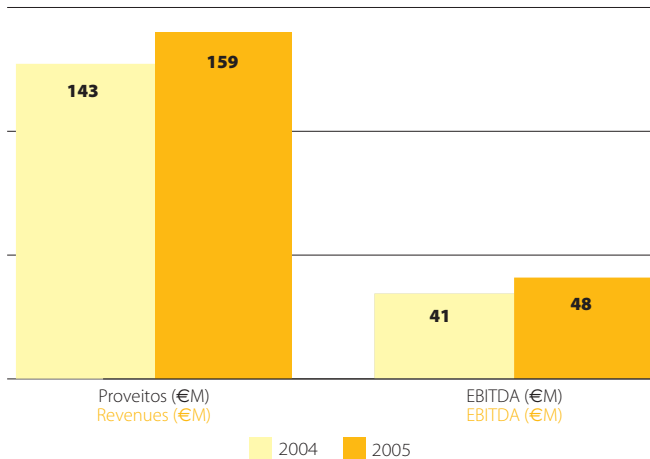
Estes resultados traduzem o ano ímpar da TVI – o seu melhor de sempre, e em que pela primeira vez liderou as audiências de televisão em Portugal – mas também o forte contributo em termos de audiências dos programas produzidos pela NBP e também o crescimento da área de negócios de música e entretenimento que inclusive levou a Farol Música ao topo das editoras discográficas em Portugal no ano de 2005.

O ano de 2005 foi até agora o melhor de sempre para a TVI, reforçando a tendência positiva verificada nos últimos três exercícios e culminando na liderança absoluta das audiências de televisão em Portugal. Consequência desta liderança, as receitas publicitárias de televisão ascenderam em 2005 a mais de 136 milhões de euros – um crescimento de 8%

face a 2004, e em franco contraste com a evolução do global do mercado publicitário e do investimento publicitário em televisão, que cresceram menos de 2% em 2005. Naturalmente, a posição de liderança da TVI enquanto principal veículo publicitário em Portugal acentuou-se em 2005, com a sua quota de mercado a quase atingir os 46% na televisão em aberto.

De igual modo, as receitas não publicitárias deste conjunto de negócios (onde se incluem as receitas multimédia, licensing e merchandising da TVI, mas sobretudo as vendas de discos da Farol Música) cresceram mais de 30% em 2005, representando já quase 15% desses proveitos totais.





TELEVISION

Broadcasting, content production, and Entertainment

ACTIVITY EVOLUTION IN 2005

The total activity of the television business from Grupo Media Capital, which includes not only TVI and its affiliated companies but also the NBP group and all the Group companies in the music and entertainment area (Farol Música, MC Entertainment e Central Discos), posted in 2005 a significant growth of its total revenues of over 11%, from € 143 million to over €159 million. EBITDA also grew by nearly 18%, from € 41 million in 2004 to over € 48 million in 2005, resulting in a combined margin of the television business of over 30% for the first time ever.

These results reflect the unique achievement of TVI in 2005 – its best year ever, leading for the first time the overall TV audiences in Portugal – and the strong contribution of the audiences provided by the programs produced by NBP as well as the growth of the music and entertainment business that enabled Farol Música to become one of the top record publishers in Portugal.

The year of 2005 was the best ever for TVI as it reinforced the positive trend from the last three years and achieved the leadership in the overall television audiences in Portugal. As a result, television advertising revenues in 2005 reached over €136 million, growing 8% vs. 2004 and contrary to the evolution of the overall television advertising market that grew less than 2%. Naturally, this further improved TVI leading position as the main advertising media in Portugal with

a market share of almost 46% in FTA TV.

Similarly, the non advertising revenues of the whole television business (that include multimedia, licensing, merchandising and mainly music record sales from Farol Música) grew more than 30% in 2005 and represent today nearly 15% of the total television business revenues.

1. TELEVISÃO – DIFUSÃO DE CONTEÚDOS (TVI)

EVOLUÇÃO DAS AUDIÊNCIAS – 2005: O ANO DA LIDERANÇA DA TVI

Ao fim de 13 anos de existência, em 2005 a TVI foi, pela primeira vez, a estação generalista mais vista em Portugal com 34,9% de *share* de audiência para o total do dia, o que corresponde a uma variação positiva de quase 2 pontos percentuais sobre o ano anterior. Da mesma forma, e mantendo a tendência que se verifica desde 2001, a TVI foi de novo o canal preferido no horário nobre (20-24H) obtendo uma quota de audiência de 38,4% entre os canais em aberto (ou “FTA” – Free to Air) aumentando este valor em 1,2 pontos percentuais sobre o ano anterior.

Esta liderança estende-se também aos principais *targets* comerciais, sendo a TVI o canal preferido junto das Donas de Casa, com um *share* médio de 35,1% (39,4% no *prime-time*), bem como junto das “famílias jovens” (indivíduos com idades entre os 4 e os 44 anos) com 39% no total do dia e 41,4% de *share* no horário nobre. Também junto do vulgarmente chamado “target comercial” (indivíduos das classes ABC1 com idades entre os 25 e os 54 anos) a TVI obteve um *share* médio anual de 33,3% (36,2% no *prime-time*).

Em 2005, a TVI chegou diariamente a mais de 6,4 milhões de espectadores (num universo de 9,5 milhões, correspondentes aos residentes em Portugal continental com mais de 4 anos de idade), dos quais, cerca de 4,8 milhões de indivíduos em média apenas no horário nobre.

CONSUMO DE TELEVISÃO

Em 2005 o consumo de televisão manteve-se dentro dos valores registados nos últimos anos, com uma cobertura total de 82,2% (7,8 milhões de espectadores por dia) e um tempo médio de permanência dos espectadores de quatro horas e dezassete minutos (total televisão). Estes valores reflectem uma ligeira variação negativa de 1% face a 2004, em parte explicável pelo evento catalisador do

visionamento televisivo que constituiu o Campeonato Europeu de Futebol. Durante 2005 cada português passou em média 212 minutos por dia em frente ao televisor.

PROGRAMAÇÃO

Em 2005, a TVI continuou a manter os elementos principais da estratégia iniciada em 2000: a base de oferta nos períodos mais relevantes de consumo continuou a ser a ficção nacional, em conjunto com os espaços de informação e complementada por produtos de grande entretenimento. A TVI é hoje um canal generalista com uma amplitude muito grande de géneros televisivos, conseguindo manter um equilíbrio entre as tendências de consumo dominantes por parte dos consumidores e a procura publicitária mais relevante neste mercado, procurando maximizar a quota de penetração nos principais *targets* comerciais como as Donas de Casa e os indivíduos ABC1 dos 25 aos 54 anos, com especial ênfase nos períodos de *access* e *prime-time* (18-24H), onde se concentram as maiores audiências destes públicos-alvo, e, conseqüentemente, a maior parte do investimento publicitário.

Dentro deste posicionamento continuou a ser dada prioridade à “produção nacional”, sustentada sobretudo em ficção longa (original ou em adaptação local). Adicionalmente a TVI apostou também em géneros e conteúdos para cobrir alguns *targets* específicos, como o futebol ou a ficção infanto-juvenil. A ficção é aliás o género dominante na grelha da TVI. Em 2005 ocupou cerca de 43% da programação emitida pela estação, seguida pelo entretenimento (com 21,7%) e da informação (com cerca de 21% do tempo de emissão). De salientar sobretudo que neste ano, a importância da língua portuguesa na programação da TVI, ocupando mais de 75% do tempo de emissão total diária e representando a quase totalidade dos programas emitidos nos dias de semana durante o dia (entre as 7 horas da manhã e a meia noite).

2005/2004

SHARE TOTAL DIA	2004	2005	VAR%	VAR P.P.
RTP1	28.3	27.5	-2.8	-0.8
a2:	5.1	5.9	15.7	0.8
SIC	33.6	31.7	-5.7	-1.9
TVI	33.1	34.9	5.4	1.8

2005/2004

SHARE PRIME TIME	2004	2005	VAR%	VAR P.P.
RTP1	26.1	25.1	-3.8	-1.0
a2:	4.6	5.1	10.9	0.5
SIC	32.1	31.4	-2.2	-0.7
TVI	37.2	38.4	3.2	1.2



1. TELEVISION – BROADCASTING (TVI)

AUDIENCE EVOLUTION

– 2005: THE YEAR OF TVI LEADERSHIP

After 13 years of activity, 2005 was the first year ever that TVI was the most seen television channel in Portugal with a 34.9% all-day audience share, almost 2 p.p. higher than in 2004. In addition, and continuing the trend started in 2001, TVI was again the preferred channel in the prime time (20-24H) with a 38.4% audience share among the FTA channels, an increase of 1.2 p.p. vs. its share in 2004.

TVI is also leader in the main commercial targets, being the preferred channel among housewives, with a 35.1% share (39.4% in prime time), as well as among “young families” (individuals aged 4 to 44) with a 39% total day audience share and 41.4% in the prime time. In the usually called “commercial target” (individuals from classes ABC1 aged 25-54) TVI captured a third of their audiences with an average audience share of 33.3% (36.2% in prime time).

In 2005, TVI reached, on a daily basis, over 6.4 million viewers (from a total universe of 9.5 million people living in mainland Portugal aged 4 years old or above). In the prime time alone, TVI reached an average of around 4.8 million per day.

TELEVISION CONSUMPTION

During 2005 television consumption was relatively stable at the levels of previous years, reaching an overall coverage of 82.2% (7.8 million viewers per day) and an average total television viewing time of 4 hours and seventeen minutes (total television including cable). These values reflect a small decrease of 1% versus the year before, partially explained by the effect of the UEFA European Football Championship in 2004. During 2005 each Portuguese spent an average 212 minutes per day watching television in FTA channels.

PROGRAMMING

In 2005 TVI kept the main strategic building blocks from the programming strategy followed since 2001: the core offer in the most relevant viewing periods of the day continued to be national fiction along with news blocks complemented with entertainment formats. Today TVI is a generalist channel with a large spectrum of programming genres, and is able to balance the viewing preferences from recent consumer trends and the specific needs from the most relevant advertising demand. The goal of its programming strategy is to maximize the channel reach and share in the main commercial targets, such as housewives and individuals from ABC1 aged 25-54. This means focusing on the prime time and access to prime periods (18-24H), where there is an audience peak in these core targets, and thus, also a strong concentration of the advertising spend in these periods of the day.

Within this strategy, TVI continued to elect Portuguese fiction as the main priority, mainly through formats such as long fiction series (that are either local adaptations or original scripts). On top of this, TVI also invested in specific genres and contents, such as football or youth series, aimed at other relevant targets. Fiction occupied 43% of total TVI programming space in 2005, followed by entertainment (22%) and news (21%). A final mention to the importance of the Portuguese language in TVI programming, particularly in 2005: it represented over 75% of the total daily broadcasting time of TVI and nearly all the programming from 7 AM to midnight in weekdays.

Ficção Nacional

Em 2005, e de segunda a sexta-feira a TVI emitiu regularmente três produtos de ficção nacional. O horário das dezanove horas continuou a ser preenchido com a série Morangos com Açúcar. Após o espaço de informação diária "Jornal Nacional", dominou a novela "Ninguém como Tu", e, no horário das 23h, a emissão esteve maioritariamente ocupada pela novela "Mundo Meu".

O destaque do ano vai naturalmente para a novela (um original português) "Ninguém como Tu", que se revelou o produto regular com maior audiência na televisão portuguesa em 2005. Esta novela, atingiu diariamente mais de 1,5 milhões de espectadores regulares (chegando cada episódio em média a 3 milhões de pessoas), garantindo um *share* médio de 46,3%. A partir do dia 8 de Dezembro, a novela "Dei-Te Quase Tudo" passou a ocupar este horário e os indicadores resultantes dos 20 episódios exibidos em 2005 mostram também uma boa performance – 51% de *share* de audiência e uma média de contacto de 1,7 milhões de consumidores por episódio.

É de sublinhar igualmente o desempenho da série longa juvenil "Morangos com Açúcar", que neste momento está a entrar no seu terceiro ano de exibição diária consecutiva, e tem vindo a reforçar a sua posição no seu horário (19H), atingindo de forma sistemática 40% de *share* em total de indivíduos e chegando a valores acima dos 70% nos *targets* principais (4-14 e 15-24 anos). Para as audiências infantis, a TVI ofereceu também dois outros produtos: a continuação da série "Inspector Max" e "Clube das Chaves" – uma adaptação de uma obra literária com o mesmo título estreada em Junho de 2005.

Entretenimento

No entretenimento a TVI continuou com a emissão semestral de um grande *reality-show*: em 2005 foi emitida a segunda edição da "Quinta das Celebridades" no primeiro semestre e duas edições de "a 1ª Companhia" no segundo semestre, todas com assinalável êxito, sobretudo os directos

de domingo à noite apresentados por Júlia Pinheiro, que obtiveram regularmente *shares* acima dos 48%. Nas manhãs, o *talk-show* "Você na TV", emitido diariamente pelo segundo ano consecutivo e apresentado por Cristina Ferreira e Manuel Luís Goucha, tem vindo a ganhar o seu espaço neste horário e obteve um *share* médio de 28,5%. Finalmente, na ficção de humor, a TVI prosseguiu com a emissão regular de rubricas dos populares programas "Batanetes", "Batanitos", "Prédio do Vasco".

Informação

No capítulo da informação televisiva a TVI manteve uma presença regular ao longo do dia com três serviços noticiosos: a partir das 7 da manhã, o "Diário da Manhã" faz uma primeira síntese das principais notícias; às 13:00 o "Jornal da Uma" faz um primeiro comentário ao dia; e às 20 horas o principal noticiário da TVI, "Jornal Nacional" apresenta os principais acontecimentos do dia, tendo sido este ano novamente o noticiário mais visto da televisão portuguesa com mais de 1 milhão de espectadores regulares e um *share* de 34,1%.

Em 2005, a informação da TVI seguiu atentamente os grandes acontecimentos nacionais e internacionais do ano: foram efectuadas emissões especiais para os dois actos eleitorais portugueses – as Eleições Legislativas em Fevereiro, e as Eleições Autárquicas em Outubro, onde entrevistou de forma antecipada os candidatos presidenciais (eleições em Janeiro de 2006) e efectuou três dos debates entre os candidatos, tendo sido dois deles os mais vistos pelos portugueses. A TVI proporcionou também aos seus espectadores um acompanhamento cuidado das exéquias fúnebres da Irmã Lúcia, bem como de todos os acontecimentos relevantes relacionados com a morte do papa João Paulo II e a entronização de Bento XVI.

Desporto

Este foi também o primeiro ano completo em que a TVI exerceu os direitos de exibição em canal aberto dos jogos da Super Liga portuguesa de futebol. Relativamente a estas

38%

de quota de audiência no *prime time* permitiram à TVI capturar 46% da publicidade em televisão.
of audience share in prime time enabled TVI to capture 46% of tv ad spend.



National Fiction

In 2005 TVI broadcasted three national fiction programs on a regular basis. "Morangos com Açúcar" continued to be aired in 19H time slot. "Ninguém como tu" dominated the period after the main daily news service "Jornal Nacional" at 20H and the period of 23H was mostly occupied by the Portuguese soap opera ("novela") "Mundo meu".

The main highlight in 2005 goes entirely to the soap opera "Ninguém como tu" (based on an original Portuguese script), which soon became the top regular television program in audiences in Portugal. This "novela", had an average daily audience of over 1.5 million regular viewers (with each episode reaching an average of 3 million people every day), with an average audience share of 46.3%. Since December 8, the new "novela" "Dei-te quase tudo" took over the time slot and the early results from its initial 20 episodes also show a very strong performance with a 51% audience share and an average of 1.7 million viewers per day.

Also worthwhile mentioning is the youth long series "Morangos com Açúcar", that is currently in its third year of daily consecutive airing and has managed to reinforce its position in the 19H time slot, continuing to obtain on a daily basis audience shares over 40% and even reaching values over 70% among its key viewership targets (4-14 and 15-24 years old). For its younger viewers, TVI had two additional products to offer: more episodes of the series "Inspector Max" and the new series "Clube das Chaves" – an adaptation from a book that was first aired in June 2005.

Entertainment

Regarding entertainment, TVI continued to air a reality show per semester: in 2005 TVI aired the second run of "Quinta das Celebridades" in the first semester and two editions

of "1ª Companhia" in the second semester, all of them with strong success, particularly the Sunday night live shows hosted by Julia Pinheiro, which achieved audience shares consistently above 48%. In the morning period, the talk show "Você na TV", broadcasted every weekday for the second consecutive year and hosted by Cristina Ferreira and Manuel Luís Goucha, has been growing audiences in this time slot and got an average share of 28.5%. Finally, on comedy fiction, TVI continued its daily broadcasting of popular programs like "Batatanetes", "Batatanitos" and "Prédio do Vasco".

News broadcasting

TVI maintained a regular daily presence with three main news services: at 7AM, "Diário da Manhã" does an early synthesis of the main news of the day, followed, at 1PM, by "Jornal da Uma". At 8PM, "Jornal Nacional" does a more complete overview of the main events of the day, and besides the anchors, news programs are commented by guest speakers and opinion leaders. In 2005 "Jornal Nacional" was again the leading news service in the Portuguese television with over 1 million regular viewers daily and a 34.1% audience share.

In 2005 TVI news and information programming closely followed the main international and national events, including special broadcast editions for the two Portuguese elections (parliament elections in February and Local municipality elections in October), interviewed the presidential candidates before the elections (in January 2006) and held three of the debates between them – including the two most seen by the Portuguese population. TVI also provided a thorough broadcasting on the occasion of Sister Lucia's funeral, as well as for all the relevant events related to the death of Pope John Paul II and the election of Pope Benedict XVI.

transmissões desportivas, a SuperLiga registou uma média de 1,5 milhões de espectadores por jogo (com 46,3% share).

Internacional

No sentido de privilegiar a programação e produção de programas em português, o número de horas dedicadas à emissão de programas internacionais foi sendo reduzido progressivamente. No entanto, a ficção internacional continua hoje a ocupar períodos horários significativos, sobretudo no final do horário nobre e nas tardes de fim-de-semana, tendo-se acentuado a qualidade dos títulos de cinema exibidos, incluindo estreias em absoluto em televisão. Em 2005, foram emitidas um pouco mais de 750 horas de cinema correspondendo a cerca de 500 títulos diferentes.

Desenvolvimento de conteúdos e de receitas não publicitárias

Em 2005 a TVI continuou a apostar na rentabilização das suas principais marcas através do desenvolvimento dos negócios de licensing e merchandising – sobretudo com a marca Morangos com Açúcar, título da série diária infanto-juvenil líder em Portugal, que lançou 14 produtos com mais de 50 referências. De livros a agendas, relógios a posters e mesmo utilização da marca em campanhas de grandes marcas portuguesas, Morangos com Açúcar é hoje um importante activo da TVI.

Lançada em Abril de 2005 nesta série televisiva, a banda D'ZRT foi considerada um dos maiores casos de sucesso dos últimos tempos: 32 semanas no Top, 6 Discos de Platina (CD mais vendido em 2005, mais de 120 mil unidades), mais de 100 concertos e o record de bilheteira de bandas portuguesas no Pavilhão Atlântico. Com a Farol (Grupo Media Capital) foram também lançados em 2005, 7 CD's de bandas sonoras (cerca de 250 mil unidades) e um CD/DVD do concerto ao vivo dos D'ZRT (mais de 60 mil unidades vendidas). O trabalho realizado em 2005 consolidou estas duas marcas, estando reunidas as condições de credibilidade para o investimento futuro e continuado por parte dos licenciados.

Os projectos multimédia também se confirmaram como importantes contributos para o negócio global do canal em 2005. O principal produto multimédia utilizado pela TVI foi o IVR (Interactive Voice Response), permitindo uma cada vez maior interactividade entre a estação e os seus telespectadores, quer em programas maioritariamente interactivos, quer através de numerosos passatempos realizados.

PROJECTOS DE ÂMBITO SECTORIAL

No sentido de prosseguir objectivos de interesse público, comuns a todo o sector da televisão, e numa óptica de co-regulação, a TVI assinou em Setembro de 2003 um protocolo entre o Governo Português e as restantes televisões FTA (SIC e RTP). Através deste protocolo, a TVI comprometeu-se a emitir algumas rubricas televisivas de serviço público e a disponibilizar serviços adicionais também enquadrados neste âmbito. A TVI cumpriu e ultrapassou todas as obrigações previstas para 2005, em particular no apoio à divulgação de projectos do ICAM, no investimento em produção independente, na adaptação para ficção de obras de literatura portuguesa, na emissão de programas culturais e dedicados a minorias étnico-religiosas, e na satisfação de necessidades do público com deficiências auditivas.

Numa óptica de preocupação contínua com a protecção dos interesses dos seus espectadores, em particular dos menores e dos públicos mais sensíveis, a TVI criou, e passou a aplicar a partir de Setembro de 2005, um sistema de classificação etária dos seus programas, não sejam classificados por organismos oficiais, a partir de um conjunto de princípios orientadores. Este sistema de classificação seguiu as melhores práticas internacionais, com alguma adaptação ao mercado português, e tem como objectivo proporcionar a todos os espectadores, mas sobretudo aos pais e educadores, uma linha de orientação sobre os conteúdos específicos de cada programa.

Em Junho de 2005 a TVI solicitou a renovação da sua licença de emissão televisiva, processo que já deveria estar concluído sendo que, na opinião da TVI, decorreu já o prazo para a renovação tácita da mesma.

Assumindo a sua responsabilidade na formação de futuros profissionais de comunicação social, a TVI acolheu em 2005, em média, 28 estagiários, entre os quais estudantes do Curso de Comunicação Social e Cultural da Universidade Católica Portuguesa, no âmbito do Protocolo de Colaboração e Intercâmbio datado de 1995. A par deste acolhimento de estagiários a TVI concede anualmente um prémio ao aluno melhor classificado do 4º ano de Comunicação Social da Universidade Católica Portuguesa, que consiste num estágio remunerado, com a duração de seis meses.

Os D'ZRT têm sido um sucesso: CD mais vendido em 2005 e mais de 100 concertos
D'ZRT have been a success: the most sold CD in 2005 in Portugal and over 100 concerts



Sport

2005 was also the first full year in which TVI held the broadcasting rights for the Portuguese football matches of "Super Liga". These matches attracted on average, around 1.5 million viewers per game with average audience shares of 46.3%.

International

As a consequence of TVI programming strategy focusing on Portuguese fiction and programming in Portuguese, international programming has been losing space in the channel grid. However, it continues to occupy a significant part of the grid and important time slots, particularly after the prime time and on weekend afternoons. In this part of the week, TVI has even managed to increase the quality of the pictures aired, including television premieres and first runs. In 2005, TVI broadcasted over 750 hours of movies, covering about 500 different titles from almost all genres.

Content development and non advertising revenues

In 2005 TVI continued to develop the monetization of its main brands through licensing and merchandising, particularly with its "Morangos com Açúcar" brand, which launched 14 products with more than 50 different items. Covering from agendas to calendars and books, and from wristwatches to posters, Morangos com Açúcar is an important franchise for TVI and has even been used by reference brands in their advertising campaigns.

The same happened with D'ZRT pop band. It was launched in April 2005 as part of "Morangos com Açúcar" and is now considered one of the best case studies in recent years. D'ZRT managed to stay 32 weeks as #1 on the Portuguese top charts, obtained 6 platinum records (and it was the most sold CD in 2005 in Portugal with 120 thousand copies sold) and did over 100 concerts (including a record ticket selling concert for a Portuguese artist at Pavilhão Atlântico – the largest indoor concert hall in the country). Along with Media Capital's record label FAROL, TVI also launched another 7 music CD's (that sold around 250 thousand copies) and a live DVD

by D'ZRT (sold 60 thousand copies). In 2005 TVI established these important brands in the market and is now in a better position to reassure its licensees to invest in the brands.

Multimedia projects also confirmed its potential as important contributors to the global TV business in 2005. IVR (Interactive Voice Response) was the main product in this category, enabling more interactivity between TVI and its viewers, both for mostly interactive programs as well as for several raffles and contests.

INSTITUTIONAL PROJECTS

In September 2003, TVI signed a protocol with the Portuguese Government and the other free to air television stations (SIC and RTP) to address common issues to all television channels under the scope of public interest and from a co-regulation point of view. Through this protocol, TVI committed to air some public service television spaces and to provide additional services. TVI adhered to and went beyond all the obligations committed for 2005, specifically regarding the promotion of projects supported by ICAM (local cinema authority), investment in independent TV production, adaptation of Portuguese literary fiction to television, broadcasting of cultural, ethnic and religious minority programming and providing specific services for people such as the hearing impaired.

Under a constant concern over the needs and the protection of its viewers, particularly those of minor age and of more sensible viewers, TVI implemented in last September, a content classification grid for its programs based on recommended age for the viewers and a set of principles covering an area that has no classification from official authorities. This classification system follows the best international practices but was adapted to the Portuguese market with the purpose to provide all viewers, particularly parents and children educators, guidance about the specific content of all programs aired.

In June 2005 TVI requested the renewal of its television broadcasting license, a process which should be already completed, given that TVI believes that the deadline for an automatic renewal has expired.

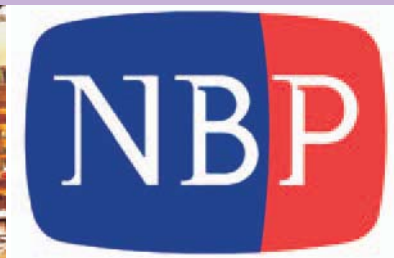
Assuming its responsibility as a key player in the media sector regarding the training of future professionals, TVI received in 2005 an average of 28 trainees from a top university (Catholic University) under an exchange and collaboration protocol signed in 1995. Along with this program, TVI provides every year a six months scholarship and internship to the best student graduated from the media course of this university.

PRODUÇÃO DE TELEVISÃO

TELEVISION PRODUCTION

A NBP produziu mais de 40 mil minutos de novelas e séries, emitidas sobretudo em *Prime Time* com *shares* acima de 40%.

NBP produced over 40 thousand minutes of soap operas and series, that delivered shares of over 40%, mostly in *Prime Time*.



2. TELEVISÃO – PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS (NBP)

Evolução do mercado

O mercado português de produção televisiva é muito reduzido e tem vindo a sofrer um declínio ao longo dos últimos anos. De acordo com a APIT – Associação dos Produtores Independentes de Televisão (que inclui 21 empresas de produção do mercado nacional, como a Endemol e a Freemantle, mas que exclui a NBP) – as receitas totais dos seus associados foram de cerca de 40 milhões de euros em 2005 (uma descida de 33% face aos 60 milhões de euros em 2004). A este valor devem-se acrescentar as receitas da NBP – praticamente na sua totalidade, custos da TVI – e que já não é membro da APIT desde 2002, como consequência da aquisição de uma participação maioritária na empresa pelo Grupo Media Capital. Estes valores mostram um mercado limitado e em declínio, devido à redução de preços e à maior eficácia das estações de TV em gerir e comprar os seus conteúdos.

Entre as várias causas que podem explicar esta situação, avultam em particular, o facto de a programação que ocupa a maior parte do espaço nos canais em aberto constituir produção própria (como a informação, desporto ou *talk shows*), o acréscimo da compra de conteúdos de ficção estrangeira (em particular das numerosas novelas brasileiras emitidas pela SIC e pela RTP, mas abrangendo também os filmes e séries internacionais), a (ainda) incipiente procura de conteúdos nacionais por parte dos operadores de televisão por cabo, e, sobretudo, a redução continuada dos orçamentos de programação dos canais de televisão, que atingiram o seu auge entre 1999-2001.

Porém, tendências recentes podem inverter parcialmente este clima, à medida que os canais temáticos da televisão por cabo investem mais em conteúdos locais em português ou a SIC substituir algumas novelas brasileiras (actualmente emite 7 destas novelas em cada dia de semana) por programação nacional, ou as novas plataformas/tecnologias – tal como empresas de banda larga e telemóveis – sentirem a necessidade de desenvolver conteúdos locais e diferenciadores para a sua oferta.

Produção de ficção para televisão

Neste contexto, a NBP conseguiu não só manter mas ainda aumentar a sua posição no mercado como a principal produtora televisiva portuguesa, embora totalmente dependente das compras da TVI, sendo a produção de novelas e séries portuguesas para este canal praticamente a única fonte de receitas das empresas do Grupo NBP (NBP, Fealmar e Multicena). As restantes empresas do Grupo NBP utilizam os seus conhecimentos específicos, infra-estrutura ou equipamentos ímpares para oferecerem serviços especializados a outras casas de produção e canais televisivos.

A especialização da NBP nestes dois tipos de produção deve-se às necessidades específicas da TVI e ao sucesso que estes produtos têm alcançado no mercado nacional. Em 2005 a NBP produziu mais de 40.000 minutos de novelas e séries (fornecendo 3 episódios de 50 minutos por cada dia à TVI) que foram emitidos, na sua maioria, em Prime Time ou no Access. Estas emissões permitiram à TVI atingir os seus melhores resultados de sempre – na verdade, as novelas e séries da NBP foram um factor essencial para explicar a liderança de audiências alcançada pela TVI em 2005.

Outras produções de sucesso da NBP foram “Os Serranos” (série de *prime time*), “Inspector Max I” (série de *prime time*), “Inspector Max II” (série de *prime time*) e “Mistura Fina” (novela de *prime time*).

De referir o bom início da nova novela de *prime time* emitida pela TVI, “Dei-te Quase Tudo”, que estreou em 8 de Dezembro de 2005 e cujos *shares* de audiências se têm mantido consistentemente acima dos 50%. A atestar também a qualidade e o impacto dos produtos de ficção nacional produzidos pela NBP, o facto de que os únicos programas do top 25 televisivo de 2005 em Portugal que não foram programas de futebol, foram o último episódio da novela “Ninguém Como Tu”, emitido a 20 de Dezembro de 2005, e que teve uma audiência média de 25,9% (mais de 2 milhões de espectadores) e um *share* de 74%, e o primeiro episódio da novela “Dei-te quase tudo”, que contou com uma audiência média de 20% (perto dos 2 milhões de espectadores) e um *share* de 54%.

Vendas internacionais e para o exterior

Apesar do enorme sucesso dos produtos da NBP no mercado doméstico, as vendas internacionais ficaram aquém do seu potencial, mas esta é uma linha de negócio a incentivar no futuro, explorando as inigualáveis capacidades e recursos de produção da NBP e o seu já considerável arquivo. As restantes empresas do Grupo NBP (em particular as participadas EMVA e EPC) prestaram diversos serviços para produções externas, sobretudo na área da pós-produção e na construção cenográfica e o aluguer de meios técnicos audiovisuais para diversos programas televisivos para as três emissoras nacionais, para cobertura de diversos eventos desportivos e de outros eventos de grande envergadura (como as eleições legislativas em Portugal, o Congresso do PSOE em Espanha, a BTL, a Feira do Imobiliário de Madrid e a FILDA).

OS PRINCIPAIS TÍTULOS DE SUCESSO FORAM (TÍTULOS E MÉDIA DE SHARE DE AUDIÊNCIA EM 2005): THE MAIN SUCCESS TITLES PRODUCED AND BROADCASTED IN 2005 WERE:

PRODUÇÃO (TIPO / HORÁRIO) PRODUCTION (TIME SLOT/GENRE)	SHARE MÉDIO AVERAGE SHARE	EPISÓDIOS PRODUZIDOS EPISODES PRODUCED
"Morangos com Açúcar II" (série diária prime access) / (prime access daily series)	47%	42
"Mundo Meu" (novela prime time) / (prime time soap opera)	46%	175
"Ninguém Como Tu" (novela prime time) / (prime time soap opera)	45%	190
"Morangos Com Açúcar III" (série diária prime access) / (prime access daily series)	43%	183
"Baía das Mulheres" (novela prime time) / (prime time soap opera)	42%	185 (em 2004)

2. TELEVISION – CONTENT PRODUCTION (NBP)

Market evolution

The Portuguese TV production market is very limited and has been declining over the last years. According to APIT – the Portuguese Association of Independent TV Producers (which includes the top 21 TV producing companies, such as Endemol and Fremantle but excludes NBP) – the combined revenue of their associates was around €40 million in 2005 (down 33% from €60 million in 2004). To this value, we should add NBP's revenues – almost all of which corresponds to TVI costs – that is not a member of APIT since 2002, when Grupo Media Capital acquired a majority stake in this company. These numbers show a limited and declining market due to reduced prices and higher efficiency of TV channels in managing its content usage and acquisition. Among the various explanations for this, the main reasons are that: free-to-air channels typically produce in-house a large amount of their total broadcasted hours (namely news, talk-shows and sports); a substantial part of the main programming genre (fiction) comes from abroad (mostly RTP's and SIC's Brazilian "novelas" but also all the movies and international series); cable operators contract a very small part of their broadcasted hours to national production; and above all, programming budgets have been suffering a constant decline since their peak period in 1999-2001.

Recent trends may partially revert this environment as: thematic cable channels are investing in more local (Portuguese) contents; SIC is planning to replace part of their Brazilian productions (currently broadcasts 7 "novelas" per weekday) with new, national programs; and new technologies/platforms – such as broadband and mobile phone players – will require new, local content in order to develop differentiating offers.

Production of fiction programs for television

In this context, NBP not only maintained but also strengthened its position as the main TV production company in Portugal, though its sales almost entirely depend from the purchases from TVI. Today, NBP production companies' (NBP, Fealmar and Multicena) revenues come almost entirely from the production of Portuguese fiction for TVI – mostly series and soap operas ("novellas"). The remaining

companies of NBP Group use the group's unique skills, infrastructure and equipment to provide related services for other production houses and television channels. The focus of NBP on these two types of programs is due to the specific needs of TVI and to the success those products managed to achieve in the national market. In 2005, NBP produced over 40.000 minutes of soaps and series (supplying TVI with 3 new 50' episodes per weekday), mostly aired in the Prime time and Prime access with significant success. These programs enabled TVI to achieve outstanding and record high results – in fact, NBP soaps and series were a strong contributor to TVI's first ever audience leadership in the Portuguese television. Other successful productions from NBP were the prime time series "Os Serranos" and "Inspector Max" and the soap opera "Mistura Fina".

It is also worth mentioning the good start of the prime time soap opera "Dei-te Quase Tudo", first aired on December 8, and whose audience shares have been consistently above 50% in its time slot in TVI's prime time. Also underlining the quality and impact of national fiction production is the fact that the only non football related programs in 2005's top 25 most seen programs on Portuguese television were the last episode of the soap opera "Ninguém Como Tu", aired in the 20 December, with an average audience of 25.9% (over 2 million viewers) and a share of 74%; and the first episode of "Dei-te quase tudo", with an average audience of 20% (around 2 million viewers) and a 54% audience share.

International sales

Despite the enormous success of NBP's products in the domestic market, international sales fell short of expectations, but this is a revenue stream that is going to be further explored in the future, leveraging on NBP's unique production capacities and resources, along with its considerable footage bank. The remaining companies of NBP group (in particular EMVA and EPC) have provided several services to external productions, mainly in the post-production, set construction and renting of technical audiovisual equipment for several television programs of the 3 national broadcasters, particularly for the coverage of sports events and other big institutional events (such as elections, congresses, fairs and exhibitions, etc).

MÚSICA E ENTERTENIMENTO

MUSIC AND ENTERTAINMENT

A Farol Música em conjunto com a Warner Music Portugal representou **cerca de 21% dos discos vendidos em Portugal.**

*Together Farol Música and Warner Music Portugal had **around 21% of record sales in Portugal.***



3. ENTRETENIMENTO E CONTEÚDOS MUSICAIS

Nesta área de negócios engloba-se toda a actividade de gestão de conteúdos musicais, incluindo a edição, gravação e venda de CD's e DVD's musicais, bem como a produção e organização de eventos e a gestão e agenciamento de artistas. Em termos operacionais, a actividade desta área de negócios é desempenhada por três empresas: a Farol Música, Lda., responsável pela edição, gravação e venda de CD's e DVD's; a Central Discos, SA, empresa que promove discos de outras editoras; e a Media Capital Entertainment, Lda., cuja actividade é a promoção e produção de eventos e a gestão e agenciamento de artistas.

Em termos gerais, o ano de 2005 foi caracterizado por uma redução substancial do valor do mercado discográfico a nível mundial, tendo o mercado áudio Português acompanhado esta tendência e sofrendo uma quebra de cerca de 8% face a 2004 – para valores de vendas de discos na ordem dos 55 a 60 milhões de euros. Apesar desta tendência, a Farol Música registou no ano de 2005 um volume de vendas de mais de 13 milhões de euros, tornando-se numa das principais editoras discográficas em Portugal.

Este resultado excepcionalmente positivo foi fruto de algumas características diferenciadoras da Farol Música em comparação com as outras editoras discográficas (multinacionais e independentes) com actividade no mercado nacional, designadamente uma gestão orientada por projecto e um investimento forte em marketing e promoção dos seus produtos levados a cabo por uma estrutura bem dimensionada, leve, dinâmica e qualificada. A estratégia editorial continua a pautar-se por um número bem calculado de lançamentos (face ao habitual no mercado) suportados num planeamento de marketing ambicioso, específico e rigoroso quer na concepção das campanhas quer no acompanhamento dos seus resultados.

É de salientar também o contributo para este resultado do acordo firmado no final de 2004 com a editora discográfica multinacional Warner Music, que tornou a Farol Música desde essa altura na distribuidora exclusiva para Portugal de todo o seu catálogo, incluindo artistas como Madonna, Seal,

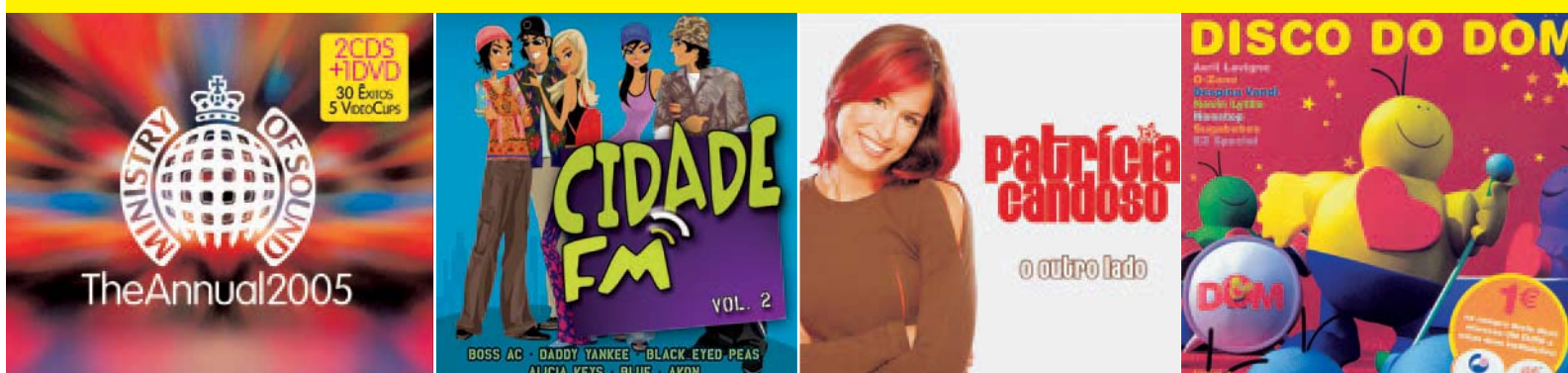
Phil Collins ou Russel Watson. Este acordo / parceria não se limita à distribuição pura do catálogo mas abrange também todo o trabalho de marketing, promoção e gestão comercial dos produtos da Warner Music, credibilizando assim também a Farol, como seu parceiro, a nível internacional.

A nível comercial, a Farol Música (exclusivamente com catálogo próprio – excluindo Warner Music) obteve em 2005 uma quota de mercado de 12% contando com alguns dos principais sucessos do ano como os CD's dos D'ZRT, das bandas sonoras de Morangos com Açúcar e da novela "Ninguém como tu", e de alguns dos seus artistas como Rita Guerra ou Beto. A posição conjunta da Farol Música com a Warner Music Portugal representou quase 21% do mercado discográfico português, segundo a AFP, o que lhes permitiu liderar o mercado em 2005. O êxito da actividade da Farol pode também ser medido em termos de resultados alcançados pelos seus discos: teve 5 dos 10 discos mais vendidos em 2005; teve uma média de cerca de um quarto das presenças do top 50 semanal durante todo o ano; e obteve um total de 29 galardões diversos para 16 dos seus discos, incluindo 24 discos de platina e 5 de ouro.

Em termos de produção e realização de eventos, a actividade foi significativamente mais reduzida em 2005 que no ano anterior – ano em que tinha organizado diversos eventos relacionados com o Campeonato Europeu de Futebol. Ainda assim, a MC Entertainment conseguiu em 2005 iniciar e consolidar a produção e exploração de peças de teatro através do investimento realizado numa sala de espectáculos para uso próprio (antigo Cinema Mundial), que não só permite continuar a produzir este tipo de projectos com total autonomia mas também servir como potencial fonte de conteúdos televisivos para a TVI. Também na área musical, apesar de não se terem realizado eventos de grande dimensão em 2005, a Media Capital Entertainment mantém-se como um dos parceiros mais reconhecidos junto dos principais patrocinadores potenciais de eventos de entretenimento, pelo que se espera desenvolver significativamente esta actividade no futuro.

29

galardões diversos para os discos da Farol, incluindo 24 discos de platina e 5 de ouro.
different awards for Farol records, including 24 platinum and 5 gold records.



3. ENTERTAINMENT AND MUSICAL CONTENTS

This business division covers the whole activity related to the management of musical contents, including editing, recording and selling music CD's and DVD's, as well as the production and organization of events and artist management.

In operational terms, these activities are carried out by three different companies: Farol Música does the editing, recording, promotion and sale of CD's and DVD's; Central Discos promotes records from other companies' labels; and Media Capital Entertainment produces large scale events and manages the image and career of some artists.

In 2005 the record market worldwide saw a substantial reduction of its value, a trend that was followed by the Portuguese market which fell down by 8% to a total sales value of around €55 million (from €60 million in 2004). Despite this negative trend, Farol Música achieved a record high sales volume of over €13 million (including the CD's from its partner Warner Music International), becoming a top record company in Portugal.

This outstanding positive result was due to the specific features of Farol Música that enable a differentiation vs. the other record label companies (multinationals and independent) operating in Portugal: a project-oriented management culture and strong marketing and promotional investments managed by a well sized, light, dynamic and qualified team. The editorial strategy continues to focus on a carefully chosen, limited number of new product launches (when compared to the usual market practices) each one of them supported by an ambitious and rigorous marketing plan specifically designed both in its planning and implementation phases.

The partnership with Warner Music also contributed strongly to this overall good result, as Farol Música became the exclusive distributor in Portugal of its entire music catalogue, including artists such as Madonna, Seal, Phil Collins or Russel Watson. This partnership is not only for the distribution

of Warner catalogue in Portugal but also covers all marketing, promotion and sales activity concerning Warner Music products, also establishing Farol as a reliable partner for the international markets.

On a commercial stand point, Farol Música (excluding Warner Music) reached a market share of 12% in 2005, including some of the most successful CD's of the year as D'ZRT albums, the soundtracks of the series "Morangos com Açúcar" and the soap opera "Ninguém como tu", and of some Portuguese artists such as Rita Guerra or Beto. Together, Farol Música and Warner Music Portugal represented almost 21% of the Portuguese record market in 2005, according to AFP, which means a market leadership position. Farol Música's success may also be measured by the number of awards its records have won: had 5 of the top 10 selling CD's in 2005; had an average 25% records in the Top 50 weekly charts during the whole year; and obtained a total of 29 different awards for 16 of its records, including 24 platinum and 5 gold records.

As for the production and management of events, this activity was significantly lower in 2005 than in 2004, when MC Entertainment benefited from the UEFA European Football Championship and organized several sizeable events. Still, MC Entertainment managed to start and to establish the production and commercial exploration of theatre plays through the investment in a former movie theater, enabling a totally self reliable production of those events that can also be used as a potential content provider for TVI. In the music area, and despite not having produced big events in 2005, MC Entertainment continues to be considered as one of the most respected players among the main sponsors of entertainment events, and these activities are due to be significantly expanded in the near future.

EVOLUÇÃO ESPERADA DA ACTIVIDADE PARA 2006

Em 2006, num ano em que apesar de alguns sinais de retoma económica e de melhoria das expectativas dos agentes económicos, o crescimento da economia portuguesa ainda será provavelmente inferior ao da média da União Europeia, é de esperar um crescimento muito limitado – semelhante a 2005 – do mercado publicitário em termos nominais, provavelmente abaixo do valor da inflação. Neste contexto, as prioridades da TVI serão continuar a proteger a rentabilidade e as audiências nos horários mais relevantes (prime-time) – e com isso manter a sua posição de líder na captação de investimento publicitário, manter um rigoroso controlo de custos de programação nos restantes horários e reforçar o controlo de custos de estrutura.

De igual modo, em 2006, será prioridade para o conjunto de negócios relacionados com televisão continuar com a política de diversificação e potenciação de fontes de receita externas adicionais, sobretudo não publicitárias – na qual se enquadram também as vendas de conteúdos por parte da NBP bem como toda a actividade da MC Entertainment.

EXPECTED EVOLUTION IN ACTIVITY FOR 2006

In 2006 the growth of the Portuguese economy is probably still going to be below the EU average, despite some signs of economic recovery and better expectations from companies and families. This translates into a limited growth expected for 2006 – similar to 2005 – of the advertising market in nominal terms, probably below the inflation level again. In this context, TVI priorities will continue to be to focus on maintaining its profitability and audience shares in the most relevant time slots (prime time) – and thus maintaining also its leadership position in advertising investment captured. This means it is necessary to keep a rigorous control on the programming costs for the other time slots and to reinforce the controls on the fixed costs.

Likewise, in 2006 the key priority of the whole television business unit will be to continue to explore and find additional revenue streams, mainly non advertising related – to diversify TV revenue base – in particular through the sale of NBP contents abroad and from further growth in all activities of MC Entertainment.

RÁDIO RADIO

A MCR é o **segundo operador de rádio** em Portugal, chegando diariamente a mais de 1 milhão de ouvintes.

*MCR is the **second radio player** in Portugal and reaches over 1 million people daily.*



RÁDIO

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EM 2005

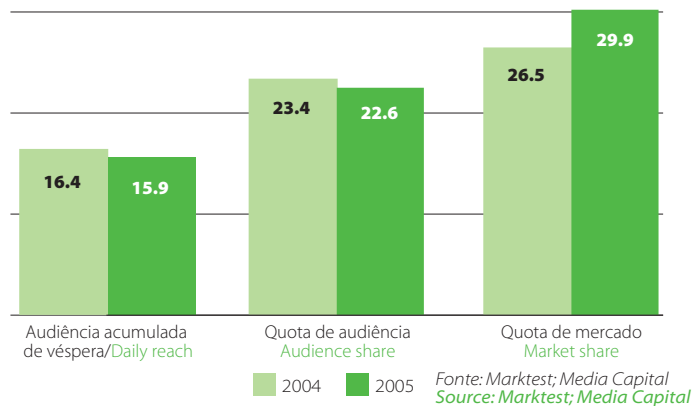
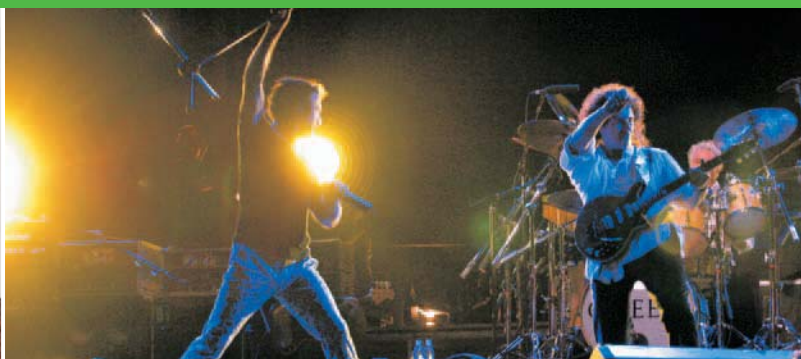
O segmento da rádio foi o que teve a mais fraca performance em 2005 no mercado publicitário em Portugal com um decréscimo de 4 a 5% em relação a 2004 – ano record do sector. Apesar de apresentar o custo por contacto mais baixo entre os principais meios em Portugal, a rádio ainda não é considerada pelos anunciantes como um meio de grande potencial e penetração, e por isso não consegue captar mais do que cerca de 7% do mercado publicitário total. Como tal, num ano fraco (estima-se que o mercado publicitário total tenha crescido abaixo do nível da inflação em 2005), a rádio foi um dos meios mais afectados pelas reduções de orçamentos de marketing das empresas anunciantes.

Em contra ciclo com o mercado, e apesar de uma ligeira descida da audiência global das suas rádios, a MCR cresceu as suas vendas em 4% para 14,9 milhões de euros, como consequência de uma estratégia comercial agressiva e uma abordagem inovadora e diferenciada ao mercado. Importa também referir que o crescimento excepcional

do investimento publicitário em rádio de 13% verificado em 2004 foi muito influenciado por eventos como o “Rock in Rio” e do “Euro 2004”. Esta tendência global da rádio deverá manter-se em 2006, dependendo o mercado das perspectivas de recuperação económica e com a MCR a continuar a crescer em 2006, tal como já esteve em 2005.

Em termos de audiências, verificou-se alguma estagnação dos principais produtos da MCR, em grande parte devido às duas eleições cujas campanhas incidiram em 2005, o que beneficiou sobretudo as rádios com formatos de informação em detrimento dos formatos mais musicais como são os da MCR. Consequentemente, em 2005, o grupo registou por isso uma ligeira quebra na sua quota de audiência – que se cifrou abaixo dos 23%.

Concretizada a fase de renovação e redefinição dos seus produtos e formatos, que se iniciou em 2003 e atingiu em 2005 o seu ponto estável, a MCR iniciou já uma nova fase de desenvolvimento das suas principais estações de rádio com o fim de fomentar uma nova aceleração do crescimento





Assente nos mais recentes êxitos e dirigida principalmente a teenagers e a estudantes universitários, a Cidade FM aumentou a sua quota nacional de 4,6% para 6,4%.

Targeted to teenagers and university students and based on recent top hits, Cidade FM grew its national audience share from 4.6% to 6.4%.



RADIO

ACTIVITY EVOLUTION IN 2005

The radio segment had the worst performance in the 2005 Portuguese advertising market, with a decrease of 4 to 5% vs. 2004, a record high year for the sector. Despite the fact that it has the lowest CPT of the main media in Portugal, radio is still considered by advertisers as a media with limited potential and reach, and thus captures no more than 7% of the total advertising market. On top of this, in a weak year such as 2005 (we estimate that the advertising market grew below the level of inflation), radio was one of the most affected media by the marketing budget reductions of advertisers.

Contrary to the market trend, and despite a slight decrease in the combined audiences of its main radio stations, MCR grew its sales in 2005 by 4% to €14.9 million, as a consequence of an aggressive commercial strategy and an innovative and differentiating approach to the market. More importantly, this revenue growth in 2005 came on top of the outstanding radio market behavior in 2004, when it grew by 13%, mostly due to events such as the "Rock in Rio" and the UEFA "Euro 2004". The global trend for radio should continue in 2006, with market growth dependent on macroeconomic recovery expectations and with MCR growing again above the market as in 2005.

Regarding radio audiences, MCR saw some stagnation on its main products, partially driven by the two political campaigns

for elections during 2005, which benefited mostly the radio stations with talk and information formats, and hurt those with more music based formats, such as those from MCR. In this context, MCR had a slight decrease in its audience share in 2005 to just under 23%.

In 2005 MCR concluded the process of renewal and redefinition of its main products and formats that started in 2003. Now at a turning point, MCR entered in a new development stage for its major radio stations with the purpose increasing significantly their audiences. In this new growth stage the focus is on providing more effective marketing support and brand visibility to differentiate its radio stations from its competitors, bringing them closer to their listeners preferences and enhancing their brand values and identity.

The main highlights from the activity of MCR main stations in 2005 were as follows:

Radio Comercial: MCR's main station, with an adult contemporary format and the only one with a national FM coverage, saw its market share slightly fall from 9.1% in 2004 to 8.9% in 2005, mainly due to the increased competition from news format radio stations (such as TSF or Antena 1). Recent changes in the morning show – which has been hosted by Pedro Ribeiro since December 2005 – provide already some encouraging results, particularly among the core target audience of the station (people aged 25-44 years old).

da sua audiência. Nesta fase o objectivo é dar mais apoio aos formatos em termos de marketing e de visibilidade da marca no sentido de as personalizar: dar-lhes proximidade, identidade e relevância, factores que vão encorpar e solidificar as estações.

Os principais destaques da actividade em 2005 dos seus formatos mais importantes foram os seguintes:

Radio Comercial: a principal estação da MCR, com emissão nacional e um formato adulto contemporâneo, viu a sua quota de audiência descer ligeiramente de 9,1% em 2004 para 8,9% em 2005, principalmente devido ao aumento da concorrência por parte das rádios de notícias como a TSF ou Antena 1. Alterações recentes no horário da manhã – que passou a ser protagonizado por Pedro Ribeiro – efectuadas em Dezembro de 2005, indiciam a retoma do crescimento das suas audiências, sobretudo junto do público-alvo da estação (25-44 anos).

Cidade FM: esta estação jovem e predominantemente musical, assente nos mais recentes êxitos e dirigida principalmente a teenagers e a estudantes universitários, aumentou a sua quota nacional de 4,6% em 2004 para 6,4% em 2005. A Cidade FM reforçou a sua já considerável liderança no seu target principal dos 15 aos 17 anos, o segmento mais jovem e que mais ouve rádio, no qual tem um share de audiências de 41%. Em Setembro de 2005 a Cidade FM reforçou a sua cobertura com a mudança de frequências de Lisboa e Porto para emissores mais potentes, e com o início da emissão a partir de Braga, iniciativa que beneficiou de uma forte campanha de media e de um esforço continuado de gestão da marca. Em 2006 a Cidade FM vai aproveitar a sua forte marca e a atractividade do seu target para desenvolver receitas não publicitárias, eventos relacionados com a marca e outras iniciativas similares.

Rádio Clube Português: um formato de clássicos de sucesso para famílias e adultos (dos 35 aos 55 anos) viu o seu share de audiência nacional descer de 5,6% em 2004 para 4,7% em 2005, alteração essa devida principalmente a uma diminuição do tempo médio de audição e não tanto de perda de ouvintes. Esta estação tem a sua área de actuação limitada ao Litoral do país, onde a concorrência, sobretudo de rádios com maior peso de informação, é maior. A MCR espera relançar

o seu crescimento com melhor cobertura para 2006, uma aposta forte nas notícias e nos conteúdos de informação, e diferenciando-se dos seus concorrentes através de espaços de opinião diversos sobre temas da actualidade.

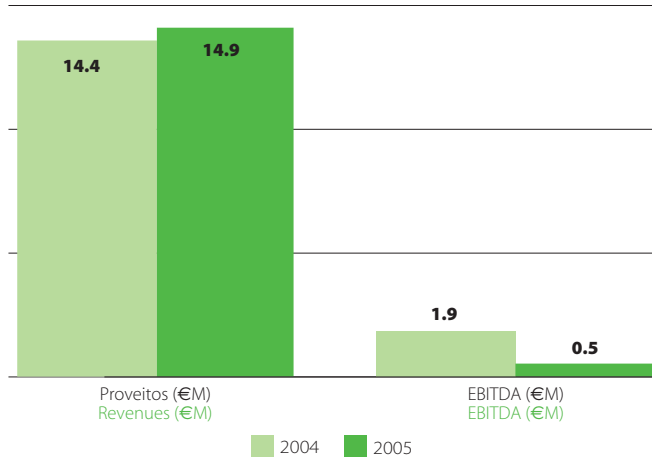
Best Rock FM: é uma rádio de nicho, com um formato musical essencialmente de urban rock, e que cobre apenas a área de Lisboa, sendo dirigida para a população mais jovem e urbana. Esta estação tem tido resultados pouco expressivos, condicionados pela cobertura limitada e também pelas tendências demográficas de envelhecimento da população e pela elevada concorrência na região de Lisboa, tendo o seu share de audiência nacional registado uma ligeira descida 1,6% em 2004 para 1,3% em 2005. Esta estação viu os seus custos reduzidos para adequar a sua estrutura ao potencial – limitado – de receita.

Para além destas estações a MCR explora diversas estações com formatos de nicho, tanto em antena como online, com base no seu portal de rádio Cotonete que realiza mais de 90 mil audições diárias através da Internet. A actividade do portal é importante não apenas como ponto de ligação para os sites das rádios da MCR – onde os ouvintes podem acompanhar a emissão, conhecer os locutores e participar em passatempos exclusivos – como também para desenvolver conteúdos adicionais que ajudem a atrair e fidelizar os ouvintes, como por exemplo os sites das eleições presidenciais que o Cotonete montou para cada um dos candidatos nos passados meses de Dezembro e Janeiro. Todas as estações da MCR têm apoiado e organizado eventos especiais, incluindo concertos musicais exclusivos para os seus ouvintes, que proporcionam uma maior interactividade e cobertura mediática bem como receitas adicionais vindos de patrocinadores e anunciantes.

EVOLUÇÃO ESPERADA DA ACTIVIDADE EM 2006

Para 2006 a MCR tem como objectivo o aumento de vendas acima do crescimento do mercado, através de ganhos de audiência e da valorização do preço da publicidade nos formatos do grupo MCR. Será dedicada também uma particular atenção aos potenciais de cobertura de cada rádio, assim como à interactividade em antena e online – área que só na segunda metade de 2005 foi revitalizada.





Cidade FM: this is mostly a musical radio station (based on recent top hits) targeted to teenagers and university students, and grew its national audience share from 4.6% in 2004 to 6.4% in 2005. Cidade FM reinforced its already considerable leadership in the core target segments of people aged 15-17 years old reaching a strong national 41% audience share in this target. In September 2005, Cidade FM reinforced its coverage, changed its frequency in Lisbon and Oporto to more powerful antennas, and also started to broadcast in Braga, with all these initiatives benefiting from strong media campaigns and a considerable branding push. In 2006 Cidade FM will leverage on its strong brand and the attractiveness of its target listeners to develop non advertising revenues and organize brand related events and other initiatives.

Rádio Clube Português: a Pop/Rock Oldies format targeted to families and adults (aged 35-55 years old) also had a decline in its overall national audience share from 5.6% in 2004 to 4.7% in 2005. This was mostly driven by less time spent listening not by less audience reach. This station has its geographic coverage limited to the main urban coastal areas where competition, particularly from news and talk radio formats, is higher. MCR hopes to resume growth of its audiences in 2006 behind a stronger geographical coverage, more focus on news and information content, and using opinion leaders as guest speakers for relevant subjects to differentiate its program from its main competitors.

Best Rock FM is a niche radio format with a musical format that covers almost only the Lisbon and Oporto areas and is targeted to the young urban population that prefers rock music. It has not provided yet significant audience results, partially due to its limited geographical coverage, but also

being hurt by both the demographic trends of ageing population and also from a higher competition in the greater Lisbon area. As a result, its national audience share decline to 1.3% in 2005, down from 1.6% in 2004, and thus a cost reduction plan is already in place to adapt its cost structure to its limited revenue potential.

In addition to these stations, MCR also explores several niche radio formats, on air as well as online, based on its music portal Cotonete which has over 90.000 daily auditions through the internet. The portal's activity is important not only as a gateway to feed the sites of MCR radio stations – where listeners can follow the live broadcasting, meet their favorite hosts and participate in several contests and access exclusive content – as well as a platform to develop additional content that helps to attract and retain the listeners. A good example of this content generation was the exclusive site for the presidential elections that Cotonete set up for each of the candidates in the end of the year. In addition, all MCR radio stations provided support to and organized special events, including exclusive unique music concerts for their listeners and other similar events that enable higher interactivity with its listeners, media coverage and additional revenues from sponsors and advertisers.

EXPECTED EVOLUTION IN ACTIVITY FOR 2006

MCR's objective for 2006 is to increase again its sales above market growth, through audience gains and a better valuation of the advertising space of its main radio stations. A special attention will be given to potential growth opportunities of the geographical coverage in each radio, as well as to the interaction between the on air and online activities – a process that has been revised in the second half of 2005.

OUTDOOR

A MCO consolidou a sua posição de segundo operador,
reforçando a qualidade dos seus produtos.

MCO consolidated its position as the second largest player,
by reinforcing the quality of its products.



PUBLICIDADE EXTERIOR (OUTDOORS)

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EM 2005

2005 foi um ano difícil para o mercado de publicidade outdoor, uma vez que pouco terá crescido o investimento publicitário em relação ao ano de 2004 – ano de fortíssimo crescimento impulsionado pelo Campeonato Europeu de futebol. Outro factor que afectou negativamente este segmento em 2005 foram as campanhas eleitorais para as eleições autárquicas e presidenciais, que levaram a uma proliferação de cartazes irregulares das diversas candidaturas que trouxeram alguma poluição visual, e, conseqüentemente, desvalorizaram o meio junto dos anunciantes, sobretudo no principal produto da MCO – os painéis publicitários 8 x 3 m. Para agravar a situação verificou-se também durante o ano de 2004, mas com particular impacto em 2005, um aumento da capacidade pelo crescimento do parque disponível, que, não tendo sido acompanhado por maior procura, levou a uma pressão para reduzir preços por parte da maior parte dos operadores.

Este contexto de mercado teve reflexos evidentes no desempenho da MCO, em particular em todo o primeiro semestre, com uma quebra nas receitas publicitárias de 12,6% para os 16,5 milhões de euros, e conseqüente decréscimo das margens operacionais da empresa. Em todo o caso, estimamos que a MCO tenha conseguido manter a sua quota de mercado próximo dos 20% em 2005.

Em todo o caso, o ano de 2005 foi muito importante para a MCO consolidar a sua posição de segundo operador neste segmento, reforçando a qualidade e credibilidade dos seus produtos, optimizando os processos internos e desenvolvendo uma relação mais próxima com os seus clientes. Importa por isso salientar alguns pontos que caracterizaram a actividade da MCO em 2005.

A nível dos produtos e da oferta da empresa:

- Entrada efectiva em funcionamento da MCO TV – um suporte inovador em Portugal, com conteúdos audiovisuais semelhantes a uma televisão nas estações do metropolitano de Lisboa;
- Finalização do ciclo de renovação dos principais contratos de concessão de publicidade com os operadores de transportes

públicos, incluindo em 2005, acordos com a Fertagus e Metro do Porto, que se juntam aos realizados em 2004 com a Carris, Metropolitano de Lisboa, STCP, Transportes Urbanos de Braga, Refer, Transtejo/Soflusa e SatuOeiras;

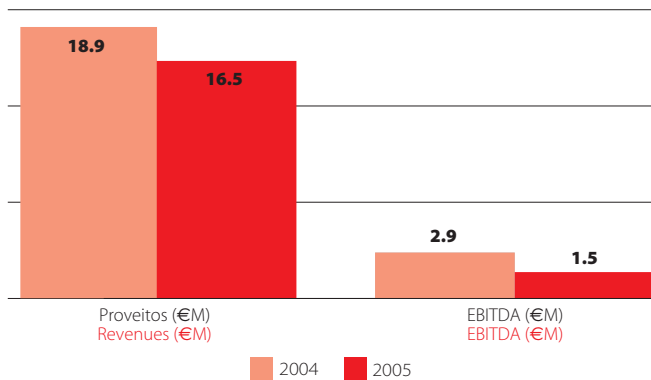
- Melhoria das redes de 8x3, tanto em termos de suporte como da sua distribuição em rede;
- Alargamento da rede de Mupis no Grande Porto, com a entrada em funcionamento das novas estações do Metro do Porto;
- Estudo e desenvolvimento de novos suportes para autocarros, com painéis maiores, mais atractivos e mais visíveis, com maior durabilidade e potencial de reaproveitamento por parte dos anunciantes.

A nível da organização e forma de funcionamento da empresa:

- Finalização do Sistema Integrado de Informação (SII), um instrumento essencial de gestão, que permite uma racionalização da operacionalidade da empresa, com evidentes reflexos na poupança de custos e na melhoria do serviço ao cliente;
- Entrada em vigor do sistema da Qualidade – essencial num meio que não dispõe de audiências medidas, dependendo assim na qualidade percebida dos produtos por anunciantes e agências;
- Desenvolvimento da área de marketing estratégico para aumentar e melhorar a informação disponível sobre os produtos da empresa e sobretudo para conhecer mais em detalhe as necessidades dos principais e potenciais anunciantes deste mercado;
- Reorganização operacional da empresa, reduzindo níveis e divisões na gestão.

EVOLUÇÃO ESPERADA DA ACTIVIDADE EM 2006

Para o ano de 2006, em termos de comportamento do mercado publicitário, e em particular no segmento outdoor, as perspectivas de evolução são semelhantes a 2005, ou seja, crescimento pouco expressivo do mercado e forte actividade concorrencial, pelo que o enfoque da empresa estará certamente na contenção dos custos e na exploração dos produtos únicos (e renovados) da MCO como os novos suportes de autocarros, a MCO TV e o Espaço Metro.



OUTDOOR ADVERTISING

ACTIVITY EVOLUTION IN 2005

2005 was a difficult year for the outdoor advertising market, with a limited growth in 2005 when compared to 2004 – a record high year due to UEFA “Euro 2004” that took place in Portugal. Another factor which negatively affected this segment in 2005 were the two electoral campaigns with the usual proliferation of temporary candidate large size outdoor posters and billboards that diluted the impact of the normal advertising displays such as the ones where MCO sells its advertising. In addition, and as it happened in 2004, there was a small increase in capacity for most outdoor players that, without a corresponding increase in demand, led to an overall pressure in the market towards price reduction.

This market context strongly affected MCO performance in 2005, particularly in the first half, leading to a yearly fall in advertising revenues by 13% to €16.5 million, and thus also hurting operating margins. Nonetheless, we estimate MCO was able to keep its market share around 20% in the last year.

2005 was still a very important year for MCO to consolidate its position as the second largest player in the outdoor segment, reinforcing the quality and credibility of its products, optimizing internal processes and developing a closer relation with its clients. Some points of MCO activity in 2005 should be highlighted:

Regarding MCO products and offer:

- MCO TV – an innovative indoor advertising support in Portugal, based on audiovisual content (similar to a large television) displayed in the subway stations in Lisbon – had its real start in 2005;
- Completed the contract renewals pending for the major transportation networks, including the deals closed and renewed with Fertagus and Metro do Porto (to be added to the ones done in 2004 with Carris, Metropolitano de Lisboa, STCP,

Transportes Urbanos de Braga, Refer, Transtejo/Soflusa and SatuOeiras);

- Overall improvement of the billboard networks, both on physical supports and on locations;
- Increase of the display network in Oporto area following the new subway stations opened;
- Market research and development of new outdoor advertising supports for buses, with larger, more visible and attractive panels, which are more durable and can be reusable by advertisers.

Concerning the organization and the company processes:

- Completed implementation of an integrated M.I.S. (Management Information System), critical to enable a full rationalization of the operations, cost savings and better customer service;
- Implementation of a quality control system – essential in a media where audiences are not measured and therefore depends even more on perceived product quality by advertisers and agencies;
- Development of a strategic marketing area to increase the quality and quantity of the information about MCO products and to provide a better and detailed understanding of the customer needs;
- Operational restructuring of the company, reducing levels and divisions in management.

EXPECTED EVOLUTION IN ACTIVITY FOR 2006

Forecasts for the outdoor segment as well as for all the advertising market in 2006 are similar to 2005: limited market growth and strong competition, which requires a strong focus on cost control and on leveraging MCO's unique (and renewed) products such as the new bus displays, MCO TV and indoor areas within subway stations (“espaço metro”).

IMPRENSA

PRESS

As receitas de imprensa cresceram acima do mercado em todas as áreas:
vendas em banca, produtos integrados e publicidade.

Press revenues grew above the market in all its components:
newsstand sales and subscriptions, integrated product promotions and advertising.

Lux

briefing

casas
de PORTUGAL

MAXMEN

Lux Woman

AUTO
COMÉRCIO

GRAZIA

REVISTA DE
VINHOS



IMPRENSA

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EM 2005

As receitas publicitárias consolidadas de imprensa cresceram 10% em 2005, apesar do mercado publicitário da imprensa não diária praticamente ter estagnado em 2005. Este resultado foi consequência de ganhos de circulação e de audiências dos principais títulos da Media Capital Edições. E bem como da reorganização do departamento de venda de publicidade. Ao crescimento das vendas de publicidade, acresceu também um aumento das receitas provenientes das vendas das publicações em banca e de novos projectos de venda opcional de produtos associados às publicações que de um modo geral, obtiveram excelentes resultados.

2005, foi por isso um ano de consolidação de projectos da MCE. A gestão da operação continuou a dedicar especial atenção ao relançamento dos produtos de venda integrada (responsáveis por quase um terço das receitas em 2005), bem como à tomada de medidas estruturais visando a racionalização dos custos operacionais da empresa e a centralização de funções. Um exemplo destas melhorias foram os sucessivos ajustes nas tiragens, número de páginas e orçamentos editoriais de quase todas as publicações, no sentido de melhorar a rentabilidade de cada produto e da empresa como um todo.

Alguns factos merecem particular destaque:

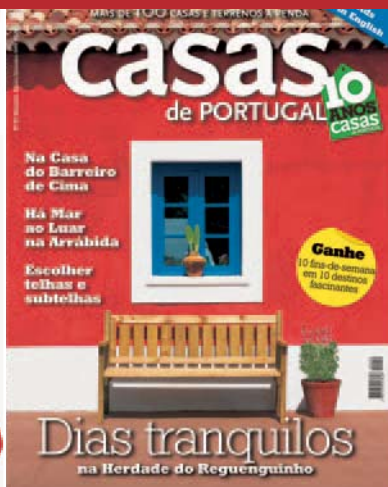
- A Lux Woman acabou o ano com um crescimento de audiência face ao ano anterior, chegando a conquistar

a liderança de audiência do seu segmento durante o ano;

- O crescimento, pelo segundo ano consecutivo, da circulação da Lux Woman, sendo que em 2005 registou um aumento na ordem dos 14% face ao ano anterior;
- A Maxmen manteve a liderança absoluta do segmento e registou um crescimento de circulação de 14% face a 2004;
- Foram também encerradas em 2005 algumas publicações dado que não atingiram os patamares definidos pela MCE como objectivo mínimo para o seu desenvolvimento e rentabilização, como foi o caso das revistas Notícias Choque, Novo Astral e Recreio.

EVOLUÇÃO ESPERADA DA ACTIVIDADE EM 2006

Para 2006, a actividade da empresa irá centrar-se no desenvolvimento das publicações existentes, na procura de uma cada vez melhor racionalização da estrutura, e na rentabilização da estrutura e capacidades da equipa da MCE para lançar novos títulos que se venham a revelar oportunos, relevantes e potencialmente rentáveis. Enquadrado neste último ponto, e resultados de uma parceria estabelecida com a maior editora de revistas em Itália, a Mondadori, a MCE irá lançar logo no início de 2006 a revista semanal feminina Grazia, seguida do lançamento de outro título – a Auto Comércio – este em parceria com a AB Motor, e destinando-se ao mercado de automóveis em segunda mão – ambas a serem lançadas com uma estrutura própria muito reduzida e com um investimento limitado.



Circulação Média ('000) Average circulation ('000)	2004	2005*
Lux	76	69
Lux Woman	45	49
Maxmen	53	61
Casas Port.	14	13

Fonte /Source: APCT

* Média dos 3 primeiros trimestres (último trimestre ainda não disponível)
*Average of the first 3 quarters of 2005 (last quarter not yet available)

Audiências (média do ano) Average year audiences	2004	2005
Lux	3.8%	3.7%
Lux Woman	2.3%	2.7%
Maxmen	3.6%	4.8%
Casas Port.	1.5%	1.6%

Fonte /Source: Marktest



PRESS

ACTIVITY EVOLUTION IN 2005

Consolidated press advertising revenues grew by 10% in 2005, despite an almost flat non daily press advertising market. This good result was due to circulation and audience gains by MCE's main titles, as well as from the reorganization of its sales force. Together with the growth in advertising revenues, newsstand sales revenues also increased and the new integrated product promotions sold with these magazines, delivered overall outstanding results.

2005 was therefore a consolidation year for MCE main projects. The management team continued to pay a special attention to the next wave of integrated product promotions (which accounted for almost a third of the revenues in 2005), and to the rationalization of the main operational costs and to the centralization of some functional areas. Examples of these improvements were the successive adjustments in the print run margin, number of pages per issue and in the editorial budgets of almost all MCE publications, to improve the profitability of each magazine and of the company as a whole.

Some facts deserve a special mention:

- Lux Woman ended the year with a growing audience versus the previous year, and during some time in 2005, managed to become leader in the segment audiences;

- Lux Woman's circulation grew for the second consecutive year with a 14% growth in 2005;
- Maxmen maintained its absolute leadership of the male magazine segment and grew its circulation by 14% vs. 2004;
- In 2005 some magazines were closed or discontinued given that they did not reach the minimal profitability levels required for further development. This was the case of Notícias Choque, Novo Astral and Recreio magazines.

EXPECTED ACTIVITY EVOLUTION FOR 2006

In 2006, MCE activity will be focused on the development of the existing magazine portfolio and on the continued rationalization of the fixed structure, leveraging it to launch additional titles that may arise as relevant and potentially profitable opportunities for MCE. The partnership established with the largest publisher in Italy, Mondadori may provide such opportunities for MCE as the launch in January 2006 of a weekly glossy women magazine under Mondadori's "Grazia" franchise. Another source of potential title opportunities comes from Media Capital content as was the case of "Auto Comercio"; a partnership with AB Motor classified ads portal that translated into a monthly magazine focused on the used car market. In both cases, the investment required to launch the titles was very limited and both used mostly the already existing common structure and team.

INTERNET

O IOL é um dos 3 principais portais de Internet
e líder de publicidade online com quase um terço do mercado.

IOL is a top 3 internet portal
and is market leader in online advertising with a third of the market.



www.ioltalki.pt

Gigabytes de chamadas grátis.

iol talki



O Mundial 2006 é no Maisfutebol:

-Jogos ao vivo
-Informação permanente
E muito mais!



INTERNET

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EM 2005

Em 2005, a actividade da MCM e das suas participadas manteve-se totalmente focada no sector da Internet em Portugal. A evolução deste sector em 2005 pode ser caracterizada por três principais tendências: a continuação do aumento gradual da penetração da Internet a nível residencial; a migração dos utilizadores de serviços de acesso de banda estreita, como o IOL, para serviços de acesso de banda larga, e dentro destes com particular incidência para serviços baseados na tecnologia ADSL; e o despertar dos serviços de telefonia sobre Internet (ou VOIP – Voz sobre IP), tendência em grande medida inspirada pela compra recente do operador especializado Skype pela empresa de leilões “online” E-Bay.

Neste contexto, a actividade da MCM em 2005 organizou-se à volta de três linhas de negócio principais:

- **(1) a de “online media”** – a principal actividade desta área de negócio – dentro da qual as empresas MCM e Agefin (Agência Financeira) disputaram o mercado de publicidade na Internet com os outros principais portais nacionais – Sapo e Clix – prestando também serviços editoriais diversos (aos operadores móveis, ao jornal Metro, etc) a partir dos seus conteúdos próprios mais conhecidos como os sites Mais futebol, Portugal Diário, Agência Financeira e outros;
- **(2) a de “acesso, voz e outros serviços residenciais”** – que esteve concentrada na MC Telecom, tornando esta empresa o terceiro maior prestador de serviços de acesso

de banda estreita e um dos pioneiros dos serviços de VOIP em Portugal;

- **(3) a de “directório”** – concentrada na AB Motor, que no final de 2005, alojava os “sites” de cerca de 900 pequenas empresas para os quais gerava oportunidades de negócio – de venda de carros, de imóveis ou de serviços – a partir do tráfego atraído recorrendo à rede de “sites” do IOL.

Para além destas três áreas de negócio, a MCM manteve uma presença residual em outros segmentos online, nomeadamente na venda de bilhetes para espectáculos pela Internet, na venda de produtos pela Internet e na venda de toques e imagens para telemóvel pela Internet. Estas áreas de negócio de menor dimensão passaram a ser geridas no contexto da área de “online media”, para que possam beneficiar mais livremente do inventário de publicidade por esta gerado.

Em termos de estrutura, todas as linhas de negócio acima referidas partilharam um conjunto de recursos centrais, entre os quais se incluíram, por exemplo: a administração da empresa, as funções legais, administrativo-financeiras, e a gestão e manutenção da infra-estrutura técnica e das instalações.

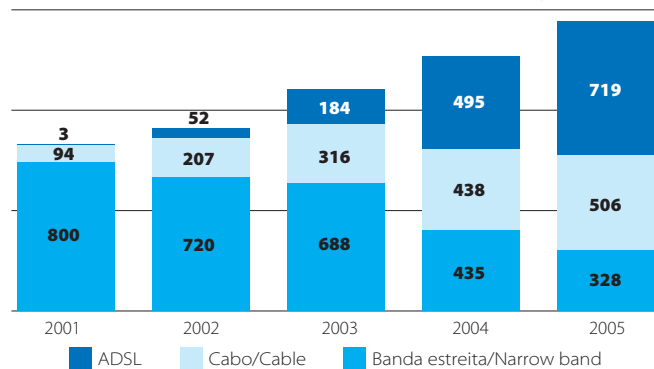
A actividade da MCM em 2005 será melhor compreendida se analisada ao nível de cada uma das áreas em que se compõe a empresa.

A actividade de “online media” teve por principal objectivo em 2005 tornar este negócio auto-suficiente a nível



EVOLUÇÃO DO ACESSO À INTERNET EM PORTUGAL Milhares de assinantes e utilizadores activos no final do ano

INTERNET ACCESS EVOLUTION IN PORTUGAL Thousands of subscribers and active users at year end



INTERNET

INCORPORAÇÃO DE NOVOS PROJECTOS EDITORIAIS DA MCM NA REDE IOL EM 2005

NEW EDITORIAL PROJECTS LAUNCHED INTO IOL SITE NETWORK IN 2005

Fevereiro	February	Liga IOL (Football Game)
Junho	June	MaisMundial 2006 (FIFA World Cup)
Julho	July	DiasFelizes (2ª fase) (2nd phase) (Marriages)
Agosto	August	IOL Cinema (Movies)
Setembro	September	LifeCooler (Tourism and travel)
Outubro	October	Jogos Games – Web Servers and news
Novembro	November	IOL Preços (Price comparison)
Dezembro	December	Lisboa-Dakar 2006 (Rally)

ACTIVITY EVOLUTION IN 2005

In 2005, the activity of MCM and its affiliated companies remained focused on the domestic Internet sector. The evolution of this sector in 2005 can be explained by three main trends: the continued and gradual increase of the internet household penetration; the migration of the narrow band internet accesses, such as IOL, to broadband providers – and particularly to ADSL based services; and the appearance of the telephony over internet (or VoIP – Voice over IP) services, a trend largely inspired by the recent acquisition of the specialized VoIP provider Skype by the online auction company E-Bay.

■ **1. Online media** – the main activity of this business unit, and where MCM and Agefin (Agência Financeira) sell online advertising competing with the other national portals (Sapo and Clix) and provide several editorial services (to mobile operators, to Metro newspaper, etc) based on its unique reference content provided by the sites “Mais futebol” (sports), “Portugal Diário” (news), “Agência Financeira” (economy and finance), and others;

■ **2. Access, voice and other residential services** – carried out by MC Telecom that became the third largest narrowband Internet Access service provider and one of the pioneers of VoIP services in Portugal;

■ **3. Directory** – built around AB Motor, which by the end of 2005, hosted sites of around 900 small businesses, providing them with business leads – sale of cars, of houses, or of services – from the traffic generated by IOL’s network of Internet sites.

Besides these three business lines, MCM also has a small scale presence in other online segments, such as the online ticket sales (for shows, concerts, theatres, etc), an online shopping mall and the online sale of ring tones and other applications for mobile phones. These smaller products and services are managed within the online media, so that they can further benefit from the advertising inventory available.

Concerning structure, all those businesses share a common centralized resource pool, which includes administrative services, legal, finance and the maintenance of the technical support and facilities.

da tesouraria. Com este objectivo em vista, a equipa de gestão pôs um grande ênfase no crescimento das receitas de publicidade em dinheiro e na contenção dos custos de pessoal. Este objectivo foi plenamente conseguido, mantendo-se a MCM como a empresa líder em termos de publicidade online vendida (com quase um terço do mercado de publicidade na Internet) e vendo as suas receitas brutas em dinheiro registar um aumento de 42% face a 2004, aumentando também assim o peso das receitas em dinheiro no total da publicidade vendida em detrimento de permutas ou de publicidade colocada por outras empresas do Grupo Media Capital.

A contenção dos custos de pessoal levou a uma redução significativa da equipa dedicada a produzir conteúdos específicos para a Internet traduzidas na saída da equipa da MCM que estava dedicada a editar o jornal gratuito Metro para integração na sua editora Transjornal. Esta redução da equipa, ainda que restringindo a capacidade de elaboração e renovação de conteúdos, não impediu, ainda assim, que fossem lançados 8 novos “sites” na rede IOL – quer com conteúdos próprios novos e relacionados com outras páginas do IOL, quer através de parcerias com entidades produtoras de conteúdos interessantes para complementar a oferta dos sites IOL – e que o tráfego continuasse a crescer, embora a um ritmo inferior ao do ano passado.

A actividade de “Acesso e Voz” em 2005 esteve condicionada pela não presença do IOL na banda larga, com a inevitável erosão esperada da sua base de subscritores. Assumindo que não havia margem para subir o preço do acesso IOL, por já ser mais elevado que o dos seus principais concorrentes, e que a publicidade ao acesso IOL não atrairia novos utilizadores do serviço, o único objectivo da equipa de gestão nesta área de actividade em 2005 foi o de gerir (retardar) com rigor a queda do negócio, objectivo que foi satisfatoriamente atingido com uma queda das receitas de cerca de 44%.

Para compensar esta perda de clientes, a MCM lançou em Julho de 2005 o IOL Talki, o seu serviço de VOIP. O grupo PT reagiu poucos dias depois acrescentando funcionalidades de comunicação voz ao Sapo Messenger que apenas permitem a comunicação dentro da sua “rede”, ou seja, apenas entre utilizadores do Sapo Messenger (enquanto o IOL Talki permite a comunicação para quaisquer outras redes).

Quanto à actividade de directório, esta teve como principal objectivo em 2005 alargar a sua base de clientes, mantendo a estrutura de custos sob controlo, o que também foi conseguido de forma satisfatória.

Em termos de recursos partilhados, a MCM reduziu em cerca de 26% a estrutura de custos fixos, sobretudo através da renegociação de contratos anuais como o de manutenção técnica com a IDW e o de largura de banda com a Novis, mas também reduzindo a sua equipa de colaboradores como referido acima.

EVOLUÇÃO ESPERADA DA ACTIVIDADE EM 2006

Em continuidade com o trabalho desenvolvido em 2005, a MCM terá quatro objectivos fundamentais para 2006:

- **1. Rentabilização do negócio de “online media”**
 - crescendo o tráfego da rede IOL com uma página de entrada do portal renovada e com apostas selectivas em conteúdos de informação e de entretenimento; crescendo também as receitas de publicidade, e optimização da prestação de serviços editoriais aos operadores de telemóveis e a outros meios de comunicação (como o jornal diário gratuito Metro);
- **2. Rentabilização do negócio de “directório”**
 - com o alargamento da base de clientes de mediação imobiliária, o aumento das receitas dos clientes actuais de venda automóvel, através do lançamento de uma revista mensal dedicada a esta actividade, em parceria com a MC Edições, e com a extensão deste modelo de negócio a outros sectores, suportado por uma equipa de tele-vendas;
- **3. Gestão do negócio de “acesso e voz”** – crescendo a base de utilizadores do serviço IOL Talki, gestão de preços no acesso de banda estreita para minimizar e retardar a esperada queda deste negócio, e com a avaliação do interesse de um eventual relançamento de um serviço de acesso de banda larga, seja com base na tecnologia ADSL seja com base em novas tecnologias.
- **4. Redução continuada dos custos de estrutura centrais,** nomeadamente com a exploração de sinergias com o Grupo Media Capital nas áreas administrativa e financeira e técnica.



agenciafinanceira

MCM activity can be better understood if analyzed by each of those business lines.

“Online media’s” main purpose in 2005 was to become a financially (cash) self sufficient project. With this goal in sight, the management team placed great emphasis on advertising revenue growth and on keeping payroll costs flat. This objective was achieved with MCM continuing as the leader on internet advertising revenue (with almost one third of the total internet advertising market), increasing its gross revenues by 42% vs. 2004.

The cost control in payroll led to a significant reduction of the team was allocated to the production of internet content as was the case of the integration of the editorial team that does Metro Newspaper (that were part of MCM) into Transjornal (the company that owns the newspaper). This staff reduction, while limiting the ability to develop and update internet content, did not prevent, however, the launch of 8 new sites in the IOL site network, both with new own content from other IOL sites as well as through partnerships with other content producers for relevant content to complement IOL global offer. Traffic to IOL site network also continued to grow, although at a lower pace than in 2004 and also increasing the proportion of cash advertising revenue in its total sales at the expense of internal barter with other MC companies.

The “access and voice” operation was conditioned by the fact that IOL is not present in the broadband segment, with unavoidable erosion of its subscriber base in 2005. Considering that IOL had no room for price increase given its already higher prices than its competitors and that advertising the access service would not bring new users, the only objective of the management team in this area was to manage and delay the overall business decline, a goal that was met in a satisfactory way with a revenue drop of 44%. To compensate this client and revenue loss,

MCM launched IOL Talki, a VoIP service, in July 2005.

As for the directory activity, the main objective in 2005 was to broaden its client base while keeping its cost structure under control, which was also achieved.

Regarding the shared resources, MCM managed to reduce its fixes costs by around 26%, mainly through renegotiations of its annual contracts for technical maintenance with IDW or the bandwidth contract with Novis, but also through a headcount reduction, as mentioned before.

EXPECTED ACTIVITY EVOLUTION FOR 2006

In line with the work developed in 2005, MCM will have four main objectives for 2006:

- **1. Improving the profitability of the “online media” business by:** growing traffic in the IOL site network with a renewed home page and with new, selected news and entertainment content; growing advertising revenues and optimizing the editorial service provided to mobile phone operators and to other media (such as the Metro newspaper);
- **2. Turning the “directory” business profitable –** with the increase of its real estate client base, the growth of revenues from current car sales clients, through the launch of a monthly auto magazine with MC Edições, and with the extension of this business model to other sectors, supported by a sales phone team;
- **3. Management of the “access and voice” business by:** growing IOL Talki’s user base; managing the price in narrow band to minimize and delay the expected decline in this business; and considering a potential reentry in the broadband internet access service, using ADSL or other new technologies;
- **4. Continued reduction of the central structure costs,** namely by exploring synergies with Grupo Media Capital in the administrative, financial and technical areas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

SOCIAL RESPONSIBILITY

Em 2005, as **iniciativas apoiadas pela TVI** angariaram mais de 2 milhões de euros.

*In 2005, the **initiatives supported by TVI** raised over 2 million euros.*



O Grupo Media Capital, assumindo-se como a empresa de referência do sector dos meios de comunicação social, e beneficiando do facto de ter uma presença muito forte na maior parte dos segmentos de mercado, tem vindo a desenvolver – sobretudo através das suas empresas – uma intensa actividade de apoio a projectos e iniciativas de interesse social, enquadrados na sua política de responsabilidade social.

Aliás, o sector dos media tem uma capacidade única – a de, utilizando a sua capacidade de projecção e mediatização do evento junto do público em geral – poder ajudar a capitalizar o esforço de todo o país para o apoio a algumas dessas causas e iniciativas, ajudando não só a angariar mais fundos mas também a credibilizar e a aumentar a visibilidade dessas iniciativas. Neste contexto, cada uma das empresas do Grupo Media Capital abraçou causas diferentes, conforme o público a que se dirigia e com o fim de maximizar o apoio prestado e o impacto final na sociedade.

TVI

A TVI, ao longo do ano de 2005 continuou a apoiar dezenas de iniciativas de cariz sócio-caritativo através da divulgação em condições especiais, em espaço publicitário ou dentro dos seus programas (de informação ou entretenimento).

Entre as principais iniciativas apoiadas, contam-se a “Missão Sorriso”, em que, pelo terceiro ano consecutivo, a TVI se associou à Sonae com o objectivo de angariar fundos para garantir equipamentos específicos aos serviços de pediatria de 19 hospitais portugueses. Os fundos conseguidos com a venda do Livro / CD (donativo de €1 por cada unidade vendida) atingiram 120 mil euros em 2003, 500 mil euros em 2004 e uma estimativa de cerca de 700 mil euros em 2005. Esta iniciativa uniu esforços de ambas as instituições, a colaboração de diversas personalidades conhecidas da estação e a emissão de 3 programas especialmente dedicados a este projecto.

A acção “Portugal Solidário com as Vítimas da Ásia”, realizada em Janeiro de 2005, em colaboração entre a TVI e a Cruz Vermelha Portuguesa, apelou a donativos para ajudar as vítimas do tsunami no Sudoeste asiático, tendo angariado cerca de 1 milhão e 200 mil euros entregues à Cruz Vermelha Internacional.

Da mesma forma, durante o Verão de 2005, com a ocorrência dos enormes incêndios que devastaram o território português e à semelhança do acontecido no Verão de 2003, a TVI, em associação com a Cruz Vermelha Portuguesa, lançou a campanha “Portugal solidário – Incêndios 2005” que angariou 115 mil euros, cuja aplicação foi gerida pela Cruz Vermelha Portuguesa destinados à reconstrução das casas destruídas por esses incêndios.

Em todo o caso, talvez a maior contribuição da TVI em termos de responsabilidade social constitua o seu papel determinante no desenvolvimento do sector audiovisual de televisão como

resultado de uma aposta – ganha – na produção de ficção em Portugal. De facto, quando em 2001 iniciou a transmissão regular de produtos de ficção portuguesa (na sua maior parte novelas e séries produzidas pela NBP) no horário nobre, a programação dos principais canais de televisão apostava sobretudo em formatos de entretenimento, programas de desporto, séries e filmes estrangeiros, e, sobretudo, em novelas brasileiras. Actualmente, a TVI tem o seu horário relevante de emissão (entre as 7:00 e as 24:00) praticamente ocupado com 100% de programação nacional (seja de produção própria, como a informação ou *talk shows*, seja produzida por terceiros como a NBP). Esta aposta inicial da NBP, depois exponenciada pela TVI, fez com que rapidamente, todo um sector – desde a formação de actores, à adaptação e criação de guiões, passando pelo desenho de figurinos e de cenários e, porque não dizê-lo, também pela evolução dos aspectos técnicos da produção e edição deste tipo de programas – se desenvolvesse para responder às necessidades da TVI, criando condições para o desenvolvimento de centenas de novos profissionais do sector em Portugal.

MCR

Em 2005 a MCR continuou a desempenhar um papel importante nas áreas de solidariedade e ajuda à comunidade. De entre estas iniciativas apoiadas e divulgadas, destacam-se algumas.

A Rádio Comercial organizou através de campanhas on-air e online, uma recolha de fundos para um projecto da AMI de ajuda aos órfãos vítimas do tsunami na Ásia. A mesma estação fez também, ao longo do ano, várias campanhas de sensibilização aos condutores sobre segurança rodoviária. Foi também feita uma especial chamada de atenção para as crianças com a campanha “Miúdos seguros” e finalizou-se o ano em colaboração com a PRP (Prevenção Rodoviária Portuguesa) na campanha “Natal em segurança”.

A Cidade FM apoiou a Crinabel com uma iniciativa original – “Pedro de aluguer” – em que o locutor do programa da manhã (Pedro Marques) desempenhou tarefas pedidas pelos ouvintes, revertendo as receitas angariadas a favor da referida associação.

MCO

A MCO tem apoiado de forma continuada várias iniciativas, instituições e organismos, cujos objectivos sejam de carácter cultural e/ou social. Assim, em 2005, para além do apoio à divulgação de exposições, concertos e instalações diversas, a MCO apoiou regularmente entidades como o Jardim Zoológico de Lisboa, o Oceanário ou a Fundação de Serralves. Apoiou igualmente a campanha contra a pirataria patrocinada pelos autores e pelas indústrias musical, televisiva e cinematográfica. Dada a sua proximidade aos operadores de transportes públicos, a MCO apoiou também várias campanhas de promoção dos transportes públicos e da Prevenção Rodoviária Portuguesa.

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY

As a reference company in the media sector, and leveraging on a very strong presence in most of the media segments, Grupo Media Capital has been developing – mainly through its companies – an intense activity to support external projects and initiatives that have social relevant interest, within a defined social responsibility policy.

The media sector has a unique ability to reach large audiences and leverage on this promotion effect to increase the public awareness about those initiatives. In this way, media companies not only help to raise funds but also provide credibility and increase the visibility of these projects and its impact. In this context, each company from Grupo Media Capital support different causes, depending on their target audiences and the potential positive impact on the Society.

TVI

TVI continued to support dozens of social and charity initiatives, promoting them both in special advertising spaces and within its news and entertainment programs.

One of the main activities supported was “Missão Sorriso”, which, for the third consecutive year associated TVI and Sonae (the largest Portuguese retailer) under the common goal to raise funds for the equipment of pediatric services in nineteen Portuguese hospitals. The overall amount rose with the sale of the book/CD (donation of €1 per unit sold) were €120 thousand in 2003, €500 thousand in 2004 and €700 thousand in 2005. This initiative not only joined the efforts of both companies, but also included the participation of many TVI known personalities in three special shows broadcasted by TVI.

“Portugal Solidário com as Vítimas da Ásia” an initiative that took place in January 2005, in cooperation with the Portuguese Red Cross asked people for donations to help the Tsunami victims in Southeast Asia and raised around €1.2 million that were handed out to the International Red Cross.

Likewise, during the forest fire crisis that devastated vast areas in the summer of 2005, TVI once again launched an initiative in association with the Portuguese Red Cross. This was similar to the one that was done in 2003 and raised €115 thousand that were delivered to the Portuguese Red Cross and were directed for the rebuilding of houses destroyed by the fires.

However, perhaps the greatest example of social responsibility from TVI has been its decisive role in the development of the whole audiovisual sector in Portugal as a result of a successful commitment with the production of television fiction in Portugal. When VI started to air (in 2001) Portuguese fiction programs in its prime time (mostly soap operas and series produced by NBP) the program grids of the other main television channels included almost only entertainment formats, sports shows, foreign series and movies, and, above

all other formats, Brazilian soaps operas (“novellas”). Today, TVI broadcasts nearly 100% of national programs in its most relevant period during weekdays (between 7AM and 12 PM). These include both TVI’s own production such as news and talk shows and also external production (mostly from NBP). This initial investment and commitment from NBP, that soon was taken up by TVI, contributed for the development of a whole new sector, from the training of actors to the writing and adaptation of scripts, not to mention specific efforts such as wardrobe management, set production and to an overall improvement in the technical areas of direction, production and editing of fiction. This not only addressed TVI needs but also contributed for the development of hundreds of new professionals in the audiovisual sector in Portugal.

MCR

In 2005 MCR continued to play an important role regarding solidarity projects and aiding the community. Among the initiatives supported and promoted by MCR were:

The fundraising campaign organized by Rádio Comercial, both on-air and online, for the AMI project to help the tsunami orphans in Asia. It also supported several car safety campaigns during the year, specially, promoting the issue of child safety with the campaign “Miudos Seguros” (‘safe kids’) campaign and the Christmas campaign done together with PRP (Prevenção Rodoviária Portuguesa – the national car accident prevention authority) called “Natal em segurança” (‘safe Christmas’).

Cidade FM also supported Crinabel with its host Pedro Marques doing tasks asked by the listeners and directing the money raised to this charity institution.

MCO

MCO has been a regular supporter of several initiatives and institutions that have charity, social support or cultural objectives. In 2005, beyond the usual promotion of concerts, exhibitions and projects, MCO helped the Lisbon Zoo, the Lisbon Oceanarium and the Serralves Foundation in Oporto. It was part of the promotion effort against piracy organized by authors and the music, television and cinema industries. In addition, and due to its special relation with the transport operators, MCO also supported and promoted several different campaigns to use the public transports and to prevent car accidents.



**DISPOSIÇÕES
LEGAIS**

LEGAL PROVISIONS

Acções próprias

Nos termos do art. 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que durante o ano de 2005 não foram adquiridas acções próprias, pelo que em 31 de Dezembro de 2005 não eram detidas quaisquer acções próprias.

Anexo a que se refere o art. 448º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do artigo supracitado, comunicamos o número de acções detidas, a 31 de Dezembro de 2005, pelos accionistas que informaram ser titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital:

- Vertex SGPS, S.A. (27.889.349 acções, 33,00% do capital social)
- UFA Film und Fernseh GmbH (27.197.030 acções, 32,18% do capital social)

Lista de Participações Qualificadas (conhecidas a 31 de Dezembro de 2005)

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do N.º 1 do artigo 8º do Regulamento da CMVM N.º 4/2004, comunicamos a lista de participações qualificadas:

ACCIONISTA SHAREHOLDERS	Nº DE ACÇÕES DETIDAS NO. OF OWNED SHARES	PERCENTAGEM DO CAPITAL SOCIAL PERCENTAGE OF SHARE CAPITAL	PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO PERCENTAGE OF VOTING RIGHTS
Vertex SGPS, SA	27.889.349	33,00%	33,00%

A Vertex SGPS, SA é detida a 100% pela sociedade Promotora de Informaciones, SA. A Promotora de Informaciones, SA é, por sua vez, controlada indirectamente pelo Senhor Jesús de Polanco Gutiérrez que detém o controle directo de duas sociedades, a saber, a Promotora de Publicaciones, SL e a Timon, SA que detém, respectivamente, 44,53% e 18,47% das acções representativas do capital social daquela sociedade.

Own Shares

In accordance with Article 66 of the Portuguese Companies Code, please be informed that during 2005 there were no acquisitions of own shares, and hence on 31 December 2005 the Company held no own shares.

Supplement set forth in Article 448 of the Portuguese Companies Code

With regard to the abovementioned Article, please note that the number of shares held, on 31 December, by the shareholders who provided information in this regard, amounting to at least, a tenth, a third or half of the share capital are:

- Vertex SGPS, S.A. (27,889,349 shares, 33.00% of the share capital)
- UFA Film und Fernseh GmbH (27,197,030 shares, 32.18% of the share capital)

List of Qualified Holdings (on 31 December 2005)

For the terms and effects of paragraph e) of No. 1 of Article 8 of CMVM's Regulation 4/2004, please find below the list of qualified holdings which the Company had knowledge of on 31 December 2005:

Vertex SGPS, S.A. is 100% owned by the company Promotora de Informaciones, SA., which in turn is indirectly controlled by Mr. Jesús de Polanco Gutiérrez who has full control over two companies, Promotora de Publicaciones, SL and Timon, SA which own 44.53% and 18.47%, respectively, of the shares representing the share capital of the said company.

ACCIONISTA SHAREHOLDERS	Nº DE ACÇÕES DETIDAS NO. OF OWNED SHARES	PERCENTAGEM DO CAPITAL SOCIAL PERCENTAGE OF SHARE CAPITAL	PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO PERCENTAGE OF VOTING RIGHTS
UFA Film - und Fernseh GmbH	27.197.030	32,18%	32,18%

A UFA Film - und Fernseh GmbH é detida em 100% pela sociedade RTL Group Deutschland GmbH, a qual é detida a 100% pela sociedade CLT-UFA SA, a qual é detida a 99,7% pela sociedade RTL Group SA. A sociedade RTL Group SA é detida em 90,4% pela sociedade Bertelsmann TV Beteiligungs GmbH a qual é detida a 100% pela sociedade Bertelsmann AG.

The UFA Film und Fernseh GmbH is 100% owned by RTL Group Deutschland GmbH, which is 100% owned by CFT-UFA SA, which in turn is 99.7% owned by RTL Group SA. The company RTL Group SA is 90.4% owned by Bertelsmann TV Beteiligungs GmbH, which in turn is 100% owned by the company Bertelsmann AG.

ACCIONISTA SHAREHOLDERS	Nº DE ACÇÕES DETIDAS NO. OF OWNED SHARES	PERCENTAGEM DO CAPITAL SOCIAL PERCENTAGE OF SHARE CAPITAL	PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO PERCENTAGE OF VOTING RIGHTS
Berggruen Holding Ltd.	7.084.746	8,38%	8,38%

Nos termos do artigo 20º nº1 do Código dos Valores Mobiliários a totalidade dos direitos de voto da Berggruen Holding Ltd. são imputáveis ao Senhor Nicolas Berggruen.

In accordance with Article 20 No. 1 of the Portuguese Securities Code, the whole voting rights held by Berggruen Holding Ltd. are attributed to Mr. Nicolas Berggruen.

ACCIONISTA SHAREHOLDERS	Nº DE AÇÕES DETIDAS NO. OF OWNED SHARES	PERCENTAGEM DO CAPITAL SOCIAL PERCENTAGE OF SHARE CAPITAL	PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO PERCENTAGE OF VOTING RIGHTS
Titularidade directa <i>Direct ownership</i>	289.000	0,34%	0,34%
Titularidade indirecta através da Courical Holding BV <i>Indirect ownership through Courical Holding BV</i>	5.839.217	6,91%	6,91%
Titularidade indirecta através da Partrouge SGPS, SA <i>Indirect ownership through Partrouge SGPS, SA</i>	241.446	0,29%	0,29%
Total Eng. Miguel Pais do Amaral Total Mr. Miguel Pais do Amaral	6.369.663	7,54%	7,54%

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, comunicamos as acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2005.

Securities issued by the company and held by members of the corporate bodies

In the terms and for the effects of Article 447 of the Portuguese Companies Code, we hereby inform you of the shares held by the members of the Corporate Bodies of the Company, on 31 December 2005.

	AÇÕES SHARES	Nº TÍTULOS 31-12-05 NO. OF SHARES 31-12-05	MOVIMENTOS EM 2005/ TRANSACTIONS 2005			
			AQUISIÇÕES ACQUISITIONS	ALIENAÇÕES ALIENATIONS	PREÇO UNITÁRIO UNIT PRICE	DATA DATE
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	GMC	289.000	289.000		4,35	21 Julho
				1.000.000	6,70	21 Outubro
Manuel Polanco Moreno		0				
Miguel Gil Peral		0				
Elmar Heggen		0				
Juan Luis Cebrián Echarri		0				
Annet Aris		0				
Jaime Roque de Pinho d' Almeida		0				

Adicionalmente, o Eng.º Miguel Pais do Amaral realizou as seguintes transacções durante o exercício de 2005 através das sociedades por si dominadas: A sociedade Courical Holding BV, adquiriu no dia 25 de Agosto 1.655.316 acções ao preço médio de €6,81; no dia 21 de Outubro adquiriu 2.659.234 acções ao preço médio de €6,70; no dia 21 de Outubro alienou 2.659.234 acções ao preço médio de €6,70; no dia 21 de Novembro adquiriu 948.375 acções ao preço médio de €7,86; no dia 28 de Novembro adquiriu 570.745 acções ao preço médio de €7,27; no dia 29 de Novembro adquiriu 200.000 acções ao preço médio de €7,55; no dia 30 de Novembro adquiriu 1.200.000 ao preço médio de €6,76; no dia 1 de Dezembro adquiriu 3.300.306 acções ao preço médio de €8,02; no dia 6 de Dezembro alienou 2.035.525 acções ao preço médio de €7,89. A sociedade Partrouge SGPS, SA, alienou no dia 1 de Março 50.000 acções ao preço médio de €5,69; em 17 de Maio adquiriu 20.000 acções ao preço médio de €5,90; em 21 de Outubro alienou 248.044 acções ao preço médio de €6,70.

O Sr. Bo Nilsson, que apresentou a renúncia ao seu mandato como administrador da Sociedade em 14 de Dezembro, realizou as seguintes transacções durante o exercício de 2005: Em 24 de Maio e através da sociedade Heisamore SGPS, SA, por si dominada, alienou 25.000 acções ao preço médio de € 6,50; no dia 25 de Maio e através da sociedade Heisamore SGPS, SA, por si dominada, alienou 12.500 acções ao preço

Additionally, Miguel Pais do Amaral has entered into the following transactions through the companies which he controls: On 25 August the company Courical Holding BV acquired 1,655,316 shares at the medium price of €6.81; on 21 October acquired 2,659,234 shares at the medium price of €6.70; on 21 October sold 2,659,234 shares at the medium price of €6.70; on 21 November acquired 948,375 shares at the medium price of €7.86; on 28 November acquired 570,745 shares at the medium price of €7.27; on 29 November acquired 200,000 shares at the medium price of €7.55; on 30 November acquired 1,200,00 shares at the medium price of €6.76, on 1 December acquired 3,300,306 shares at the medium price of €7.89. The company Partrouge SGPS, SA sold on 1 March 50,000 shares at the medium price of €5.69, on 17 May acquired 20,000 shares at the medium price of €5.90 and on 21 October sold 248,044 shares at the medium price of €6.70.

Mr. Bo Nilsson who renounced to his position as a board member of the Group on December 14, entered into the following transactions: On 24 May the company Heisamore SGPS, SA, which he controls, sold 25,000 shares at the medium price of €6.50; on 25 May the company Heisamore SGPS, SA, which he controls, sold 12,500 shares at the medium price of €6.50; on 27 May the company Heisamore SGPS, SA, which he controls, sold 12,500 shares at the medium price of €6.45; on

médio de €6,50; no dia 27 de Maio e através da sociedade Heisamore SGPS, SA, por si dominada, alienou 12.500 acções ao preço médio de €6,45; no dia 15 de Junho e através da sociedade Heisamore SGPS, SA, por si dominada, alienou 25.000 acções ao preço médio de €6,35; no dia 21 de Julho e em seu nome pessoal, adquiriu 201.000 acções ao preço médio de €4,35; em 21 e 22 de Novembro em seu nome e através da sociedade Heisamore SGPS, SA, por si dominada, alienou um total de 849.743 acções ao preço médio de €8,28; em 1 de Dezembro e através da sociedade Heisamore SGPS, SA, por si dominada, alienou 131.000 acções ao preço médio de €7,99.

Em 31 de Dezembro o Sr. Bo Nilsson não detinha quaisquer acções da Sociedade, quer directa quer indirectamente.

Fiscal Único

ACÇÕES SHARES	Nº TÍTULOS 31-12-05 NO. OF SHARES 31-12-05	MOVIMENTOS EM 2005/ TRANSACTIONS 2005			PREÇO UNITÁRIO UNIT PRICE	DATA DATE
		AQUISIÇÕES ACQUISITIONS	ALIENAÇÕES ALIENATIONS			
Deloitte & Associados, SROC	0					

June the company Heisamore SGPS, SA, which he controls, sold 25,000 shares at the medium price of €6.35; on 21 July he directly acquired 201,000 shares at the medium price of €4.35; on 21 and 22 November sold, directly and through the company Heisamore SGPS, SA, which he controls, 849,743 shares at the medium price of €8.28 and on 1 December the company Heisamore SGPS, SA, which he controls, sold 131,000 shares at the medium price of €7.99. At 31 December Mr. Bo Nilsson held no shares of the Group, either directly or indirectly.

Sole/Statutory Auditor

Relatório sobre o Governo da Sociedade

O Relatório sobre o Governo da Sociedade é apresentado em documento anexo ao presente relatório.

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado do exercício nas contas individuais elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal foi negativo em 326.054 euros (trezentos e vinte e seis mil e cinquenta e quatro euros), o qual propomos seja transferido para resultados transitados. Adicionalmente, propomos à Assembleia Geral que aprove a cobertura, através do prémio de emissão existente, do referido resultado negativo de 2005.

Agradecimentos

Não queremos terminar sem um agradecimento a todos que com a sua contribuição directa ou indirecta participaram no desenvolvimento deste Grupo.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2005

O Conselho de Administração:
Miguel Pais do Amaral (Presidente)
Manuel Polanco Moreno (Vogal)
Annet Aris (Vogal)
Elmar Heggen (Vogal)
Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Vogal)
Juan Luis Cebrián Echarri (Vogal)
Miguel Gil Peral (Vogal)

Corporate Governance Report

Please find in the separate annex the Company's Corporate Governance Report.

Proposal of Application of Results

The individual consolidated net result for this year, prepared taking into account the principles generally used in Portugal, registered a loss of 326,054 euros (three hundred and twenty six thousand and fifty four euros), which we propose to be transferred to accumulated results. Additionally, we propose that the Shareholders General Meeting approves the coverage, through the existing share premium, of the loss registered in 2005.

Acknowledgements

We would like to end this report by thanking all of those who have, be it direct or indirectly, contributed to the development of this Group.

Lisbon, 15 February 2006

The Board of Directors:
Miguel Pais do Amaral (Chairman)
Manuel Polanco Moreno (Executive Director)
Annet Aris (Non Executive Director)
Elmar Heggen (Non Executive Director)
Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Non Executive Director)
Juan Luis Cebrián Echarri (Non Executive Director)
Miguel Gil Peral (Executive Director)

Free translation for information purposes only. In the event of discrepancies, the Portuguese language version prevails.

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

CORPORATE GOVERNANCE REPORT

INTRODUÇÃO

A empresa Grupo Media Capital SGPS, S.A. (designado igualmente por “Grupo Media Capital”, “Media Capital” ou “Sociedade”) optou por incluir, em separado, ao Relatório e Contas de 2005, um anexo inteiramente dedicado ao Governo da Sociedade, nos termos do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, com as alterações introduzidas e republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, e pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005, sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A Media Capital reconhece a importância de um bom Governo da Sociedade no estabelecimento de uma relação aberta e frutífera entre os accionistas da Sociedade e a sua administração.

Os nossos princípios relativamente ao Governo da Sociedade guiam-se pela responsabilidade perante os accionistas, pela ausência de limitações ao exercício do voto pelos accionistas, pelo fornecimento de informação clara e transparente a todos os accionistas, pelo papel dos membros não executivos e independentes do conselho de administração e pelo desejo da administração de cumprir as suas obrigações perante os accionistas.

A nossa missão é a de aumentar o valor do investimento dos accionistas através de uma gestão cautelosa dos riscos inerentes ao negócio.

CAPÍTULO 0 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

O Grupo Media Capital cumpre com as recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades Cotadas, com cinco excepções:

1. Recomendação II – 2 – A CMVM recomenda que o período de depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral de accionistas não seja superior a cinco dias úteis. Os estatutos da Sociedade estabelecem que os accionistas apenas podem participar e votar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o décimo dia anterior à data da Assembleia Geral o que implica o bloqueio das acções com uma antecedência mínima de dez dias relativamente à data da Assembleia Geral. O Grupo Media Capital incentiva o exercício activo do direito de voto, nomeadamente, não estabelecendo restrições estatutárias ao exercício do voto por correspondência, disponibilizando aos accionistas boletins de voto para o exercício do voto por correspondência o qual deverá ser enviado para a Sociedade com uma antecedência mínima de cinco dias úteis relativamente à data da Assembleia Geral em conformidade com as recomendações da CMVM. A implementação de um período de depósito ou bloqueio das acções mais reduzido pressupõe a agilização do complexo processo de organização e preparação das Assembleias Gerais de sociedades cotadas. Assim que seja possível proceder à simplificação do processo de recepção e verificação das declarações dos intermediários financeiros atestando a qualidade de accionistas da Sociedade sem pôr em causa a realização atempada e organizada de Assembleias Gerais essa recomendação será adoptada.

INTRODUCTION

The company Grupo Media Capital SGPS, S.A. (hereinafter referred as to the “Media Capital Group”, “Media Capital” or the “Company”) has chosen to enclose a separate annex to the 2005 Annual Report and Accounts dedicated entirely to the Corporate Governance in accordance with CMVM Regulation no. 07/2001 as amended and re-published by CMVM Regulation no. 11/2003 and by CMVM Regulation no. 10/2005 on the Corporate Governance of listed companies.

GUIDING PRINCIPLES

Media Capital recognizes the importance of good governance in establishing an open and fruitful relationship between the Company’s shareholders and its management.

Our principles of Corporate Governance are guided by accountability to shareholders, absence of limitations on shareholders’ votes, clear and transparent information to all shareholders, the role of non executive independent board members and the management’s desire to meet its obligations to shareholders.

Our mission as management is to enhance the value of the shareholders’ investment by carefully managing the risks inherent to the business.

CHAPTER 0 – DECLARATION OF COMPLIANCE

The Media Capital Group complies with CMVM’s guidelines of Corporate Governance for listed companies with five exceptions:

1. Guideline II – 2 – The CMVM recommends a blocking period of the shares not exceeding five business days, in order to attend the shareholders’ general meeting. The Company’s Articles of Association set forth that shareholders can only participate and vote in a shareholders’ general meeting if they hold shares, at least, ten days before the shareholders’ general meeting takes place and, as a result, shares have to be blocked for a minimum ten days before the shareholders’ general meeting. The Media Capital Group encourages the active exercise of voting rights, in particular, there is no statutory restriction on the exercise of the vote by post, and voting bulletins are made available to shareholders for the exercise of their vote by post which must be sent to the Company within a minimum period of five business days before the shareholders’ general meeting takes place as recommended by the CMVM. The implementation of a more reduced period for the blocking of shares implies streamlining the complex process of organization and preparation of shareholders’ general meetings of listed companies. When the circumstances lead to a more simplified process regarding the reception and treatment of the banks’ statements attesting the quality of shareholders without affecting the holding of shareholders’ general meetings in a timely and organized manner the referred CMVM guideline will be adopted.

2. Recomendação IV – 7 – A CMVM recomenda a criação de comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários. As comissões em causa não foram criadas, tendo as funções de avaliação da estrutura e governo societários sido assumidas e garantidas pelo próprio Conselho de Administração ao nível individual da holding e pelos departamentos de controlo de gestão das suas sociedades subsidiárias ao nível das mesmas subsidiárias. No entanto é firme propósito do Conselho de Administração estudar a criação de comissões de controlo internas e propor a respectiva composição nos termos referidos na Recomendação da CMVM em apreço.

3. Recomendação IV – 8 – A CMVM recomenda que a divulgação da remuneração dos membros do Conselho de Administração seja efectuada em termos individuais. A não adopção desta parte da recomendação da CMVM resulta de uma profunda ponderação dos interesses envolvidos. Tendo em consideração que a Administração da Sociedade é uma responsabilidade assumida colectivamente e que os ganhos resultantes da divulgação da remuneração em termos individuais são inferiores ao interesse existente de proteger o direito de reserva e privacidade de cada administrador foi decidido divulgar, de forma agregada, a remuneração dos membros do Conselho de Administração.

4. Recomendação IV – 8-A – A CMVM recomenda que seja submetida à Assembleia Geral de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais. Entende a Media Capital que até a presente data, e relativamente às orientações observadas pela Comissão de Remuneração de Administradores no exercício precedente e a observar no ano subsequente, o propósito daquela Recomendação da CMVM (benefício da transparência e da legitimação da fixação de remunerações) está suficientemente assegurado na medida em que aquela Comissão de Remuneração é constituída por membros independentes em relação à administração.

5. Recomendação IV – 10-A – Constitui recomendação da CMVM a adopção de uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, devendo ser divulgadas as respectivas linhas gerais no Relatório do Governo de Sociedades. Fundando-se, entre outros aspectos, na novidade da presente Recomendação, não foi possível adoptar uma política de comunicação de irregularidades ainda no exercício de 2005 e entende a Sociedade não ser conveniente e oportuna a adopção de uma política deste tipo já para o exercício de 2006, atendendo às exigências de índole organizativa que pressupõem o cumprimento da presente Recomendação, designadamente, em matéria de definição dos meios de comunicação de práticas irregulares, das pessoas com legitimidade para receber as comunicações em causa e do tratamento a dar às mesmas. Por outro lado, considera estar, por enquanto, suficientemente assegurada a comunicação de irregularidades ao nível da gestão de recursos humanos, nos moldes actualmente vigentes. Este facto não implica que uma política de comunicação de irregularidades, elaborada de acordo com a Recomendação em apreço, não venha a ser concebida e adoptada pela Sociedade no futuro.

2. Guideline IV – 7 – The CMVM recommends the creation of internal control committees for the evaluation of the corporate structure and governance. These committees were not created, and the function of evaluating the structure and corporate governance was exercised and guaranteed by the Board of Directors itself, at the individual level of the holding, and by its subsidiaries' management control departments, at the subsidiaries' level. However, it is the intention of the Board of Directors to study the implementation of internal control committees and to make a proposal on its structure, pursuant to CMVM's Guideline.

3. Guideline IV – 8 - The CMVM recommends the individual breakdown of the members of the Board of Directors' remuneration. The non-adoption of this item of the guideline was decided after duly taking into account all the interests. Media Capital believes that the management of the company has a collective responsibility and that the results of disclosing of the individual breakdown of remuneration, besides potential negative effects, do not outweigh the interest of protecting the right to privacy of each member of the Board of Directors. Therefore it has decided to disclose the total remuneration of the members of the Board of Directors as a whole.

4. Guideline IV – 8-A - The CMVM recommends that a declaration on the corporate bodies' members remuneration be submitted to the shareholders' general meeting. Media Capital believes that, currently and in with regard to the guidelines of the Board of Directors Remuneration Committee for this year and for next year, the purpose of this CMVM's Guideline (the transparency and legitimacy of the approval of remunerations) is met, since said Committee is composed of independent members, which are unrelated to the board of directors.

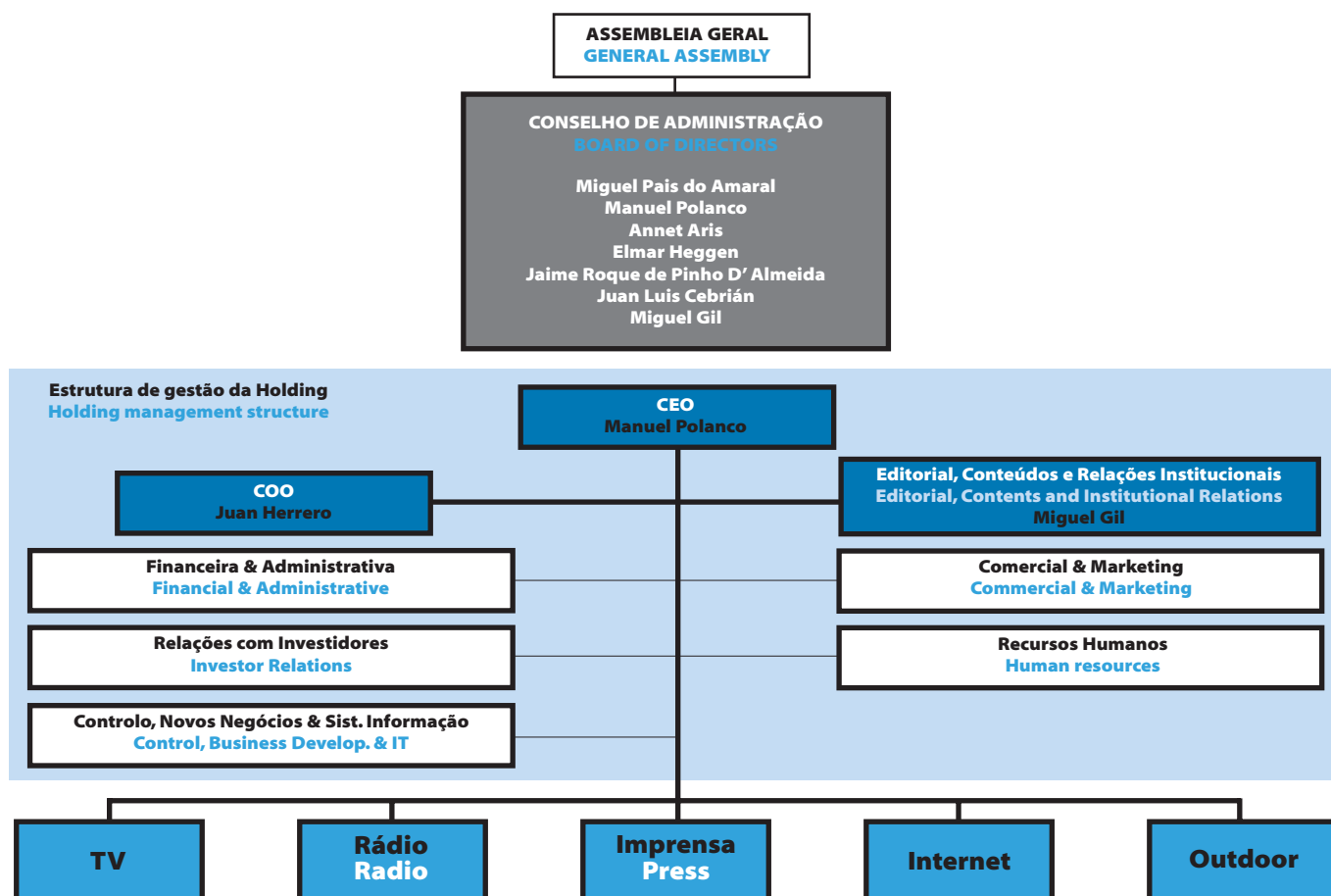
5. Guideline IV – 10-A - The CMVM recommends providing a policy for communicating irregularities, to be included in the company and its description, in general terms, in the corporate governance report. As this is a recent guideline, it was not possible to adopt the procedures of the policy for communicating irregularities in 2005. In view of the implications of the implementation of such procedures in the organisational structure, namely with regard to the ways of communicating the irregular practices, the persons capable of receiving these communications and the treatment to be given to them, the Company believes that it is not convenient to adopt these procedures in 2006. Additionally, the Company considers that the current procedures satisfactorily guarantee the communication of irregularities at the level of the management of human resources. This does not mean that a policy for communicating irregularities, as described in the Guideline, will not be drafted and adopted by the Company in the future.

**CAPÍTULO I
- DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

1 ESTRUTURA ORGANIZATIVA

**CHAPTER I
- INFORMATION DISCLOSURE**

1 ORGANISATIONAL STRUCTURE



1.1 Grupo Media Capital

Em termos organizacionais, o Grupo Media Capital encontra-se estruturado por áreas de negócio, que correspondem aos diferentes mercados de media em que opera - Televisão, Rádio, Publicidade Exterior (Outdoor), Imprensa e Internet - sendo a sua actividade principal a comercialização de espaço publicitário.

Como holding do Grupo, a Grupo Media Capital, SGPS, S.A., é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico, designadamente no que respeita ao seu processo de expansão, bem como pela gestão global do conjunto das diferentes áreas de negócio, servindo como pólo orientador no processo de tomada de decisão.

O acompanhamento, em maior profundidade, da gestão diária das áreas de negócio é assegurado pela Meglo - Media Global, SGPS, S.A., sub-holding que detém as participações sociais nas diferentes áreas de negócio.

Cada área de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão corrente, de acordo com os critérios

1.1 Media Capital Group

As regards its organization, the Media Capital Group is structured in business areas, corresponding to the different media markets in which it operates - Television, Radio, Outdoors, Press and Internet - and its main activity is the commercialisation of advertising spaces.

With regard to the Group's holding, the Grupo Media Capital, SGPS, S.A. is responsible for its strategic development, namely regarding its expansion process, as well as for the global management of all the different business areas, playing a leading role in the decision making process.

The daily management of the business areas is carried out in greater depth by Meglo - Media Global, SGPS, S.A., the sub-holding that holds the business areas' capital holdings. Each business area works in accordance with autonomous current management principles, according to the criteria and orientations that derive from each area's Annual Budget, reviewed and approved annually by the Board of Directors,

e orientações que emanam do Orçamento Anual de cada área, revisto e aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interactiva, as orientações estratégicas, operacionais e de investimento dos vários negócios. O funcionamento operacional é regulado no quadro de um sistema de controlo de gestão conduzido pela holding, onde se procede em permanência ao controlo da execução orçamental.

1.2 Media Capital Holding

Para o correcto exercício das suas funções, o Grupo Media Capital dispõe de um conjunto de estruturas funcionais de apoio à gestão do Grupo, agrupadas na Media Capital Serviços, S.A. O objectivo destas estruturas compreende não só o fornecimento à holding de ferramentas de suporte à decisão operacional, como a prestação ao Grupo de serviços de gestão e assessoria nas áreas administrativa e financeira, comercial e de marketing, acompanhamento legal, de recursos humanos, de planeamento e controlo de gestão e de sistemas de informação. Nesta empresa estão ainda integradas as áreas de Business Development e Relações com Investidores.

1.3 Conselho de Administração

O Conselho de Administração da empresa Grupo Media Capital, SGPS, S.A., é descrito no Capítulo IV deste documento.

2 COMISSÕES ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração criou comissões específicas, cada uma delas, com estrutura, responsabilidades e poderes específicos.

Comissão de Remuneração para directores

Além da Comissão de Remuneração de Administradores, responsável por decidir todos os aspectos relacionados com a remuneração dos membros do Conselho de Administração, referida no ponto 9 infra, o contrato social da Media Capital prevê a constituição, pelo Conselho de Administração, de uma Comissão de Remuneração para Directores. A Comissão de Remuneração para Directores será responsável pelo estabelecimento e revisão dos aspectos materiais da política do Grupo Media Capital relativamente às compensações dos directores seniores, bem como relativamente a quaisquer bónus de desempenho que a Media Capital pretenda implementar com vista a incentivar a produtividade e incentivar a equipa de directores a manter-se no Grupo Media Capital. A Comissão de Remuneração para Directores é composta por cinco membros do Conselho de Administração, dois dos quais são considerados administradores independentes, nos termos do artigo 1.º, n.º 2 do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (com as alterações introduzidas e republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, e pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005, sobre o Governo das Sociedades Cotadas). Os Membros da Comissão de Remuneração para Directores foram já nomeados pelo Conselho de Administração na reunião de 15 de Fevereiro de 2006 e iniciarão as suas funções após a ratificação da cooptação de administradores na Assembleia Geral Anual de 2006.

A actual composição desta Comissão é a seguinte:

- D. Manuel Polanco

in which the strategic, operational and investment orientations of the various businesses are decided upon in a participative and interactive manner. The operational functioning is regulated within a management control system led by the holding, where the use of the budget is permanently under control.

1.2 Media Capital Holding

In order to adequately exercise its functions, the Media Capital Group holds various functional structures that support the Group's management, which are grouped in Media Capital Serviços, S.A. The aim of these structures is not only to provide the holding with tools to support operational decisions, but also to render management and consulting services to the Group with regard to legal services, administration and finance, commercial and marketing, human resources, planning and control and information systems areas. Business Development and Investor Relations are also included in this company.

1.3 Board of Directors

Please refer to Chapter IV below for details of Media Capital Group's Board of Directors.

2 SPECIFIC COMMITTEES

The Board of Directors of the Media Capital Group has created specific committees, each with a clear structure, responsibilities and powers.

Management Remuneration Committee

In addition to the Board of Directors Remuneration Committee which is responsible for resolving the issues concerning the remuneration of the members of the Board of Directors referred to in point 9 below, Media Capital's Articles of Association set forth the creation by the Board of Directors of a remuneration committee for managers. The Management Remuneration Committee shall be responsible for establishing and reviewing material aspects of the Media Capital Group's policy on senior management compensation as well as performance bonus schemes that the Company intends to implement in order to encourage productivity and entice the managing team to continue being part of the Media Capital Group. The Management Remuneration Committee is composed of five members of the Board of Directors, two of them are considered independent directors in light of section 2 of Article 1 of the CMVM Regulation no. 7/2001 (as amended and re-published by CMVM Regulation no. 11/2003 and by CMVM Regulation no. 10/2005, on the Corporate Governance of listed companies). The members of the Management Remuneration Committee were already appointed by the Board of Directors and they will initiate their functions after the ratification of the co-optation of the members of the Board of Directors by the 2006 Annual Shareholders' General Meeting.

The current composition of this committee is as follows:

- Mr. Manuel Polanco

- D. Juan Luis Cebrián
- Dr. Elmar Heggen
- Sra. Prof. Annet Aris (Administradora independente)
- Dr. Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Administrador independente)

Comissão de Auditoria

O contrato social da Media Capital prevê a constituição, pelo Conselho de Administração, de uma Comissão de Auditoria. A Comissão de Auditoria será responsável, perante o Conselho de Administração, pelo controlo financeiro e pelo reporte, por auditorias externas e internas e pela independência e objectividade dos auditores externos, entre outras funções. Esta comissão irá também monitorizar e assegurar que o Grupo Media Capital cumpre com todos os requisitos legais, regulatórios e contabilísticos. A responsabilidade pela revisão e aprovação, em última instância, das contas do Grupo Media Capital continua a pertencer ao Conselho de Administração. A Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, dois dos quais são considerados administradores independentes, nos termos do artigo 1.º, n.º 2 do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (com as alterações introduzidas e republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, e pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005, sobre o Governo das Sociedades Cotadas). Os Membros da Comissão de Auditoria foram já nomeados pelo Conselho de Administração na reunião de 15 de Fevereiro de 2006 e iniciarão as suas funções após a ratificação da cooptação de administradores na Assembleia Geral Anual de 2006. A actual composição desta Comissão é a seguinte:

- D. Juan Luis Cebrián
- Sra. Prof. Annet Aris (Administradora independente)
- Dr. Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Administrador independente)

Conselho de Estratégia

O contrato social da Media Capital prevê que a Sociedade tenha um Conselho de Estratégia com vista ao aconselhamento do Conselho de Administração relativamente a certas matérias, nos termos em que estas possam ser decididas por deliberação maioritária do Conselho de Administração.

O Conselho de Estratégia deverá ser composto por todos os membros do Conselho de Administração, e por mais seis membros adicionais, que sejam nomeados pelo Conselho de Administração. Encontrando-se pendente de ratificação a cooptação de administradores pela Assembleia Geral Anual de 2006, não foi ainda possível constituir este Conselho.

3 CONTROLO DE RISCOS

A administração da Media Capital acredita que é essencial implementar sistemas que permitam à administração da Sociedade:

- Identificar os riscos que a Sociedade enfrenta.
- Medir o impacto no desempenho financeiro e no valor da Sociedade.
- Comparar o valor em risco com os custos dos instrumentos de cobertura, se disponíveis.
- Monitorizar a evolução dos riscos identificados e dos instrumentos de cobertura.

- Mr. Juan Luis Cebrián
- Mr. Elmar Heggen
- Mrs. Prof. Annet Aris (Independent Director)
- Mr. Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Independent Director)

Audit Committee

Media Capital's Articles of Association set forth the creation of an Audit Committee by the Board of Directors which shall be responsible for controlling and reporting on the Board of Directors' finances, internal and external audits and the independence and objectivity of external auditors, amongst others. This committee will also monitor and ensure that the Media Capital Group complies with legal and regulatory requirements and accounting standards. The ultimate responsibility for reviewing and approving the Media Capital Group's accounts will rest with the Board of Directors. The Audit Committee is composed of three members of the Board of Directors, two of which are considered independent directors in light of section 2 of Article 1 of the CMVM Regulation no 7/2001 (as amended and re-published by CMVM Regulation no. 11/2003 and by CMVM Regulation no. 10/2005, on the Corporate Governance of listed companies). The members of the Audit Committee were already appointed by the Board of Directors on the meeting held on 15 February 2005 and will initiate their functions after the ratification of the co-optation of the members of the Board of Directors by the 2006 Annual Shareholders' General Meeting. The Audit Committee is composed of three members of the Board of Directors, two of which are considered independent directors in light of section 2 of Article 1 of the CMVM Regulation no 7/2001 (as amended and re-published by CMVM Regulation no. 11/2003 and by CMVM Regulation no. 10/2005, on the Corporate Governance of listed companies). The members of the Audit Committee were already appointed by the Board of Directors in their meeting of February 15, 2006, and will initiate their functions after the ratification of the co-optation of the members of the Board of Directors by the 2006 Annual Shareholders' General Meeting. The current composition of this committee is as follows:

- Mr. Juan Luis Cebrián
- Mrs. Prof. Annet Aris (Independent Director)
- Mr. Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Independent Director)

Strategic Board

Media Capital's Articles of association set forth that the Company shall have a Strategic Board to advise the Board of Directors with regard to any relevant matter determined by a majority decision of the Board.

The Strategic Board shall be comprised of all the members of the Board of Directors and up to six additional members who shall be appointed by the Board of Directors. This Board has not been appointed yet as the ratification of the co-optation of members of the Board of Directors by the 2006 Annual Shareholders' General Meeting has not yet taken place.

3 RISK CONTROL

Media Capital's management believes that it is essential to implement systems that allow the management to:

A função de controlo de riscos pretende minimizar o impacto dos riscos existentes na Media Capital e em todos os detentores de interesses na mesma. O Grupo Media Capital enfrenta três tipos de riscos de operação, que são inerentes ao negócio: regulatório, financeiro e operacional.

Regulatório

RISCOS

■ Tal como os outros operadores de meios de comunicação em Portugal, o Grupo Media Capital está sujeito a uma série de leis, regulamentos e directivas que limitam a forma como a Media Capital pode conduzir as suas operações. As leis, regulamentos e directivas, presentemente em vigor, disciplinam, entre outros aspectos, a emissão, renovação, transferência e propriedade de licenças de difusão televisiva e radiofónica, a calendarização e o conteúdo da programação televisiva e radiofónica, a calendarização e o montante de publicidade comercial que pode ser transmitida num dado período e o conteúdo da publicidade comercial que pode ser transmitida ou exibida.

CONTROLO DO RISCO

■ A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), criada pela Lei n.º 53/2005 de 8 de Novembro, veio substituir a AACS, a qual se extinguirá no dia de tomada de posse de todos os seus membros, marcada para o mês de Fevereiro de 2006. A ERC goza de autoridade para emitir e renovar licenças de transmissão televisiva. Todas as licenças existentes para transmissão televisiva em regime livre foram emitidas pelo prazo de 15 anos, em 1992, e poderão ser renovadas por iguais períodos adicionais de 15 anos, mediante um pedido do seu titular, desde que determinadas condições estejam reunidas. O pedido para renovação da licença relativo à estação de televisão do GMC, a TVI-TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A., entrou no dia 30 de Junho de 2005. De forma similar, e em processo paralelo, mas autónomo, foi já requerida ao ICP-ANACOM a competente renovação do direito de uso de frequências do espectro hertziano, também pelo prazo de 15 anos. A Media Capital considera que o risco inerente ao processo de renovação da licença é muito limitado, já que o pedido de renovação apenas pode ser negado em caso de manifesto e injustificável incumprimento das condições nas quais se baseou a atribuição da licença actualmente em vigor. Os quadros do Grupo Media Capital e a unidade operativa são responsáveis pela monitorização dos requisitos das licenças e das relações entre o Grupo Media Capital e as autoridades regulatórias.

A TVI requereu à AACS em 30 de Junho de 2005 a renovação pelo prazo de quinze anos do seu alvará para o exercício da actividade de televisão. O processo encontra-se ainda a aguardar decisão, sendo que, uma vez que a lei estabelece que o prazo para decidir é de três meses a contar da data do pedido, a TVI entende, nos termos e em conformidade com a mesma disposição legal, que ocorreu deferimento tácito do pedido, em 5 de Dezembro de 2005. Nesse sentido, e porque a AACS não conta o prazo da mesma forma, a TVI interpôs uma acção administrativa com vista a reconhecer que a TVI adquiriu já, por virtude do deferimento tácito, o direito de continuar a exercer a actividade por mais quinze anos. A acção foi já interposta contra a ERC, na iminência da sua sucessão à AACS.

■ As licenças de rádio actualmente em vigor são válidas pelo período de 10 anos com excepção das licenças

(i) Identify the risks the Company is facing.

(ii) Measure the impact on the financial performance and value of the Company.

(iii) Compare the value-at-risk with the cost of the coverage instruments, whenever available.

(iv) Monitor the evolution of the identified risks and coverage instruments.

The risk control function aims to minimise the impact of existing risks on the Company and all its stakeholders. Media Capital Group faces three kinds of operating risks that are inherent to the business: regulatory, financial and operational.

Regulatory

RISKS

■ Like other operators in the Portuguese media industry, the Media Capital Group is subject to a number of laws, regulations and directives that limit the manner in which the Media Capital Group may conduct its operations. Current laws, regulations and directives govern, amongst others, the issuance, renewal, transfer and ownership of television and radio broadcasting licenses, the timing and content of television and radio programming, the timing and amount of commercial advertising that may be broadcasted in a given period and the content of advertising that may be broadcasted or displayed.

RISK MANAGEMENT

■ Pursuant to Law no. 53/2005 from 8 November 2005, the AACS will be replaced by the Regulatory Authority for the Media (hereinafter referred to as the "ERC") and will cease to operate as from the date when all ERC members start exercising their functions, which should occur this February. ERC is vested with the authority to issue and to renew television broadcasting licences. All existing free-to-air television broadcasting licences were issued for 15 years in 1992 and may be renewed for additional 15-year periods upon request by the relevant holder, provided that certain conditions are met. The request for renewal of the GMC's licence for TVI - Televisão Independente S.A. was submitted on 30 June 2005. Additionally, through a parallel but independent procedure, a request for the renewal of the right to use hertzian frequencies for 15-year period was submitted to the ICP-ANACOM. Media Capital considers that the risk of the renewal being rejected is very small, since this would only take place in the event of a clear and unjustified failure to comply with the conditions on which the awarding of the licence was based. The boards of Media Capital Group and the operating unit are responsible for monitoring licence requirements and relations between the Media Capital Group and the regulatory authorities.

TVI has requested the AACS to renew the television activities' licence for a 15-year period. A decision has not yet been issued in this regard, but, since the law provides for a 3 month period for the decision to be issued, TVI believes that, according to the law, the renewal was implicitly accepted on 5 December 2005. As the AACS has another way of counting this term, TVI has taken administrative action for the implicit consent and the

dos operadores de âmbito nacional que são válidas por um período de 15 anos que termina em 2012, podendo as licenças ser renovadas por períodos adicionais de 10 anos, mediante um pedido do seu titular, desde que determinadas condições estejam reunidas. O pedido para renovação deverá ser submetido à ERC seis meses antes da expiração da licença. A Media Capital considera que o risco inerente ao processo de renovação da licença é muito limitado, já que o pedido de renovação não deve ser negado em caso de cumprimento das condições nas quais se baseou a atribuição da licença. Os quadros do Grupo Media Capital e a unidade operativa são responsáveis pela monitorização dos requisitos das licenças e das relações entre o Grupo e as autoridades regulatórias.

■ As licenças para outdoors são geralmente emitidas pelo município; no entanto, alguns municípios recorrem a concursos públicos destinados à atribuição das licenças para a publicidade outdoor que implique o estabelecimento de equipamento em espaços públicos. A duração da licença e as taxas que devem ser pagas pelo seu titular variam de acordo com o tipo de publicidade outdoor utilizado e as licenças são renováveis automaticamente a pedido, desde que o seu titular pague a taxa acordada. As concessões para publicidade outdoor em transportes públicos são atribuídas por períodos mais longos, de 5 a 10 anos. Os quadros do Grupo Media Capital e a unidade operativa são responsáveis pela monitorização dos requisitos das licenças e das relações entre o Grupo Media Capital e as autoridades concessionárias. A concessão exclusiva atribuída à Media Capital para os outdoors dos autocarros e metropolitano de Lisboa e para a rede ferroviária nacional foram renegociados, com sucesso, durante 2004, tendo dado lugar a novos períodos de concessão com o seu início em 2005. Todas as concessões atribuídas à Media Capital para o espaço de publicidade outdoor em transportes públicos foram renegociadas, com sucesso, em 2004 e 2005, sendo o prazo de término de qualquer um dos novos períodos de concessão posterior ao ano 2010.

Financeiros

RISCOS

- Risco de taxa de juro – Um aumento da taxa de juro poderá afectar o desempenho financeiro da Sociedade já que esta depende de fontes externas de financiamento.
- Risco de moeda – A Media Capital adquire regularmente conteúdos de programação nos mercados internacionais. Os pagamentos poderão ser efectuados noutras moedas, nomeadamente USD.

GESTÃO DO RISCO

- A Direcção Financeira da Media Capital é responsável pelo planeamento do financiamento do Grupo Media Capital, pela avaliação dos riscos de taxa de juro, de moeda e de refinanciamento. Os custos do financiamento da Media Capital estão indexados às taxas de juro de curto prazo. No entanto, a Media Capital tem uma política de cobertura de cerca de 50% do seu risco de taxa de juro através de swaps de taxa de juro. O Conselho de Administração acredita que a maturidade ideal dos swaps de taxa de juro deverá ser semelhante à média da maturidade da dívida do Grupo, que actualmente se situa pouco acima dos 3 anos.
- O risco de moeda não é coberto devido ao pequeno valor em risco. A Sociedade está maioritariamente exposta a custos

right of TVI to continue to carrying out its business activities for 15 additional years to be recognized. In view of the fact that the AACS has been replaced, the action has been filed against ERC.

■ *Currently, Radio Licenses are issued for 10 years, except for those concerning operators at national level, which are issued for 15 years, hence concluding in 2012, which may be renewed for additional 10-year periods upon request by the relevant holder provided that certain conditions are met. A request for renewal shall be submitted to the ERC six months prior to the expiry of the term of the license. Media Capital considers that it is very unlikely that the renewal request will be rejected if the conditions for its awarding are complied with. The boards of the Media Capital Group and the operating unit are responsible for monitoring the requirements for licences and the dealings between the Media Capital Group and the regulatory authorities.*

■ *Outdoor licences are generally issued directly by the municipality; however, certain municipalities also organise public tenders aimed at awarding licences to outdoor advertisers that install street furniture in public locations. The duration of the licence and the rates that must be paid by the licensee vary according to the type of outdoor advertisement involved and the licences are renewable automatically upon request, provided that the licensee pays the agreed rates. The concessions for the outdoor advertising on public transportation are granted by long term periods of 5 to 10 years. The boards of Media Capital Group and the operating unit are responsible for monitoring the licence requirements and the relation with the concessionary entities. Media Capital's exclusive concessions for bus and subway networks in Lisbon and for the national train network were successfully renegotiated during 2004 for new concession periods starting in 2005. All Media Capital's concessions for the outdoor advertising of public transportation were successfully negotiated, in 2004 and 2005, and all the new concession periods shall come to an end after 2010.*

Financial

RISKS

- *Interest rate risk – An increase in the interest rates can affect the financial performance of the company since the company relies on external sources of funding.*
- *Currency risk - Media Capital regularly acquires programming contents in the international markets. Payments can be made in other currencies, namely USD currency.*

RISK MANAGEMENT

- *The Financial Managing body of Media Capital is responsible for the planning of Media Capital Group's funding, evaluating interest rates, currency and refinancing risks. Media Capital's funding costs are indexed to short term interest rates. However, Media Capital has a policy of covering around 50% of its interest rate risk through interest rate swaps. The Board of Directors believes that the optimal maturity of the interest rate swaps should be similar to the average maturity of the current Group debt which is now a little over 3 years.*

de aquisição de conteúdos televisivos em USD, que se situaram em média perto dos USD 8,5 milhões por ano, nos últimos 2 anos.

Operacional RISCOS

- A TVI e as várias estações de rádio operadas pelo Grupo Media Capital dependem, até uma certa extensão, da presença de vários âncoras, apresentadores e personalidades famosas da rádio e da televisão.
- Risco de crédito.
- Risco de fraude.

GESTÃO DE RISCO

- O Grupo não possui qualquer seguro que cubra a perda de qualquer destes trabalhadores e ou colaboradores, mas está, neste momento, em curso o estabelecimento de um programa de compensação de incentivo destinado a reter alguns destes trabalhadores. O Grupo Media Capital também investe na formação de outros profissionais, que poderiam substituir os primeiros, se houvesse disso necessidade.
- A Media Capital tem uma visão conservadora do risco operacional, nomeadamente em relação ao não cumprimento dos pagamentos, à constituição de provisões sobre créditos numa base casuística de acordo com a esperada recuperação dos mesmos.
- Em resposta aos desafios colocados pela diversidade das áreas de actividade do Grupo Media Capital no sentido de se manterem adequados e eficazes os procedimentos e mecanismos de controlo interno dos diferentes negócios, o Grupo Media Capital estabeleceu uma função de Auditoria Interna, responsável por monitorizar que os riscos financeiros e operacionais são geridos cuidadosamente. A função de Auditoria Interna, em apoio à Administração do Grupo e sob coordenação da Direcção de Controlo de Gestão:
- Assiste a holding e as várias empresas do Grupo Media Capital na identificação de áreas de risco nas quais existam carências ou ineficiências de controlo interno;
- Propõe e contribui para a implementação dos melhores procedimentos tendo em vista:
 - Monitorizar e otimizar a performance dos negócios;
 - Minimizar riscos de erros, fraude ou utilização inadequada dos meios da empresa;
 - Assegurar a fiabilidade da informação financeira e operacional transmitida à administração das empresas do Grupo Media Capital;
 - Uniformizar critérios, políticas e procedimentos operacionais e contabilísticos.

4 ACÇÕES DA MEDIA CAPITAL

Tipos de acções

Nos termos da lei Portuguesa, as acções ordinárias de operadores de televisão e de radiodifusão deverão ser nominativas e qualquer participação, que permita ao accionista exercer um controlo significativo na transmissora, deverá ser tornada pública.

O mesmo se aplica a empresas que sejam sociedades mãe ou participantes maioritárias em qualquer sociedade jornalística, isto é, sociedades ligadas à Comunicação Social. De facto, este

- *Currency risk is not hedged due to the small value at risk. The Company is mainly exposed to the acquisition of television contents costs in USD, averaging approximately USD 8,5 million per year, in the last couple of years.*

Operational RISKS

- *TVI and various radio stations operated by the Media Capital Group depend, to some extent, on the continued presence of various well-known anchors, presenters, broadcasters and hosts.*
- *Credit risk.*
- *Fraud risk.*

RISK MANAGEMENT

- *The Media Capital Group does not have "key man" insurance covering the loss of any of these employees and/or persons but is in the process of establishing an incentive compensation programme designed to retain some of these employees. The Media Capital Group also works hard at training a second tier who would be ready to step in, should the need arise.*
- *Media Capital takes a conservative approach to operational risks such as payment defaults, provisioning credits in a casuistic basis in accordance with the expected recovery of such credits.*
- *As a response to the challenges inherent to the diversity of the business areas of the Media Capital Group, and in order for the several businesses' internal control mechanisms and procedures to be kept efficient and adequate, the Media Capital Group has established an Internal Auditing function, responsible for ensuring that financial and operational risks are carefully managed. The Internal Auditing function, which supports the management of the Media Capital Group and is under the coordination of the Management Control Direction:*
 - *Assists the holding and the several companies of the Media Capital Group in identifying the risk areas lacking or with ineffective internal control;*
 - *Proposes and contributes to the implementation of the best procedures to:*
 - *Monitor and enhance the business performance;*
 - *Minimize the risks of mistakes, fraud or inadequate utilization of the company's means;*
 - *Assure the accurateness of the financial and operation information transmitted to the management of Media Capital Group's companies;*
 - *Harmonise operational and accounting criteria, policies and procedures.*

4 MEDIA CAPITAL'S SHARES

Type of shares

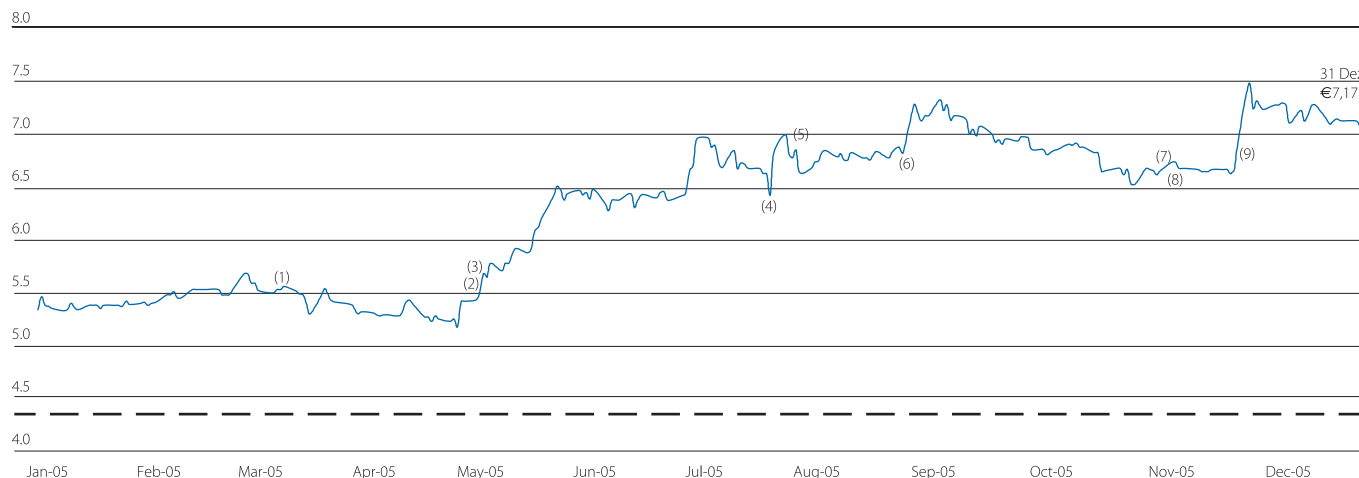
In accordance with Portuguese law, ordinary shares of television and radio broadcasters must be nominative and any shareholding that allows the shareholder to exert significant influence over the broadcaster must be disclosed. The same applies to companies which are parents or majority holders of journalistic companies, i.e., media companies. In fact, this requirement is directly connected to the need for

requisito está directamente relacionado com a necessidade de assegurar transparência no sector da Comunicação Social, bem como com o controlo das concentrações. Esta é também a razão pela qual a identidade dos accionistas deverá ser transmitida aos Intermediários Financeiros que a reportam ao Sistema Centralizado de Valores Mobiliários (“Central de Valores Mobiliários”) gerido pela Interbolsa S.A. A lei exige que os detentores reais das acções sejam identificáveis por todos, especialmente pelos Reguladores, e portanto não é considerada prática justa que se esconda a sua identidade de qualquer forma. O Grupo Media Capital é uma Sociedade aberta nos termos do Código dos Valores Mobiliários, com o capital social emitido de €7.606.186,20, constituído por 84.513.180 acções, com o valor nominal de €0,09 por acção. As acções são escriturais, detidas em contas junto de intermediários financeiros autorizados pela CMVM, que actuam como depositários de valores mobiliários, e são membros do Sistema Centralizado de Valores Mobiliários (“Central de Valores Mobiliários”) gerido pela Interbolsa, S.A..

transparency in the media sector as well as merger control. This is also the reason why shareholders’ identity should be disclosed to the Financial Intermediaries who in turn shall report this information to the Securities Centralised System (“Central de Valores Mobiliários”) managed by Interbolsa SA. The law requires that the real owners of the shares are identifiable by all, especially by the Regulatory Authorities, and therefore it is not considered fair practice to conceal their identities in any way. The Media Capital Group is a public company under the Portuguese Securities Code with an issued share capital of €7,606,186.20, consisting of 84,513,180 shares with a nominal value of €0.09 per share. The shares are in a dematerialised form and held in accounts with financial intermediaries authorised by the CMVM who act as securities custodians and are integrated in the Securities Centralised System (“Central de Valores Mobiliários”) managed by Interbolsa, S.A.

Evolução do preço das acções da MC em Euros:

Media Capital stock price development in Euros:



- (1) 15 de Março 2005 – Divulgação de resultados de 2004
- (2) 30 de Abril 2005 – TVI alcança a liderança em audiências all day
- (3) 4 de Maio 2005 – Divulgação de resultados 1º Trimestre 2005
- (4) 21 de Julho 2005 – Anúncio de acordo entre Prisa e principais accionistas do grupo Media Capital
- (5) 26 de Julho 2005 – Divulgação de resultados 1º Semestre 2005
- (6) 23 de Agosto 2005 – Anúncio da RTL de reforço de posição accionista para 15.66%
- (7) 7 de Novembro 2005 – Divulgação de resultados 3º Trimestre 2005
- (8) 8 de Novembro 2005 – Prisa torna-se no maior accionista do Grupo Media Capital
- (9) 25 de Novembro 2005 – RTL reforça posição accionista para 32.18%

- (1) March 15, 2005 – Disclosure of Full Year 2004 results
- (2) April 30, 2005 – TVI reaches all day audience leadership
- (3) May 4, 2005 – Disclosure of first quarter 2005 results
- (4) July 21, 2005 – Announcement of agreement between Prisa and Grupo Media Capital reference shareholders
- (5) July 26, 2005 – Disclosure of first semester 2005 results
- (6) August 23, 2005 – RTL reinforces shareholding position to 15.66%
- (7) November, 7 2005 – Disclosure of third quarter 2005 results
- (8) November 8, 2005 – Prisa becomes the main shareholder of Grupo Media Capital
- (9) November 25, 2005 – RTL reinforces shareholding position to 32.18%

5 DIVIDENDOS

Não houve lugar ao pagamento de dividendos pela Media Capital nos três últimos exercícios. Com a probabilidade de 2006 gerar cash-flow em excesso, e como o CAPEX de crescimento e as aquisições deverão ser financiados por cash-flow, o cash excedentário poderá ser devolvido aos investidores sob a forma de dividendos ou de recompra de acções, se nenhuma oportunidade

5. DIVIDENDS

For the last 3 years, there has not been any payment of dividends by the Media Capital Group. As of 2006 there will probably be a strong cash flow, and since growth CAPEX and acquisitions are to be funded by cash flow, excess cash might be returned to shareholders in the form of dividends or share buy-backs should there be no appealing

de investimento atractiva aparecer. A razão de pagamento para a remuneração dos investidores será fixada no mínimo de 50% dos lucros do exercício distribuíveis, tal como permitido pela lei portuguesa.

6 PLANOS DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES

Está em curso a implementação pela Sociedade de um “Plano de opções de aquisição de acções” dirigido aos trabalhadores e aos membros do Conselho de Administração de todas as sociedades do Grupo Media Capital.

Nos termos do Plano de Opções de Aquisição de Acções projectado, direitos de aquisição de acções representando até 5% do capital social da Media Capital serão atribuídos a certos trabalhadores e membros dos Conselhos de Administração das sociedades do Grupo Media Capital por um período de quatro anos, entre 2005 e 2008, desde que determinado grau de desempenho seja atingido e nos precisos termos e condições que sejam definidos pela Comissão de Remuneração para os membros do Conselho de Administração e pelo Conselho de Administração e/ou Comissão de Remuneração para Directores constituída pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo da necessária aprovação do plano pelas Comissões de Remuneração acima mencionadas, o Conselho de Administração da Sociedade deliberou acerca da aprovação das linhas gerais do Plano de Opções de Aquisição de Acções que se encontra a ser implementado. O Plano de Opções de Aquisição de Acções projectado para o período de 2005 a 2008 pretende reter trabalhadores chave e membros do Conselho de Administração e a sua participação no desempenho das acções da Sociedade de forma a manter o seu desempenho a médio e a longo prazo. O Plano de Opções de Aquisição de Acções, no que diz respeito ao período que se iniciou em Abril de 2004 e que terminou em Março de 2005, estabeleceu um direito de opção à subscrição de novas acções, até ao limite de 1,25% do capital social da Media Capital, a ser executado através de um aumento de capital da Sociedade, para o qual seria necessário um afastamento do direito de preferência de que beneficiam os accionistas, através de uma Assembleia Geral. O preço da opção atribuída foi de €4,35 por acção.

Em 22 de Abril de 2005, teve lugar a Assembleia Geral do Grupo Media Capital tendo sido deliberado, nomeadamente, suprimir o direito de preferência dos respectivos accionistas, relativamente à realização do aumento de capital por entradas em dinheiro mediante a emissão de acções com o valor nominal de €0,09 com o limite máximo de 1.043.372 acções, a deliberar pelo Conselho de Administração, para suporte do “Plano de atribuição de opções de compra e ou de subscrição de acções da Grupo Media Capital, SGPS, S.A.” para trabalhadores e membros dos órgãos de administração de empresas do Grupo Media Capital, referente ao período compreendido entre o início do mês de Abril de 2004 e o final do mês de Março de 2005.

Na mesma data, a Comissão de Remunerações para membros do Conselho de Administração e a Comissão de Remunerações para Directores da sociedade reuniram e deliberaram aprovar, de acordo com os princípios gerais

investment opportunities. The “pay-out” ratio for shareholders’ remuneration will be targeted at a minimum of 50% of net profit, as permitted by Portuguese Law.

6. STOCK OPTION PLANS

The Media Capital Group is implementing a “Stock Option Plan” addressed to employees and members of the Board of Directors of all the companies of the Media Capital Group. Under the projected Stock Option Plan, acquisition rights of shares representing up to 5% of the Company’s share capital will be awarded to certain employees and members of the Board of Directors of Media Capital Group companies over a period of four years, between 2005 and 2008 for the fulfilment of certain conditions and in accordance with the precise terms and conditions to be defined by the Board of Directors Remuneration Committee and by the Board of Directors and/or the Management Remuneration Committee set up by the Board of Directors.

Notwithstanding the required approval of the Stock Option Plan by the above mentioned Remuneration Committees, the Board of Directors of the Company approved the major principles of the Stock Option Plan which is currently being implemented.

The envisaged Stock Option Plan for the years between 2005 and 2008 aims to retain key employees and members of the Board of Directors and their participation in the performance of the Company’s shares to foster their medium and long term performance.

The Stock Option Plan, with regard to the period between April 2004 and March 2005, set forth an option right for subscribing new shares, up to a limit of 1.25% of the share capital of the Company, to be executed through a share capital increase in the Company, and requiring a waiver of the pre-emption rights held by the shareholders through a Shareholders’ General Meeting. The price of the option allocated to this period was of €4.35 per share.

The General Shareholder’s Meeting of Media Capital Group took place on 22 April 2005, from which it was decided that the pre-emption right held by the shareholders should not be valid in relation to the share capital increase by cash contributions with the issuance of shares with a nominal value of €0.09, until a maximum of 1,043,372 shares, to be decided upon by the Board of Directors, for the sustain of the “Plan for the attribution of Stock Options or Subscription Options of shares of Grupo Media Capital, SGPS, SA.” to employees and members of the Board of Directors of companies of the group Media Capital, in what concerns the period between April 2004 and the end of March 2005.

On the same day and in accordance with the general guidelines approved by the Board of Directors, meetings of the Board of Directors Remuneration Committee and of the Management Remuneration Committee were held to approve the terms and conditions of the “Plan for the attribution of Stock Options or Subscription Options of shares of Grupo Media Capital, SGPS, and SA.” With regard to the first period of the Plan, the Board

anteriormente aprovados pelo Conselho de Administração, os termos e condições do Plano de atribuição de opções de aquisição e/ou de subscrição de acções do Grupo Media Capital. A Comissão de Remunerações para membros do Conselho de Administração e a Comissão de Remunerações para Directores da sociedade deliberaram atribuir, no que respeita ao primeiro período de referência do Plano, opções de subscrição de 490.000 acções e de 553.372 acções, respectivamente, aos membros do conselho de administração e aos quadros directores de sociedades do Grupo Media Capital elegíveis como beneficiários do Plano, e fixar em €4,35 o preço de exercício das opções mediante subscrição de aumento de capital da sociedade a realizar para esse efeito. As mencionadas Comissões de Remunerações da sociedade igualmente deliberaram que as opções atribuídas para o primeiro período de referência do Plano poderiam ser exercidas na sua totalidade no ano de 2005. De acordo com essa possibilidade, todos os titulares das opções informaram a sociedade da respectiva intenção de exercer a totalidade das opções de subscrição que, no seu conjunto, correspondem a 1.043.372 acções da sociedade, número de acções esse face ao qual os accionistas deliberaram suprimir o respectivo direito de preferência em aumento de capital por entradas em dinheiro.

O referido aumento de capital foi deliberado pelo Conselho de Administração em reunião de 8 de Julho de 2005, tendo o capital social da Sociedade aumentado de €7.512.282,72 (sete milhões quinhentos e doze mil duzentos e oitenta e dois euros e setenta e dois cêntimos) para €7.606.186,20 (sete milhões seiscentos e seis mil cento e oitenta e seis euros e vinte cêntimos) e tendo este aumento sido subscrito na totalidade pelos membros dos órgãos de administração e pelos directores do Grupo Media Capital.

No que respeita ao segundo período de referência do Plano de Opções de Aquisição de Acções, que se inicia em Abril de 2005 e que termina em Março de 2006, estabelece o referido Plano um direito de opção à aquisição de acções, até ao limite de 1,25% do capital social da Media Capital a ser executado através de um "equity swap" sobre acções próprias contratado com uma instituição financeira. O preço da opção atribuída é de €5,40.

De acordo com a Recomendação IV - 10 da CMVM deve ser submetida à Assembleia Geral de accionistas a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações de preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores da Sociedade, devendo a proposta conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano, designadamente, o regulamento do mesmo. Tendo sido aprovado pelos accionistas na Assembleia Geral Anual de 2004 da Media Capital o "Plano de Opções de Aquisição de Acções", cuja implementação está ainda em curso, e não tendo sido os respectivos termos e condições objecto de qualquer alteração durante o exercício de 2005, entende o Conselho de Administração da Media Capital que a referida Recomendação se encontra cumprida pelo que se dispensou a submissão do referido plano à aprovação dos accionistas na Assembleia Geral Anual de 2006.

of Directors Remuneration Committee and the Management Remuneration Committee decided to grant subscription options to 490,000 shares to the members of the Board of Directors and 553,372 shares to the managers of the companies of the Grupo Media Capital, eligible as beneficiaries of the Plan. They also decided that the price for the options, by means of subscription of the Company's share capital increase to be executed for that purpose, would be of €4.35. The abovementioned Remuneration Committees have also resolved that the options granted for the first period of the Plan could all be used in 2005. According to this, all option holders have informed the company that they intended to use all the subscription options - amounting to a total 1,043,372 shares of the Company, in relation to which the shareholders had suppressed the pre-emption rights in a share capital increase by cash contributions.

Such share capital increase was decided upon by the Board of Directors in the meeting held on 8 July 2005, and the share capital of the company was increased from €7,512,282.72 (seven million, five hundred and twelve thousand, two hundred and eighty two euros and seventy two cents) to €7,606,186.20 (seven million, six hundred and six thousand, one hundred and eighty six euros and twenty cents). The share capital increase was subscribed by the members of the Board of Directors and by the managers of Media Capital Group. Regarding the second period of the "Stock Option Plan", i.e., from April 2005 to March 2006, a stock option right is provided with a limit of 1,25% of the share capital of Media Capital through the execution of an "equity swap" agreement over own shares, entered into with a financial institution. The option price is €5.40.

According to CMVM Guideline IV - 10 the proposal for the approval of stock subscription plans and/or stock option plans or plans related to variations of the stock prices, in favour of board members or employees of the Company shall be submitted to the Shareholders General Meeting. The proposal shall contain all the necessary information in order to adequately evaluate the plan, namely the plan's regulation. As the "Stock Option Plan", which is being implemented, has been approved by the 2004 Annual Shareholders General Meeting, and as its terms and conditions were not changed during 2005, Media Capital believes that the Guideline is complied with, and, therefore, has not requested for the plan to be submitted to the 2006 Annual Shareholders General Meeting.

7 TRANSACTIONS WITH RELATED PARTIES

In the course of the 2005 financial year, no operation or business performed outside the normal market conditions for that kind of operation or outside the scope of the normal activities of the Media Capital Group, which is the management of its financial holdings, took place between the company and the members of its Board of Directors, auditing bodies, holders of a qualified holding or companies in a group relationship. Media Capital's Articles of Association contain a set

7 TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer do exercício de 2005, não foram realizados negócios ou operações entre a Media Capital e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, que se encontrem fora das condições normais de mercado para operações similares e que não façam parte da actividade normal da Sociedade que se consubstancia na administração das suas participações financeiras.

Os estatutos da Media Capital contêm determinadas disposições que regem as situações de conflito de interesses que poderão vir a surgir. Estas serão expostas no Capítulo III do presente relatório.

8 DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A missão do Departamento de Relações com Investidores da Media Capital é a de divulgar informação relevante aos detentores de interesses na Sociedade, regularmente. Tal permitirá que o mercado valorize correctamente a Sociedade em todas as ocasiões.

Princípios do Departamento de Relações com Investidores da Media Capital:

- Compromisso da administração de topo
- Transparência
- Resultados

De acordo com a sua Política de informação, disponível no endereço da Sociedade na Internet (<http://www.mediacapital.pt>), a Media Capital providenciará as seguintes divulgações e apresentações regularmente:

- Destaques de notícias
- Anúncios obrigatórios
- Relatórios mensais das audiências
- Divulgação dos resultados trimestrais
- Apresentação dos resultados trimestrais
- Apresentações específicas da Sociedade
- Convocatórias da Assembleia Geral
- Relatório Anual

Adicionalmente:

- A administração da Media Capital visitará os investidores, pelo menos uma vez por ano
- O CFO e / ou o Departamento de Relações com os Investidores visitarão o sell-side pelo menos uma vez por ano
- A Media Capital organizará um Dia do Investidor com a participação de todos os gestores de divisão, uma vez por ano
- A Sociedade estará disponível para participar em conferências sectoriais e regionais
- A Sociedade estará disponível para conferências telefónicas e visitas, em Lisboa, por investidores e analistas, após apresentação por estes de um pedido.

Nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 205º do Código dos Valores Mobiliários, a Media Capital designou para seu representante, directamente responsável para as relações com o Mercado de Valores Mobiliários, a Dra. Susana Gomes da Costa, sendo o seu endereço profissional o seguinte: Rua Mário Castelhana, 40, Queluz de Baixo, 2749 – 502 Barcarena
Telefone: 21 434 76 03

of provisions governing the situations of conflicts of interest that may arise. These are disclosed below in Chapter III of this report.

8 INVESTORS RELATIONS DEPARTMENT

The purpose of Media Capital's Investor Relations department is to provide relevant information to all stakeholders on a regular basis, to allow the market to value the company correctly at all times.

Cornerstones of Media Capital's Investor Relations policy:

- Commitment from top management
- Transparency
- Delivery

In accordance with its Information Policy, which is available at the Company's Internet site (<http://www.mediacapital.pt>), Media Capital will provide the following disclosures and presentations on a regular basis:

- News alerts
- Mandatory announcements
- Monthly audience reports
- Quarterly results releases
- Quarterly results presentation
- Specific company presentations
- AGM announcements
- Annual report

Additionally:

- Media Capital's management will visit investors at least twice a year.
- The CFO and the IR department will visit the sell-side at least once a year.
- Media Capital will hold an Investor Day with the involvement of all divisional managers, once a year.
- The company will be open to participate in sector and regional conferences.
- The company is available for conference calls and visits in Lisbon, by investors and analysts upon request.

In the terms and for the effects of section 4 of Article 205 of de Securities Code, Media Capital has chosen Susana Gomes da Costa, as Investor Relations Officer, to represent the company, with the following professional address: Rua Mário Castelhana, 40, Queluz de Baixo, 2749 – 502 Barcarena
Telephone: 21 434 76 03
Fax: 21 434 59 01
E-mail: sgcosta@mediacapital.pt

9 BOARD OF DIRECTORS REMUNERATION COMMITTEE

The remuneration of the members of the Board of Directors is fixed by the Shareholders' General Meeting or by a remuneration committee composed of shareholders designated every four years by the Shareholders' General Meeting. In the 2005 Annual Shareholders General Meeting,

Fax: 21 434 59 01
E-mail: sgcosta@mediacapital.pt

9 COMISSÃO DE REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão de Remuneração composta por accionistas e eleita, de quatro em quatro anos, pela Assembleia Geral. Na Assembleia Geral Anual de 2005, os Accionistas do Grupo Media Capital nomearam os seguintes membros da Comissão de Remunerações:

- Vertix SGPS, S.A.
- Dr. Miguel Jorge Ferreira de Melo Azevedo
- Dr. Jorge Maria Bleck

Nos termos de uma declaração assinada em 15 de Dezembro de 2005, a Vertix, SGPS, S.A. comprometeu-se a não votar nem se pronunciar sobre os assuntos relativos à remuneração dos Senhores D. Manuel Polanco, D. Juan Luís Cebrián e D. Miguel Gil, de modo a assegurar a total independência dos membros da Comissão de Remuneração de Administradores relativamente aos membros do órgão de administração. Assim, e na reunião da Comissão de Remuneração de Administradores de 15 de Dezembro, a Vertix, SGPS, S.A. não votou nem se pronunciou nos assuntos relativos à remuneração dos Senhores D. Manuel Polanco, D. Juan Luís Cebrián e D. Miguel Gil.

10 REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

A Sociedade é auditada pela Deloitte & Associados, SROC, S.A, nomeada como fiscal único para o mandato em curso e representada pelo sócio Carlos Pereira Freire.

Em 2005, o Grupo Media Capital suportou um custo total, numa base consolidada, de €1.155.290 com os seus auditores.

A discriminação desses custos é a seguinte:

1. Serviços de auditoria prestados - €525.000 (45.4%) para os serviços de auditoria prestados relativamente ao procedimento clássico para a emissão de um parecer relativamente às contas consolidadas e estatutárias;
2. Consultadoria fiscal - €235.890 (20.4%);
3. Outros serviços de fiabilidade relacionados com auditoria - €394.400 (34.1%).

O Conselho de Administração, em conjunto com a Direcção Financeira da Media Capital, assegura-se que os serviços prestados não põem em perigo a independência dos auditores.

CAPÍTULO II – EXERCÍCIO DOS DIREITOS DE VOTO

Nos termos do contrato social da Media Capital, a cada conjunto de mil acções da Sociedade com o valor nominal de nove cêntimos corresponde um voto. Os accionistas, que detenham menos de 1.000 acções, podem agrupar as suas acções com o objectivo de votar e participar na Assembleia Geral.

Os accionistas com direito de voto poderão participar na Assembleia-geral de Accionistas atribuindo poderes

the shareholders of Media Capital Group appointed the following members of the Board of Directors Remuneration Committee:

- Vertix SGPS, S.A.
- Dr. Miguel Jorge Ferreira de Melo Azevedo
- Dr. Jorge Maria Bleck

In accordance with a declaration executed on 15 December 2005, by Vertix, SGPS, S.A., the company undertook not to vote or issue any opinion on any the matters concerning Mr. Manuel Polanco, Mr. Juan Luis Cebrián and Mr. Miguel Gil, in order to ensure the total independence of the members of the Board of Directors Remuneration Committee in relation to the board. Therefore, in the meeting of the Board of Directors Remuneration Committee held on 15 December 2005, Vertix, SGPS, S.A. did not vote on the matters concerning to the remuneration of Mr. Manuel Polanco, Mr. Juan Luis Cebrián and Mr. Miguel Gil.

10 AUDITORS REMUNERATION

The company is audited by Deloitte & Associados, SROC S.A., appointed as single statutory auditor of the Company for the present term and represented by its partner Carlos Pereira Freire.

In 2005 the Media Capital Group had a total cost of €1,155,290 with its auditors on a consolidated basis. The breakdown of these costs is as follows:

- 1) Audit fees - €525,000 (45.4%) for the audit services in connection with the standard procedures for the issue of an opinion on the consolidated and statutory accounts;
- 2) Tax fees - €235,890 (20.4%);
- 3) Audit related fees - 394,400 (34.1%).

The Board of Directors, together with the Financial Direction of Media Capital assure that the services provided do not jeopardize the auditors' independence.

CHAPTER II – EXERCISE OF VOTING RIGHTS

Pursuant to Media Capital Group's Articles of Association, each group of one thousand shares, with a nominal value of nine cents per share, is entitled to one vote. Shareholders holding less than 1,000 shares may aggregate their shares for the purposes of voting and participating in the Shareholders' General Meeting.

Shareholders with voting rights are entitled to participate in the Shareholders' General Meeting by representation of

de representação a um outro accionista ou a outra pessoa nomeada para o efeito. As procurações voluntárias deverão ser entregues na Sociedade com pelo menos cinco dias de antecedência em relação à data para a qual a reunião está marcada. Os passos necessários são descritos claramente na convocatória da Assembleia-geral e uma página especial dedicada ao tema foi criada no sítio na Internet da Sociedade, www.mediacapital.pt, na versão portuguesa e inglesa. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, accionistas com direito de voto podem exercer este último por correspondência. O contrato social da Media Capital não prevê qualquer limitação ao exercício do direito de voto por correspondência.

O Grupo Media Capital incentiva particularmente o voto por correspondência. Os procedimentos que deverão ser seguidos com vista a votar por correspondência constam claramente na convocatória da Assembleia-geral de Accionistas.

O Grupo Media Capital disponibiliza o formulário para voto por correspondência, em português e em inglês, no sítio na Internet da Sociedade, www.mediacapital.pt.

O voto electrónico não está disponível, já que os sistemas de informação existentes não cumprem com os parâmetros de elevada segurança da Sociedade.

As acções terão de ser bloqueadas 10 dias antes da Assembleia-geral de Accionistas.

CAPÍTULO III – REGRAS E REGULAMENTOS DA SOCIEDADE

Os estatutos da Media Capital contêm uma série de disposições que regem as situações de conflito de interesse que poderão vir a surgir. De acordo com essas regras:

- Qualquer Administrador que tenha interesse num contrato, transacção, acordo ou proposta com a Sociedade deverá declarar a natureza do referido interesse na reunião do Conselho de Administração em que a questão de celebrar o referido contrato, transacção, acordo ou proposta for pela primeira vez levantada. Qualquer Administrador que tenha o referido interesse não terá o direito de ser contabilizado no quórum ou votação relativamente à deliberação ou deliberações propostas relacionadas com o referido interesse;
- Qualquer accionista que tenha interesse num contrato, transacção, acordo ou proposta com a Sociedade deverá declarar a natureza do referido interesse ao Conselho de Administração e na Assembleia Geral em que a questão de celebrar o referido contrato, transacção, acordo ou proposta for pela primeira vez levantada. Qualquer accionista que tenha o referido interesse não terá o direito de votar, ou de permitir que a sua participação social seja agrupada com aquelas de outros accionistas para efeitos de votação na Assembleia Geral, relativamente à deliberação ou deliberações propostas relacionadas com o referido interesse;
- O Conselho de Administração deverá exigir que qualquer transacção celebrada com uma parte relacionada com um accionista com valor igual ou superior a €5.000.000 seja sempre sujeita a uma deliberação da Assembleia Geral, considerando-se uma parte relacionada qualquer pessoa singular que tenha um grau de parentesco em primeiro grau com um accionista relevante ou a sociedade que é directa

another shareholder or by another person. The proxies of representation have to be delivered to the Company and have to be addressed to the Chairman of the Shareholders' General Meeting at least five days prior to the day convened for the meeting. The required steps are clearly stated in the notice for the Annual Shareholders' General Meeting and a special page in this regard has been created in the company's website www.mediacapital.pt in Portuguese and English. Under the Portuguese Securities Code, shareholders with voting rights may exercise their vote by post. Media Capital Group's Articles of Association do not contain any limitation to the right to postal vote.

The Media Capital Group makes a particular effort to encourage the postal voting process. The procedures to be followed in order to vote by post are clearly stated in the notice for the Annual Shareholders' General Meeting. The Media Capital Group makes the postal voting available in Portuguese and in English through the company's website, www.mediacapital.pt.

Electronic voting is not available since the existing information systems do not comply with the company's high security standards.

The shares have to be blocked 10 days before the Shareholders' General Meeting.

CHAPTER III - COMPANY'S RULES AND REGULATIONS

The Media Capital's Articles of Association contain a set of provisions governing conflicts of interests' situations that may arise. In accordance with such rules:

- Any Director who has an interest in a contract, transaction, arrangement or proposal with the Company shall declare the nature of such interest at the meeting of the Board of Directors at which the question of entering into such contract, transaction, arrangement or proposal is first considered. Directors shall not be entitled to count in the quorum or vote in relation to the proposed resolution or resolutions relating to such interest;
- Any shareholder who has an interest in a contract, transaction, arrangement or proposal with the Company shall declare the nature of such interest to the Board of Directors of the Company and at the Shareholders' General Meeting at which the question of entering into such contract, transaction, arrangement or proposal is first considered. Any shareholder shall not be entitled to vote, or allow their shares to be grouped with those of other shareholders for voting purposes, on any proposed resolutions or resolution in which they have an interest;
- The Board of Directors shall always require resolutions of a Shareholders' General Meeting in relation to any transactions with any party related to a shareholder of a value of €5,000,000 or higher, being considered as related party any individual who is a first blood relative of the relevant shareholder or a company which is directly or indirectly controlled by the relevant shareholder. Relevant shareholder

ou indirectamente controlada por um accionista relevante. Accionista relevante é aquele que detém uma participação social correspondente a mais de 2% do capital social com direito de voto da Sociedade.

A Sociedade emitiu, por via do seu Presidente, um regulamento interno dirigido a todos os colaboradores, visando regular a comunicação para o exterior, no âmbito das regras definidas pelo mercado de capitais e pela CMVM para as empresas cotadas em geral. Este regulamento informa o que se entende por informação e factos relevantes, define os porta-vozes e procedimentos para a divulgação de informação considerada relevante e salienta que toda a informação a divulgar para o exterior deverá ser sempre baseada em factos históricos, deverá ser clara, completa, actualizada e verdadeira, e não deverá exceder aquela que anteriormente já foi fornecida no âmbito do que já é público. O regulamento em causa pode ser acedido por qualquer investidor mediante solicitação directa à área de Relações com Investidores do Grupo.

Não existem disposições estatutárias ou medidas adoptadas pela Sociedade para impedir o sucesso de ofertas públicas de aquisição, e a Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que poderá resultar neste impedimento.

CAPÍTULO IV – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão que tem a maior responsabilidade pela gestão da Media Capital. As suas principais responsabilidades são as de definir as orientações estratégicas da Sociedade, supervisionar a implementação das referidas orientações e da saúde financeira da Sociedade. Os directores operacionais são responsáveis pelas operações correntes do Grupo Media Capital.

O Conselho de Administração deve ser composto por um número ímpar de administradores e os estatutos da Media Capital estipulam que deve ser composto por sete administradores. Além disso, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelo menos dois dos administradores devem ser independentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Miguel Pais do Amaral	Não executivo	
-----------------------	---------------	--

Administradores

Manuel Polanco	Executivo	
Miguel Gil	Executivo	
Juan Luís Cebrián	Não executivo	
Elmar Heggen	Não executivo	
Annet Aris	Não executivo	Independente
Jaime Roque de Pinho D'Almeida	Não executivo	Independente

Miguel Pais do Amaral

Presidente do Grupo Media Capital e da TVI. Após ter estudado no Instituto Superior Técnico (Engenharia Mecânica), concluiu um MBA no Insead em Fontainebleau em 1979. Analista de mercados e de investimentos financeiros na Goldman

is any shareholder holding more than two per cent of the Media Capital's voting share capital. The Media Capital Group has issued, by means of its Chairman of the Board of Directors, an internal regulation addressed to all its collaborators, aiming at regulating external communications, in respect of rules determined by capital markets and by the CMVM regarding listed companies in general. This regulation sets forth what is to be deemed as relevant facts and information, defines the spokespeople and the procedures for the disclosure of information deemed relevant and emphasises that all information to be revealed externally shall always be based on historic facts, shall be clear, complete, updated and truthful, and shall not exceed information that was previously made available regarding what is already public. All investors can have access to said regulation by means of a direct request addressed to the Investor Relations department of the Media Capital Group. In addition, no statutory provisions or measures have been adopted by the Media Capital Group to prevent the success of public tender offers nor is the Company aware of any shareholders agreement which can lead to this effect.

CHAPTER IV – BOARD OF DIRECTORS

The Board of Directors has the ultimate responsibility for the management of the company. Its main responsibilities are to define the company's strategic guidelines, monitor the implementation of such guidelines and the financial health of the company. The senior management is responsible for the day to day operations of the Media Capital Group. In compliance with the law, the Board of Directors must be comprised of an odd number of directors and, more specifically, Media Capital's Articles of Association set forth that the Board of Directors should have seven members. Moreover, according to such Articles of Association, at least two of the members of the Board of Directors must be independent directors.

BOARD OF DIRECTORS

Chairman

Miguel Paes do Amaral	Non-executive	
-----------------------	---------------	--

Directors

Manuel Polanco	Executive	
Miguel Gil	Executive	
Elmar Heggen	Non-executive	
Juan Luís Cebrián	Non-executive	
Annet Aris	Non-executive	Independent
Jaime Roque de Pinho D'Almeida	Non-executive	Independent

Miguel Pais do Amaral

Chairman of Grupo Media Capital and TVI. After studying engineering at the Instituto Superior Técnico, Mr. Pais do Amaral completed an MBA in Insead at Fontainebleau in 1979.

Sachs & Co. em Nova Iorque e Londres, e no Midland Bank em Madrid, entre 1979 e 1983. Consultor da Partex CPS em Lisboa, entre 1984 e 1987. Presidente da Alfa Capital entre 1987 e 1991. Director da Euroknights – Investimentos e Participações, Lda, membro do Conselho de Administração da Compagnie Générale des Eaux em Portugal e da SOCI, SA, entre 1991 e 1997. Fundador do Grupo Media Capital em 1992, e desde então seu Presidente. CEO do Grupo Media Capital desde a sua fundação até Novembro de 2005. Eleito para o cargo de Administrador por um período de quatro anos pela Assembleia Geral realizada no dia 10 de Março de 2004. O seu mandato expira em 31 de Dezembro de 2007. Faz ainda parte das seguintes sociedades:

Grupo Media Capital

■ TVI – Televisão Independente SA	Presidente
-----------------------------------	------------

Fora do Grupo Media Capital

■ Alfacompetição Automóveis de Competição, Lda	Gerente
■ Preçobase Mediação Imobiliária, SA	Presidente
■ Sociedade Agro-Florestal Serra da Pousada, SA	Gerente
■ Madirest Soc de Desenvolvimento e Exploração de Restaurantes, SA	Presidente
■ Lanifos Soc de Financiamentos, Lda	Gerente
■ 2ndCarma – Consultadoria e Investimentos, SA	Presidente
■ CGCI, SGPS, SA	Presidente
■ Quifel, SGPS, SA	Presidente
■ Diana Soc Promoção e Investimentos Imobiliários, SA	Presidente
■ Quifel Administração de Imóveis, Lda	Gerente

Em 31 de Dezembro de 2005 era titular directo de 289.000 acções representativas do capital social e dos direitos de voto da Grupo Media Capital SGPS, SA.

Manuel Polanco

Administrador Delegado do Grupo Media Capital. Licenciado em Ciências Económicas e Empresariais com especialização em Finanças Internacionais pela Universidade Autónoma de Madrid. Tem desenvolvido toda a sua actividade empresarial no Grupo Prisa, sobretudo na gestão das suas participadas na América Latina e nos Estados Unidos. Em 1991 foi nomeado Administrador Delegado da editora Santillana no Chile e no Peru e em 1993 Director Geral do diário mexicano La Prensa e responsável pelo lançamento da edição do diário El País no México. Em 1996, Manuel Polanco estabeleceu-se em Miami onde ficou responsável pela direcção internacional do Grupo Santillana, com responsabilidades pelas 21 empresas na América Latina e do Norte. Regressou a Espanha em 1999 como Presidente da GDM (primeira central de venda de meios multimédia em Espanha) e da GMI (sub-holding que junta a imprensa especializada – incluindo o diário desportivo AS, o diário económico Cinco Dias e várias revistas – e regional do Grupo Prisa). Em 2001, passou também a fazer parte da direcção da Unidad de Negocio Medios España, com responsabilidade sobre a rádio Cadena SER e a rede de televisão local participada pela Prisa (Localia TV). É Administrador do Grupo Prisa e Administrador de várias empresas participadas do Grupo Prisa, incluindo a Pretesa (Localia TV), Antena 3 Radio, Diário AS e da editora Dédalo Grupo Gráfico. Designado por

He became a markets and financial investments analyst for Goldman Sachs & Co. in New York and London and worked in Midland Bank in Madrid, between 1979 and 1983. He worked as a Consultant for Partex CPS in Lisbon, between 1984 and 1987 and was the Chairman of Alfa Capital between 1987 and 1991. From 1991 to 1997 he was a Director at Euroknights - Investimentos e Participações, Lda. and a member of the Board of Directors of Compagnie Générale des Eaux in Portugal and of SOCI, SA. He was the Founding member of Media Capital Group in 1992, and since then its Chairman and was CEO of Media Capital Group from its foundation until November 2005. He was appointed as Chairman of the Board of Directors by the Shareholders General Meeting dated 10 March 2004, for a 4 year term, ending on 31 December 2007. Mr. Pais do Amaral is also part of the following companies:

Media Capital Group

■ TVI – Televisão Independente SA	Chairman
-----------------------------------	----------

Not Part of Media Capital Group

■ Alfacompetição Automóveis de Competição, Lda	Manager
■ Preçobase Mediação Imobiliária, SA	Chairman
■ Sociedade Agro-Florestal Serra da Pousada, SA	Manager
■ Madirest Soc de Desenvolvimento e Exploração de Restaurantes, SA	Chairman
■ Lanifos Soc de Financiamentos, Lda	Manager
■ 2ndCarma – Consultadoria e Investimentos, SA	Chairman
■ CGCI, SGPS, SA	Chairman
■ Quifel, SGPS, SA	Chairman
■ Diana Soc Promoção e Investimentos Imobiliários, SA	Chairman
■ Quifel Administração de Imóveis, Lda	Manager

On 31 December 2005, he directly held 289,000 shares representing the share capital and voting rights of Grupo Media Capital SGPS, SA.

Manuel Polanco

Chief Executive Officer of Grupo Media Capital. Mr. Polanco obtained a BS in Business Management and Economics with a major in International Finances from the Universidade Autónoma de Madrid in Spain. He developed his whole professional career at Grupo Prisa, mainly managing Prisa subsidiaries in the Latin América and in the US. In 1991 he was appointed CEO of Santillana editing company in Chile and in Peru, in 1993 Managing Director of the Mexican daily newspaper La Prensa and also in charge of the launch of the edition of the daily newspaper El País in México. In 1996, Mr. Polanco moved to Miami where he became the Head of the international business of Grupo Santillana, overseeing the business of its 21 companies in Latin America and US. He came back to Spain in 1999 as CEO of GDM (the first multimedia Sales platform in Spain) and also CEO of GMI (Grupo Prisa's sub-holding that includes its thematic press titles – including the sports daily AS, the financial newspaper Cinco Dias and several magazines – and regional press titles). In 2001, Mr. Polanco became part of the top management team that of Unidad de Medios España, overseeing Cadena

cooptação para o cargo de Administrador pelo Conselho de Administração da Media Capital em 15 de Novembro de 2005. O seu mandato expira em 31 de Dezembro de 2007. Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Grupo Media Capital

■ Meglo – Media Global SGPS SA.	Presidente
■ Media Capital-Serviços de Consultoria e Gestão, SA.	Presidente
■ Media Capital-Editora Multimédia, SA.	Presidente
■ Media Capital-Telecomunicações, SA.	Presidente
■ Unidivisa-Promoção de Projectos de Media, SA.	Presidente
■ Med Cap Technologies - Desenvolvimento e Comercialização de Sistemas de Comunicação, SA.	Presidente
■ MCR - Radiofonia e Publicidade, Soc. Unipessoal, SA.	Presidente
■ Rádio Comercial, SA.	Presidente
■ Rádio Cidade - Produções Audiovisuais, SA.	Presidente
■ Rádio Regional de Lisboa-Emissões Radiodifusão, SA.	Presidente
■ Media Capital Entertainment - Produção de Eventos, Lda.	Gerente
■ Central Discos-Produções Discográficas, SA.	Presidente
■ Kimberley Trading, SA.	Presidente
■ TVI - Televisão Independente, SA.	Administrador
■ Media Capital Outdoor - Publicidade, SA.	Presidente

Fora do Grupo Media Capital

■ Diario Jaén, SA.	Presidente
■ Promotora de Emisoras de Televisión, SA.	Administrador
■ Prisaprint, SL.	Administrador
■ Diálogo AS, SL.	Administrador
■ Gestión de Medios de Prensa, SA.	Administrador
■ Diario El País México, SA. de C.V.	Administrador Único
■ Promotora de Informaciones, SA.	Administrador
■ Timón, SA.	Administrador
■ Vertex, SGPS, SA.	Presidente
■ Productora de Televisión de Almería, SA.	Vice Presidente
■ Antena 3 de Radio, SA.	Administrador
■ Promotora Audiovisual de Jaén, SA.	Administrador
■ Dédalo Grupo Gráfico, SL.	Administrador

Em 31 de Dezembro de 2005 não detinha quaisquer acções representativas do capital social e dos direitos de voto da Grupo Media Capital SGPS, SA.

Miguel Gil

Administrador do Grupo Media Capital. Estudou na Faculdade de Ciências da Universidad Complutense de Madrid, foi jornalista e editor de algumas publicações em Espanha e está no Grupo Prisa desde 1996, tendo sido até há pouco tempo Director do Gabinete da Presidência e do Administrador Delegado do Grupo. Entre 1982 e 1996 fez parte do Governo de Espanha, tendo sido Secretário do Porta-voz do Governo. No Grupo Prisa foi Director de Desenvolvimento e Estratégia e Director de Relações Corporativas. É ainda membro do Conselho de Administração da Iberbanda, GMI e GMP (empresas do Grupo Prisa). Anteriormente foi também Administrador da Repsol, da Cadena SER e das empresas Redecampo e Demoscopia, ambas do Grupo Taylor Nelson

SER rádio and the local TV network where Prisa is a key shareholder Localia TV.

He was appointed member of Media Capital Group Board of Directors by co-optation in the meeting held by the Board of Directors of Media Capital on 15 November 2005. His mandate comes to an ends on 31 December 2007. Mr. Polanco is also part of the following companies:

Media Capital Group

■ Meglo – Media Global SGPS SA.	Chairman
■ Media Capital-Serviços de Consultoria e Gestão, SA.	Chairman
■ Media Capital-Editora Multimédia, SA.	Chairman
■ Media Capital-Telecomunicações, SA.	Chairman
■ Unidivisa-Promoção de Projectos de Media, SA.	Chairman
■ Med Cap Technologies - Desenvolvimento e Comercialização de Sistemas de Comunicação, SA.	Chairman
■ MCR - Radiofonia e Publicidade, Soc. Unipessoal, SA.	Chairman
■ Rádio Comercial, SA.	Chairman
■ Rádio Cidade - Produções Audiovisuais, SA.	Chairman
■ Rádio Regional de Lisboa-Emissões Radiodifusão, SA.	Chairman
■ Media Capital Entertainment - Produção de Eventos, Lda.	Manager
■ Central Discos-Produções Discográficas, SA.	Chairman
■ Kimberley Trading, SA.	Chairman
■ TVI - Televisão Independente, SA.	Director
■ Media Capital Outdoor - Publicidade, SA.	Chairman

Not Part of Media Capital Group

■ Diario Jaén, SA.	Chairman
■ Promotora de Emisoras de Televisión, SA.	Director
■ Prisaprint, SL.	Director
■ Diálogo AS, SL.	Director
■ Gestión de Medios de Prensa, SA.	Director
■ Diario El País México, SA. de C.V.	Sole Director
■ Promotora de Informaciones, SA.	Director
■ Timón, SA.	Director
■ Vertex, SGPS, SA.	Chairman
■ Productora de Televisión de Almería, SA.	Vice Chairman
■ Antena 3 de Radio, SA.	Director
■ Promotora Audiovisual de Jaén, SA.	Director
■ Dédalo Grupo Gráfico, SL.	Director

On 31 December 2005, he held no shares or voting rights in Grupo Media Capital SGPS, SA.

Miguel Gil

Member of the Board of Directors. Mr. Gil studied at the Facultad de Ciências de la Universidad Complutense de Madrid, and has worked as a journalist and editor for several publications in Spain. He works for Grupo Prisa since 1996 and, until recently, was Chief of Staff of Grupo Prisa's Chairman and CEO. Between 1982 and 1996 he worked for the Spanish Government, namely as Secretary of the Government Spokesman. Within Grupo Prisa, Mr. Gil was Director

Sofres. Adicionalmente é desde 2002 Secretário-Geral do Foro Iberoamérica. Designado por cooptação para o cargo de Administrador pelo Conselho de Administração da Media Capital em 14 de Dezembro de 2005. O seu mandato expira em 31 de Dezembro de 2007.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Grupo Media Capital

■ Meglo – Media Global SGPS SA.	Administrador
■ Media Capital-Editora Multimédia, SA.	Administrador
■ Unidivisa-Promoção de Projectos de Media, SA.	Administrador
■ MCR - Radiofonia e Publicidade, Soc. Unipessoal, SA.	Administrador
■ Rádio Comercial, SA.	Administrador
■ Rádio Cidade - Produções Audiovisuais, SA.	Administrador
■ Rádio Regional de Lisboa-Emissões Radiodifusão, SA.	Administrador
■ Media Capital Entertainment-Produção de Eventos, Lda.	Gerente
■ Kimberley Trading, SA.	Administrador

Fora do Grupo Media Capital

■ Gestion de Medios de Prensa, SA.	Administrador
■ IBERBANDA, SA.	

Representante de Promotora de Informaciones, SA no Conselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2005 não detinha quaisquer acções representativas do capital social e dos direitos de voto da Grupo Media Capital SGPS, SA.

Elmar Heggen

Administrador do Grupo Media Capital. O Dr. Elmar Heggen está no Grupo RTL desde 2000 onde é actualmente Executive Vice President for Regional Operations and Development. O Dr. Heggen é licenciado em Gestão de empresas pela European Business School na Alemanha, e tem um MBA pela Wales University. Antes de entrar no Grupo RTL, trabalhou na empresa Felix Schoeller na Alemanha, China e no Reino Unido. Antes de exercer o seu actual cargo, o Dr. Heggen foi também Senior Vice President for Strategy & Controlling do Grupo RTL, entre outros cargos. Designado por cooptação para o cargo de Administrador pelo Conselho de Administração da Media Capital em 14 de Dezembro de 2005. O seu mandato expira em 31 de Dezembro de 2007. Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital

■ EDIRADIO	Membro do Conselho de Supervisão
■ IMMOBILIERE BAYARD D'ANTIN	Administrador
■ INADI SA	Administrador
■ IPN SA	Administrador
■ M-RTL ZRT	Administrador
■ OOO MEDIA HOLDING REN TV	Administrador
■ RTL 9	Administrador
■ RTL GROUP CENTRAL & EASTERN EUROPE SA	Administrador Delegado
■ RTL HRVATSKA D.O.O.	Presidente
■ S5 SARL	Membro da Comissão Executiva

of Corporate Development and Strategy and Director of Corporate Relations. He is also a Board member of Iberbanda, GMI and GMP (companies from Grupo Prisa). Before, Mr. Gil was also Board member of Repsol, Cadena SER and two companies from the Nelson Taylor Sofres Group – Redecampos and Demoscopia. Additionally, Mr. Gil is since 2002 the Secretary of Foro Iberoamérica.

He was appointed by co-optation as member of Board of Directors in the meeting of Media Capital's Board of Directors dated 14 December 2005. His mandate will come to an end on 31 December 2007.

Mr. Gil is also part of the following companies:

Media Capital Group

■ Meglo – Media Global SGPS SA.	Director
■ Media Capital-Editora Multimédia, SA.	Director
■ Unidivisa-Promoção de Projectos de Media, SA.	Director
■ MCR - Radiofonia e Publicidade, Soc. Unipessoal, SA.	Director
■ Rádio Comercial, SA.	Director
■ Rádio Cidade - Produções Audiovisuais, SA.	Director
■ Rádio Regional de Lisboa-Emissões Radiodifusão, SA.	Director
■ Media Capital Entertainment – Produção de Eventos, Lda.	Manager
■ Kimberley Trading, SA.	Director

Not Part of Media Capital Group

■ Gestion de Medios de Prensa, SA.	Director
■ IBERBANDA, SA.	

Promotora de Informaciones, SA representative at the Board of Directors

On 31 December 2005, he held no shares or voting rights in Grupo Media Capital SGPS, SA.

Elmar Heggen

Member of the Board of Directors. Mr. Heggen works for RTL Group since 2000 and is currently Executive Vice President for Regional Operations and Development. Mr. Heggen obtained a degree on Business Management from the European Business School in Germany and has an MBA from the Wales University. Before joining the RTL Group, he worked for Felix Schoeller in Germany, China and in the UK. Within the RTL Group, and before his current position, Mr. Heggen was also Senior Vice President for Strategy & Controlling of the Group. He was appointed by co-optation as member of the Board of Directors in Media Capital's meeting of the Board of directors dated 14 December 2005. His mandate will come to an end on 31 December 2007. Mr. Heggen is also part of the following companies:

Not Part of Media Capital Group

■ EDIRADIO	Member of the Supervisory Board
■ IMMOBILIERE BAYARD D'ANTIN	Director
■ INADI SA	Director
■ IPN SA	Director
■ M-RTL ZRT	Director

■ SPORTFIVE SA	Administrador
■ TVi SA	Administrador
■ Antena 3 de Televisión SA	Administrador
■ RTL Radio Deutschland GmbH	Administrador
■ RTL Radio Berlin GmbH	Administrador
■ RTL Radio Vermarktungsgesellschaft GmbH & Co.KG	Administrador

Em 31 de Dezembro de 2005 não detinha quaisquer acções representativas do capital social e dos direitos de voto da Grupo Media Capital SGPS, SA.

Juan Luís Cebrián

Administrador do Grupo Media Capital. CEO do Grupo Prisa, jornalista, académico e escritor com vários ensaios e obras publicadas. Após ter estudado Humanidades na Universidade Complutense de Madrid, licenciou-se na Escuela Oficial de Periodismo em 1963. Fundou em 1963 a revista Cuadernos para el dialogo, de 1963 a 1975 foi redactor-chefe e subdirector dos diários Pueblo e Informaciones em Madrid, tendo também dirigido os serviços informativos da TVE – Televisión Española. Foi o director fundador do diário El País desde o seu início em 1976. Em 1988 assumiu o seu actual cargo, mantendo-se também como Administrador Delegado do El País, Vice-Presidente da Cadena SER e da Sogecable – empresa de que foi também CEO desde o seu início em 1989 até 1999. Na sequência do aumento da posição do Grupo Prisa no diário francês Le Monde, foi nomeado Administrador da sociedade que edita este jornal. Recebeu ainda vários prémios jornalísticos ao longo da sua carreira, é membro da Real Academia Española de Lengua (R.A.E.), Cavaleiro das Letras e das Artes em França e Professor Honorário da Universidade Iberoamericana de Santo Domingo. Designado por cooptação para o cargo de Administrador pelo Conselho de Administração da Media Capital em 15 de Novembro de 2005. O seu mandato expira em 31 de Dezembro de 2007. Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital

■ Promotora de Informaciones, SA.	Administrador Delegado
■ Sociedad Española de Radiodifusión, SA.	Vice Presidente
■ Diario El País, SL.	Administrador Delegado
■ Unión Radio Digital, SA.	Administrador
■ Paltrivia, SA.	Administrador
■ Sociedad de Servicios Radiofónicos Unión Radio, SL.	Administrador
■ Prisa División Internacional, SL.	Administrador
■ Sapri Inversiones 2000 SICAV, SA.	Administrador
■ Sogecable, SA.	Vice Presidente
■ Timón, SA.	Administrador
■ Promotora de Publicaciones, SL.	Administrador Delegado
■ Le Monde, SA.	Administrador
■ Compañía Independiente de Noticias de Televisión, SL.	Representante do Administrador (SOGECABLE)
■ Sistema Radiópolis, SA. de C.V.	Administrador
■ Cadena Radiodifusora Mexicana, SA. de C.V.	Administrador
■ Radio Comerciales, SA de C.V.	Administrador
■ Radio Melodía, SA. de C.V.	Administrador

■ OOO MEDIA HOLDING REN TV	Vice Chairman
■ RTL 9	Director
■ RTL GROUP CENTRAL & EASTERN EUROPE SA	Director delegate
■ RTL HRVATSKA D.O.O.	Chairman
■ SS SARL	Member of the Management Committee
■ SPORTFIVE SA	Director
■ TVi SA	Director
■ Antena 3 de Televisión SA	Director
■ RTL Radio Deutschland GmbH	Director
■ RTL Radio Berlin GmbH	Director
■ RTL Radio Vermarktungsgesellschaft GmbH & Co.KG	Director

On 31 December 2005, he held no shares or voting rights in Grupo Media Capital SGPS, SA.

Juan Luís Cebrián

Member of the Board of Directors. Mr. Cebrián is the CEO of Grupo Prisa, a journalist, academic and writer with several essays and books edited. After studying Humanidades at the Universidad Complutense in Madrid, he obtained a BS from the Escuela Oficial de Periodismo in Spain in 1963. He founded in 1963 the magazine Cuadernos para el dialogo, and was also chief editor and sub-director of the Madrid newspapers Pueblo and Informaciones until 1975. In the meantime, he was also the head of News Programming of TVE – Televisión Española. Mr. Cebrián co-founded and was the chief-editor of the daily newspaper El País since its beginning in 1976. He was appointed to his current position in 1988 and continues to be CEO of El País, Vice President of Cadena SER and Sogecable – a company that he also managed as CEO since its launch in 1989 until 1999. Mr. Cebrián was also recently appointed as Board member of the Le Monde following the increase of Grupo Prisa shareholding position on the company that edits this French daily newspaper. Mr. Cebrián received several journalist awards in his career and he is member of the Real Academia Española de Lengua, Knight of Arts in France and Honorary Professor at the Universidade Iberoamericana in Santo Domingo. He was appointed member of the Board of Directors by co-optation in Media Capital's Board of Directors meeting of dated 15 November 2005. His mandate will come to an end on 31 December 2007.

Mr. Cebrián is also part of the following companies:

Not Part of Media Capital Group

■ Promotora de Informaciones, SA.	Chief Executive Officer
■ Sociedad Española de Radiodifusión, SA.	Vice Chairman
■ Diario El País, SL.	Chief Executive Officer
■ Unión Radio Digital, SA.	Director
■ Paltrivia, SA.	Director
■ Sociedad de Servicios Radiofónicos Unión Radio, SL.	Director
■ Prisa División Internacional, SL.	Director
■ Sapri Inversiones 2000 SICAV, SA.	Director
■ Sogecable, SA.	Vice Chairman

■ Radio Televisora de Mexicali, SA. de C.V.	Administrador
■ Radio Tapatía, SA. de C.V.	Administrador

■ Le Monde Europe, SA.	Representante do Membro do Comité de Direcção (PRISA)
------------------------	---

Em 31 de Dezembro de 2005 não detinha quaisquer acções representativas do capital social e dos direitos de voto da Grupo Media Capital SGPS, SA.

Annet Aris

Administradora do Grupo Media Capital. A Prof. Annet Aris é professora assistente do regente da cadeira de estratégia no INSEAD, onde também desenvolveu e lecciona o curso de MBA "Managing Media Companies". Ela é também professora convidada de outras universidades, como por exemplo, a Universidade Católica de Ingolstadt/Eichstatt e a "Hamburg Media School" na Alemanha. De nacionalidade holandesa, a Prof. Annet Aris fez um Mestrado em Engenharia da Universidade de Wageningen na Holanda em 1984 e concluiu em 1986 o MBA no INSEAD em Fontainebleau já como consultora da McKinsey & Co. Foi consultora da McKinsey & Co. desde 1985 a 2003, trabalhando primeiro na Holanda e no Reino Unido, e, a partir de 1990, na Alemanha, onde foi eleita sócia em 1994 e foi co-responsável pela prática profissional de media na Alemanha entre 1999 e 2003, onde participou em numerosos projectos e abrangendo praticamente todas as áreas funcionais e sectores. A Prof. Annet Aris é também autora de numerosos artigos sobre o sector dos media e, em conjunto com Jacques Bughin, publicou o livro "Managing Media Companies, Harnessing creative value" (Wiley's 2005). Pertence também aos Conselhos de Administração, como Independente, das empresas Hansa-Heemann e Tipp24 AG, ambas na Alemanha. Foi designada por cooptação para o cargo de Administradora por um período de quatro anos em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 17 de Dezembro de 2004, designação ratificada pela Assembleia Geral realizada no dia 22 de Abril de 2005. O seu mandato expira em 31 de Dezembro de 2007. Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital

■ Tipp24 AG Germany	Administradora
■ Hansa- Heeman AG, Rellingen Germany	Administradora

Em 31 de Dezembro de 2005 não detinha quaisquer acções representativas do capital social e dos direitos de voto da Grupo Media Capital SGPS, SA.

Jaime Roque de Pinho d'Almeida

Administrador do Grupo Media Capital. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1965. Ocupou diversos cargos Sénior no sector financeiro (banca comercial, banca de investimento, bem como seguros), em Portugal, Londres, Nova Iorque e Zurique, tendo sido administrador do Banco Borges & Irmão de 1965 a 1969, do Banco Totta & Açores de 1969 a 1976 e do Bankinstitut Zurich de 1978 a 1983. Foi o fundador da M.D.M. - Sociedade de Investimentos S.A. (que deu origem ao Deutsche Bank em Lisboa) onde foi CEO e Presidente até Janeiro de 1989. Ingressou no American International Group

■ Timón, SA.	Director
■ Promotora de Publicaciones, SL.	Chief Executive Officer
■ Le Monde, SA.	Director
■ Compañía Independiente de Noticias de Televisión, SL.	Director's Representative (SOGECABLE)
■ Sistema Radiópolis, SA. de C.V.	Director
■ Cadena Radiodifusora Mexicana, SA. de C.V.	Director
■ Radio Comerciales, SA de C.V.	Director
■ Radio Melodía, SA. de C.V.	Director
■ Radio Televisora de Mexicali, SA. de C.V.	Director
■ Radio Tapatía, SA. de C.V.	Director
■ Le Monde Europe, SA.	Representative of the Member of the Direction Committee (PRISA)

On 31 December 2005, he held no shares or voting rights in Grupo Media Capital SGPS, SA.

Annet Aris

Member of the Board of Directors. Annet Aris is adjunct professor of strategy at INSEAD where she developed and teaches the MBA-course "Man-aging Media Companies". She is also a guest professor at amongst others the Catholic University of Ingolstadt/Eichstatt and the Hamburg Media School in Germany. She is a Dutch native and received a MSc. in engineering from the University of Wageningen in 1984. After acceptance in McKinsey's European INSEAD Fellow program, she completed her MBA in Fontainebleau in 1986. She worked for McKinsey from 1985 until 2003, at first in the Netherlands and in the UK and, since 1990, in Germany. She was elected partner in 1994 and co-led McKinsey's German Media Practice from 1999-2003 working on a wide array of topics. Annet is the author of a large number of articles on the media industry and, together with Jacques Bughin, of the book "Managing Media Companies, Harnessing creative value" (Wiley's 2005). She is an independent board member of Hansa-Heemann AG and Tipp24 AG, both in Germany. She was appointed by co-optation as member of the Board of Directors for a 4 year term, in the Board of directors meeting dated 17 December 2004. This decision was confirmed by the Shareholders General Meeting of 22 April 2005. Her mandate will come to an end on 31 December 2007.

Prof. Aris is also part of the following companies:

Not Part of Media Capital Group

■ Tipp24 AG Germany	Director
■ Hansa- Heeman AG, Rellingen Germany	Director

On 31 December 2005, she held no shares or voting rights in Grupo Media Capital SGPS, SA.

Jaime Roque de Pinho d'Almeida

Member of the Board of Directors of Media Capital Group. He has a Law Degree from the Faculdade de Direito de Lisboa/Lisbon Classic University, completed in 1965. Mr. D'Almeida has been employed in several senior managerial in the finance sector (commercial banks, investment banking and insurance), in Portugal, London, New York and Zurich,

em 1989 onde foi responsável pela criação e gestão de um grupo de empresas (Fiseco) dedicadas à gestão de activos financeiros e foi board member da Excel Partners Investment Fund em Espanha até 1993. Em 1993, integrou a equipa de gestão do Grupo José de Mello, tornando-se em 1996, Vice-Presidente e CEO da Companhia de Seguros Império S.A. e em 2000, após a sua aquisição pelo Grupo BCP, foi membro do Conselho de Administração da Seguros e Pensões Gere SGPS, S.A. e de outras subsidiárias do Grupo BCP no sector segurador. É actualmente membro não executivo do Conselho de Administração da PT Comunicações S.A. entre outros cargos. Eleito para o cargo de Administrador por um período de quatro anos pela Assembleia Geral realizada no dia 10 de Março de 2004. O seu mandato expira em 31 de Dezembro de 2007.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital

■ Grupo Bertrand	Administrador
■ PT Comunicações SA.	Administrador
■ TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA.	Vogal do Conselho Fiscal
■ Saconsult- Consultadoria de Gestão Económica e Financeira Lda.	Gerente
■ IBERSÁ - Consultadoria de Gestão Económica e Financeira, Lda.	Gerente
■ OUTSYSTEMS - Software em Rede, SA.	Administrador
■ APS - Associação Portuguesa de Seguradores	Presidente da Direcção

Em 31 de Dezembro de 2005 não detinha quaisquer acções representativas do capital social e dos direitos de voto da Grupo Media Capital SGPS, SA.

No Grupo Media Capital não existe uma Comissão Executiva, sendo as decisões de gestão tomadas pelo Conselho de Administração, no desenrolar normal das suas funções, considerando-se a constituição de uma comissão deste tipo desnecessária ao bom funcionamento da Sociedade e à protecção dos interesses dos accionistas. Cumpre, no entanto, salientar, em matéria de delegação de competências de gestão, a designação, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005, do Administrador D. Manuel Polanco Moreno como Administrador-Delegado da Sociedade, a quem foram conferidos poderes de gestão corrente da Sociedade, nos termos do disposto no artigo 18.º número 4 dos Estatutos da Sociedade, encontrando-se, no entanto, a sua designação como Administrador sujeita a ratificação pela Assembleia Geral Anual de 2006. O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado verbalmente ou por escrito pelo seu Presidente ou por dois vogais, quando e onde o interesse social o exigir e pelo menos trimestralmente. Durante o exercício de 2005, o Conselho de Administração do Grupo Media Capital reuniu regularmente 9 vezes no ano com participação ou representação de todos os seus membros, garantindo o controlo efectivo da gestão do Grupo.

REMUNERAÇÃO

Tal como referido no ponto 9 supra, a remuneração dos

and was a member of the Board of Directors of Banco Borges & Irmão from 1965 to 1969, Banco Totta & Açores from 1969 to 1976 and Bankinstitut Zurich from 1978 to 1983. He was the founding member of M.D.M. - Sociedade de Investimentos S.A. (which later became the Deutsche Bank in Lisbon), where he was CEO and Chairman until January 1989. Joined the American International Group in 1989, where he was responsible for the creation and management of a Group of Companies (Fiseco) managing financial assets and was board a Board member of the Excel Partners Investment Fund in Spain until 1993. Then, he joined the management team of Grupo José de Mello. In 1996, he was appointed Vice-President Chairman and CEO of Companhia de Seguros Império S.A. and in 2000, after the acquisition of Companhia de Seguros Império S.A. by Grupo BCP, he became a member of the Board of Directors of Seguros e Pensões Gere SGPS, S.A. and a member of the Board of Directors of other Grupo BCP subsidiaries in the insurance sector. He is a non-executive member of the Board of Directors of PT Comunicações S.A. He was appointed member of the Board of Directors by the Shareholders General Meeting dated 10 March 2004, for a 4 year term, ending on 31 December 2007.

Mr. Pinho d'Almeida is also part of the following companies:

Not Part of Media Capital Group

■ Grupo Bertrand	Director
■ PT Comunicações SA.	Director
■ TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA.	Member of the Fiscal Board
■ Saconsult- Consultadoria de Gestão Económica e Financeira Lda.	Director
■ IBERSÁ - Consultadoria de Gestão Económica e Financeira, Lda.	Director
■ OUTSYSTEMS - Software em Rede, SA.	Director
■ APS - Associação Portuguesa de Seguradores	Chairman

On 31 December 2005, he held no shares or voting rights in Grupo Media Capital SGPS, SA.

Media Capital Group does not have an Executive Committee. Managerial decisions are taken by the Board of Directors, in the regular carrying out of its functions, the incorporation of this kind of committee being considered unnecessary for the good functioning of the company and for the protection of the shareholders' interests. Nevertheless, in the context of the delegation of managerial decisions, Mr. Manuel Polanco Moreno was appointed Chief Executive Officer, with effects as from 15 November 2005. He is authorised to take day-to-day management decisions, pursuant to section 4 of Article 18 of the Articles of Association of the Company. His appointment still needs to be ratified by the 2006 Annual Shareholders General Meeting. The Board of Directors will meet whenever it is convened, orally or in writing, by its Chairman or by two of its members, when and where the corporate interest demands it and at least quarterly. During 2005, the Board of Directors of the Media Capital Group met regularly, nine times, almost all its members having participated or been represented at such meetings, thus

membros do Conselho de Administração é determinada pela Assembleia-geral ou por uma Comissão de Remunerações. Além disso, tal como referido no ponto 6 supra, a Sociedade encontra-se num processo de implementação de um “Plano de opções de aquisição de acções” dirigido aos trabalhadores e membros dos Conselhos de Administração de todas as sociedades do Grupo Media Capital, incluindo a Holding. As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos de administração do Grupo Media Capital a Empresa, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram de 3.371.988 Euros. Estas remunerações foram auferidas nas diversas empresas incluídas na consolidação e incluem montantes pagos a administradores que cessaram funções durante o exercício de 2005.

As remunerações auferidas em 2005 atrás referidas dividem-se em remunerações fixas no valor de 1.391.696 Euros, remunerações variáveis no valor de 799.392 Euros e rendimentos obtidos com stock options no valor de 1.180.900 Euros.

As remunerações auferidas em 2005 atrás referidas dividem-se ainda num total de 3.271.988 Euros auferidas pelos membros executivos dos órgãos de administração do Grupo Media Capital e num total de 100.000 Euros auferidos pelos membros não executivos dos órgãos de administração do Grupo Media Capital.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram pagas indemnizações a administradores cessantes no valor de 1.360.000 Euros.

Descrição da Política de Remuneração

O Conselho de Administração do Grupo Media Capital SGPS, S.A. é constituído por administradores executivos e não executivos. De entre estes últimos constam os administradores não executivos e independentes.

A Política de Remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração obedece a um plano assente na conciliação da vertente fixa e variável da remuneração auferida pelos mesmos.

A remuneração fixa é mensal, regular e periódica e de montante igual ao longo do ano.

A remuneração variável é composta pela atribuição de prémios de desempenho e pela existência de um Plano de atribuição de opções de compra e/ ou subscrição de acções do Grupo Media Capital.

Os Administradores não executivos independentes auferem uma remuneração fixa e regular não estando, no entanto, previsto qualquer modelo de remuneração variável, uma vez que a sua intervenção no Conselho de Administração se deve à vasta experiência profissional que detêm, representando para o Grupo uma fonte de apoio e partilha de conhecimento (know how) muito valiosa.

Atribuição de prémios de desempenho

Para os Administradores executivos, foi definida uma política de remuneração variável, que pretende ligar o desempenho dos membros do órgão de administração aos resultados operacionais do Grupo, reflectindo o seu envolvimento no quotidiano e motivação individual.

Assim, a atribuição de prémios de performance, baseia-se

guaranteeing the effective control of Media Capital Group's management.

REMUNERATION

As mentioned in point 9 above, the remuneration of the members of the Board of Directors is fixed by the Shareholders' General Meeting or by a Remuneration Committee.

As described in point 6 of this report, the Company is in the process of implementing a "Stock Option Plan" addressed to employees and members of the Board of Directors of all Media Capital Group, including the Holding Company. The aggregate remuneration paid to the members of the Company's Board of Directors for the year concluding on 31 December 2005, amounted to 3,371,988 Euro. These remunerations were paid in the several companies included in the consolidated accounts, and include payments to Directors ceasing their functions during the 2005 financial year.

The remunerations paid in 2005 can be divided into a fixed remuneration of 1,391,696 Euro, variable remuneration of 799,392 Euro, and stock options remuneration of 1,180,900 Euro.

The remunerations paid can also be divided as follows: 3,271,988 Euro paid to the executive members of the Company's Board of Directors and 100,000 Euro paid to the non-executive members of this Board.

Additionally, during the year concluding on 31 December 2005, the indemnities paid to former directors amounted to 1,360,000 Euro.

Description of the Remuneration policy

The Board of Directors of Grupo Media Capital SGPS, S.A. is composed by executive and non-executive directors - the latter of which include independent directors.

The remuneration of the executive members of the Board of Directors policy is in accordance with a plan that conciliates fixed and variable remunerations.

The fixed remuneration consists on monthly, regular and periodical remuneration, with an invariable amount, paid during the year.

The variable remuneration consists on bonus and "Plan for the attribution of Stock Options or Subscription Options of shares of Grupo Media Capital, SGPS, SA."

The non-executive independent directors receive fixed and regular remuneration. No variable remuneration is paid to such directors, as their participation in the Board of Directors is due to their relevant professional experience in the Group and they represent a important know how surplus.

Payment of bonus

A variable remuneration plan has been defined in what concerns the executive directors. Bonuses are related to the director's performance and the operational results of the Group, reflecting their commitment and personal motivation. Therefore, the payment of bonus is based on the achievement of the objectives stipulated at the beginning of each year, in the annual budget of each of the Companies of the Group.

na concretização e verificação dos objectivos definidos no início de cada ano, no orçamento anual de cada uma das empresas que compõem o Grupo. Tais objectivos representam rácios financeiros e operacionais identificados como os de maior relevo para o Grupo, como seja, receitas, EBITDA, resultado líquido e dívida líquida.

Outros benefícios

Para além destas medidas, disponibilizam-se ainda aos membros do Conselho de Administração benefícios não pecuniários, nomeadamente, ao nível dos seguros de saúde e de vida.

Plano de Stock Options

Em 2004 foi definido como objectivo da Sociedade a implementação de um plano de atribuição de opções de compra e ou de subscrição de acções da Grupo Media Capital SGPS, S.A." (adiante designado o "Plano"), segundo o qual, durante os anos de 2005 a 2008, seriam atribuídos direitos de opção de aquisição e ou de subscrição de acções representativas de 5% do capital social da Sociedade. O Plano condiciona a atribuição dessas opções de subscrição à verificação de critérios de performance quantitativa e qualitativa, a serem fixados e aprovados pela Comissão de Remunerações para Administradores. Este Plano tem como principal objectivo a intenção de fidelização e a motivação e recompensa do desempenho individual dos membros do órgão de administração do Grupo, através da partilha do sucesso do Grupo, bem como o alinhamento de interesses dos accionistas, através do incentivo decorrente da participação desses membros do órgão de administração na performance das acções. A atribuição destes direitos aos beneficiários do referido Plano é uma forma de reconhecimento do desempenho individual desses mesmos beneficiários. A atribuição do direito de opção de compra e ou de subscrição é igualmente uma forma de incentivo, estímulo e fidelização dos membros da administração, contribuindo igualmente para aumentar a noção dos beneficiários do Plano sobre a importância na obtenção dos resultados da Sociedade, reflectiva através da cotação das acções em bolsa, e sobre a partilha do sucesso do Grupo, bem como do alinhamento de interesses dos accionistas.

These objectives consist in financial and operational ratios identified as the most relevant for the Group, such as: revenues, EBITDA, net profits and net debt.

Other benefits

The Directors also benefit from non-pecuniary benefits such as health and life insurance.

Stock Option Plan

In 2004, the Company defined as an objective the implementation of a stock option and stock subscription plan of Grupo Media Capital SGPS, S.A. (hereinafter referred to as the "Plan") according to which, between the years of 2005 and 2008, the rights of stock options and stock subscriptions, corresponding to 5% of the Company's share capital, would be granted.

According to the Plan, the granting of such options is dependent on the qualitative and quantitative performance results, to be defined and approved by the Board of Directors Remuneration Committee.

The Plan is intended to motivate and compensate the members of the Board of Directors for their individual performance, by providing a share of the Company's achievements, meeting the shareholder's interests and committing the Directors to performance.

These rights are a way of recognising the individual performance of the Plan beneficiaries.

Stock option and subscription rights are also a way of motivating and encouraging the members of the Board of Directors, increasing the Plan beneficiaries' notion of the importance of the Company's profits, with implications in the value of the company's shares, and a sharing of the success achievements of the Group, meeting the shareholders interests.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
E NOTAS ANEXAS**

2005

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

ACTIVO	NOTAS			2005	2004			CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2005	2004
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO	2005	2004				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:					
Imobilizações incorpóreas:						Capital	35 36 37 e 40			7 606 186	7 448 833
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10	10 204 544	(3 505 426)	6 699 118	8 740 027	Prémios de emissão de acções	40			92 239 811	197 928 606
Trespases	10	30 747 745	(4 419 758)	26 327 987	28 350 966	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40			8 863 910	8 863 910
		40 952 289	(7 925 184)	33 027 105	37 090 993	Reserva legal	40			7 402	7 402
Imobilizações corpóreas:						Resultados transitados	40			-	(104 627 336)
Equipamento administrativo	10	4 591	(3 331)	1 260	1 252	Resultado líquido	40			(326 054)	(5 802 323)
Outras imobilizações corpóreas	10	50 413	(17 352)	33 061	38 102	Total do capital próprio				108 391 255	103 819 092
		55 004	(20 683)	34 321	39 354	Provisões	16 e 34			-	43 286 417
Investimentos financeiros:						Fornecedores conta corrente				323 901	152 496
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	24 783 195	-	24 783 195	-	Empresas do grupo	16			397 364	932 045
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	40 203 681	-	40 203 681	102 795 213	Fornecedores de imobilizado conta corrente				1 157	-
		64 986 876	-	64 986 876	102 795 213	Estado e outros entes públicos	49			24 525	12 125
CIRCULANTE:						Outros credores	51			470 396	950 385
Dívidas de terceiros - Curto prazo:										1 217 343	2 047 051
Empresas do grupo	16	10 758 160	-	10 758 160	8 719 956	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Adiantamentos a fornecedores		4 852	-	4 852	-	Acréscimos de custos	50			101 889	272 192
Estado e outros entes públicos	49	866 495	-	866 495	698 657						
Outros devedores		2 785	-	2 785	44 021						
		11 632 292	-	11 632 292	9 462 634						
Depósitos bancários e caixa:											
Depósitos bancários		10 412	-	10 412	18 443						
Caixa		271	-	271	271						
		10 683	-	10 683	18 714						
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:											
Custos diferidos	50	19 210	-	19 210	17 844						
Total de amortizações			(7 945 867)			Total do passivo				1 319 232	45 605 660
Total do activo		117 656 354	(7 945 867)	109 710 487	149 424 752	Total do capital próprio e do passivo				109 710 487	149 424 752

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2005.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

CUSTOS E PERDAS	NOTAS	2005	2004	PROVEITOS E GANHOS	NOTAS	2005	2004
Fornecimentos e serviços externos		1 248 351	584 988	Prestações de serviços		-	675 537
Custos com o pessoal		199 667	200 091	Proveitos suplementares		133 620	177 246
				(B)		133 620	852 783
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	4 069 877	3 493 447				
Impostos	76	4 069 953	3 493 687	Proveitos e ganhos financeiros	45	5 479 719	11 798
(A)		5 517 971	4 278 766	(D)		5 613 339	864 581
Custos e perdas financeiros	45	416 057	3 213 902	Proveitos e ganhos extraordinários	1		833 867
(C)		5 934 028	7 492 668				
Custos e perdas extraordinários		252	4 489				
(E)		5 934 280	7 497 157				
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	5 114	3 614				
(G)		5 939 394	7 500 771				
Resultado líquido do exercício		(326 054)	(5 802 323)				
		5 613 340	1 698 448	(F)		5 613 340	1 698 448
Resultados operacionais:	(B) - (A)	(5 384 351)	(3 425 983)				
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	5 063 662	(3 202 104)				
Resultados correntes:	(D) - (C)	(320 689)	(6 628 087)				
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	(320 940)	(5 798 709)				
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	(326 054)	(5 802 323)				

O anexo faz parte integrante da demonstração do resultado por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

	NOTAS	2005	2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		316 302	337 440
Pagamentos a fornecedores		(1 363 685)	(1 523 300)
Pagamentos ao pessoal		(251 084)	(111 708)
Fluxos gerados pelas operações		(1 298 467)	(1 297 568)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional			
Fluxos das actividades operacionais (1)		(14 384)	(446 985)
		(1 312 851)	(1 744 553)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		-	(22 605)
Imobilizações incorpóreas		-	(8 664 775)
Fluxos das actividades de investimento (2)		-	(8 687 380)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Capital e prémios de emissão de acções	40	4 898 217	99 999 996
Juros		1 189	9 809
		4 899 406	100 009 805
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	(13 125 000)
Empréstimos concedidos a empresas do grupo		(3 145 382)	(3 228 347)
Prestações suplementares em empresas participadas		-	(71 000 000)
Juros e custos similares		-	(239 419)
Outras despesas financeiras		(449 204)	(1 968 169)
		(3 594 586)	(89 560 935)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		1 304 820	10 448 870
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)			
		(8 031)	16 937
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		18 714	1 777
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		10 683	18 714

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

	NOTAS	2005	2004
Prestações de serviços		133 620	852 783
Custo das prestações de serviços		(1 454 082)	(791 270)
Resultados brutos		(1 320 462)	61 513
Outros custos e perdas operacionais			
Resultados operacionais		(2 041 161)	(635 138)
		(3 361 623)	(573 625)
Custo líquido de financiamento			
	45	(414 375)	(591 433)
Ganhos / (Perdas) em empresas do grupo	10 e 45	3 455 102	(4 568 356)
Diferenças cambiais		(44)	(65 295)
Resultados correntes		(320 940)	(5 798 709)
Imposto sobre os resultados correntes			
	6	(5 114)	(3 614)
Resultados líquidos do semestre		(326 054)	(5 802 323)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

NOTA INTRODUTÓRIA

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A. (“Empresa”), constituiu-se em 1992, tendo como actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

A Empresa encabeça o Grupo Media Capital, que desenvolve as actividades de difusão e produção de programas televisivos e outras actividades de media, de edição, produção e distribuição multimédia de revistas e concepção, produção e difusão de programas radiofónicos.

As acções da Empresa encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, segundo o qual os activos devem ser realizados e os passivos liquidados no decurso normal das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Os investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo e compreendem despesas de investigação e de desenvolvimento e trespasses. Estas imobilizações são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos, excepto os trespasses, que correspondem ao goodwill gerado na aquisição de uma participação no capital da Meglo – Media Global, SGPS, S.A. (“Media Global”). Este refere-se à diferença entre o custo de aquisição daquela par-

tipada e o valor proporcional da participação nos respectivos capitais próprios reportados à data de aquisição, estando a ser amortizados pelo período médio estimado de recuperação dos investimentos, actualmente estimado em quinze anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas a partir do ano de entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas, as quais se encontram dentro dos limites máximos permitidos pela legislação fiscal portuguesa:

Equipamento administrativo	4
Outras imobilizações corpóreas	10

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método. Estas diferenças foram registadas no imobilizado incorpóreo na rubrica de “Trespases”, quando positivas, sendo amortizadas conforme descrito na Nota 3.a).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o valor das participações financeiras é periodicamente ajustado pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os empréstimos a empresas do grupo encontram-se registados ao valor nominal.

d) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

e) Impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da utilização dos prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre lucros em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 27,5%.

As despesas de representação e os encargos com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente à taxa de 5%, independentemente da existência de prejuízos fiscais. São ainda tributados à taxa de 5% os encargos com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria dos empregados, não facturados a clientes ou que tenham sido tributados em sede de IRS, quando as empresas apresentem prejuízos no exercício.

Face à sua natureza jurídica e objecto social a Empresa encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas e os ganhos decorrentes da alienação de participações financeiras não são tributados e os ganhos e perdas em empresas participadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos para a Segurança Social, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2002 a 2005 inclusive poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correcções à matéria colectável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

(a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	(320 940)
Taxa nominal de imposto	27,5%
Imposto estimado	(88 259)
Diferenças permanentes (i)	(945 603)
Ajustamentos à colecta (ii)	5 114
Imposto diferido activo não realizável (iii)	1 033 862
Imposto sobre o rendimento do exercício	5 114

(i) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, este montante tinha a seguinte composição:

Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 45)	(5 478 081)
Amortizações de trespasses (Nota 10)	2 022 979
Outras situações líquidas	16 544
	(3 438 557)
Taxa nominal de imposto	27,5%
	(945 603)

(ii) Este montante representa a parcela de impostos relativo à tributação autónoma de certas despesas.

(iii) Este montante corresponde à parcela dos prejuízos fiscais reportáveis gerados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 para os quais, no entendimento do Conselho de Administração, não são esperados resultados fiscais futuros que os compensem.

(b) Diferenças temporárias – movimento nos impostos diferidos

	SALDOS INICIAIS	CONSTITUIÇÃO/ (REVERSÃO)	SALDOS FINAIS
Prejuízos fiscais reportáveis	1 404 874	959 071	2 363 945
Estimativa de prejuízos fiscais não utilizáveis	(1 404 874)	(959 071)	(2 363 945)
	-	-	-

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número médio de pessoal foi de 3 e 4 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	ACTIVO BRUTO			
	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS (NOTA 45)	DIMINUIÇÕES (NOTA 34)	SALDOS FINAIS
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10 204 544	-	-	10 204 544
Trespases	30 747 745	-	-	30 747 745
	40 952 289	-	-	40 952 289
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento administrativo	3 635	956	-	4 591
Outras imobilizações corpóreas	50 413	-	-	50 413
	54 048	956	-	55 004
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	-	5 478 081	19 305 114	24 783 195
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 16)	102 795 212	-	(62 591 531)	40 203 681
	102 795 212	5 478 081	(43 286 417)	64 986 876

a) A diminuição ocorrida nesta rubrica explica-se pela entrega deste valor como contribuição em espécie no aumento de capital da Media Global.

	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		
	SALDOS INICIAIS	SALDOS AUMENTOS	FINAIS
Imobilizações incorpóreas:			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 464 517	2 040 909	3 505 426
Trespases	2 396 779	2 022 979	4 419 758
	3 861 296	4 063 888	7 925 184
Imobilizações corpóreas:			
Equipamento administrativo	2 383	948	3 331
Outras imobilizações corpóreas	12 311	5 041	17 352
	14 694	5 989	20 683

16. EMPRESAS DO GRUPO

a) Partes de capital em empresas do grupo

Em 31 de Dezembro de 2005, a principal informação financeira relativa a empresas do grupo, era como segue:

SEDE	ACTIVO LÍQUIDO	CAPITAL PRÓPRIO INC. PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	PROVEITOS TOTAIS	RESULTADO LÍQUIDO (NOTA 34 E 45)	PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO (NOTA 10)	EMPRÉSTIMOS DE FINANCIAMENTO (NOTA 10)
Meglo - Media Global SGPS S.A. Oeiras	401 129 649	64 986 876	40 156 443	5 478 081	100%	24 783 195	40 203 681

Os empréstimos de financiamento, referem-se a prestações acessórias que não vencem juros e só poderão ser reembolsadas em conformidade com a legislação em vigor. O reembolso só será possível se após este, os capitais próprios da participada forem superiores à soma do capital com a reserva legal e prémio de emissão de acções.

b) Saldos e transacções com empresas do grupo

Os saldos em 31 de Dezembro de 2005, e as transacções efectuadas com empresas do Grupo Media Capital, no exercício findo naquela data, são os seguintes:

	EMPRESAS DO GRUPO CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Media Global	10 096 493	7 378
Kimberley Trading, S.A. (Nota 51)	436 608	-
TVI - Televisão Independente, S.A.	-	44 387
Media Capital - Editora Multimédia, S.A.	104 742	20 000
Rádio Comercial, S.A.	-	25 086
Rádio Regional de Lisboa, S.A.	49 415	-
MEDIA CAPITAL OUTDOOR - Publicidade, SA.	55 172	17 138
Edições Expansão Económica, Lda.	2 420	-
Expolider - Feiras Exposições e Congressos, S.A.	2 420	-
Expansão Económica - Eventos, Comércio e Projectos Especiais Audiovisuais, Lda.	1 815	-
Cena Editorial - Edição de Publicações Periódicas, S.A.	3 025	-
Media Capital - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A.	-	283 281
MCE-Media Capital Edições, Lda.	6 050	-
Med Cap Technologies, S.A.	-	94
	10 758 160	397 364

A conta a receber da Media Global refere-se a um empréstimo concedido a esta participada com o objecto de financiar as suas operações correntes. Em 31 de Dezembro de 2005 este empréstimo não vencia juros e não tinha data de reembolso definido.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, decorrente do contrato de crédito, com carácter de médio e longo prazo, celebrado entre a participada Media Global e o sindicato bancário liderado pelo Banco Espírito Santo, foram prestadas garantias reais, bem como promessas de penhor sobre o capital das empresas participadas detidas directa e indirectamente. Foram ainda constituídas promessas de penhor sobre participações do capital das participadas da Media Global. Adicio-

nalmente, foram constituídos penhores sobre licenças e diversos activos existentes e a adquirir no futuro das empresas participadas da Media Global.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	SALDOS INICIAL	DIMINUIÇÃO (NOTA 10)	SALDO FINAL
Provisão para outros riscos e encargos	43 286 417	(43 286 417)	-

Esta provisão foi constituída em exercícios anteriores na decorrência da aplicação do método da equivalência patrimonial à participação financeira na Media Global. Durante o exercício de 2005, aquela empresa participada aumentou o seu capital, por conversão dos empréstimos concedidos pela Empresa, tendo-o posteriormente reduzido para cobertura de prejuízos acumulados. Aquando da redução do capital, a Empresa reduziu esta provisão por contrapartida do valor dos investimentos financeiros (Nota 10).

35. AUMENTO DE CAPITAL

Em 27 de Junho de 2005, decorrente da atribuição de um bónus extraordinário ao Presidente do Conselho de Administração, foram emitidas 705.000 novas acções com um valor nominal unitário de nove cêntimos, a que correspondeu um aumento de capital de 63.450 Euros, com um prémio de emissão de 296.100 Euros. Este aumento de capital foi na sua totalidade realizado em dinheiro.

Em 21 de Julho de 2005, no âmbito do plano de incentivos para empregados foram emitidas 1.043.372 novas acções, a um preço de 4,35 Euros, correspondendo a um aumento de capital de 93.903 Euros, com um prémio de emissão de 4.444.764 Euros.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 acções com o valor nominal de nove cêntimos cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2005, o seguinte accionista detinha mais de 20% do capital:

	VALOR NOMINAL	PERCENTAGEM
Vértix SGPS S.A.	2 510 041	33,00
UFA Film (Bertelsmann/RTL Group)	2 447 733	32,18

40. VARIAÇÃO DAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nos saldos das rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi como segue:

	SALDOS INICIAIS	AUMENTO	TRANSFERÊNCIA	APLICAÇÃO DE RESULTADOS	SALDOS FINAIS
Capital (Nota 35)	7 448 833	157 353	-	-	7 606 186
Prémios de emissão de acções (Nota 35)	197 928 606	4 740 864	(110 429 659)	-	92 239 811
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	8 863 910	-	-	-	8 863 910
Reserva legal	7 402	-	-	-	7 402
Resultados transitados	(104 627 336)	-	110 429 659	(5 802 323)	-
Resultado líquido do exercício	(5 802 323)	(326 054)	-	5 802 323	(326 054)
	103 819 092	4 572 163	-	-	108 391 255

Prémios de emissão de acções: Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: Conforme aprovado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 22 de Abril de 2005, o resultado líquido do exercício de 2004 foi transferido para "Resultados transitados". Na mesma Assembleia Geral foi deliberada a cobertura dos resultados transitados negativos, através da utilização de valores registados em prémios de emissão de acções.

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
CUSTOS E PERDAS:		
Juros suportados	107	204 741
Perdas em empresas do grupo	-	2 545 376
Diferenças de câmbio desfavoráveis	197	73 115
Outros custos e perdas financeiros (a)	415 753	390 670
	416 057	3 213 902
Resultados financeiros	5 063 662	(3 202 104)
	5 478 719	11 798
PROVEITOS E GANHOS:		
Juros obtidos	1 485	3 269
Ganhos em empresas do grupo (Notas 6 e 10)	5 478 081	-
Diferenças de câmbio favoráveis	153	7 820
Outros proveitos financeiros	-	709
	5 479 719	11 798

a) Os montantes registados em 2005 nesta rubrica consistem, essencialmente, em despesas com um equity swap sobre acções próprias, no valor de 395.340 Euros (Nota 52).

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com estas entidades têm a seguinte composição:

	SALDOS DEVEDORES	SALDOS CREDORES
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	7 268	4 817
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	18 434
Imposto sobre o Valor Acrescentado	859 227	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1 274
	866 495	24 525

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005 os saldos destas rubricas eram como segue:

CUSTOS DIFERIDOS:	
Seguros	17 081
Outros	2 129
	19 210
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS:	
Despesas financeiras	64 916
Remunerações a liquidar	13 159
Outros	23 814
	101 889

51. OUTROS CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo desta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Cofina, SGPS, S.A. (a)	436 608
Outros	33 788
	470 396

(a) Esta rubrica compreende um montante em dívida referente à aquisição de 4,64% do capital da TVI – Televisão Independente, S.A., que foi posteriormente alienada à Kimberley Trading, S.A. (Nota 16).

52. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Durante o exercício de 2004, a Empresa contratou com uma instituição financeira, um equity swap sobre acções próprias, associado ao plano de incentivos a empregados (Nota 53). Aquele instrumento financeiro prevê que sejam adquiridas acções próprias até ao valor máximo de 10.000.000 Euros. Este instrumento financeiro só pode ser liquidado, pela Empresa, em dinheiro. Em 31 de Dezembro de 2005, aquela instituição financeira tinha adquirido cerca de 1.566.586 acções (127.205 em 31 de Dezembro de 2004). Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o valor de mercado deste instrumento financeiro é positivo e ascende a 1.785.894 Euros e 24.000 Euros, respectivamente.

53. PLANO DE INCENTIVOS

Conforme descrito no Prospecto da Operação Pública de Venda ocorrida durante 2004 e no Relatório e Contas relativo ao exercício de 2004, a Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral de Accionistas deliberou em 11 de Março de 2004, a atribuição de um bónus extraordinário ao Presidente do Conselho de Administração, caso fossem atingidos determinados objectivos de performance financeira da Media Capital relativos ao exercício de 2004. Neste contexto, foi celebrado em 25 de Setembro de 2004, um contrato entre a Empresa e o Presidente do seu Conselho de Administração, visando a atribuição do referido bónus. Este concretizou-se em 27 de Junho de 2005, através de um aumento de capital que se traduziu na emissão de 705.000 novas acções, com valor unitário e nominal de 9 cêntimos de Euro e no pagamento de um prémio de emissão de 42 cêntimos de Euro por acção (Nota 35).

Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou durante 2004, um plano de incentivos para alguns empregados do Grupo Media Capital. Este plano é constituído por opções de compra de acções da Empresa representativas de uma percentagem até 5% do seu capital, distribuídos por um período de quatro anos, com início em 2004. O número de acções a atribuir e o seu valor de exercício são definidos em cada exercício, a que se refere a atribuição dos direitos. A atribuição e exercício destas opções sobre acções dependem do cumprimento de determinadas metas quantitativas

(performance financeira da Empresa) e qualitativas (relativas aos empregados abrangidos pelo plano).

Na sequência deste plano, em 2004, foram atribuídas aos empregados, 1.043.372 acções correspondentes a uma percentagem de 1,25% do capital, a um valor de aquisição de 4,35 Euros. Este bónus concretizou-se através de um aumento de capital ocorrido em 21 de Julho de 2005 (Nota 35).

Durante o primeiro semestre de 2005, o Conselho de Administração atribuiu aos empregados o direito de aquisição ou subscrição de 803.200 acções, a um preço de exercício de 5,40 Euros. Estas opções têm um justo valor à data da atribuição do direito de 1.294.514 Euros (Nota 11). Este valor foi calculado por terceiras entidades com base no modelo Black Scholes.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 de Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 que evidencia um total de 109.710.487 Euros e capitais próprios de 108.391.255 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 326.054 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação.

Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são consolidados os capitais próprios e os resultados das empresas participadas, mas não os seus activos, passivos, custos e proveitos. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas na União Europeia, para publicação em separado.

7. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas, e a nossa opinião sobre as mesmas expressa na nossa Certificação Legal das Contas datada de 11 de Março de 2005, inclui uma ênfase não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2006
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Accionistas de Grupo Media Capital, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas de Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que não inclui reservas e inclui duas ênfases e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, nos termos do art. 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Face ao exposto, somos da opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2006
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	2005	2004
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	9	28 087 013	18 552 380
Prestações de serviços	9	184 228 129	184 884 698
Outros proveitos operacionais	9	8 932 276	8 716 968
Total de proveitos operacionais		221 247 418	212 154 046
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	10	(35 331 998)	(29 499 462)
Fornecimentos e serviços externos		(89 826 498)	(89 496 179)
Custos com pessoal	11	(51 234 528)	(45 584 103)
Amortizações	16 e 17	(11 737 571)	(13 298 184)
Provisões e perdas de imparidade	28	(530 132)	(377 384)
Outros custos operacionais		(3 860 611)	(5 700 917)
Total de custos operacionais		(192 521 338)	(183 956 229)
Resultados operacionais		28 726 080	28 197 817
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos financeiros líquidos	12	(8 046 221)	(11 615 701)
Ganhos e perdas em empresas associadas	18	(985 164)	(224 347)
		(9 031 385)	(11 840 048)
Resultados antes de impostos		19 694 695	16 357 769
Imposto sobre o rendimento do exercício	13	(6 954 561)	(6 473 476)
Resultado consolidado líquido do exercício		12 740 134	9 884 293
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		13 013 135	9 451 897
Interesses minoritários		(273 001)	432 396
Resultado por acção			
Básico	14	0,1524	0,1314
Diluído	14	0,1493	0,1284

O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	NOTAS	2005	2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	15	174 373 452	168 912 423
Activos intangíveis	16	12 930 039	10 092 585
Activos tangíveis	17	34 726 252	37 039 619
Investimentos em associadas	18	574 772	5 462 684
Direitos de transmissão de programas televisão	19	47 718 698	47 994 188
Outros activos não correntes	20	2 544 587	5 272 453
Impostos diferidos activos	13	13 691 283	20 718 055
		286 559 083	295 492 007
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	21	1 990 274	1 184 002
Clientes e contas a receber	22	42 241 092	33 405 204
Outros activos correntes	23	14 212 896	7 804 202
Caixa e seus equivalentes	24	3 607 670	5 328 709
Instrumentos financeiros derivados	33	1 785 894	24 000
		63 837 826	47 746 117
TOTAL DO ACTIVO		350 396 909	343 238 124
CAPITAL PRÓPRIO INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	25	7 606 186	7 448 833
Prémio de emissão de acções	25	82 035 267	187 724 062
Reservas	25	10 602 325	9 307 811
Resultados transitados	25	15 254 220	(104 627 336)
Resultado líquido do exercício	25	13 013 135	9 451 897
Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários		128 511 133	109 305 267
Capital próprio atribuível a interesses minoritários	26	2 857 764	3 174 098
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		131 368 897	112 479 365
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos	27	83 889 674	102 077 655
Provisões	28	7 019 248	6 722 787
Outros passivos não correntes	29	6 389 385	10 618 478
Instrumentos financeiros derivados	33	1 102 395	2 201 330
Impostos diferidos passivos	13	1 277 335	2 091 970
		99 678 037	123 712 220
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos	27	21 884 723	17 217 773
Fornecedores e contas a pagar	30	68 112 201	60 502 542
Outros passivos correntes	31	29 353 051	29 326 224
		119 349 975	107 046 539
TOTAL DO PASSIVO		219 028 012	230 758 759
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		350 396 909	343 238 124

O anexo faz parte integrante dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Montantes expressos em Euros)

	2005	2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	275 043 507	252 609 297
Pagamentos a fornecedores	(140 238 340)	(124 021 428)
Pagamentos ao pessoal	(50 442 233)	(44 561 762)
Fluxos gerados pelas operações	84 362 934	84 026 107
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(48 253 905)	(47 678 416)
Fluxos das actividades operacionais (1)	36 109 029	36 347 691
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	100 000
Vendas de activos tangíveis	295 463	2 456 958
Subsídios de investimento obtidos	-	74 128
Dividendos	243 733	121 363
Outros investimentos	372 533	-
	911 729	2 752 449
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de investimentos financeiros	(3 627 724)	(13 837 130)
Aquisição de activos tangíveis	(8 874 886)	(11 408 097)
Aquisição de activos intangíveis	(1 620 445)	(2 106 626)
Empréstimos concedidos a empresas participadas	(5 361 144)	-
	(19 484 199)	(27 351 853)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(18 572 470)	(24 599 404)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos	990 000	-
Aumento de capital e prestações suplementares	4 898 217	91 105 196
Juros e proveitos similares	242 799	488 970
	6 131 016	91 594 166
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(16 524 617)	(90 203 187)
Juros e custos similares	(5 267 731)	(8 895 724)
Dividendos	(171 361)	-
Outras despesas financeiras	(3 424 905)	(7 970 277)
	(25 388 614)	(107 069 188)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(19 257 598)	(15 475 022)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		
	(1 721 039)	(3 726 735)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 328 709	9 055 444
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 607 670	5 328 709

O anexo faz parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS						CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
	CAPITAL	PRÉMIO DE EMISSÃO DE ACÇÕES	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO			TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	4 619 956	55 932 438	15 572 500	8 894 334	(61 137 650)	(43 512 708)	(19 631 130)	3 263 469	(16 367 661)
Impacto da adopção dos IFRS em 1 de Janeiro de 2004 (Nota 40)	-	-	-	436 499	-	-	436 499	812	437 311
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	4 619 956	55 932 438	15 572 500	9 330 833	(61 137 650)	(43 512 708)	(19 194 631)	3 264 281	(15 930 350)
Aumento de capital (Nota 25)	2 506 687	117 108 438	-	-	-	-	119 615 125	-	119 615 125
Varição nos prémios de emissão de acções (Nota 25)	-	(567 124)	-	-	-	-	(567 124)	-	(567 124)
Transferências (Nota 25)	322 190	15 250 310	(15 572 500)	(23 022)	23 022	-	-	-	-
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(43 512 708)	43 512 708	-	-	-
Alteração de perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	(522 579)	(522 579)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	9 451 897	9 451 897	432 396	9 884 293
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	7 448 833	187 724 062	-	9 307 811	(104 627 336)	9 451 897	109 305 267	3 174 098	112 479 365
Aumento de capital	157 353	4 740 864	-	-	-	-	4 898 217	-	4 898 217
Transferências (Nota 25)	-	(110 429 659)	-	-	110 429 659	-	-	-	-
Aplicação de resultados (Nota 25)	-	-	-	-	9 451 897	(9 451 897)	-	-	-
Alteração de perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	128 025	128 025
Valor de mercado das opções de compra de acções (Nota 39)	-	-	-	1 294 514	-	-	1 294 514	(171 358)	1 123 156
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	13 013 135	13 013 135	(273 001)	12 740 134
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	7 606 186	82 035 267	-	10 602 325	15 254 220	13 013 135	128 511 133	2 857 764	131 368 897

O anexo faz parte integrante das demonstrações das alterações do capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

NOTA INTRODUTÓRIA

O GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Media Capital”), foi constituído em 1992 e, através das suas empresas participadas e associadas (“Grupo” ou “Grupo Media Capital”), desenvolve as actividades de difusão e produção de programas televisivos e outras actividades de media, de edição, produção e distribuição multimédia de revistas e concepção, realização, produção e difusão de programas radiofónicos.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 15 de Fevereiro de 2006.

As acções da Media Capital encontram-se cotadas na Euro-next Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

O Grupo opera essencialmente no sector de media em Portugal, estando presente nos negócios de televisão, rádio, imprensa, outdoor e Internet. Encontra-se também presente em negócios que têm sinergias com os media, como a produção de conteúdos de televisão, a edição discográfica, a distribuição de direitos cinematográficos, a realização de eventos, a organização de feiras e exposições empresariais.

A actividade de difusão de programas televisivos é efectuada pela TVI – Televisão Independente, S.A. (“TVI”), no âmbito da licença de exploração da actividade de televisão. A produção de parte dos conteúdos televisivos difundidos pela TVI, é assegurada pelo Grupo NBP, encabeçado pela NBP – Produção em Vídeo, S.A. (“NBP”) e incluindo a Fealmar – Empresa Teatro Estúdio de Lisboa, S.A. (“FEALMAR”).

A MCR – Sociedade Unipessoal, S.A. (“MCR”) é a sub-holding do Grupo para a actividade radiofónica e detém as empresas Rádio Comercial, S.A. (“COMERCIAL”), R. Cidade, S.A. (“CIDADE”), Rádio Regional de Lisboa, S.A. (“REGIONAL”) e Rádio XXI, Lda. (“RADIO XXI”), detentoras dos alvarás para o exercício de radiodifusão sonora.

A Media Capital Outdoor – Publicidade, S.A. (“MC OUTDOOR”) é a sub-holding para a publicidade exterior, dispondo as empresas participadas de mais de 14 mil posições em todos os segmentos de mercado: publicidade em transportes, mobiliário urbano e posições fixas. Detém, adicionalmente, a exploração de ecrãs televisivos nas estações do Metro de Lisboa, sob a marca MCO TV.

A Media Capital Edições, S.A. (“MCE”) desenvolve a actividade de publicação e distribuição de revistas no mercado.

A Media Capital – Editora Multimédia, S.A. (“MULTIMÉDIA”) e a Media Capital Telecomunicações, S.A. (“MCT”) são as empresas que actuam no segmento da Internet, suportadas pelo portal www.iol.pt.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Media Capital foram elaboradas de acordo as International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), adoptadas pela União Europeia, e com as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”).

A adopção dos IFRS ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo foi fixada em 1 de Janeiro de 2004, de acordo com o disposto no IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (“IFRS 1”).

Nos termos dessa norma, os efeitos decorrentes dessa transição para o IFRS 1 reportados a 1 de Janeiro de 2004, foram registados directamente em capitais próprios e estão descritos na Nota 40, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

2.2 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na

demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas incluídas na consolidação encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o respectivo interesse no capital próprio da empresa controlada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a empresa subsidiária, subseqüentemente, reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos, passivos e passivos contingentes de empresas controladas são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos líquidos adquiridos é reconhecido como goodwill (Nota 2.3.). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como resultado do período. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição, ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (aquelas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o seu controlo individual ou conjuntamente – geralmente investimentos representando entre os 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros, e por outras variações ocorridas nos activos e passivos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso do investimento nelas efectuado, não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada, ou para com os seus credores.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis da empresa associada na data de aquisição, é reconhecido como goodwill e registado como valor de investimento financeiro em associadas. Caso o justo valor dos activos líquidos identificáveis seja superior ao custo de aquisição a diferença é registada como proveito do período.

É feita uma avaliação periódica dos investimentos em empresas associadas no sentido de verificar se existem perdas por imparidade. Estas são registadas como custo do período em que ocorrem.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

c) Investimentos financeiros em outras empresas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização.

2.3 Goodwill

O goodwill representa o excesso de custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma empresa controlada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a esta data foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

De acordo com o IFRS 3, o goodwill não está sujeito a amortização, sendo as perdas de imparidade registadas na demonstração de resultados do período na rubrica de “Provisões e perdas por imparidade”. Estas perdas de imparidade não podem ser revertidas.

Para efeitos da análise de imparidade, o goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa do Grupo, para as quais seja expectável existirem benefícios com as sinergias criadas com a aquisição dos investimentos. A análise de imparidade é efectuada anualmente, ou antes, caso se verifique a

necessidade, para cada unidade geradora de caixa. Caso o valor recuperável da unidade geradora de caixa seja inferior ao seu valor contabilístico, a diferença é alocada primeiro ao goodwill, e depois é alocado ao valor contabilístico dos activos da unidade, proporcionalmente ao valor de cada activo afecto àquela unidade.

Na alienação de uma empresa controlada ou associada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

2.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas, se aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa definir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, em que esses activos intangíveis geram benefícios económicos futuros.

2.5 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao custo do activo respectivo, por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser amortizados a partir do

momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

A partir do momento que determinados bens tangíveis passam a ser detidos para venda, cessa a respectiva amortização, e passam a ser classificados como activos não correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

Os activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos. A amortização destes activos, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos, definida em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	6 - 15
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras imobilizações corpóreas	3 - 10

2.6 Leasing

a) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação são registados como leasing financeiro, caso sejam transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Os activos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do valor de mercado do activo na data do contrato, por contrapartida da correspondente responsabilidade, registada em empréstimos, no passivo. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados no período em que são devidos.

b) Locação operacional

Quando um contrato de locação é classificado como locação operacional, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Direitos de transmissão de programas de televisão

Os direitos de transmissão de programas correspondem essencialmente a contratos ou acordos celebrados com terceiros para exibição de filmes, séries e outros programas de televisão e incluem direitos adquiridos e custos incorridos com produção de programas. O custo de programas é registado na demonstração de resultados no momento em que os mesmos são exibidos, tendo em consideração o número de exibições estimado e os benefícios estimados de cada exibição.

Estes activos são sujeitos a revisões anuais de imparidade, sempre que ocorram alterações ou situações que indiquem que o valor contabilístico é superior ao valor de realização, registando-se as respectivas perdas de imparidade.

Os direitos adquiridos a terceiros para a transmissão de programas são registados como activos ao custo de aquisição, a partir do momento em que o Grupo passe a controlar estes direitos e tenha assumido os riscos e benefícios associados aos respectivos conteúdos.

Na Nota 35 é apresentada informação sobre os compromissos financeiros pela aquisição de programas.

2.8 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou operações descontinuadas), sempre que existam, são classificados como detidos para venda e são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a venda.

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata nas condições presentes e o Grupo tenha assumido o compromisso de vender. Adicionalmente, a venda deverá ser expectável que ocorra no prazo de doze meses, após a data de classificação nesta rubrica. Durante os exercícios de 2005 e 2004 o Grupo não teve operações em descontinuação.

2.9 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.10 Instrumentos financeiros

2.10.1 Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como uma perda de imparidade.

2.10.2 Clientes, contas a receber e outros activos correntes

As contas a receber e outros activos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes activos é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva. O valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados do período.

2.10.3 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos”, no balanço.

2.10.4 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros a pagar no futuro.

2.10.5 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo que, qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

2.10.6 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, essencialmente decorrentes de variações de taxa de juro.

O recurso à contratação de instrumentos financeiros derivados obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, não sendo política a contratação de instrumentos com objectivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor e classificados no balanço como devidos para negociação, sendo as variações no justo valor registadas na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

2.11 Rédito e especialização dos exercícios

As vendas referem-se principalmente à venda de CD's, revistas e produtos associados a estas e são reconhecidas na demonstração de resultados, quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos é razoavelmente quantificado. As devoluções de CD's, revistas e outros produtos não vendidos, são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito. Os proveitos resultantes da subscrição de revistas são diferidos ao longo do período de subscrição.

As prestações de serviços incluem essencialmente a venda de espaço publicitário e são registadas no período em que a publicidade é emitida ou publicada. O desconto de quantidade concedido, é registado no período a que respeita, como redução das prestações de serviços.

Os proveitos e os custos relativos à prestação de serviços de acesso à Internet são registados no período em que os acessos são efectuados.

Os outros proveitos referem-se essencialmente à prestação de serviços de apoio à produção de novelas e séries televisivas, receita resultante de serviços de mensagens escritas de programas de televisão, exibição e venda de imagens e são reconhecidos quando o serviço é prestado.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

2.12 Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são registadas quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, seja provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos e o montante da referida obrigação seja estimada com fiabilidade.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano detalhado e formalizado, identificando as suas principais características e após terem sido comunicados esses factos às partes envolvidas. O valor da provisão é revisto e ajustado a cada data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento. Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, a provisão não é registada e procede-se à divulgação do evento como um passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Quando existe a possibilidade de um activo decorrente de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo da empresa, é divulgado o benefício económico como activo contingente.

2.13 Imparidade de activos não correntes, excluindo goodwill

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Provisões e perdas de imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual pertence o activo.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que essas perdas

já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros proveitos operacionais." Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

2.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido.

O Grupo encontra-se abrangido pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, que abrange todas as empresas em que a MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. ("MEDIA GLOBAL") detém uma participação, directa ou indirecta em pelo menos 90% do respectivo capital e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), além de existirem critérios de existência, ou não, de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na

data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do período.

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício de 2005 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2004, segundo as disposições dos IFRS, apresentada em anexo, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração, baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, incluem:

- Vidas úteis do activo tangível;
- Análise de imparidade do goodwill e outros activos;
- Registo de provisões;
- Cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas, que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registadas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto no IAS 8.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são as seguintes:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	PERCENTAGEM EFECTIVA DO CAPITAL DETIDO	
		2005	2004
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
MEDIA GLOBAL	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	Barcarena	100	100
Publipartner - Projectos de Media e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner") (a)	Barcarena	100	-
Med Cap Technologies - Desenvolvimento e Comercialização de Sistemas de Comunicação, S.A. ("MED CAP")	Barcarena	100	100
MCE - Media Capital Edições, Lda. ("MCE")	Barcarena	100	100
EXPANSÃO ECONÓMICA - Eventos, Comércio e Projectos Especiais Audiovisuais, S.A. ("EVENTOS")	Barcarena	100	100
EDIÇÕES EXPANSÃO ECONÓMICA, Lda. ("EXPANSÃO")	Barcarena	100	100
EXPOLIDER - Feiras, Exposições e Congressos, S.A. ("EXPOLIDER")	Barcarena	100	100
CENA EDITORIAL - Edição de Publicações Periódicas, S.A. ("CENA")	Barcarena	100	100
MCR - Radiofonia e Publicidade, Sociedade Unipessoal, S.A. ("MCR")	Barcarena	100	100
CENTRAL DISCOS - Produções Discográficas, S.A. ("CENTRAL DISCOS")	Barcarena	100	100
FAROL MÚSICA - Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	Odivelas	100	100
R. CIDADE - Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	Lisboa	100	100
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA - Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	Lisboa	100	100
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	Lisboa	100	100
Rádio XXI, Lda. (Nota 7)	Lisboa	100	-
KIMBERLEY TRADING, S.A. ("KIMBERLEY")	Barcarena	100	100
TVI - Televisão Independente, S.A. ("TVI")	Barcarena	100	100
RETI - Rede Teledifusora Independente, S.A. ("RETI")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL OUTDOOR - PUBLICIDADE, S.A. ("MC OUTDOOR")	Barcarena	100	100
PRESSETEP - Comunicação e Meios Publicitários, S.A. ("PRESSETEP")	Barcarena	100	100
TCS - Publicidade em Transportes e Meios de Comunicação, S.A. ("TCS")	Barcarena	100	100
STM - Serviços Técnicos de Manutenção de Publicidade, S.A. ("STM")	Barcarena	100	100
PUBLIMETRO - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. ("PUBLIMETRO")	Barcarena	60	60
BTP - Publicidade e Transportes e Meios de Comunicação, S.A. ("BTP")	Barcarena	55	55
PUBLICARRIS - Publicidade na Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. ("PUBLICARRIS")	Barcarena	55	55
MEDIA CAPITAL - Editora Multimédia, S.A. ("MULTIMÉDIA")	Barcarena	100	100
AGEFINAN - Agência de Notícias Financeiras, S.A. ("AGEFINAN")	Lisboa	50	50
MEDIA CAPITAL TELECOMUNICAÇÕES, S.A. ("MCT")	Barcarena	100	100
AUTO BASIC MOTOR - Comércio de Veículos, S.A. ("AUTO BASIC")	Porto	69	50
UNIDIVISA - Promoção de Projectos de Media, S.A. ("UNIDIVISA")	Barcarena	100	100
FEALMAR - Empresa de Teatro Estúdio de Lisboa, S.A. ("FEALMAR")	Lisboa	60	60
NBP - Produção em Vídeo, S.A. ("NBP")	Lisboa	60	60
MULTICENA - Equipamento de Imagem e Som, S.A. ("MULTICENA")	Lisboa	60	60
NBP - Oficina de Actores	Lisboa	60	60
Teatro Mais - Actividades Teatrais, Lda. ("Teatro Mais")	Lisboa	60	60
CAMARINS - Sociedade de Aluguer e Venda de Guarda Roupa, Lda. ("CAMARINS")	Lisboa	60	57
NBP - Ibérica - Producciones Audiovisuales, S.A.	Madrid (ESP)	59	59
CASA DA CRIAÇÃO - Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASA DA CRIAÇÃO")	Lisboa	54	54
EMAV - Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	Vialonga	54	54
EPC - Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	Vialonga	51	51
Móveis de Novela, Lda. ("Móveis de Novela")	Lisboa	36	36

(a) Esta empresa foi constituída em 15 de Abril de 2005.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

Durante o exercício de 2005, a SINERSOM - Produção de Programas Radiofónicos, Lda., foi alvo de fusão por incorporação de activos e passivos na CIDADE.

5. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas, respectivas sedes e a proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são as seguintes:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	PERCENTAGEM EFECTIVA DO CAPITAL DETIDO	
		2005	2004
CLMC - Multimedia, S.A. ("CLMC")	Lisboa	50	50
SETEPCOM - Equipamentos e Espaços Comerciais, S.A. ("Setecom")	Lisboa	50	50
TRANSJORNAL - Edições de Publicações, S.A. ("Transjornal")	Lisboa	35	31
TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A. ("Transpublicidade")	Lisboa	30	30
União de Leiria, SAD ("União de Leiria")	Leiria	20	20
Nanook - Empresa Europeia de Produção de Documentários, Lda. ("Nanook")	Lisboa	16	16

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial conforme indicado na Nota 2.2.b).

6. OUTRAS EMPRESAS

As outras empresas, respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são as seguintes:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	PERCENTAGEM EFECTIVA DO CAPITAL DETIDO	
		2005	2004
CD TOP - Sociedade Internacional de Audiovisual, S.A. ("CD TOP")	Lisboa	23	23
JC Decaux Airport Portugal - Publicidade em Aeroportos, S.A. ("JC Decaux")	Lisboa	15	15
FERGRÁFICA - Artes Gráficas, S.A. ("Fergráfica")	Lisboa	6	6
UNITÉNIS - Sociedade de Empreendimentos de Ténis, S.A. ("Uniténis")	Lisboa	-	-
NP - Notícias de Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviço de Informação, CRL	Lisboa	-	-

Os investimentos financeiros nestas empresas encontram-se registados ao custo aquisição ou valor estimado de realização, conforme descrito na Nota 2.2.c).

7. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a principal alteração ocorrida no perímetro de consolidação refere-se à aquisição de 100% do capital da RÁDIO XXI, efectuada em 28 de Janeiro de 2005, no âmbito da expansão do Grupo no negócio Rádio. O efeito desta aquisição é conforme segue:

	VALOR CONTABILÍSTICO	AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR	JUSTO VALOR
Activos líquidos adquiridos:			
Activos tangíveis	35 561	-	35 561
Activos intangíveis	1 112 539	(1 112 539)	-
Investimentos financeiros	57 500	(57 500)	-
Clientes e outras dívidas de terceiros	3 919 930	(3 912 098)	7 832
Caixa e seus equivalentes	1 423	-	1 423
Outros activos	290 244	-	290 244
Fornecedores e outros credores	(5 624 579)	-	(5 624 579)
	(207 382)	(5 082 137)	(5 289 519)
Diferenças de consolidação			5 294 519
Preço de aquisição pago			5 000
Fluxos de caixa líquido decorrente da aquisição/alienação:			
Pagamentos efectuados			5 000
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos			(1 423)
			3 577

8. RELATO POR SEGMENTOS

A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo baseia-se, essencialmente, na combinação das diferenças nos produtos e serviços e diferenças nos quadros legais dos mercados onde os negócios operam. Estes segmentos são consistentes com a forma como o Grupo analisa o seu negócio. Assim, tendo em consideração os factores acima mencionados, o Grupo identificou os seguintes segmentos reportáveis:

a) Televisão

O segmento da Televisão envolve fundamentalmente a emissão de um canal de TV generalista (TVI) e a produção de programas/séries (NBP);

b) Rádio

O segmento de Rádio envolve a emissão da programação das rádios, através de antenas próprias e contratos de utilização de espaço publicitário com terceiros;

c) Outdoor

O segmento Outdoor, refere-se à venda de espaço publicitário em outdoor possuindo mobiliário urbano instalado em espaços públicos, transportes públicos e outros;

d) Outros

No segmento "Outros" inclui-se essencialmente o negócio da Imprensa escrita (edição principalmente das revistas Maxmen, Lux, Lux Woman e Casas de Portugal), negócio da Internet (IOL), a "holding" do Grupo e inclui igualmente as eliminações intra-grupo.

O contributo dos principais segmentos do negócio para as demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é como segue:

	2005				
	TELEVISÃO	RÁDIOS	OUTDOORS	OUTROS	CONSOLIDADO
Proveitos operacionais:					
Prestações de serviços	137 060 047	14 437 132	16 531 543	16 199 407	184 228 129
Vendas de mercadorias e produtos	13 437 563	-	-	14 649 450	28 087 013
Outros proveitos operacionais	8 964 021	490 702	55 515	(577 962)	8 932 276
Total de proveitos operacionais	159 461 631	14 927 834	16 587 058	30 270 895	221 247 418
Custos operacionais:					
Custo dos programas emitidos	(27 599 981)	-	-	-	(27 599 981)
Custo das mercadorias vendidas	(5 215 609)	-	-	(2 516 408)	(7 732 017)
Fornecimentos e serviços externos	(50 440 627)	(8 463 913)	(9 667 548)	(21 254 410)	(89 826 498)
Custos com o pessoal	(26 987 926)	(5 129 411)	(3 072 735)	(16 044 456)	(51 234 528)
Amortizações	(6 410 945)	(1 352 235)	(1 303 764)	(2 670 627)	(11 737 571)
Provisões e perdas de imparidade	(447 962)	(5 007)	-	(77 163)	(530 132)
Outros custos operacionais	(328 648)	(870 614)	(2 333 701)	(327 648)	(3 860 611)
Total custos operacionais	(117 431 698)	(15 821 180)	(16 377 748)	(42 890 712)	(192 521 338)
Resultados operacionais	42 029 933	(893 346)	209 310	(12 619 817)	28 726 080
Resultados financeiros	(4 557 075)	(6 634 512)	(1 407 805)	3 568 007	(9 031 385)
Resultados antes de impostos	37 472 858	(7 527 858)	(1 198 495)	(9 051 810)	19 694 695
Impostos sobre o rendimento	(10 781 409)	1 986 277	294 376	1 546 195	(6 954 561)
Resultados depois de impostos	26 691 449	(5 541 581)	(904 119)	(7 505 615)	12 740 134
Atribuível a:					
Accionistas empresa-mãe	26 679 543	(5 541 581)	(896 580)	(7 228 247)	13 013 135
Interesses minoritários	11 906	-	(7 539)	(277 368)	(273 001)

	2004				
	TELEVISÃO	RÁDIOS	OUTDOORS	OUTROS	CONSOLIDADO
Proveitos operacionais:					
Prestações de serviços	127 400 860	13 921 744	18 916 494	24 645 600	184 884 698
Vendas de mercadorias e produtos	7 243 894	-	-	11 308 486	18 552 380
Outros proveitos operacionais	8 775 314	436 252	31 710	(526 308)	8 716 968
Total de proveitos operacionais	143 420 068	14 357 996	18 948 204	35 427 778	212 154 046
Custos operacionais:					
Custo dos programas emitidos	(24 397 715)	-	-	-	(24 397 715)
Custo das mercadorias vendidas	(3 110 177)	-	-	(1 991 570)	(5 101 747)
Fornecimentos e serviços externos	(48 948 744)	(7 476 143)	(10 539 663)	(22 531 629)	(89 496 179)
Custos com o pessoal	(24 534 871)	(4 740 502)	(2 992 922)	(13 315 808)	(45 584 103)
Amortizações	(6 511 917)	(1 935 851)	(1 176 809)	(3 673 607)	(13 298 184)
Provisões e perdas de imparidade	(357 902)	-	(13 239)	(6 243)	(377 384)
Outros custos operacionais	(1 001 516)	(153 044)	(2 463 672)	(2 082 685)	(5 700 917)
Total custos operacionais	(108 862 842)	(14 305 540)	(17 186 305)	(43 601 542)	(183 956 229)
Resultados operacionais	34 557 226	52 456	1 761 899	(8 173 764)	28 197 817
Resultados financeiros	(9 940 704)	(3 169 980)	(7 574 600)	8 845 236	(11 840 048)
Resultados antes de impostos	24 616 522	(3 117 524)	(5 812 701)	671 472	16 357 769
Impostos sobre o rendimento	(6 612 440)	784 465	1 482 751	(2 128 252)	(6 473 476)
Resultados depois de impostos	18 004 082	(2 333 059)	(4 329 950)	(1 456 780)	9 884 293
Atribuível a:					
Accionistas empresa-mãe	18 005 783	(2 333 059)	(4 555 504)	(1 665 323)	9 451 897
Interesses minoritários	(1 701)	-	225 554	208 543	432 396

A informação adicional relevante em termos de relato por segmento, é conforme segue:

	2005				
	TELEVISÃO	RÁDIOS	OUTDOORS	OUTROS	CONSOLIDADO
Activo líquido	285 072 109	55 455 448	36 089 827	(26 220 475)	350 396 909
Passivo	135 185 119	50 062 176	30 300 986	3 479 731	219 028 012
Outras informações:					
Investimento em activos tangíveis	5 468 748	804 694	611 654	1 777 630	8 662 726
Investimento em activos intangíveis	4 270	3 855 221	-	-	3 859 491

	2004				
	TELEVISÃO	RÁDIOS	OUTDOORS	OUTROS	CONSOLIDADO
Activo líquido	247 113 697	51 847 656	37 291 799	6 984 972	343 238 124
Passivo	124 221 232	49 001 154	33 224 462	24 311 911	230 758 759
Outras informações:					
Investimento em activos tangíveis	4 874 643	670 922	1 672 133	1 618 070	8 835 768
Investimento em activos intangíveis	-	7 642 275	-	1 704	7 643 979

15. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação e nas correspondentes perdas de imparidade acumuladas foi o seguinte:

Saldo em 1 de Janeiro de 2004:	
Valor bruto	172 373 089
Amortizações acumuladas	(37 274 130)
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	135 098 959
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	
	1 402 140
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	136 501 099
Aquisições de participadas (a)	
	33 090 949
Perdas de imparidade do exercício (b)	
	(679 625)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	168 912 423
Aquisições de participadas (c)	
	5 461 029
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	174 373 452

a) Este valor refere-se às seguintes aquisições:

15% da participada MEDIA GLOBAL	29 252 548
35% da participada TCS	3 401 065
50% da participada AUTO BASIC	437 336
	33 090 949

A aquisição dos restantes 15% do capital da MEDIA GLOBAL ocorreu em Fevereiro de 2004. Até à data desta aquisição, o Grupo detinha 85% do capital desta participada e consolidava integralmente os seus activos e passivos consolidados. Esta aquisição foi efectuada através de um aumento de capital efectuado pela Empresa e realizado em espécie, através dos referidos 15% do capital daquela participada. Este aumento de capital foi efectuado ao valor de mercado e o excesso apurado entre este valor e o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos, foi registado como goodwill. Para efeitos da análise de imparidade do goodwill, o Grupo distribuiu este goodwill às unidades geradoras de caixa, em função do seu valor de mercado em 1 de Janeiro de 2004.

A aquisição de 35% adicionais do capital da TCS foi efectuada no âmbito da expansão dos investimentos do Grupo, no negócio Outdoors.

b) Durante o exercício de 2004, no âmbito da análise de recuperação do goodwill, foram identificadas perdas associadas à participação na Eventos, tendo sido registada uma perda de imparidade de 679.625 Euros.

c) Este valor refere-se essencialmente à aquisição da RÁDIO XXI (Nota 7).

O detalhe do goodwill por segmento e por empresa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é conforme segue:

	2005	2004
Por segmento:		
Televisão	88 476 018	88 474 553
Rádios	21 643 989	16 349 470
Outdoors	27 035 913	27 035 913
	137 155 920	131 859 936
Outras empresas:		
MEDIA GLOBAL	30 373 945	30 373 945
EXPOLIDER	4 751 445	4 751 445
MCT	1 055 925	1 055 925
AUTO BASIC	602 380	437 335
AGEFINAN	302 350	302 350
EXPANSÃO	131 487	131 487
	37 217 532	37 052 487
	174 373 452	168 912 423

Para efeitos da análise de imparidade do goodwill, a empresa distribuiu o goodwill às unidades geradoras de caixa, sendo que estas correspondem aos segmentos reportáveis pela Empresa. Neste contexto, a Empresa, suportada no valor descontado dos fluxos de caixa previsionais daqueles segmentos, conclui que, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo goodwill a eles associados, não excede o seu valor recuperável. Os fluxos de caixa considerados correspondem aos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi como segue:

	ACTIVOS DO SERVIÇO DE ISP DA VIZZAVI (a)	DESPEAS DE REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA (b)	OUTROS (c)	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	9 084 243	13 377 864	448 098	22 910 205
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	(1 649 883)	(13 377 864)	(407 310)	(15 435 057)
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	7 434 360	-	40 788	7 475 148
Alterações de perímetro				
Adições	-	-	16 142	16 142
Diminuições e abates	-	-	7 642 275	7 642 275
			(2 899)	(2 899)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	7 434 360	-	7 696 306	15 130 666
Adições				
Adições	-	-	3 859 491	3 859 491
Diminuições e abates	-	-	(5)	(5)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	7 434 360	-	11 555 792	18 990 152

	ACTIVOS DO SERVIÇO DE ISP DA VIZZAVI (a)	DESPEAS DE REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA (b)	OUTROS (c)	TOTAL
Amortizações acumuladas				
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	(4 063 127)	(9 245 270)	(61 095)	(13 369 492)
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	593 958	9 245 270	61 095	9 900 323
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	(3 469 169)	-	-	(3 469 169)
Reforço do exercício	(991 000)	-	(577 912)	(1 568 912)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	(4 460 169)	-	(577 912)	(5 038 081)
Reforço do exercício	(991 000)	-	(31 032)	(1 022 032)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(5 451 169)	-	(608 944)	(6 060 113)

	ACTIVOS DO SERVIÇO DE ISP DA VIZZAVI (a)	DESPEAS DE REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA (b)	OUTROS (c)	TOTAL
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004	2 974 191	-	7 118 394	10 092 585
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005	1 983 191	-	10 946 848	12 930 039

(a) Estas despesas são relativas à aquisição, em Julho de 2002, do acesso à Internet do Vizzavi e tem na sua composição a base de dados e relação contratual com utilizadores ISP Vizzavi e direito de utilização da rede de infra-estruturas Vodafone.

(b) Estes valores referem-se a despesas incorridas com a emissão e renegociação do empréstimo bancário sindicado. Para efeitos da adopção dos IFRS, em 1 de Janeiro de 2004, o Grupo reclassificou estes valores para a rubrica de empréstimos (Nota 40).

(c) Nestas rubricas incluem-se essencialmente valores em curso relativos a adiantamentos por conta de direitos de emissão cujos contratos não estavam completamente concretizados em 31 de Dezembro de 2005.

17. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi como segue:

	TERRENOS EDÍFIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPOR.	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINISTRAT.	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	TOTAL
Valor bruto								
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	8 002 385	80 903 324	6 796 201	2 352 202	11 140 160	4 926 973	1 633 720	115 754 965
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	8 002 385	80 903 324	6 796 201	2 352 202	11 140 160	4 926 973	1 633 720	115 754 965
Alterações de perímetro	-	127 509	-	-	31 997	-	-	159 506
Aquisições	735 515	3 599 555	1 696 083	267 958	1 067 389	180 369	1 288 899	8 835 768
Alienações e abates	(5 220)	(360 970)	(1 226 173)	(41 810)	(256 534)	(170 079)	(55 441)	(2 116 227)
Transferências	106 015	483 252	-	2 527	80 275	50 415	(722 484)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	8 838 695	84 752 670	7 266 111	2 580 877	12 063 287	4 987 678	2 144 694	122 634 012
Alterações de perímetro	-	67 793	-	-	-	-	-	67 793
Aquisições	1 086 731	2 628 788	1 682 990	206 663	987 171	214 542	1 855 840	8 662 725
Alienações e abates	-	(2 238 339)	(1 796 449)	(7 333)	(924 273)	(193 462)	(39 074)	(5 198 930)
Transferências	-	1 263 005	-	1 540	30 325	108 507	(1 403 377)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	9 925 426	86 473 917	7 152 652	2 781 747	12 156 510	5 117 265	2 558 083	126 165 600

	TERRENOS EDÍFIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPOR.	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINISTRAT.	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	TOTAL
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	(3 292 602)	(56 168 070)	(3 870 749)	(1 909 076)	(8 047 026)	(2 736 923)	-	(76 024 446)
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	(3 292 602)	(56 168 070)	(3 870 749)	(1 909 076)	(8 047 026)	(2 736 923)	-	(76 024 446)
Alterações de perímetro	-	(106 083)	-	-	(17 430)	-	-	(123 513)
Reforço do exercício	(357 151)	(7 315 697)	(1 547 763)	(206 678)	(1 153 652)	(501 774)	-	(11 082 715)
Reduções por alienações e abates	3 543	306 790	963 082	18 562	228 751	115 553	-	1 636 281
Transferências	1 673	(9 281)	2 291	-	7 608	(2 291)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	(3 644 537)	(63 292 341)	(4 453 139)	(2 097 192)	(8 981 749)	(3 125 435)	-	(85 594 393)
Alterações de perímetro	-	(32 232)	-	-	-	-	-	(32 232)
Reforço do exercício	(424 064)	(6 935 532)	(1 565 356)	(220 498)	(1 077 777)	(492 312)	-	(10 715 539)
Reduções por alienações e abates	-	2 179 692	1 618 265	7 335	919 167	178 357	-	4 902 816
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(4 068 601)	(68 080 413)	(4 400 230)	(2 310 355)	(9 140 359)	(3 439 390)	-	(91 439 348)

	TERRENOS EDÍFIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPOR.	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINISTRAT.	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	TOTAL
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004	5 194 158	21 460 329	2 812 972	483 685	3 081 538	1 862 243	2 144 694	37 039 619
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005	5 856 825	18 393 504	2 752 422	471 392	3 016 151	1 677 875	2 558 083	34 726 252

Os valores apresentados na linha "Alterações de perímetro" respeitam aos saldos das rubricas de activos corpóreos das empresas que foram incluídas na consolidação pela primeira vez, ou excluídas no período.

18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nos investimentos financeiros foi como segue:

	INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	INVESTIMENTOS EM OUTRAS EMPRESAS	TÍTULOS E OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	TOTAL
Valor bruto					
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	1 421 874	40 403	4 227	1 215 127	2 681 631
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	(982 657)	-	-	(865 665)	(1 848 322)
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	439 217	40 403	4 227	349 462	833 309
Aquisições do período	-	5 287	-	4 736 684	4 741 971
Integração no perímetro de consolidação	-	-	-	(349 462)	(349 462)
Aplicação da equivalência patrimonial	236 866	-	-	-	236 866
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	676 083	45 690	4 227	4 736 684	5 462 684
Integração no perímetro de consolidação	-	-	-	(4 736 684)	(4 736 684)
Aplicação da equivalência patrimonial	(149 352)	-	-	-	(149 352)
Perdas de imparidade	-	-	(1 583)	-	(1 583)
Outros movimentos	-	(293)	-	-	(293)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	526 731	45 397	2 644	-	574 772

Em 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas associadas, é como se segue:

DENOMINAÇÃO	SEDE	ACTIVO TOTAL	PROVEITOS TOTAIS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	PERCENTAGEM EFECTIVA DO GRUPO	VALORES DE BALANÇO
Empresas associadas:							
CLMC	Lisboa	13 742 626	9 746 272	(53 534)	(108 736)	50%	-
Transjornal	Lisboa	1 522 200	2 334 000	(2 754 950)	(2 273 950)	35%	-
Transpublicidade	Barcarena	1 188 022	1 203 169	287 412	23 006	30%	86 220
União de Leiria	Leiria	11 184 118	4 416 308	2 996 932	(158 477)	20%	367 744
Nanook	Lisboa	261 042	79 287	(84 932)	(25 697)	16%	-
Setepcom	Lisboa	289 191	731 959	92 932	46 194	50%	72 767
							526 731
Outras empresas:							
CD Top		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	23%	-
JC Decaux		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	15%	37 415
Fergráfica		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	6%	-
Uniténis		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	2 993
Notícias de Portugal		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	4 989
							45 397
							2 644
Outros							
Total registado no balanço como investimento em associadas							574 772
Empréstimos concedidos:							
CLMC							4 930 000
Transjornal							861 144
							5 791 144
Total							6 365 916
Provisão para ajustamentos ao valor dos investimentos efectuados							(934 763)
							5 431 153

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial, foram registados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os seguintes movimentos nas rubricas "Investimentos em associadas":

GANHOS (PERDAS) EM EMPRESAS ASSOCIADAS		
DENOMINAÇÃO	2005	2004
CLMC	(54 368)	(261 912)
União de Leiria	(110 295)	213 696
Transjornal	(795 883)	(206 475)
Nanook	(29 931)	(18 033)
Transpublicidade	5 313	48 377
	(985 164)	(224 347)

19. DIREITOS DE TRANSMISSÃO E PROGRAMAS DE TELEVISÃO

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os direitos de transmissão e programas de televisão incluem novelas, séries, documentários, filmes e outros programas de desporto e de entretenimento, conforme segue:

NATUREZA	2005	2004
Entretenimento	3 713 658	3 724 193
Filmes	7 693 269	7 662 329
Novelas	27 374 436	26 654 068
Séries	7 940 946	8 552 682
Desporto	312 469	932 955
Outros	683 920	467 961
	47 718 698	47 994 188

20. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005			2004		
	VALOR BRUTO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS (NOTA 28)	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS (NOTA 28)	VALOR LÍQUIDO
Hiba Investments LLC (a)	17 094 967	(17 094 967)	-	16 650 306	(16 650 306)	-
Projectos de expansão de rádio	26 312	-	26 312	3 001 113	-	3 001 113
Drums Comunicações Sonoras S.A.	1 663 741	-	1 663 741	1 663 741	-	1 663 741
Estado e outros entes públicos						
- pagamento especial por conta	854 534	-	854 534	607 599	-	607 599
	19 639 554	(17 094 967)	2 544 587	21 922 759	(16 650 306)	5 272 453

(a) Esta rubrica refere-se à alienação da participação financeira na World Editing, Lda., ocorrida em 2002. O montante a receber encontra-se totalmente provisionado.

21. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005			2004		
	VALOR BRUTO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS (NOTA 28)	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS (NOTA 28)	VALOR LÍQUIDO
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 666 280	(56 297)	1 609 983	1 009 102	(58 239)	950 863
Mercadorias	481 858	(101 567)	380 291	334 706	(101 567)	233 139
	2 148 138	(157 864)	1 990 274	1 343 808	(159 806)	1 184 002

22. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005			2004		
	VALOR BRUTO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS (NOTA 28)	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS (NOTA 28)	VALOR LÍQUIDO
Clientes	49 713 930	(9 280 135)	40 433 795	40 344 160	(9 886 891)	30 457 269
Facturação a emitir	1 807 297	-	1 807 297	2 947 935	-	2 947 935
	51 521 227	(9 280 135)	42 241 092	43 292 095	(9 886 891)	33 405 204

23. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005			2004		
	VALOR BRUTO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS (NOTA 28)	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS (NOTA 28)	VALOR LÍQUIDO
Estado e outros entes públicos (Nota 32)	3 438 731	-	3 438 731	2 232 099	-	2 232 099
Devedores diversos	1 828 259	(464 711)	1 363 548	2 184 088	(464 711)	1 719 377
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 34)	6 366 445	-	6 366 445	1 445 210	-	1 445 210
Adiantamentos a fornecedores	175 272	-	175 272	233 617	-	233 617
Pagamentos antecipados	2 868 900	-	2 868 900	2 173 899	-	2 173 899
	14 677 607	(464 711)	14 212 896	8 268 913	(464 711)	7 804 202

24. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Depósitos bancários	3 394 469	5 152 151
Caixa	213 201	176 558
	3 607 670	5 328 709

25. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Composição de capital: Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 acções com o valor nominal de nove cêntimos cada.

De acordo com a decisão tomada pelos accionistas na Assembleia Geral realizada em 19 de Fevereiro de 2004, o capital foi aumentado em 437.722 Euros, com um prémio de emissão de 28.814.826 Euros. Este aumento de capital foi realizado em espécie, através da contribuição por parte de cinco novos accionistas da participação de 15% no capital da participada MEDIA GLOBAL. Após esta operação, a Empresa passou a deter a totalidade do capital desta participada (Nota 15).

Em 2 de Abril de 2004, no âmbito de uma Oferta Pública de Venda, a Empresa emitiu 26.568.390 novas acções, efectuando um aumento de capital de 2.391.155 Euros, com um

prémio de emissão de 113.181.342 Euros. Ao valor do prémio de emissão foram deduzidas as despesas incorridas na Oferta Pública de Venda, de 10.204.544 Euros, divididas em 9.637.420 Euros no primeiro semestre de 2004 e 567.124 Euros no segundo semestre de 2004.

Em 27 de Junho de 2005, decorrente da atribuição de um bónus extraordinário ao Presidente do Conselho de Administração, foram emitidas 705.000 novas acções com um valor nominal unitário de nove cêntimos, a que correspondeu um aumento de capital de 63.450 Euros, com um prémio de emissão de 296.100 Euros. Este aumento de capital foi na sua totalidade realizado em dinheiro.

Em 21 de Julho de 2005, no âmbito do plano de incentivos para empregados (Nota 39) foram emitidas 1.043.372 novas acções, a um preço de 4,35 Euros, correspondendo a um aumento de capital de 93.903 Euros, com um prémio de emissão de 4.444.764 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da MEDIA CAPITAL era detido pelos seguintes accionistas:

	Nº DE ACÇÕES	PERCENTAGEM
Vértix, SGPS, S.A.	27 889 349	33,00
UFA Film (Bertelsmann Group)	27 197 030	32,18
Outros, inferiores a 10% do capital	29 426 801	34,82
	84 513 180	100,00

Prémios de emissão de acções: Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados, sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

26. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram os seguintes:

MOVIMENTO	
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	3 263 469
Impacto da adopção dos IFRS em 1 de Janeiro de 2004 (Nota 40)	812
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	3 264 281
Integração no perímetro de consolidação	(522 579)
Resultado atribuível a interesses minoritários	432 396
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	3 174 098
Varição dos capitais próprios em empresas controladas	(171 355)
Integração no perímetro de consolidação	128 022
Resultado atribuível a interesses minoritários	(273 001)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2 857 764

Os interesses minoritários registados no balanço consolidado respeitam às seguintes empresas:

	2005	2004
TVI	195 553	158 267
Publicarris	122 936	150 568
Publimetro	86 765	223 058
BTP	(6 085)	8 885
Agência Financeira	12 002	84 202
AB Motor	32 291	(78 336)
Fealmar	1 841 088	1 899 760
NBP	537 894	653 561
Móveis da Novela	(1 790)	(1 091)
Multicena	64 054	70 268
EPC	(37 824)	(11 828)
EMAV	(1)	6 817
Casa da Criação	10 881	6 283
CAMARINS	-	3 684
	2 857 764	3 174 098

Os interesses minoritários registados nas demonstrações de resultados consolidados, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, respeitam às seguintes empresas:

	2005	2004
TVI	40 822	32 211
Publicarris	2 742	58 327
Publimetro	4 688	167 255
BTP	(14 970)	(28)
Agência Financeira	(72 200)	(149 199)
AB Motor	(24 615)	9 536
Fealmar	(58 672)	324 506
NBP	(115 667)	20 463
Móveis da Novela	(699)	486
Multicena	(6 214)	3 237
EPC	(25 996)	(31 877)
EMAV	(6 818)	2 288
Casa da Criação	4 598	(6 088)
CAMARINS	-	1 279
	(273 001)	432 396

27. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	VALOR DE BALANÇO		VALOR NOMINAL		VALOR DE BALANÇO		VALOR NOMINAL	
	CORRENTES	NÃO CORRENTES	CORRENTES	NÃO CORRENTES	CORRENTES	NÃO CORRENTES	CORRENTES	NÃO CORRENTES
Empréstimos bancários (a)	16 545 556	82 980 942	16 545 556	88 235 194	10 609 889	100 769 908	10 609 889	108 473 217
Credores por locações financeiras (b)	789 066	664 495	-	-	1 321 868	1 083 863	-	-
Factoring (c)	4 355 797	-	-	-	4 969 227	-	-	-
Outros empréstimos (d)	140 991	244 237	140 991	281 984	281 983	223 884	140 991	422 974
Descobertos bancários (e)	53 313	-	-	-	34 806	-	-	-
	21 884 723	83 889 674	16 686 547	88 517 178	17 217 773	102 077 655	10 750 880	108 896 191

(a) Inclui essencialmente o empréstimo sindicado liderado pelo Banco Espírito Santo S.A. denominado em Euros e destinado a financiar aquisições de participações financeiras e operações correntes. Este empréstimo resulta de acordo de crédito suplementar que alterou as condições do empréstimo anteriormente existente e foi efectuado em 31 de Março de 2004, associado à ocorrência da Oferta Pública de Venda e aumento de capital (Nota 25). Este empréstimo tem carácter de médio e longo prazo e foi definida a sua utilização em duas tranches. O empréstimo tem o seguinte detalhe:

	31 DEZEMBRO DE 2005	LIMITE DE CRÉDITO
Linha de médio e longo prazo	90 000 000	90 000 000
Linha de crédito (revolving)	12 170 889	50 000 000
	102 170 889	140 000 000

Em 31 de Dezembro de 2005 este empréstimo vencia juros à taxa Euribor acrescida de 1,25%.

A linha de médio e longo prazo deverá ser paga em oito prestações, de acordo com o seguinte detalhe:

	VALOR A AMORTIZAR
Junho de 2006	7 500 000
Dezembro de 2006	7 500 000
Junho de 2007	10 000 000
Dezembro de 2007	12 500 000
Junho de 2008	15 000 000
Dezembro de 2008	17 500 000
Março de 2009	20 000 000

A linha de crédito deverá ser paga na sua totalidade em 29 de Março de 2009.

Como garantia deste empréstimo as empresas do grupo constituíram em favor dos bancos várias garantias reais, assim como deram em penhor elementos do seu activo, designadamente participações financeiras e licenças (Nota 37).

Estes empréstimos consideram o cumprimento com determinados compromissos financeiros, que estão a ser cumpridos em 31 de Dezembro de 2005.

Adicionalmente, encontra-se registado nesta rubrica um empréstimo da NBP no valor de 1.619.861 Euros (Nota 37) que

vence juros à taxa Euribor acrescida de um spread de 2,75%. Este empréstimo deverá ser pago em 35 prestações mensais de 46.282 Euros, de Janeiro de 2006 a Novembro de 2008.

Encontra-se ainda registado um empréstimo sob a forma de conta caucionada, da MEDIA GLOBAL, de 990.000 Euros e que vence juros à taxa Euribor acrescida de um spread de 1,75%.

(b) Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo Media Capital mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	2005 VALOR LÍQUIDO
Equipamento básico	1 409 170	950 027	459 143
Equipamento de transporte	3 582 875	2 631 957	950 918
Equipamento administrativo	307 964	117 762	190 202
Outras imobilizações corpóreas	185 930	79 020	106 910
	5 485 939	3 778 766	1 707 173

	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	2004 VALOR LÍQUIDO
Equipamento básico	1 981 745	982 295	999 450
Equipamento de transporte	4 097 887	2 572 159	1 525 728
Equipamento administrativo	307 964	78 958	229 006
Outras imobilizações corpóreas	185 930	60 427	125 503
	6 573 526	3 693 839	2 879 687

O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

	2005	2004
2005	-	1 321 868
2006	789 066	-
2006	-	683 598
2007	436 125	289 906
2008	169 824	110 359
2009	58 546	-
	664 495	1 083 863

(c) A rubrica Factoring refere-se a montantes adiantados por entidades financeiras, correspondentes a facturas emitidas pela participada FEALMAR. Estes adiantamentos vencem juros à taxa Euribor acrescida de um spread de 1,0%.

(d) Os outros empréstimos incluem o empréstimo do IAPMEI, que consiste em subsídios concedidos no âmbito do Programa

Operacional da Economia. Este empréstimo deverá ser pago em quatro prestações, de acordo com o seguinte detalhe:

VALOR NOMINAL A AMORTIZAR	
Abril de 2006	70 496
Outubro de 2006	70 495
	140 991
Abril de 2007	70 496
Outubro de 2007	211 488
	281 984

(e) Os descobertos bancários vencem juros às taxas normais de mercado.

28. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento nas contas de provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é conforme segue:

	IMPOSTOS	PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	PERDAS EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NOTA 18)	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	3 342 960	3 337 095	1 135 634	7 815 689
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	3 342 960	3 337 095	1 135 634	7 815 689
Alterações de perímetro	(49 485)	131 204	(1 095 148)	(1 013 429)
Equivalência patrimonial	-	-	444 095	444 095
Aumentos	13 238	364 146	-	377 384
Variações em outros custos operacionais	568 859	350 000	-	918 859
Reduções	(11 760)	(472 242)	-	(484 002)
Utilizações	(831 892)	(503 917)	-	(1 335 809)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	3 031 920	3 206 286	484 581	6 722 787
Equivalência patrimonial (Nota 18)	-	-	880 182	880 182
Aumentos	-	530 132	-	530 132
Variações em outros custos operacionais	63 215	78 490	-	141 705
Reduções	-	(92 058)	-	(92 058)
Utilizações	(294 371)	(590 604)	-	(884 975)
Reclassificações	(51 827)	203 302	(430 000)	(278 525)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2 748 937	3 335 548	934 763	7 019 248

A provisão para impostos destina-se a fazer face a responsabilidades estimadas por pagamentos futuros de impostos.

O movimento das perdas de imparidade, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é conforme segue:

	ACTIVOS NÃO CORRENTES (NOTA 20)	EXISTÊNCIAS (NOTA 21)	CLIENTES E CONTAS A RECEBER (NOTA 22)	OUTROS ACTIVOS CORRENTES (NOTA 23)	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	16 650 306	52 423	9 569 842	456 625	26 729 196
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	16 650 306	52 423	9 569 842	456 625	26 729 196
Alterações de perímetro	-	-	14 722	-	14 722
Aumentos	-	22 892	1 080 122	42 041	1 145 055
Reduções	-	(11 151)	(772 008)	(33 955)	(817 114)
Reclassificações e utilizações	-	95 642	(5 787)	-	89 855
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	16 650 306	159 806	9 886 891	464 711	27 161 714
Aumentos	444 661	-	476 913	-	921 574
Reduções	-	-	(386 715)	-	(386 715)
Utilizações	-	(1 942)	(545 479)	-	(547 421)
Reclassificações	-	-	(151 475)	-	(151 475)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	17 094 967	157 864	9 280 135	464 711	26 997 677

29. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição, com o respectivo plano de pagamentos:

	2007	2008	2009 E SEQUINTE	2005 TOTAL
Estado e outros entes públicos - dívidas integradas em planos de pagamento	176 358	176 358	354 685	707 401
Dívidas a pagar ao abrigo do Processo Especial de Recuperação da Empresa	-	2 592 244	-	2 592 244
Dívida pela aquisição da TCS	666 664	-	-	666 664
Dívida pela aquisição da Expolider	335 372	243 098	-	578 470
Dívida pela aquisição da TVI	435 170	-	-	435 170
Dívida pela aquisição da Vizzavi	1 409 436	-	-	1 409 436
	3 023 000	3 011 700	354 685	6 389 385

	2006	2007	2008	2009 E SEQUINTE	2004 TOTAL
Estado e outros entes públicos - dívidas integradas em planos de pagamento	238 795	238 462	236 088	427 962	1 141 307
Dívidas a pagar ao abrigo do Processo Especial de Recuperação da Empresa	-	-	2 470 443	-	2 470 443
Dívida pela aquisição da TCS	1 333 336	666 664	-	-	2 000 000
Dívida pela aquisição da Expolider	335 372	311 700	235 235	-	882 307
Dívida pela aquisição da TVI	455 574	414 448	-	-	870 022
Dívida pela aquisição da Vizzavi	1 918 441	1 335 958	-	-	3 254 399
	4 281 518	2 967 232	2 941 766	472 962	10 618 478

30. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Fornecedores correntes	29 380 369	30 238 392
Custos a pagar:		
Rappel a liquidar	15 550 924	9 856 118
Custos de difusão de programas	2 973 871	2 640 249
Custos de telecomunicações (ISP)	163 381	348 192
Outros fornecimentos e serviços externos	3 761 641	3 029 786
Remunerações a liquidar	7 696 052	7 059 691
Juros a liquidar	1 211 301	1 431 692
Direitos de autor e royalties	2 474 944	1 193 047
Devolução de vendas	2 534 659	2 507 450
Outros	2 365 059	2 197 925
	68 112 201	60 502 542

31. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Fornecedores de imobilizado	1 610 133	2 666 521
Credores diversos:		
Aquisição da TCS	1 333 333	1 333 333
PT Comunicações S.A.	365 945	1 155 328
Aquisição da NBP FEALMAR e MULTICENA	1 120 890	1 120 890
Económica SGPS S.A.	747 538	1 062 561
Soingeste - Aquisição da RECTÂNGULO	1 389 067	1 014 968
Aquisição da EXPOLIDER	769 110	769 110
PME Capital	334 552	275 177
Accionistas da AB Motor	-	178 277
Outros	1 160 828	2 163 175
Adiantamento de clientes	3 505	841 389
Estado e outros entes públicos (Nota 32)	13 406 895	11 716 334
Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 34)	106 822	1 050
Facturação diferida	6 956 163	5 020 320
Outros	48 270	7 791
	29 353 051	29 326 224

32. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005		2004	
	SALDOS DEVEDORES (NOTA 23)	SALDOS CREDITORES (NOTA 31)	SALDOS DEVEDORES (NOTA 23)	SALDOS CREDITORES (NOTA 31)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	1 145 936	64 707	701 052	903 760
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 278 299	7 531 097	1 512 207	6 273 196
Contribuições para a Segurança Social	-	1 337 225	-	1 381 687
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	12 399	2 442 058	11 237	1 512 681
Instituto Português de Arte Cinematográfica e Audiovisual/Cinemateca Portuguesa	-	1 714 566	-	1 397 203
Dívidas integradas em planos de pagamento - Plano Mateus	-	176 358	-	238 795
Outros	2 097	140 884	7 603	9 012
	3 438 731	13 406 895	2 232 099	11 716 334

(a) O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas apresenta o seguinte detalhe:

	2005	2004
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício (Nota 13)	742 424	1 532 112
Retenções efectuadas por terceiros e pagamentos por conta	(677 717)	(628 352)
	64 707	903 760

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo tinha contratado instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro. A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações. As referidas operações são sujeitas a aprovação prévia do Conselho de Administração. O valor de mercado (fair value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2005, os instrumentos derivados contratados do Grupo estão classificados, no balanço, como instrumentos financeiros para negociação e são conforme segue:

Equity swap sobre acções próprias

Durante o exercício de 2004, a Empresa contratou com uma instituição financeira, um equity swap sobre acções próprias, associado ao plano de incentivos a empregados (Nota 39). Aquele instrumento financeiro prevê que sejam adquiridas acções próprias até ao valor máximo de 10.000.000 Euros. Este instrumento financeiro só pode ser liquidado, pelo Grupo, em dinheiro. Em 31 de Dezembro de 2005, aquela instituição financeira tinha adquirido cerca de 1.566.586 acções (127.205 em 31 de Dezembro de 2004). Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o valor de mercado deste instrumento financeiro é positivo e ascende a 1.785.894 Euros e 24.000 Euros, respectivamente.

Derivados de taxa de juro

Em exercícios passados, o Grupo contratou swaps de taxa de juro com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de parte do empréstimo sindicado. Em 31 de Dezembro de 2005, o montante contratado ascendia a 48.437.500 Euros (74.375.000 Euros em 31 de Dezembro de 2004), cujo valor de mercado ascendia a 1.102.395 Euros negativos (2.201.330 Euros negativos em 31 de Dezembro de 2004).

Estes derivados encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas por instituições financeiras. As variações do justo valor foram registadas na demonstração de resultados na rubrica custos financeiros líquidos (Nota 12).

34. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquela data, são os seguintes:

	2005					
	CONTAS A RECEBER (NOTA 23)	CONTAS A PAGAR (NOTA 31)	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	PROVEITOS SUPLEMENTARES	CUSTO DAS MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
CLMC	5 191 130	73 598	1 415 403	5 813	101 500	-
Transjornal	1 131 192	32 174	883 242	-	-	158 856
União de Leiria	22 627	-	56 100	-	-	-
Nanook	20 000	-	-	-	-	-
CD TOP	1 496	1 050	-	-	-	-
	6 366 445	106 822	2 354 745	5 813	101 500	158 856

	2004			
	CONTAS A RECEBER (NOTA 23)	CONTAS A PAGAR (NOTA 31)	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	PROVEITOS SUPLEMENTARES
CLMC	1 407 024	-	987 949	44 322
União de Leiria	16 690	-	84 015	-
Nanook	20 000	-	-	-
CD TOP	1 496	1 050	-	-
	1 445 210	1 050	1 071 964	44 322

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa contratou serviços de gestão ao seu accionista Fredter, SGPS, S.A. no valor de 150.000 Euros.

35. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a Empresa tinha contratos ou acordos celebrados com terceiros para a exibição de filmes e outros programas nos montantes totais de 7.990.614 Euros e 14.034.913 Euros, respectivamente, cujo ano estimado em que os mesmos estarão disponíveis para exibição é como segue:

NATUREZA	31 Dezembro de 2005					
	2006	2007	2008	2009 E SEGUINTE	POR DEFINIR	TOTAL
Filmes	2 650 146	819 147	94 566	80 865	33 572	3 678 296
Séries	324 744	-	-	-	-	324 744
Entretenimento	420 280	-	-	-	-	420 280
Animação	196 151	-	-	-	-	196 151
Documentários	121 143	-	-	-	-	121 143
Desporto	3 250 000	-	-	-	-	3 250 000
	6 962 464	819 147	94 566	80 865	33 572	7 990 614

NATUREZA	31 Dezembro de 2005					
	2005	2006	2007	2008 E SEGUINTE	POR DEFINIR	TOTAL
Filmes	1 361 326	1 048 558	36 520	163 309	744 093	3 353 806
Séries	213 776	-	-	-	-	213 776
Entretenimento	439 974	-	-	-	-	439 974
Animação	166 745	56 306	-	-	-	223 051
Documentários	-	54 306	-	-	-	54 306
Desporto	6 500 000	3 250 000	-	-	-	9 750 000
	8 681 821	4 409 170	36 520	163 309	744 093	14 034 913

36. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Foram utilizadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	2005	2004
Dólar Americano	1,1797	1,3621
Libra Inglesa	0,6853	0,7051

37. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2005, a MEDIA CAPITAL tinha prestado garantias bancárias e outras a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Garantia bancária – valor em dívida pela aquisição dos 35% da TCS (a)	2 000 000
Warner Music – garantia bancária no âmbito do acordo com a ENTERTAINMENT (b)	1 500 000
Garantia bancária – valor em dívida pela aquisição da EXPOLIDER (a)	1 045 813
CLMC – carta de crédito com 20th Century Fox Home Entertainment (c)	900 000
Direcção Geral de Impostos – processos de execução fiscal (d)	844 836
Aval relacionado com projectos de expansão de rádio	437 895
Direcção Geral de Impostos – processo de aquisição de terreno (d)	432 274
IAPMEI (Nota 27.d))	442 009
Processos judiciais e outros (d)	367 723
União de Leiria, SAD	149 639
CLMC – Livrança avalizada	125 000
Garantias suporte a contratos de arrendamento	66 000
CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.	61 807
Garantias bancárias de suporte a contratos de fornecimento de energia eléctrica	21 963
EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa	11 684
	8 406 643

(a) Dívidas registadas em balanço.

(b) Garantia bancária no âmbito do acordo de distribuição exclusiva entre a Warner Music Portugal e a ENTERTAINMENT.

(c) Garantia bancária no âmbito do acordo de distribuição exclusiva de direitos sobre produtos em DVD e vídeo.

(d) Processos parcialmente provisionados em função dos pareceres obtidos por parte dos consultores legais.

Como garantia do empréstimo de médio longo prazo concedido pelo sindicato bancário, a Empresa e as suas participadas prestaram diversas garantias reais conforme descrito na Nota 27.

A NBP deu como hipoteca um edifício de sua propriedade como garantia de um empréstimo de 1.619.861 Euros (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2005, decorrente do contrato de crédito, com carácter de médio e longo prazo, celebrado entre a participada Media Global e o sindicato bancário liderado pelo banco Banco Espírito Santo S.A (Nota 27), foram prestadas garantias reais, bem como promessas de penhor, como segue:

MEDIA GLOBAL

- Penhor sobre 100% do capital das sociedades MCE, MC OUTDOOR, MED CAP, MC SERVIÇOS, MULTIMÉDIA, KIMBERLEY e MCR;
- Penhor sobre 60% do capital da FEALMAR e NBP;
- Penhor sobre 40% do capital da MULTICENA.

NBP

- Penhor sobre 20% do capital da MULTICENA.

MC OUTDOOR

- Penhor sobre 100% do capital da PRESSETEP.

PRESSETEP

- Penhor sobre 65% do capital da TCS.

KIMBERLEY

- Penhor sobre 91,8% do capital da TVI.

TVI

- Penhor sobre 55% do capital da RETI.

EXPANSÃO

- Penhor sobre 100% do capital da EXPOLÍDER.

MCE

- Penhor sobre 100% do capital da EVENTOS.

MCR

- Penhor sobre 100% do capital das empresas COMERCIAL, REGIONAL e CIDADE.

Adicionalmente, foram constituídos penhores sobre licenças, participações de capital e diversos activos das empresas anteriormente referidas, bem como das restantes empresas consolidadas e referidas na Nota 1. Foram ainda constituídas promessas de penhor sobre activos a adquirir no futuro pelas referidas empresas do Grupo MEDIA CAPITAL.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de administração da Empresa, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram de 3.371.988 Euros (1.915.834 Euros em 2004). Estas remunerações foram auferidas nas diversas empresas incluídas na consolidação e incluem montantes pagos a administradores que cessaram funções durante o exercício de 2005.

As remunerações auferidas em 2005 atrás referidas dividem-se em remunerações fixas de 1.391.696 Euros, remunerações variáveis de 799.392 Euros e rendimentos obtidos com stock options de 1.180.900 Euros.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram pagas indemnizações a administradores cessantes de 1.360.000 Euros.

As remunerações atribuídas ao órgão de fiscalização da Grupo Media Capital durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram de 31.570 Euros (31.400 Euros em 2004).

39. PLANO DE INCENTIVOS

Conforme descrito no Prospecto da Operação Pública de Venda ocorrida durante 2004 e no Relatório e Contas relativo ao exercício de 2004, a Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral de Accionistas deliberou em 11 de Março de 2004, a atribuição de um bónus extraordinário ao Presidente do Conselho de Administração, caso fossem atingidos determinados objectivos de performance financeira da Media Capital relativos ao exercício de 2004. Neste contexto, foi celebrado em 25 de Setembro de 2004, um contrato entre a Empresa e o Presidente do seu Conselho de Administração, visando a atribuição do referido bónus. Este concretizou-se em 27 de Junho de 2005, através de um aumento de capital que se traduziu na emissão de 705.000 novas acções, com valor unitário e nominal de 9 cêntimos de Euro e no pagamento de um prémio de emissão de 42 cêntimos de Euro por acção.

Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou durante 2004, um plano de incentivos para alguns empregados do Grupo Media Capital. Este plano é constituído por opções de compra de acções da Empresa representativas de uma percentagem até 5% do seu capital, distribuídos por um período de quatro anos, com início em 2004. O número de acções a atribuir e o seu valor de exercício são definidos em cada exercício, a que se refere a atribuição dos direitos. A atribuição e exercício destas opções sobre acções dependem do cumprimento de determinadas metas quantitativas (performance financeira da Empresa) e qualitativas (relativas aos empregados abrangidos pelo plano).

Na sequência deste plano, em 2004, foram atribuídas aos empregados, 1.043.372 acções correspondentes a uma percentagem de 1,25% do capital, a um valor de aquisição de 4,35 Euros. Este bónus concretizou-se através de um aumento de capital ocorrido em 21 de Julho de 2005 (Nota 25).

Durante o primeiro semestre de 2005, o Conselho de Administração atribuiu aos empregados o direito de aquisição ou subscrição de 803.200 acções, a um preço de exercício de 5,40 Euros. Estas opções tinham como justo valor, à data da atribuição do direito, 1.294.514 Euros (Nota 11). Este valor foi calculado por terceiras entidades com base no modelo Black Scholes. Em conformidade com o definido na IFRS 2 – Pagamento com base em acções, em 31 de Dezembro de 2005, foi registado um custo com o pessoal, por contrapartida de reservas (Nota 25).

40. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS)

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro em 2005, aplicando para o efeito o IFRS1 – Adopção

pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

Anteriormente, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo eram apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, conforme estabelecido no Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação complementar (“POC”).

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004, para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, é como se segue:

CAPITAIS PRÓPRIOS NA DATA DE TRANSIÇÃO (1 DE JANEIRO DE 2004)	
Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004 (POC)	(19 631 130)
Valorização do investimento em associadas (a)	(982 657)
Derivados registados ao justo valor (b)	(2 977 589)
Custos de reestruturação de empréstimos (c)	3 319 732
Aquisição de participações financeiras (d)	228 658
Desconto dos saldos a liquidar e a receber a Médio e Longo Prazo (e)	1 264 783
Impostos diferidos associados aos movimentos anteriores	(416 428)
	436 499

Capitais próprios atribuíveis aos accionistas maioritários em 1 de Janeiro de 2004 (IAS/IFRS)	(19 194 631)
Interesses minoritários em 1 de Janeiro de 2004	3 263 469
Alteração nos interesses minoritários (Nota 26)	812

Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004 (IAS/IFRS)	(15 930 350)
--	---------------------

CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 (POC)	103 819 092
Ajustamentos de transição a 1 de Janeiro de 2004	436 499
Reclassificação dos custos com OPV (f)	(10 204 544)
Diferenças entre POC e IFRS nos resultados líquidos	15 254 220

Capitais próprios atribuíveis aos accionistas maioritários em 31 de Dezembro de 2004 (IAS/IFRS)	109 305 267
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2004	3 173 286
Alteração nos interesses minoritários	812

Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 (IAS/IFRS)	112 479 365
--	--------------------

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 (POC)	(5 802 323)
Valorização do investimento em associadas (a)	982 657
Derivados registados ao justo valor (b)	800 259
Custos de reestruturação de empréstimos (c)	2 290 124
Aquisição de participações financeiras (d)	10 885 834
Desconto dos saldos a liquidar e a receber (e)	(431 898)
Reclassificação dos custos com OPV – impacto nas amortizações do exercício (f)	1 464 517
Impostos diferidos associados aos movimentos anteriores	(737 273)
	15 254 220

Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 (IAS/IFRS)	9 451 897
---	------------------

Os principais ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras em resultado da conversão para IFRS são como segue:

(a) Investimento em associadas

Em 31 de Dezembro de 2003, a Media Capital tinha registado no balanço consolidado, participações financeiras em empresas associadas ao custo de aquisição. Estas participações não estavam registadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que àquela data era intenção a sua alienação. Contudo, aqueles investimentos eram sujeitos a análises de eventuais perdas de valor. Por não existir esta excepção nos IFRS e por não se ter verificado a alienação desses investimentos na data de transição, aplicou-se o método de equivalência patrimonial a estas participações financeiras.

(b) Derivados registados ao justo valor

Conforme explicado na Nota 33, a Media Capital contratou instrumentos financeiros derivados, tendo optado por os classificar, como instrumentos derivados de negociação. De acordo com os IAS/IFRS, estes derivados deverão ser relevados nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor. Assim, à data da transição, foi reconhecido um passivo por contrapartida de resultados transitados, pelo valor da diferença entre o justo valor destes instrumentos e o seu valor contabilístico, registado nas demonstrações financeiras para efeitos POC. Durante o exercício de 2004, a Empresa contratou um equity swap sobre acções próprias, liquidável apenas em dinheiro, tendo registado, para efeitos de IFRS, este instrumento ao valor de mercado, no balanço. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi feita a actualização do valor de mercado destes derivados e as variações ocorridas foram registadas na demonstração dos resultados.

(c) Custos de reestruturação de empréstimos

De acordo com o POC a Media Capital incluiu em imobilizações incorpóreas algumas despesas incorridas com emissão e renegociação de um empréstimo sindicado. Estas despesas eram amortizadas no período do respectivo empréstimo. No exercício de 2004, a Media Capital incorreu em despesas desta natureza, de 2.346.797 Euros.

De acordo com os IAS/IFRS, a contabilização das reestruturações de empréstimos obtidos e despesas associadas, depende do grau de alteração dos termos originais do empréstimo reestruturado. Da análise efectuada aos aditamentos do empréstimo, verificou-se que as despesas incorridas devem ser amortizadas pelo período da vigência do empréstimo.

Assim, à data da transição, foram anuladas as despesas de reestruturação contabilizadas em POC, por contrapartida da rubrica de empréstimos. Durante os períodos seguintes, será reconhecida a amortização dessas despesas de reestruturação, em custos líquidos de financiamento, de acordo com a maturidade do empréstimo.

(d) Aquisição de participações financeiras

De acordo com os IAS/IFRS, o Goodwill gerado na aquisição de participações financeiras não é amortizado, estando sujeito a testes anuais de imparidade. Para além disso não é permitido o reconhecimento de Badwill no balanço, que deve ser registado em resultados do período. Adicionalmente, no âmbito da adopção dos IFRS, foram transferidos para Goodwill valores que em POC estavam classificados em activos intangíveis.

(e) Registo de contas a receber e a pagar de médio e longo prazo pelo valor presente

A Media Capital tem diversas contas a receber e a pagar a médio e longo prazo que não vencem juros. De acordo com os IAS/IFRS, os activos e passivos financeiros a médio e longo prazo que não vençam juros, devem ser registados ao valor descontado dos cash flows futuros. Assim, à data da transição, foi reconhecida uma redução dos passivos e dos activos por contrapartida de resultados transitados, pelo valor da diferença entre o valor presente dos valores a liquidar e a receber a médio e longo prazo e o valor contabilístico registado em POC. Durante os períodos subseqüentes, será feita a actualização do valor presente das dívidas a liquidar a médio e longo prazo, e a variação será registada como um custo líquido de financiamento na demonstração dos resultados.

(f) Reclassificação dos custos incorridos com OPV

De acordo com os IAS/IFRS, os custos suportados com aumentos de capital, devem ser deduzidos aos prémios de emissão de acções, apurados no aumento de capital. O aumento de capital no Grupo Media Capital ocorreu no segundo trimestre de 2004. No POC, os custos incorridos no aumento de capital aquando da OPV, foram capitalizados como imobilizações incorpóreas. Em IAS/IFRS procedeu-se à reclassificação dos mesmos para capital próprio e à anulação da amortização destes custos.

(g) Reclassificação de descontos financeiros

Certos descontos concedidos a clientes foram reclassificados de resultados financeiros para resultados operacionais, através da redução dos valores de prestação de serviços. Esta reclassificação não teve qualquer impacto no resultado líquido.

(h) Reclassificação de descontos financeiros

Em POC, a rubrica "Outros activos correntes", apresentada no balanço, inclui os direitos de programas e impostos diferidos. Para efeitos de IFRS, os valores correspondentes àqueles activos foram reclassificados para rubricas próprias.

O efeito, nos balanços em 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 e nas demonstrações de resultados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações reexpressas em conformidade com as IFRS, pode ser detalhado como segue:

1 DE JANEIRO DE 2004			
ACTIVO	POC	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	135 098 959	1 402 140	136 501 099
Activos intangíveis	9 540 713	(5 534 734)	4 005 979
Activos tangíveis	39 730 519	-	39 730 519
Investimentos em associadas	2 681 630	(1 848 322)	833 308
Direitos de transmissão de programas televisão	-	42 896 207	42 896 207
Outros activos não correntes	8 774 566	1 264 194	10 038 760
Impostos diferidos activos	-	25 343 487	25 343 487
	195 826 387	63 522 972	259 349 359
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	645 478	-	645 478
Clientes e contas a receber	30 883 637	-	30 883 637
Outros activos correntes	81 423 394	(67 819 385)	13 604 009
Caixa e seus equivalentes	9 055 444	-	9 055 444
	122 007 953	(67 819 385)	54 188 568
TOTAL DO ACTIVO	317 834 340	(4 296 413)	313 537 927
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	4 619 956	-	4 619 956
Prémio de emissão de acções	55 932 438	-	55 932 438
Prestações suplementares	15 572 500	-	15 572 500
Reservas	8 894 334	436 499	9 330 833
Resultados transitados	(61 137 650)	-	(61 137 650)
Resultado líquido do exercício	(43 512 708)	-	(43 512 708)
Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários	(19 631 130)	436 499	(19 194 631)
Capital atribuível a interesses minoritários	3 263 469	812	3 264 281
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	(16 367 661)	437 311	(15 930 350)
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos	174 637 604	(5 473 786)	169 163 818
Provisões	7 815 689	-	7 815 689
Outros passivos não correntes	7 926 500	891 313	8 817 813
Instrumentos financeiros derivados	-	2 977 589	2 977 589
Impostos diferidos passivos	-	1 776 038	1 776 038
	190 379 793	171 154	190 550 947
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos	39 860 063	2 718 369	42 578 432
Fornecedores e contas a pagar	59 149 368	-	59 149 368
Outros passivos correntes	44 812 777	(7 623 247)	37 189 530
	143 822 208	(4 904 878)	138 917 330
TOTAL DO PASSIVO	334 202 001	(4 733 724)	329 468 277
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	317 834 340	(4 296 413)	313 537 927

31 DE DEZEMBRO DE 2004			
ACTIVO	POC	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	156 893 551	12 018 872	168 912 423
Activos intangíveis	22 043 845	(11 951 260)	10 092 585
Activos tangíveis	37 039 619	-	37 039 619
Investimentos em associadas	7 126 425	(1 663 741)	5 462 684
Direitos de transmissão de programas televisão	-	47 994 188	47 994 188
Outros activos não correntes	3 001 113	2 271 340	5 272 453
Impostos diferidos activos	-	20 718 055	20 718 055
	226 104 553	69 387 454	295 492 007
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	1 184 002	-	1 184 002
Clientes e contas a receber	33 405 204	-	33 405 204
Outros activos correntes	76 518 673	(68 714 471)	7 804 202
Caixa e seus equivalentes	5 328 709	-	5 328 709
Instrumentos financeiros derivados	-	24 000	24 000
	116 436 588	(68 690 471)	47 746 117
TOTAL DO ACTIVO	342 541 141	696 983	343 238 124
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital atribuível a accionistas			
Capital	7 448 833	-	7 448 833
Prémio de emissão de acções	197 928 606	(10 204 544)	187 724 062
Reservas	8 871 312	436 499	9 307 811
Resultados transitados	(104 627 336)	-	(104 627 336)
Resultado líquido do exercício	(5 802 323)	15 254 220	9 451 897
Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários	103 819 092	5 486 175	109 305 267
Capital atribuível a interesses minoritários	3 173 286	812	3 174 098
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	106 992 378	5 486 987	112 479 365
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos	108 896 191	(6 818 536)	102 077 655
Provisões	6 722 787	-	6 722 787
Outros passivos não correntes	8 222 415	2 396 063	10 618 478
Instrumentos financeiros derivados	-	2 201 330	2 201 330
Impostos diferidos passivos	-	2 091 970	2 091 970
	123 841 393	(129 173)	123 712 220
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos	15 754 913	1 462 860	17 217 773
Fornecedores e contas a pagar	60 502 542	-	60 502 542
Outros passivos correntes	35 449 915	(6 123 691)	29 326 224
	111 707 370	(4 660 831)	107 046 539
TOTAL DO PASSIVO	235 548 763	(4 790 004)	230 758 759
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	342 541 141	696 983	343 238 124

31 DE DEZEMBRO DE 2004			
PROVEITOS OPERACIONAIS:	POC	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO	IFRS
Vendas	18 552 380	-	18 552 380
Prestações de serviços	187 750 832	(2 866 134)	184 884 698
Outros proveitos operacionais	12 331 760	(3 614 792)	8 716 968
Total de proveitos operacionais	218 634 972	(6 480 926)	212 154 046
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	(33 114 254)	3 614 792	(29 499 462)
Fornecimentos e serviços externos	(89 496 179)	-	(89 496 179)
Custos com pessoal	(45 584 103)	-	(45 584 103)
Amortizações	(27 023 311)	13 725 127	(13 298 184)
Provisões e perdas de imparidade	(1 522 440)	1 145 056	(377 384)
Outros custos operacionais	(2 796 573)	(2 904 344)	(5 700 917)
Total de custos operacionais	(199 536 860)	15 580 631	(183 956 229)
Resultados operacionais	19 098 112	9 099 705	28 197 817
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos financeiros líquidos	(15 915 759)	4 300 058	(11 615 701)
Ganhos e perdas em empresas associadas	(1 207 002)	982 655	(224 347)
Resultados extraordinários	(1 609 075)	1 609 075	-
	(18 731 836)	6 891 788	(11 840 048)
Resultados antes de impostos	366 276	15 991 493	16 357 769
Imposto sobre o rendimento do exercício	(5 736 203)	(737 273)	(6 473 476)
Resultado consolidado líquido do exercício	(5 369 927)	15 254 220	9 884 293
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe	(5 802 323)	15 254 220	9 451 897
Interesses minoritários	432 396	-	432 396
Resultado por acção			
Básico	(0,0714)	0,2028	0,1314
Diluído	(0,0698)	0,1982	0,1284

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 350.396.909 Euros e capitais próprios de 131.368.897 Euros, incluindo um resultado líquido de 13.013.135 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas

na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme divulgado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa adoptou pela primeira vez em 2005 as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) para os IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para os IAS/IFRS para efeitos de comparabilidade e inclui-se, na nota 40 do anexo às demonstrações financeiras, as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2006
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas de Grupo Media Capital, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e no desempenho do mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, de Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”) os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório Consolidado de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que não inclui reservas e inclui uma ênfase e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada nos termos do art. 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Face ao exposto, somos da opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e das suas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2006
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

ACTA número quarenta e três

Aos 20 dias do mês de Março de dois mil e seis, pelas 12.00 reuniu, no Hotel Real Oeiras, na Rua Álvaro Rodrigues de Azevedo, n.º 5, 2770-197 Paço d’ Arcos, a Assembleia Geral da sociedade GRUPO MÉDIA CAPITAL, SGPS, S.A., sociedade aberta, pessoa colectiva n.º 502 816 481, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, sob o número 17831, com capital social de Euro 7.606.186,20, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto UM: Proceder à ratificação da cooptação de quatro (4) membros do Conselho de Administração.

Ponto DOIS: Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas individuais e consolidadas do exercício de 2005.

Ponto TRÊS: Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2005.

Ponto QUATRO: Proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade.

Encontravam-se presentes o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Luís Nobre Guedes, o Secretário da Sociedade e da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Francisco Sá Carneiro e todos os membros do Conselho de Administração.

Esteve presente, em representação do Fiscal Único da Sociedade, Deloitte & Associados, o Dr. Carlos Manuel Pereira Freire, e estiveram presentes ou representados accionistas titulares de 72.824.002 acções representando 86% do capital social, conforme lista de presenças que foi organizada nos termos do Código das Sociedades Comerciais e que ficará anexa à presente acta como Anexo 1. A Assembleia Geral encontrava-se, assim, em condições de deliberar validamente em primeira convocação, uma vez que se encontrava presente ou representado mais de 20% do capital social com direitos de voto.

O Presidente da Mesa verificou a regularidade da convocatória, a qual foi publicada no sítio da Internet do Ministério da Justiça (<http://publicacoes.mj.pt/>) no dia 16 de Fevereiro de 2006, e no jornal Público do dia 17 de Fevereiro de 2006, e bem assim no sítio da Internet da Sociedade, e verificou os poderes e as declarações de titularidade e bloqueio de participações sociais apresentadas pelos accionistas presentes e pelos accionistas que exerceram o seu voto por correspondência, as quais ficarão arquivadas em anexo à presente acta, como Anexo 2.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu as boas vindas aos accionistas e informou que lhe havia sido solicitada por escrito, pelo Conselho de Administração, autorização para estarem presentes na sala determinados quadros superiores do Grupo Media Capital durante a realização da assembleia geral. Ninguém se opôs à presença na sala duran-

te a realização da Assembleia Geral dos referidos quadros do Grupo Media Capital que, assim, estiveram presentes à reunião, se bem que sem qualquer intervenção.

Entrando-se no Ponto Primeiro da ordem de trabalhos, foi pelo Presidente da Mesa dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração Eng. Miguel Pais do Amaral, o qual fez uma breve exposição acerca das alterações à composição do Conselho de Administração e da proposta de ratificação das alterações da composição do Conselho de Administração realizada por cooptação. Seguidamente, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta de deliberação sobre o Ponto Um da ordem de trabalhos (anexa à presente Acta como Anexo 3), nos termos da qual se propõem ratificar as cooptações dos membros do Conselho de Administração, para o exercício em curso; Estas cooptações foram votadas na sequência das cartas de renúncia, ambas datadas de 9 de Novembro de 2005, apresentadas pelos Senhores Administradores Jared Scott Bluestein e Javier Aguirre Nogues, tendo, na reunião do Conselho de Administração de 15 de Novembro de 2005, sido cooptados como dois novos Administradores: o Senhor D. Juan Luís Cebrián Echarri, de nacionalidade espanhola, casado, com domicílio profissional na Gran Via, n.º 32, Madrid em Espanha e o Senhor D. Manuel Polanco Moreno, de nacionalidade espanhola, casado, com domicílio profissional na Gran Via, n.º 32, Madrid em Espanha; as restantes cooptações foram votadas na sequência das cartas de renúncia, uma datada de 14 de Dezembro de 2005, subscrita pelo Senhor Administrador Bo Einar Lohmann Nilsson e outra datada de 13 de Dezembro de 2005 subscrita pelo Senhor Administrador Dr. Augusto de Athayde S. D’Albergaria, tendo sido cooptados os dois novos Administradores na reunião do Conselho de Administração de 14 de Dezembro de 2005; respectivamente o Senhor D. Miguel Gil Peral, de nacionalidade espanhola, casado, com domicílio profissional na Gran Via, n.º 32, Madrid em Espanha e o Senhor Dr. Elmar Heggen, de nacionalidade alemã, com domicílio em 45, Boulevard Pierre Frieden L-1543 Luxemburgo. Posta à votação, foram apurados os votos por correspondência, bem como os votos dos accionistas presentes, tendo a proposta sido aprovada por maioria, e os resultados proclamados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Relativamente ao Ponto Dois da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa leu a proposta de deliberação (anexa à presente Acta como Anexo 4), nos termos da qual se propõe aprovar o relatório de gestão e contas individuais e consolidadas, e respectivos anexos, relativos ao exercício de 2005. Os documentos de prestação de contas da Sociedade foram postos à disposição de todos os accionistas para consulta, na sede social e no sítio da Internet da Sociedade, no prazo legal, incluindo, designadamente, o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados (por natureza e por funções), e os respectivos anexos. O Presidente da Mesa fez referência ao facto de terem sido feitas pequenas correcções pelo auditor e Fiscal Único aos relatórios de auditoria e fiscalização datados de 16 de Fevereiro, pelo que o Fiscal Único apresentou uma

carta declarando que as correcções efectuadas em nada afectam o conteúdo dos seus relatórios, tendo o órgão de fiscalização se disponibilizado para prestar quaisquer esclarecimentos aos accionistas. Não tendo havido quaisquer pedidos de esclarecimento por parte dos accionistas, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Administrador Delegado D. Manuel Polanco o qual fez a apresentação dos documentos de prestação de contas e expôs os traços mais significativos do exercício transacto. Posta à votação, e após o apuramento dos votos por correspondência, foi a proposta relativa ao Ponto Dois da ordem de trabalhos aprovada por maioria, e os resultados proclamados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

No Ponto Três da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da respectiva proposta subscrita pelo Conselho de Administração (anexa à presente Acta como Anexo 5) relativamente à aplicação de resultados do exercício de 2005, o qual foi negativo em Euros 326.054,00 (trezentos e vinte e seis mil e cinquenta e quatro euros), na qual se propõe a transferência do referido resultado para resultados transitados e a sua cobertura através do prémio de emissão existente. Não tendo nenhum dos accionistas pretendido usar da palavra, a proposta foi posta à votação, e apurados os votos recebidos por correspondência, foi a proposta aprovada por maioria e os resultados proclamados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Finalmente, e entrando-se no Ponto Quatro da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta subscrita pela accionista VERTIX, SGPS, S.A. quanto ao ponto Quatro da ordem de trabalhos (anexa à presente Acta como Anexo 6), de manifestar confiança em todos os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade e em cada um dos respectivos membros e de expressar um voto de louvor à actividade desenvolvida pelos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005. O Presidente da Mesa convidou os accionistas presentes a usarem da palavra se o quisessem. Não tendo nenhum dos accionistas pretendido usar da palavra, foi posta à votação a proposta referida, a qual, depois de apurados os votos recebidos por correspondência, foi aprovada por maioria e os resultados proclamados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Encerrados os assuntos constantes de ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa perguntou se algum dos presentes pretendia usar da palavra, não tendo sido apresentado nenhum pedido. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a assembleia geral pelas 13:00 horas e a presente Acta lavrada a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente
Luís Nobre Guedes

O Secretário da Sociedade
Francisco Sá Carneiro



**INDIVIDUAL AND CONSOLIDATED
FINANCIAL STATEMENTS AND NOTES**

2005

STATEMENTS OF CASH FLOWS
FOR THE YEARS ENDED 31 DECEMBER 2005 AND 2004
(Amounts expressed in Euros) (Translation of statements of cash flows
originally issued in Portuguese - Note 54)

	NOTES	2005	2004
OPERATING ACTIVITIES:			
Received from clients		316 302	337 440
Paid to suppliers		(1 363 685)	(1 523 300)
Paid to personnel		(251 084)	(111 708)
Flows generated by operations		(1 298 467)	(1 297 568)
Other receipts/(payments) relating to operating activities		(14 384)	(446 985)
Flows from operating activities (1)		(1 312 851)	(1 744 553)
INVESTING ACTIVITIES:			
Payments relating to:			
Tangible fixed assets		-	(22 605)
Intangible fixed assets		-	(8 664 775)
Flows generated by investing activities (2)		-	(8 687 380)
FINANCING ACTIVITIES:			
Receipts relating to:			
Capital and share issue premiums	40	4 898 217	99 999 996
Interest		1 189	9 809
		4 899 406	100 009 805
Payments relating to:			
Loans obtained		-	(13 125 000)
Loans granted to group companies		(3 145 382)	(3 228 347)
Supplementary capital contributions in participated companies		-	(71 000 000)
Interest and similar expenses		-	(239 419)
Other financial expenses		(449 204)	(1 968 169)
		(3 594 586)	(89 560 935)
Flows from financing activities (3)		1 304 820	10 448 870
Variation in cash and its equivalents (4) = (1) + (2) + (3)		(8 031)	16 937
Cash and its equivalents at the beginning of the year		18 714	1 777
Cash and its equivalents at the end of the year		10 683	18 714

The accompanying notes form an integral part of the statement of cash flows for the year ended 31 December 2005

STATEMENTS OF PROFIT AND LOSS BY FUNCTIONS
FOR THE YEARS ENDED 31 DECEMBER 2005 AND 2004 (Amounts expressed
in Euros) (Translation of statements of profit and loss by functions originally
issued in Portuguese - Note 54)

	NOTES	2005	2004
Services rendered		133 620	852 783
Cost of services rendered		(1 454 082)	(791 270)
Gross profit/(loss)		(1 320 462)	61 513
Other operating costs		(2 041 161)	(635 138)
Operating loss		(3 361 623)	(573 625)
Net financial expenses	45	(414 375)	(591 433)
Gain/(loss) on group companies	45	3 455 102	(4 568 356)
Exchange loss		(44)	(65 295)
Current loss		(320 940)	(5 798 709)
Income tax for the year	6	(5 114)	(3 614)
Net loss for the year		(326 054)	(5 802 323)

The accompanying notes form an integral part of the statement of profit and loss by functions for the year ended 31 December 2005

INTRODUCTORY NOTE

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A. (“the Company”) was incorporated in 1992, its principal activity being to manage participations in other companies as an indirect form of exercising economic activity.

The Company is the holding company of the Media Capital Group, which operates in the diffusion and production of television programs and other media activities, the editing, multimedia production and distribution of magazines and the conception, production and diffusion of radio programs.

The Company’s shares are listed on the Euronext Lisbon – *Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A stock exchange*.

The notes which follow are numbered in accordance with the Portuguese Official Chart of Accounts (*Plano Oficial de Contabilidade*). The numbers of the notes not included here-in relate to notes that are either not applicable to the Company, or not significant in relation to the accompanying financial statements.

3. BASES OF PRESENTATION AND PRINCIPAL VALUATION CRITERIA

The accompanying financial statements have been prepared on a going concern basis, under which assets must be realised and liabilities settled in the normal course of business, based on the Company’s accounting records, maintained in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal.

The financial statements refer to the Company’s operations on an individual non consolidated basis and were prepared for publication under the terms of current legislation, in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal. Investments in group companies are recorded in accordance with the equity method. As required by current legislation the Company will prepare consolidated financial statements for publication separately, in accordance with the International Financial Reporting Standards adopted by the European Union.

The main valuation criteria used in preparing the financial statements are as follows:

a) Intangible fixed assets

Intangible fixed assets are recorded at cost and consist of research and development costs and goodwill. These costs are amortised on a straight-line basis over a period of five years, except for goodwill, arising on the acquisition of a participation in the capital of Meglo – Media Global, SGPS, S.A. (“Media Global”). Goodwill corresponds to the difference between the cost of the participation and the corresponding shareholders’ equity as of the date of acquisition and is being

amortised over the estimated average period to recover the investments, currently estimated at fifteen years.

b) Tangible fixed assets

Tangible fixed assets are recorded at cost. Depreciation is provided on a straight-line basis as from the year the assets start operating, over the following years of useful life, which are within the limits established in current Portuguese tax legislation:

Administrative equipment	4
Other tangible fixed assets	10

c) Investments

Investments in group companies are recorded in accordance with the equity method, being initially recorded at cost which is then increased or decreased by the difference between cost and the proportional amount of the participation in shareholders’ equity of these companies as of the date of acquisition or the date the equity method was first used. The differences, when positive, are recorded in the intangible assets caption “Goodwill” and are amortised as explained in Note 3.a).

In accordance with the equity method, the book value of the investments is adjusted periodically by the amount corresponding to the participation in the net results of such companies, by corresponding entry to profit and loss for the period. In addition, dividends received from these companies are recorded as decreases in the amount of the investment.

Loans to group companies are recorded at their nominal value.

d) Accruals basis

Income and expenses are recorded on an accruals basis, under which income and expenses are recorded in the period to which they relate independently of when they are received or paid. Differences between the amounts received and paid and the related income and expenses are recorded in “Accruals and deferrals” captions (Note 50).

e) Deferred taxes

Deferred tax assets and liabilities are calculated and reviewed annually using the rates expected to be in force when the tax losses carried forward are used.

Deferred tax assets and liabilities are calculated and reviewed periodically using the rates expected to be in force when the timing differences revert. Deferred tax assets are only recognised when there is reasonable expectation that sufficient taxable profits will arise in the future to use them. An assessment is made at each balance sheet date of the timing differences underlying the deferred tax assets so as to

recognise or adjust them based on the current expectation of their future recoverability.

6. TAXES

The Company is subject to corporation income tax at the normal rate of 25%, plus Municipal Surtax at the rate of 10%, resulting in a total tax rate of 27.5%.

Representation expenses and costs incurred with light passenger vehicles are subject to autonomous taxation at the rate of 5%, irrespective of the existence of tax losses. Allowances and compensation for the use of employees’ own vehicles not billed to clients or that have been subjected to personal income tax, where companies present losses for the year, are also subject to the 5% tax.

Considering the legal nature and corporate objects of the Company, it is covered by the tax legislation applicable to holding companies. In accordance with that legislation dividends received from companies in which participations are held and gains on the sale of participations are not taxable, and gains and losses in subsidiary and associated companies resulting from application of the equity method are not relevant for tax purposes.

In accordance with current Portuguese legislation, tax returns are subject to review and correction by the tax authorities during a period of four years (ten years for Social Security), except when there are tax losses, tax benefits have been granted, tax inspections are in progress or there are claims or additional tax assessments, in which case the period can be extended or suspended, depending on the circumstances. Consequently, the Company’s tax returns for the years from 2002 to 2005 are still subject to review and correction. The Board of Directors believes that any correction to the tax returns that might result from reviews carried out by the tax authorities will not have a significant effect on the financial statements.

(a) Reconciliation of the income tax

Result before income tax	(320 940)
Normal income tax rate	27,5%
Estimated tax	(88 259)
Permanent differences (i)	(945 603)
Adjustments to the tax (ii)	5 114
Unrealisable deferred tax asset (iii)	1 033 862
Income tax for the year	5 114

(i) In the year ended 31 December 2005 this amount was made up as follows:

Effect of applying the equity method (Note 45)	(5 478 081)
Amortisation of goodwill (Note 10)	2 022 980
Other items net	16 544
	(3 438 557)
Nominal tax rate	27,5%
	(945 603)

(ii) This amount corresponds to autonomous taxation of certain expenses.

(iii) This amount corresponds to the tax loss carried forward generated in the year ended 31 December 2005 for which the Board of Directors believes there will be insufficient future taxable profits to compensate.

(b) Timing differences – changes in deferred taxes

	BEGINNING BALANCES	INCREASE/ (DECREASE)	ENDING BALANCES
Tax losses carried forward	1 404 874	959 071	2 363 945
Estimated unrealisable tax losses	(1 404 874)	(959 071)	(2 363 945)
	-	-	-

7. AVERAGE NUMBER OF EMPLOYEES

The average number of employees in the years ended 31 December 2005 and 2004 was 3 and 4, respectively.

10. CHANGES IN FIXED ASSETS

The changes in intangible and tangible fixed assets and investments and in the corresponding accumulated amortisation and depreciation in the year ended 31 December 2005 were as follows:

	BEGINNING BALANCES	INCREASES (NOTE 45)	DECREASES (NOTE 34)	GROSS ASSETS ENDING BALANCES
Intangible assets:				
Research and development costs	10 204 544	-	-	10 204 544
Goodwill	30 747 745	-	-	30 747 745
	40 952 289	-	-	40 952 289
Tangible assets:				
Administrative equipment	3 635	956	-	4 591
Other tangible fixed assets	50 413	-	-	50 413
	54 048	956	-	55 004
Investments:				
Equity investments in group companies (Note 16)	-	5 478 081	19 305 114	24 783 195
Loans to group companies (Note 16)	102 795 212	-	(62 591 531)	40 203 681
	102 795 212	5 478 081	(43 286 417)	64 986 876

The decrease in the caption loans to group companies is due the contribution in kind to increase the capital of Media Global.

	BEGINNING BALANCES	INCREASES	ENDING BALANCES
Intangible assets:			
Research and development costs	1 464 517	2 040 909	3 505 426
Goodwill	2 396 779	2 022 979	4 419 758
	3 861 296	4 063 888	7 925 184
Tangible assets:			
Administrative equipment	2 383	948	3 331
Other tangible fixed assets	12 311	5 041	17 352
	14 694	5 989	20 683

16. GROUP COMPANIES

a) Equity investments in group companies

The main information relating to group companies at 31 December 2005 is as follows:

HEAD OFFICE	NET ASSETS	SHAREHOLDERS' EQUITY INCLUDING SUPPLEMENTARY CAPITAL CONTRIBUTIONS	TOTAL INCOME	NET PROFIT (NOTES 34 AND 45)	EFFECTIVE PARTICIPATION	EQUITY INVESTMENTS IN GROUP COMPANIES (NOTE 10)	LOANS (NOTE 10)
Meglo - Media Global SGPS S.A. Oeiras	401 129 649	64 986 876	40 156 443	4 478 081	100%	24 783 195	40 203 681

Supplementary capital contributions refer to shareholders' loans which do not bear interest and can only be repaid in accordance with current legislation, which basically states that they can only be repaid if after repayment, shareholders' equity exceeds the sum of capital, legal reserve and the share premium account.

b) Balances and transactions with group companies

The balances at 31 December 2005 and transaction in the year then ended with subsidiary and associated companies, are as follows:

	ACCOUNTS RECEIVABLE	ACCOUNTS PAYABLE
Media Global	10 096 493	7 378
Kimberley Trading, S.A. (Nota 51)	436 608	-
TVI - Televisão Independente, S.A.	-	44 387
Media Capital - Editora Multimédia, S.A.	104 742	20 000
Rádio Comercial, S.A.	-	25 086
Rádio Regional de Lisboa, S.A.	49 415	-
MEDIA CAPITAL OUTDOOR - Publicidade, SA.	55 172	17 138
Edições Expansão Económica, Lda.	2 420	-
Expolider - Feiras Exposições e Congressos, S.A.	2 420	-
Expansão Económica - Eventos, Comércio e Projectos Especiais Audiovisuais, Lda.	1 815	-
Cena Editorial - Edição de Publicações Periódicas, S.A.	3 025	-
Media Capital - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A.	-	283 281
MCE-Media Capital Edições, Lda.	6 050	-
Med Cap Technologies, S.A.	-	94
	10 758 160	397 364

The account receivable from Media Global corresponds to a loan granted to that subsidiary company to finance its current operations. At 31 December 2005 this loan does not bear interest and does not have a defined repayment date.

32. GUARANTEES GIVEN

As a result of the medium and long term loan contract between the Media Global and a banking syndicate led by Banco Espírito Santo, guarantees were given, as well as promissory pledges over the capital of the companies in which participations are held directly and indirectly. Promissory pledges were also given over the participations in the capital of companies participated in by Media Global. In addition, licences and several assets existing and to be acquired by subsidiary companies of Media Global were also pledged.

34. CHANGES IN PROVISIONS

The changes in provisions in the year ended 31 December 2005 were as follows:

	BEGINNING BALANCE	DECREASE (NOTE 10)	ENDING BALANCE
Provision for other risks and charges	43 286 417	(43 286 417)	-

This provision was recorded in previous years as a result of applying the equity method to the investment in Media Global. As during 2005 the share capital of this subsidiary company has increased through the contribution in kind of previously granted loans and subsequently reduced by off setting accumulated losses, the provision was reversed (Note 10).

35. CAPITAL INCREASE

On 27 June 2005, as a result of attributing an extraordinary bonus to the President of the Board of Directors, 705.000 new shares of nine cents each were issued, corresponding to a capital increase of 63,450 Euros, with a share premium of 296,100 Euros. The capital increase was fully paid up in cash.

On 21 July 2005, under the employee incentive plan, 1.043.372 new shares were issued at a price of 4.35 Euros each, corresponding to a capital increase of 93,903 Euros with a share premium of 4,444,764 Euros.

36. CAPITAL

The Company's fully subscribed and paid up capital at 31 December 2005 consisted of 84,313,180 shares of nine cents each.

37. LEGAL ENTITIES HOLDING MORE THAN 20% OF THE CAPITAL

At 31 December 2005 the following shareholders held more than 20% of the Company's capital:

	NOMINAL VALUE	PERCENTAGE
Vértix SGPS S.A.	2 510 041	33.00
UFA Film (Bertelsmann/RTL Group)	2 447 733	32.18

40. CHANGES IN THE CAPTIONS OF SHAREHOLDERS' EQUITY

The changes in the captions of shareholders' equity in the year ended 31 December 2005 were as follows:

	BEGINNING BALANCES	INCREASES	TRANSFERS	APPROPRIATION OF RESULTS	ENDING BALANCES
Capital (Note 35)	7 448 833	157 353	-	-	7 606 186
Share premium account (Note 35)	197 928 606	4 740 864	(110 429 659)	-	92 239 811
Adjustments in equity investments in subsidiary and associated companies	8 863 910	-	-	-	8 863 910
Legal reserve	7 402	-	-	-	7 402
Accumulated losses	(104 627 336)	-	110 429 659	(5 802 323)	-
Net loss for the year	(5 802 323)	(326 054)	-	5 802 323	(326 054)
	103 819 092	4 572 163	-	-	108 391 255

Share premium account: The share premium account results from premiums obtained in capital increases. In accordance with current legislation applicable to companies listed on regulated stock exchanges subject to supervision of the Stock Exchange Commission (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) the amounts recorded in this caption can only be used to increase capital or absorb accumulated losses (without the need for prior utilisation of the other reserves) and cannot be used for the payment of dividends or the acquisition of treasury stock.

Legal reserve: In accordance with current legislation the Company must transfer a minimum of 5% of its annual net profit to a legal reserve until it reaches a minimum of 20% of share capital. This reserve cannot be distributed, except upon liquidation of the company, but may be used to absorb losses after all the other reserves have been used up or to increase capital.

Appropriation of results: The net loss for 2004 was transferred to accumulated losses in accordance with a decision of the Shareholders' General Meeting held on 22 April 2005. At the same meeting it was also decided to cover accumulated losses by utilisation of amounts recorded in the share premium account.

45. NET FINANCIAL INCOME/(EXPENSES)

Net financial income/(expenses) for the years ended 31 December 2005 and 2004, are made up as follows:

	2005	2004
EXPENSES:		
Interest	107	204 741
Loss on group companis	-	2 545 376
Exchanges loss	197	73 115
Other financial expenses (a)	415 753	390 670
	416 057	3 213 902
Net financial income/(expenses)	5 063 662	(3 202 104)
	5 478 719	11 798
INCOME:		
Interest	1 485	3 269
Loss on group companis (Notes 6 and 10)	5 478 081	-
Exchange gain	153	7 820
Other financial income	-	709
	5 479 719	11 798

(a) The amounts recorded in this caption in 2005 correspond essentially to expenses of 395,340 Euros on an equity swap over treasury stock (Note 52).

49. STATE AND OTHER PUBLIC ENTITIES

The balances with these entities at 31 December 2005 are made up as follows:

	RECEIVABLE BALANCES	PAYABLE BALANCES
Corporation income tax (Note 6)	7 268	4 817
Personal income tax	-	18 434
Value added tax	859 227	-
Social security contributions	-	1 274
	866 495	24 525

50. ACCRUALS AND DEFERRALS

The balances of these captions at 31 December 2005 are made up as follows:

DEFERRED COSTS:	
Insurance	17 081
Others	2 129
	19 210
ACCRUED:	
Financial expenses	64 916
Accrued remuneration	13 159
Others	23 814
	101 889

51. OTHER CREDITORS

The balance of this caption at 31 December 2005 is made up as follows:

Cofina, SGPS, S.A. (a)	436 608
Others	33 788
	470 396

(a) This caption includes the amount due relating to the acquisition of a 4.64% participation in the capital of TVI – Televisão Independente, S.A., which was subsequently sold to Kimberley Trading, S.A. (Note 16).

52. FINANCIAL INSTRUMENTS

In 2004 the Company contracted an equity swap over treasury stock relating to the employee incentive plan (Note 39). The financial instrument establishes the acquisition of treasury stock up to the amount of 10,000,000 Euros. The instrument can only be settled in cash by the Company. At 31 December 2005 the financial entity had acquired approximately 1,566,586 shares (127,205 shares at 31 December 2004). The market value of the financial instrument at 31 December 2005 and 2004 was positive and amounted to 1,785,894 Euros and 24,000 Euros, respectively.

53. INCENTIVE PLAN

As explained in the Prospectus of the Initial Public Offer and in the Directors' Report for 2004, the Remuneration Commission, elected at the Shareholders' General Meeting, decided on 11 March 2004 to grant an extraordinary bonus to the President of the Board of Directors if certain financial performance objectives were achieved by Media Capital in 2004. In this respect a contract was signed between the Company and the President of the Board of Directors establishing the granting of the bonus. This occurred on 27 June 2005 through a capital increase of 705,000 new shares of 9 cents of a Euro each and the payment of a premium of 42 cents of a Euro per share.

In addition, in 2004 the Board of Directors approved an incentive plan for some employees of the Media Capital Group. The plan consists of options to purchase shares in the Company up to a maximum of 5% of its capital over a period of four years, as from 2004. The number of shares to be attributed and the exercise price are defined in each year to which the granting of the rights refers. The right to exercise these options over shares are attributed based on compliance with certain quantity (the Company's financial performance) and quality (relating to the employees covered by the plan) targets.

Under this plan, 1,043,372 shares, corresponding to 1.25% of the capital, were attributed in 2004 at the price of 4.35 Euros per share. The bonus was granted through a capital increase occurred on 21 July 2005 (Note 35).

In the first half of 2005 the Board of Directors attributed the right for employees to acquire or subscribe for 803,200 shares at the exercise price of 5.40 Euros. These options have a fair value of 1,294,514 Euros as of the date the right was attributed. This value was calculated by third party entities based on the Black Scholes model.

54. NOTE ADDED FOR TRANSLATION

The accompanying financial statements are a translation of financial statements originally issued in Portuguese in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal and the disclosures required by Portuguese Official Chart of Accounts, some of which may not conform with or be required by generally accepted accounting principles in other countries. In the event of discrepancies, the Portuguese language version prevails.

THE BOOKKEEPER
THE BOARD OF DIRECTORS

STATUTORY AUDITORS' REPORT (Translation of a report originally issued in Portuguese – Note 54)

INTRODUCTION

1. In accordance with the applicable legislation, we present our Statutory Auditors' Report on the financial information contained in the Board of Directors' Report and the financial statements of Grupo Media Capital, SGPS, S.A. ("the Company"), for the year ended 31 December 2005, which comprise the balance sheet that presents a total of 109,710,487 Euros and shareholders' equity of 108,391,255 Euros, including a net loss of 326,054 Euros, the statements of profit and loss by nature and by functions, the statement of cash flows for the year then ended and the corresponding notes.

Responsibilities

2. The Company's Board of Directors is responsible for: (i) the preparation of financial statements that present a true and fair view of the financial position of the Company, the results of its operations and its cash flows; (ii) the preparation of historical financial information in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal and which is complete, true, timely, clear, objective and licit, as required by the Portuguese Securities Market Code; (iii) the adoption of adequate accounting policies and criteria and the maintenance of an appropriate system of internal control and (iv) the disclosure of any significant facts that have influenced its financial position or results of operations.

3. Our responsibility is to audit the financial information contained in the accounting documents referred to above, including verifying that, in all material respects, the information is complete, true, timely, clear, objective and licit, as required by the Portuguese Securities Market Code, and to issue a professional and independent report based on our work.

Scope

4. Our audit was performed in accordance with the Auditing Standards ("Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria") issued by the Portuguese Institute of Statutory Auditors ("Ordem dos Revisores Oficiais de Contas"), which require that the audit be planned and performed with the objective of obtaining reasonable assurance about whether the financial statements are free of material misstatement. An audit includes verifying, on a sample basis, evidence supporting the amounts and disclosures in the financial statements and assessing the significant estimates, based on judgments and criteria defined by the Board of Directors, used in their preparation. An audit also includes assessing the adequacy of the accounting policies used and their disclosure, taking into consideration the circumstances, verifying the applicability of the going concern concept, assessing the adequacy of the overall presentation of the financial statements and assessing that, in all material respects, the information is complete, true, timely, clear,

objective and licit. An audit also includes verifying that the information included in the Board of Directors' Report is consistent with the financial statements. We believe that our audit provides a reasonable basis for expressing our opinion.

Opinion

5. In our opinion, the financial statements referred to in paragraph 1 above, prepared for the purposes of paragraph 6 below, present fairly in all material respects, the financial position of Grupo Media Capital, SGPS, S.A. as of 31 December 2005 and the results of its operations and its cash flows for the year then ended, in conformity with generally accepted accounting principles in Portugal and the financial information contained therein is, in terms of the definitions included in the auditing standards referred to in paragraph 4 above, complete, true, timely, clear, objective and licit.

Emphases

6. The accompanying financial statements were prepared on an individual non consolidated basis and were prepared for publication under the terms of current legislation, in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal. As described in footnote 3 of the accompanying financial statements, the investments in subsidiary companies were recorded under the equity method, whereby the equity and the results of the subsidiary companies are consolidated with the ones of the Company, but not their assets, liabilities, revenues and costs. As required by current legislation the Company will prepare consolidated financial statements for publication separately, in accordance with the International Financial Reporting Standards adopted by the European Union.

7. The financial statements as of 31 December 2004, presented for comparative purposes, were examined by us and our opinion thereon, stated in our Statutory Audit and Auditors' Report dated 11 March 2005, includes an emphasis of matter paragraph not applicable to the financial statements as of 31 December 2005.

Lisbon, 16 February 2006
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Represented by Carlos Pereira Freire

REPORT AND OPINION OF THE SOLE STATUTORY AUDITOR

NON CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS (TRANSLATION OF A REPORT ORIGINALLY ISSUED IN PORTUGUESE – NOTE 54)

To the Shareholders of Grupo Media Capital, SGPS, S.A.

In compliance with current legislation and our statutory auditors responsibilities, we present our Report and Opinion which covers the work performed by us on the non consolidated accounts of Grupo Media Capital, SGPS, S.A. ("the Company") for the year ended 31 December 2005, which were prepared and are the responsibility of the Board of Directors.

We accompanied, with the frequency and scope we considered necessary, the evolution of the Company's activities, the regularity of its accounting records and its compliance with the legal requirements and articles of association in force, having received from the Company's Board of Directors and personnel the information and explanations requested.

Our work included the audit of the balance sheet as of 31 December 2005, the statements of profit and loss by nature

and by functions, the statement of cash flows and the corresponding notes. In addition, we reviewed the Directors' Report prepared by the Board of Directors and the proposal for appropriation of results included therein. As a result of our work we issued, as of this date, our Statutory Auditors' Report, which does not include any qualifications and includes two emphasis of matter paragraphs, and our Annual Supervisory Report, based on the terms of article 451 of the Portuguese Commercial Company's Act.

Considering the above, in our opinion the above mentioned financial statements and the Directors' Report, as well as the proposal included therein, are in accordance with the accounting, legal and articles of association requirements and so can be approved at the Shareholders' General Meeting.

We wish to thank to the Company's Board of Directors and personnel for all assistance provided to us.

Lisbon, 16 February 2006
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Represented by Carlos Pereira Freire

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.
CONSOLIDATED INCOME STATEMENTS FOR THE YEARS ENDED 31 DECEMBER 2005 AND 2004 (Amounts stated in Euros)
(Translation of income statements originally issued in Portuguese - Note 41)

	NOTES	2005	2004
OPERATING REVENUE			
Sales	9	28 087 013	18 552 380
Services rendered	9	184 228 129	184 884 698
Other operating revenue	9	8 932 276	8 716 968
Total operating revenue		221 247 418	212 154 046
OPERATING EXPENSES			
Cost of sales	10	(35 331 998)	(29 499 462)
Supplies and services		(89 826 498)	(89 496 179)
Employee benefits	11	(51 234 528)	(45 584 103)
Amortisation and depreciation	16 and 17	(11 737 571)	(13 298 184)
Provisions and impairment losses	28	(530 132)	(377 384)
Other operating expenses		(3 860 611)	(5 700 917)
Total operating expenses		(192 521 338)	(183 956 229)
Operating profit		28 726 080	28 197 817
FINANCIAL EXPENSES			
Finance costs net	12	(8 046 221)	(11 615 701)
Share on losses of associated companies	18	(985 164)	(224 347)
		(9 031 385)	(11 840 048)
Profit before tax		19 694 695	16 357 769
Income tax expense	13	(6 954 561)	(6 473 476)
Profit for the year		12 740 134	9 884 293
Attributable to:			
Equity holders of the parent		13 013 135	9 451 897
Minority interest		(273 001)	432 396
Earnings per share:			
Basic	14	0.1524	0.1314
Diluted	14	0.1493	0.1284

The accompanying notes form an integral part of these consolidated income statements.

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.
CONSOLIDATED BALANCE SHEETS AS OF 31 DECEMBER 2005 AND 2004 (Amounts stated in Euros)
(Translation of balance sheets originally issued in Portuguese - Note 41)

	NOTES	2005	2004
ASSETS			
NON-CURRENT ASSETS:			
Goodwill	15	174 373 452	168 912 423
Intangible assets	16	12 930 039	10 092 585
Tangible assets	17	34 726 252	37 039 619
Investments in associates	18	574 772	5 462 684
Transmission rights and TV programs	19	47 718 698	47 994 188
Other non-current assets	20	2 544 587	5 272 453
Deferred tax assets	13	13 691 283	20 718 055
		286 559 083	295 492 007
CURRENT ASSETS:			
Inventories	21	1 990 274	1 184 002
Trade and other receivables	22	42 241 092	33 405 204
Other current assets	23	14 212 896	7 804 202
Cash and cash equivalents	24	3 607 670	5 328 709
Derivative financial instruments	33	1 785 894	24 000
		63 837 826	47 746 117
TOTAL ASSETS		350 396 909	343 238 124
EQUITY AND LIABILITIES			
EQUITY:			
Share capital	25	7 606 186	7 448 833
Share premium	25	82 035 267	187 724 062
Reserves	25	10 602 325	9 307 811
Retained earnings	25	15 254 220	(104 627 336)
Profit for the year	25	13 013 135	9 451 897
Equity attributable to equity holders of the parent		128 511 133	109 305 267
Equity attributable to minority interest	26	2 857 764	3 174 098
TOTAL EQUITY		131 368 897	112 479 365
LIABILITIES:			
NON-CURRENT LIABILITIES:			
Borrowings	27	83 889 674	102 077 655
Provisions	28	7 019 248	6 722 787
Other non-current liabilities	29	6 389 385	10 618 478
Derivative financial instruments	33	1 102 395	2 201 330
Deferred tax liabilities	13	1 277 335	2 091 970
		99 678 037	123 712 220
CURRENT LIABILITIES:			
Borrowings	27	21 884 723	17 217 773
Trade and other payables	30	68 112 201	60 502 542
Other current liabilities	31	29 353 051	29 326 224
		119 349 975	107 046 539
TOTAL LIABILITIES		219 028 012	230 758 759
TOTAL EQUITY AND LIABILITIES		350 396 909	343 238 124

The accompanying notes form an integral part of these balance sheets.

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.
CONSOLIDATED CASH FLOW STATEMENTS
FOR THE YEARS ENDED 31 DECEMBER 2005 AND 2004 (Amounts stated in Euros)
(Translation of cash flow statements originally issued in Portuguese - Note 41)

	2005	2004
OPERATING ACTIVITIES		
Cash receipts from customers	275 043 507	252 609 297
Cash paid to suppliers	(140 238 340)	(124 021 428)
Cash paid to employees	(50 442 233)	(44 561 762)
Cash generated from operations	84 362 934	84 026 107
Other cash received/(paid) relating to operating activities	(48 253 905)	(47 678 416)
Net cash from operating activities (1)	36 109 029	36 347 691
INVESTING ACTIVITIES		
Cash received relating to:		
Investments	-	100 000
Proceeds on disposal of tangible assets	295 463	2 456 958
Proceeds from investment subsidies	-	74 128
Dividends received from other equity investments	243 733	121 363
Receipts from other investments	372 533	-
	911 729	2 752 449
Cash paid relating to:		
Acquisition of investments	(3 627 724)	(13 837 130)
Acquisition of tangible assets	(8 874 886)	(11 408 097)
Acquisition of intangible assets	(1 620 445)	(2 106 626)
Loans granted to associates	(5 361 144)	-
	(19 484 199)	(27 351 853)
Net cash used in investing activities (2)	(18 572 470)	(24 599 404)
FINANCING ACTIVITIES		
Cash received relating to:		
Borrowings	990 000	-
Proceeds on issue of shares net	4 898 217	91 105 196
Interest and other similar income	242 799	488 970
	6 131 016	91 594 166
Cash payments relating to:		
Borrowings	(16 524 617)	(90 203 187)
Interests and other similar expenses	(5 267 731)	(8 895 724)
Dividends	(171 361)	-
Other financial expenses	(3 424 905)	(7 970 277)
	(25 388 614)	(107 069 188)
Net cash used in financing activities (3)	(19 257 598)	(15 475 022)
Net decrease in cash and cash equivalents (4) = (1) + (2) + (3)	(1 721 039)	(3 726 735)
Cash and cash equivalents at the beginning of the year	5 328 709	9 055 444
Cash and cash equivalents at the end of the year	3 607 670	5 328 709

The accompanying notes form an integral part of these cash flow statements.

CONSOLIDATED STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY
FOR THE YEARS ENDED 31 DECEMBER 2005 AND 2004 (Amounts stated in Euros)
(Translation of a statement of changes in equity originally issued in Portuguese - Note 41)

	EQUITY ATTRIBUTABLE TO EQUITY HOLDERS OF THE PARENT						EQUITY ATTRIBUTABLE TO MINORITY INTEREST	TOTAL	
	SHARE CAPITAL	SHARE PREMIUM	SUPPLEMENTARY CAPITAL CONTRIBUTIONS	RESERVES	RETAINED EARNINGS	PROFIT FOR THE YEAR			TOTAL
Balance at 1 January 2004	4 619 956	55 932 438	15 572 500	8 894 334	(61 137 650)	(43 512 708)	(19 631 130)	3 263 469	(16 367 661)
Effect of adoption of IFRS at 1 January 2004 (Note 40)	-	-	-	436 499	-	-	436 499	812	437 311
Restated balance at 1 January 2004	4 619 956	55 932 438	15 572 500	9 330 833	(61 137 650)	(43 512 708)	(19 194 631)	3 264 281	(15 930 350)
Issue of share capital (Note 25)	2 506 687	117 108 438	-	-	-	-	119 615 125	-	119 615 125
Decrease in share premium (Note 25)	-	(567 124)	-	-	-	-	(567 124)	-	(567 124)
Transfers (Note 25)	322 190	15 250 310	(15 572 500)	(23 022)	23 022	-	-	-	-
Transfer of loss for the year	-	-	-	-	(43 512 708)	43 512 708	-	-	-
Changes in consolidation perimeter	-	-	-	-	-	-	-	(522 579)	(522 579)
Profit for the year	-	-	-	-	-	9 451 897	9 451 897	432 396	9 884 293
Balance at 31 December 2004	7 448 833	187 724 062	-	9 307 811	(104 627 336)	9 451 897	109 305 267	3 174 098	112 479 365
Issue of share capital (Note 25)	157 353	4 740 864	-	-	-	-	4 898 217	-	4 898 217
Transfers (Note 25)	-	(110 429 659)	-	-	110 429 659	-	-	-	-
Transfer of profit for the year (Note 25)	-	-	-	-	9 451 897	(9 451 897)	-	-	-
Changes in consolidation perimeter	-	-	-	-	-	-	-	128 025	128 025
Fair value of stock options granted (Note 39)	-	-	-	1 294 514	-	-	1 294 514	(171 358)	1 123 156
Profit for the year	-	-	-	-	-	13 013 135	13 013 135	(273 001)	12 740 134
Balance at 31 December 2005	7 606 186	82 035 267	-	10 602 325	15 254 220	13 013 135	128 511 133	2 857 764	131 368 897

The accompanying notes form an integral part of this statement.

INTRODUCTION

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A. (“MEDIA CAPITAL” or “Company”) was incorporated as a holding company in 1992 and through its investments in associated companies operates in the media business, namely television broadcasting, production of TV contents and other media activities, publishing, internet services, radio, outdoors, publishing and internet services

The financial statements were approved by the Board of Directors and authorized for issue on 15 February 2006.

Media Capital’s shares are listed in Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

The Group develops its activities essentially in the media sector in Portugal and is presently operating in the TV, radio, press, outdoor and internet businesses. Additionally, the Group operates in businesses which have significant synergies with media, namely production of TV contents, music edition, distribution of cinema rights and organization of events, trade fairs and expositions.

The broadcasting activity is performed by TVI – Televisão Independente, S.A. (“TVI”), through a broadcasting licence issued by the Portuguese Government. The production of TV contents is performed by the NBP Group, headed by NBP – Produção em Vídeo, S.A. (“NBP”) and including Fealmar – Empresa Teatro Estúdio de Lisboa, S.A. (“FEALMAR”).

MCR – Sociedade Unipessoal, S.A. (“MCR”) is the sub-holding for the radio activity and owns the companies Rádio Comercial, S.A. (“COMERCIAL”), R. Cidade, S.A. (“CIDADE”), Rádio Regional de Lisboa, S.A. (“REGIONAL”) e Rádio XXI, Lda. (“RADIO XXI”), owners of the respective broadcasting licences.

Media Capital Outdoor – Publicidade, S.A. (“MC OUTDOOR”) is the sub-holding for outdoor advertising, and it has more than 14 thousand spots in all market segments: public transportation, urban furniture and billboards. Additionally, it holds the rights of exploration of TV screens in Lisbon subway, under the MCO TV brand.

Media Capital Edições, S.A. (“MCE”) activity is the magazine publishing and distribution.

Media Capital – Editora Multimédia, S.A. (“MULTIMÉDIA”) and Media Capital Telecomunicações, S.A. (“MCT”) are the companies operating in the Internet business, supported by the portal www.iol.pt.

2. SIGNIFICANT ACCOUNTING POLICIES

2.1 Basis for presentation

The financial statements have been prepared on going concern basis, based on the accounting records of the companies included in the consolidation (Note 4). The principal accounting policies adopted are set out below.

The financial statements have been prepared in accordance with International Financial Reporting Standards (“IFRS”), issued by the International Accounting Standards Board (“IASB”), adopted by the European Union, with the interpretations of the International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”).

The IFRS adoption occurs for the first time in 2005 and for that reason the transition date from the Portuguese generally accepted accounting principles (“POC”) to the IFRS rules was defined as at 1 January 2004, in accordance with IFRS 1 – First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (“IFRS 1”).

Under that standard the effects of the transition for IFRS 1, reported at 1 January 2004, were recorded directly in the shareholders’ equity and are described in Note 40, where are additional explanations for the adjustments made in the last issued annual financial statements (31 December 2004).

2.2 Accounting principles

Basis of consolidation:

a) Subsidiaries

The consolidated financial statements incorporate the financial statements of the Company and all of the controlled subsidiaries. Control is achieved where the Company controls directly or indirectly more than 50% of the voting rights in the General Assembly or has the power to govern the financial and operating policies of an entity so as to obtain benefits from its activities.

The results of subsidiaries acquired or disposed of during the year are included in the consolidated income statement from the effective date of acquisition or up to the effective date of disposal, as appropriate.

Where necessary, adjustments are made to the financial statements of subsidiaries to bring their accounting policies into line with those used by other members of the Group.

All intra-group transactions, balances, income and expenses are eliminated on consolidation.

Minority interests in the net assets of consolidated subsidiaries are identified separately from the Group’s equity therein. Minority interests consist of the amount of those interests at the date of the original business combination and the minority’s share of changes in equity since the date

of the combination. Losses applicable to the minority in excess of the minority’s interest in the subsidiary’s equity are allocated against the interests of the Group except to the extent that the minority has a binding obligation and is able to make an additional investment to cover the losses.

The acquisition of subsidiaries is accounted for using the purchase method. The cost of the acquisition is measured at the aggregate of the fair values, at the date of exchange, of assets given, liabilities incurred or assumed, and equity instruments issued by the Group in exchange for control of the acquire, plus any costs directly attributable to the business combination. The acquiree’s identifiable assets, liabilities and contingent liabilities that meet the conditions for recognition under IFRS 3 are recognised at their fair values at the acquisition date, except for non-current assets (or disposal groups) that are classified as held for sale in accordance with IFRS 5 Non-Current Assets Held for Sale and Discontinued Operations, which are recognised and measured at fair value less costs to sell.

Goodwill arising on acquisition is recognised as an asset and initially measured at cost, being the excess of the cost of the business combination over the Group’s interest in the net fair value of the identifiable assets, liabilities and contingent liabilities recognised. If, after reassessment, the Group’s interest in the net fair value of the acquiree’s identifiable assets, liabilities and contingent liabilities exceeds the cost of the business combination, the excess is recognised immediately in profit or loss.

The interest of minority shareholders in the acquire is initially measured at the minority’s proportion of the net fair value of the assets, liabilities and contingent liabilities recognised.

The Company’s subsidiaries are detailed in Note 4.

b) Investments in associates

An associate is an entity over which the Group has significant influence and that is neither a subsidiary nor an interest in a joint venture. Significant influence is the power to participate in the financial and operating policy decisions of the investee but is not control or joint control over those policies. Normally, these investments represent 20% to 50% out of the company’s share capital.

The investments in associates are recorded under the equity method of accounting, except when the investment is classified as held for sale, in which case it is accounted for under IFRS 5 Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations. Under the equity method, investments in associates are carried in the consolidated balance sheet at cost as adjusted for post-acquisition changes in the Group’s share of the net assets of the associate, less any impairment in the value of individual investments. Losses of an associate in excess of the Group’s interest in that associate (which includes any long-term interests that, in substance, form part of the Group’s net investment in the associate) are not recog-

nised, except the cases when the Group has assumed an obligation to cover those losses with the company or with its creditors.

Periodically, the Group performs an impairment analysis over these investments. Any impairment loss is recorded as a loss in the period on which it occurs.

The investments in associates are detailed in Note 5.

c) Investments in other companies

Investments in other companies, which represent investments less than 20%, are recorded at acquisition cost or at their estimated realisable value.

2.3 Goodwill

Goodwill represents the excess of the cost of acquisition over the Group’s interest in the net fair value of the identifiable assets, liabilities and contingent liabilities of the subsidiary or jointly controlled entity recognised at the date of acquisition, in accordance with IFRS 3. Pursuant the exception of IFRS 1, the Group used the provisions of IFRS 3 only for acquisitions occurred after 1 January 2004. Goodwill related to acquisition made up to 1 January 2004, was recorded at its carrying amount as of that date and was subject to annual impairment tests thereafter. Goodwill is initially recognised as an asset at cost and is subsequently measured at cost less any accumulated impairment losses.

According with IFRS 3, goodwill is not amortised and is tested, on an annual basis, for impairment losses, which are recognised in the net income for the period in the caption “Provisions and losses for impairment”. These losses cannot be reversed in a subsequent period.

For the purpose of impairment testing, goodwill is allocated to each of the Group’s cash-generating units expected to benefit from the synergies of the combination. Cash-generating units to which goodwill has been allocated are tested for impairment annually, or more frequently when there is an indication that the unit may be impaired. If the recoverable amount of the cash-generating unit is less than the carrying amount of the unit, the impairment loss is allocated first to reduce the carrying amount of any goodwill allocated to the unit and then to the other assets of the unit pro-rata on the basis of the carrying amount of each asset in the unit.

On disposal of a subsidiary or an associated company, the attributable amount of goodwill is included in the determination of the profit or loss on disposal.

2.4 Intangible assets

Intangible assets are recorded at acquisition cost, deducted from any accumulated amortisation or impairment losses,

when applicable. Intangible assets are only recognized if the following conditions are met:

- The asset is controlled by the Company;
- It is probable that the asset created will generate future economic benefits; and
- It can be reasonably defined its value.

Intangible assets are amortised on a straight-line basis over their estimated useful lives.

2.5 Tangible assets

Tangible assets are recorded at acquisition cost, deducted from accumulated amortisation and impairment losses, when applicable.

Acquisition cost is defined as the purchase price, plus any related expenses and estimated dismantling expenses, including asset removal and onsite re-qualification.

Estimated losses related with replacement of equipments before the ended of their useful life, due to technological obsolescence, are recognized as a deduction to the corresponding assets, in the results of the year.

Maintenance and repair expenses of current nature are recorded as a cost of the year, when incurred. Costs of significant amount, incurred with improvements of tangible assets, are capitalized and amortised during the estimated recovery period of those investments, when it is probable that future economic benefits associated to the asset will be generated and that those can be reliably valued.

Tangible assets in progress are carried at cost, less any recognised impairment losses. Depreciation of these assets begins when the assets are ready for their intended use.

When certain tangible assets are considered as being held for sale, the corresponding amortisation ends and those assets change their classification to non-current assets held for sale. The gain or loss arising on the disposal or retirement of tangible assets is determined as the difference between the sales proceeds and the carrying amount of the asset and is recognised in profit or loss, in the captions "Other operating expenses" or "Other operating revenues".

Tangible assets depreciation is charged so as to write off the cost, deducted from any estimated residual value, over their estimated useful lives, using the straight-line method.

The amortisation rates correspond, in average, to the following useful life:

	YEARS
Buildings and other constructions	10 - 50
Basic equipment	6 - 15
Transportation equipment	4
Tools	3 - 10
Administrative equipment	3 - 10
Other tangible assets	3 - 10

2.6 Leasing

a) Finance leases

Leases are classified as finance leases whenever the terms of the lease transfer substantially all the risks and rewards of ownership to the lessee. All other leases are classified as operating leases.

Assets held under finance leases are recognised as assets of the Group at their fair value at the inception of the lease or, if lower, at the present value of the minimum lease payments. The corresponding liability to the lessor is included in the balance sheet as a finance lease obligation. Lease payments are apportioned between finance charges and reduction of the lease obligation so as to achieve a constant rate of interest on the remaining balance of the liability. Finance charges are recorded in profit or loss.

The assets are amortised according to their estimated useful life.

b) Operating leases

Rentals payable under operating leases are charged to profit or loss on a straight-line basis over the term of the relevant lease. Benefits received and receivable as an incentive to enter into an operating lease are also spread on a straight-line basis over the lease term.

2.7 Transmission rights and TV programs

Transmission rights and TV programs correspond essentially to contracts or agreements with third parties for the exhibition of movies, series and other TV programs and include acquired rights and expenses incurred with the production of programs. Cost of programs broadcasted is recognised in profit or loss statements at the time those programs are exhibited, considering the estimated number of transmissions and the estimated benefits of each transmission.

These assets are annually subject to impairment testing and whenever any changes or situations occurring indicate that the carrying value is higher than the recoverable amount, the corresponding impairment loss is recorded in profit or loss.

The transmission rights acquired to third parties are recorded as assets, at acquisition cost, from the moment the Group controls these rights and had assumed all the related risks and benefits.

In Note 35, is reported the information about financial agreements for the acquisition of TV programs.

2.8 Non-current assets held for sale

Non-current assets (and disposal groups) classified as held for sale are measured at the lower of the assets' previous carrying amount and fair value less costs to sell.

Non-current assets (or discontinued operations) are classified as held for sale if their carrying amount will be recovered through a sale transaction rather than through continuing use. This condition is regarded as met only when the sale is highly probable and the asset (or disposal group) is available for immediate sale in its present condition. Management must be committed to the sale, which should be expected to qualify for recognition as a completed sale within one year from the date of classification.

During 2005 and 2004, the Group did not have any discontinued operations.

2.9 Classification in the balance sheet

Assets to be realized and liabilities to be settled within one year from the date of the balance sheet are classified as current. All remaining assets and liabilities are classified as non-current.

2.10 Financial instruments

2.10.1 Inventories

Inventories are stated at the lower of cost and net realisable value. Cost is calculated using the weighted average method. Net realisable value represents the estimated selling price less all estimated costs of completion and costs to be incurred in marketing, selling and distribution. If the realisable value is less than the carrying value, an impairment loss is recognised.

2.10.2 Trade receivables and other current assets

Trade receivables and other current assets are initially recognised at fair value, and are subsequently measured at amortised cost using the effective interest rate method. Appropriate allowances for estimated irrecoverable amounts are recognised in profit or loss when there is objective evidence that the asset is impaired. The allowance recognised is measured as the difference between the asset's carrying amount and the present value of estimated future cash flows discounted at the effective interest rate computed at initial recognition.

2.10.3 Cash and cash equivalents

Cash and cash equivalents comprise cash on hand and demand deposits and other short-term highly liquid investments that are readily convertible to a known amount of cash and are subject to an insignificant risk of changes in value.

For the purpose of the cash flow statement, cash and cash equivalents also comprise overdrafts, included as loans in the balance sheet.

2.10.4 Trade payables and other current liabilities

Trade payables are recognized at nominal value, discounted for future payable interests, if applicable.

2.10.5 Borrowings

Interest-bearing bank loans and overdrafts are initially measured at fair value, and are subsequently measured at amortised cost, using the effective interest rate method. Any difference between the proceeds (net of transaction costs) and the settlement or redemption of borrowings is recognised over the term of the borrowings using the effective interest rate method.

Borrowings are classified as current liabilities, unless the unconditional right of deferring the settlement of the loan for more than twelve months, after the balance sheet date, is available.

2.10.6 Derivative financial instruments

The Group's activities are exposed primarily to financial risks of changes in interest rates. The significant interest rate risk arises from bank loans. The Group's policy is to convert a proportion of its floating rate debt to fixed rates.

The use of financial derivatives is governed by the Group's policies approved by the Board of Directors, which provide written principles on the use of financial derivatives consistent with the Group's risk management strategy. The Group does not use derivative financial instruments for speculative purposes.

Derivative financial instruments are initially measured at fair value on the contract date, and are re-measured to fair value at subsequent reporting dates. Any change to the fair value of these derivatives is accounted in profit or loss in the period they occur.

2.11 Revenue recognition

Sales comprise mainly the sale of CD's, magazines and complementary press products and are recognised when goods are delivered, all risks and rewards of ownership are transferred to the customer and the revenue amount is reasonably quantified. Returns of goods sold are recorded as a reduction in sales, in the period they relate to. The revenues associated to magazines subscriptions are deferred throughout the subscription period.

Services rendered mainly include the sale of advertising and are recognised when the advertising is broadcasted or published. Quantity discounts given, are recorded as a reduction in revenues, in the period they relate to.

Revenues and costs associated with the Internet service provider are recognized in the period when the access is made.

Other revenues refer mainly to backup services to TV production of soaps and series, short message services related with TV programs, broadcast and sale of images and are recognised when the service is rendered.

Costs and revenues are accounted for in the period they relate to, regardless of its payment or receiving date. The Company makes estimates for costs and revenues when their amount is uncertain.

2.12 Provisions and contingent liabilities and assets

Provisions are recognised when there exists a present obligation as a result of a past event, and it is probable that the Group will be required to settle that obligation. Provisions are measured at the best estimate of the expenditure required to settle the obligation at the balance sheet date, and are discounted to present value where the effect is material.

Provisions for restructuring are only recognized if a detail and formal plan exists and if the plan is communicated to related parties. The amount of the provision is reviewed and adjusted at each balance sheet reporting date, reflecting the best estimate at the time. When any of the above mentioned conditions, are not met, the provision is not recorded and a contingent liability is disclosed, unless a future cash outflow is remote. In this case, no disclosure is necessary.

When past events create the possibility of an asset, which existence depends upon future uncertain events, not completely controlled by the Company, the future economic benefit is disclosed as a contingent asset.

2.13 Impairment of non-current assets, excluding goodwill

At each balance sheet date, the Group reviews the carrying amounts of its tangible and intangible assets to determine whether there is any indication that those assets have suffered an impairment loss. If any such indication exists, the recoverable amount of the asset is estimated in order to determine the extent of the impairment loss (if any). Where it is not possible to estimate the recoverable amount of an individual asset, the Group estimates the recoverable amount of the cash-generating unit to which the asset belongs.

Recoverable amount is the higher of fair value less costs to sell and value in use. In assessing value in use, the estimated future cash flows are discounted to their present value using a pre-tax discount rate that reflects current market assessments of the time value of money and the risks specific to the asset.

If the recoverable amount of an asset (or cash-generating unit) is estimated to be less than its carrying amount, the carrying amount of the asset (cash-generating unit) is reduced to its recoverable amount. An impairment loss is recognised immediately in profit or loss, unless the relevant asset is carried at a revalued amount, in which case the impairment loss is treated as a revaluation decrease.

Where an impairment loss subsequently reverses, the carrying amount of the asset (cash-generating unit) is increased to the revised estimate of its recoverable amount, but so that the increased carrying amount does not exceed the carrying amount that would have been determined had no impairment loss been recognised for the asset (cash-generating unit) in prior years. A reversal of an impairment loss is recognised immediately in profit or loss, on the caption "Other operating revenues".

2.14 Income tax

Income tax expense represents the sum of the tax currently payable and deferred tax.

The Group adopted the tax consolidation regime in Portugal, which includes all subsidiaries in which MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. ("MEDIA GLOBAL") holds more than 90% participation. The provision for income taxes is determined on the basis of the estimated taxable income for all the companies covered by this regime. The remaining Group companies, not covered by the tax consolidation regime of MEDIA GLOBAL, are taxed individually based on their respective taxable income, at the applicable tax rates.

The tax currently payable is based on taxable profit for the year and the deferred tax is based on differences between the carrying amounts of assets and liabilities in the financial statements and the corresponding tax bases used in the computation of taxable profit, and is accounted for using the balance sheet liability method. Deferred tax liabilities are generally recognized for all taxable temporary differences and deferred tax assets are recognized to the extent that it is probable that taxable profits will be available against which deductible temporary differences can be utilized. The carrying amount of deferred tax assets is reviewed at each balance sheet date and reduced to the extent that is no longer probable that sufficient taxable profits will be available to allow all or part of the asset to be recovered.

Deferred tax is charged to net income, except when it relates to items charged directly to shareholders' equity, in which case the deferred tax is also recognized directly in shareholders' equity.

2.15 Foreign currency transactions and balances

Assets and liabilities expressed in foreign currencies are translated to Euros at the exchange rates prevailing as of the balance sheet date. Exchange gains and losses arising from differences between the historical exchange rates and those prevailing at the date of collection, payment or at the date of the balance sheet are recorded in the statement of profit and loss.

2.16 Subsequent events

Events occurred after the balance sheet date that could influence the value of any asset or liability as of that date, are considered when preparing the financial statements for the period. As such, those events are disclosed in the notes to the financial statements, if material.

3. CHANGES IN ACCOUNTING POLICIES, JUDGEMENTS, ESTIMATIONS AND CORRECTIONS OF CRITICAL ERRORS

During 2005 did not occurred any changes in the accounting policies used by the Group, when compared to those ones used in preparing the financial statements of 2004, according to IFRS, and also any material error related with previous periods was recognized.

In preparing the financial statements of the Company, management has based their decisions in the knowledge and experience provided by past and/or current events, using assumptions in relation with future events in order to accurately determine accounting estimates.

The most significant accounting estimates reflected in the financial statements as of 31 December 2005, are as follows:

- Useful life of tangible assets;
- Impairment analysis of goodwill and other assets;
- Accounting for provisions;
- Fair value calculation of derivatives.

These estimates were based in the best available information as at the date the financial statements were prepared. However, events occurring in subsequent periods, due to their uncertainty, were not considered in these estimates. Significant changes to the estimates, occurring after the date the financial statements were prepared are accounted in profit or loss on a forward looking base, as defined in IAS 8.

4. COMPANIES INCLUDED IN THE CONSOLIDATION

The companies included in the consolidation by the full consolidation method, their head offices and the proportion of capital effectively held in them at 31 December 2005 and 2004 are as follows:

SUBSIDIARIES	CITY	EFFECTIVE PARTICIPATION	
		2005	2004
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Barcarena	Parent	Parent
MEGLO - Media Global, SGPS, S.A. ("MEDIA GLOBAL")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	Barcarena	100	100
Publipartner - Projectos de Media e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner") (a)	Barcarena	100	-
Med Cap Technologies - Desenvolvimento e Comercialização de Sistemas de Comunicação, S.A. ("MED CAP")	Barcarena	100	100
MCE - Media Capital Edições, Lda. ("MCE")	Barcarena	100	100
EXPANSÃO ECONÓMICA - Eventos, Comércio e Projectos Especiais Audiovisuais, S.A. ("EVENTOS")	Barcarena	100	100
EDIÇÕES EXPANSÃO ECONÓMICA, Lda. ("EXPANSÃO")	Barcarena	100	100
EXPOLIDER - Feiras, Exposições e Congressos, S.A. ("EXPOLIDER")	Barcarena	100	100
CENA EDITORIAL - Edição de Publicações Periódicas, S.A. ("CENA")	Barcarena	100	100
MCR - Radiofonia e Publicidade, Sociedade Unipessoal, S.A. ("MCR")	Barcarena	100	100
CENTRAL DISCOS - Produções Discográficas, S.A. ("CENTRAL DISCOS")	Barcarena	100	100
FAROL MÚSICA - Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	Odivelas	100	100
R. CIDADE - Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	Lisbon	100	100
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA - Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	Lisbon	100	100
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	Lisbon	100	100
Rádio XXI, Lda. (Nota 7)	Lisbon	100	-
KIMBERLEY TRADING, S.A. ("KIMBERLEY")	Barcarena	100	100
TVI - Televisão Independente, S.A. ("TVI")	Barcarena	100	100
RETI - Rede Teledifusora Independente, S.A. ("RETI")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL OUTDOOR - PUBLICIDADE, S.A. ("MC OUTDOOR")	Barcarena	100	100
PRESSETEP - Comunicação e Meios Publicitários, S.A. ("PRESSETEP")	Barcarena	100	100
TCS - Publicidade em Transportes e Meios de Comunicação, S.A. ("TCS")	Barcarena	100	100
STM - Serviços Técnicos de Manutenção de Publicidade, S.A. ("STM")	Barcarena	100	100
PUBLIMETRO - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. ("PUBLIMETRO")	Barcarena	60	60
BTP - Publicidade e Transportes e Meios de Comunicação, S.A. ("BTP")	Barcarena	55	55
PUBLICARRIS - Publicidade na Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. ("PUBLICARRIS")	Barcarena	55	55
MEDIA CAPITAL - Editora Multimédia, S.A. ("MULTIMÉDIA")	Barcarena	100	100
AGEFINAN - Agência de Notícias Financeiras, S.A. ("AGEFINAN")	Lisbon	50	50
MEDIA CAPITAL TELECOMUNICAÇÕES, S.A. ("MCT")	Barcarena	100	100
AUTO BASIC MOTOR - Comércio de Veículos, S.A. ("AUTO BASIC")	Porto	69	50
UNIDIVISA - Promoção de Projectos de Media, S.A. ("UNIDIVISA")	Barcarena	100	100
FEALMAR - Empresa de Teatro Estúdio de Lisboa, S.A. ("FEALMAR")	Lisbon	60	60
NBP - Produção em Vídeo, S.A. ("NBP")	Lisbon	60	60
MULTICENA - Equipamento de Imagem e Som, S.A. ("MULTICENA")	Lisbon	60	60
NBP - Oficina de Actores	Lisbon	60	60
Teatro Mais - Actividades Teatrais, Lda. ("Teatro Mais")	Lisbon	60	60
CAMARINS - Sociedade de Aluguer e Venda de Guarda Roupa, Lda. ("CAMARINS")	Lisbon	60	57
NBP - Ibérica - Producciones Audiovisuales, S.A.	Madrid (ESP)	59	59
CASA DA CRIAÇÃO - Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASA DA CRIAÇÃO")	Lisbon	54	54
EMAV - Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	Vialonga	54	54
EPC - Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	Vialonga	51	51
Móveis de Novela, Lda. ("Móveis de Novela")	Lisbon	36	36

These subsidiaries are included in the consolidation by the full consolidation method as explained in Note 2.2.a).

(a) This company was founded on 15 April 2005.

In 2005 SINERSOM - Produção de Programas Radiofónicos, Lda. was merged into CIDADE.

5. ASSOCIATED COMPANIES

The associated companies, their head offices and proportion of capital effectively held in them at 31 December 2005 and 2004 are as follows:

AFFILIATED COMPANIES	CITY	EFFECTIVE PARTICIPATION	
		2005	2004
CLMC - Multimedia, S.A. ("CLMC")	Lisboa	50	50
SETEPCOM - Equipamentos e Espaços Comerciais, S.A. ("Setepcom")	Lisboa	50	50
TRANSJORNAL - Edições de Publicações, S.A. ("Transjornal")	Lisboa	35	31
TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A. ("Transpublicidade")	Lisboa	30	30
União de Leiria, SAD ("União de Leiria")	Leiria	20	20
Nanook - Empresa Europeia de Produção de Documentários, Lda. ("Nanook")	Lisboa	16	16

The associated companies are included in the consolidation in accordance with the equity method of accounting as explained in Note 2.2.b).

6. OTHER COMPANIES

Other companies, their head offices and proportion of capital effectively held in them at 31 December 2005 and 2004 are as follows:

AFFILIATED COMPANIES	CITY	EFFECTIVE PARTICIPATION	
		2005	2004
CD TOP - Sociedade Internacional de Audiovisual, S.A. ("CD TOP")	Lisboa	23	23
JC Decaux Airport Portugal - Publicidade em Aeroportos, S.A. ("JC Decaux")	Lisboa	15	15
FERGRÁFICA - Artes Gráficas, S.A. ("Fergráfica")	Lisboa	6	6
UNITÉNIS - Sociedade de Empreendimentos de Ténis, S.A. ("Uniténis")	Lisboa	-	-
NP - Notícias de Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviço de Informação, CRL	Lisboa	-	-

The investments in these companies are stated at cost or estimated realisable value as explained in Note 2.2.c).

7. CHANGES IN THE CONSOLIDATION PERIMETER

The principal change in the consolidation perimeter in the year ended 31 December 2005 was the acquisition of all the share capital of Rádio XXI on 28 January 2005 under the Group's expansion program in the Radio business. The effect of this acquisition was as follows:

	BOOK VALUE	FAIR VALUE ADJUSTMENTS	FAIR VALUE
Net assets acquired:			
Tangible assets	35 561	-	35 561
Intangible assets	1 112 539	(1 112 539)	-
Investments	57 500	(5 500)	-
Receivables from customers and other third parties	3 919 930	(3 912 098)	7 832
Cash and cash equivalents	1 423	-	1 423
Other assets	290 244	-	290 244
Suppliers and other creditors	(5 624 579)	-	(5 624 579)
	(207 382)	(5 082 137)	(5 289 519)
Consolidation differences			5 294 519
Purchase price			5 000
Cash flows from acquisition:			
Payments made			5 000
Cash and cash equivalents acquired			(1 423)
			3 577

8. SEGMENT REPORTING

The Group identifies reporting segments based essentially on the combination of the differences in the products and services and differences in the legal frameworks of the markets in which it operates. These segments are consistent with the manner in which the Group analyses its business. Therefore, considering these factors, the Group has identified the following reporting segments:

a) Television

The television segment involves fundamentally broadcasting by one generalist TV channel (TVI) and the production of programs/series (NBP);

b) Radio

The Radio segment involves the broadcasting of radio programs, through own antennas and publicity space utilisation contacts with third parties;

c) Outdoors

The Outdoor segment refers to the sale of publicity space on outdoors installed in public places, public transport and others;

d) Others

The Others segment includes essentially written press business (mainly the editing of Maxmen, Lux, Lux Woman and Casas de Portugal magazines), internet business (IOL), the Group's holding company and also intra-group eliminations.

Contribution of the principal business segments to the consolidated results for the years ended 31 December 2005 and 2004 is as follows:

	2005				
	TV	RADIO	OUTDOORS	OTHER	CONSOLIDATED
Operating revenue:					
Services rendered	137 060 047	14 437 132	16 531 543	16 199 407	184 228 129
Sales	13 437 563	-	-	14 649 450	28 087 013
Other operating revenue	8 964 021	490 702	55 515	(577 962)	8 932 276
Total operating revenue	159 461 631	14 927 834	16 587 058	30 270 895	221 247 418
Operating expenses:					
Broadcasting costs	(27 599 981)	-	-	-	(27 599 981)
Cost of goods sold	(5 215 609)	-	-	(2 516 408)	(7 732 017)
Supplies and services	(50 440 627)	(8 463 913)	(9 667 548)	(21 254 410)	(89 826 498)
Employee benefits	(26 987 926)	(5 129 411)	(3 072 735)	(16 044 456)	(51 234 528)
Depreciation and amortisation	(6 410 945)	(1 352 235)	(1 303 764)	(2 670 627)	(11 737 571)
Provisions and impairment losses	(447 962)	(5 007)	-	(77 163)	(530 132)
Other operating expenses	(328 648)	(870 614)	(2 333 701)	(327 648)	(3 860 611)
Total operating expenses	(117 431 698)	(15 821 180)	(16 377 748)	(42 890 712)	(192 521 338)
Operating profit	42 029 933	(893 346)	209 310	(12 619 817)	28 726 080
Net financial items	(4 557 075)	(6 634 512)	(1 407 805)	3 568 007	(9 031 385)
Profit before tax	37 472 858	(7 527 858)	(1 198 495)	(9 051 810)	19 694 695
Income tax expense	(10 781 409)	1 986 277	294 376	1 546 195	(6 954 561)
Profit for the year	26 691 449	(5 541 581)	(904 119)	(7 505 615)	12 740 134
Attributable to:					
Equity holders of the parent	26 679 543	(5 541 581)	(896 580)	(7 228 247)	13 013 135
Minority interest	11 906	-	(7 539)	(277 368)	(273 001)

	2004				
	TV	RADIO	OUTDOORS	OTHER	CONSOLIDATED
Operating revenue					
Service rendered	127 400 860	13 921 744	18 916 494	24 645 600	184 884 698
Sales	7 243 894	-	-	11 308 486	18 552 380
Other operating revenue	8 775 314	436 252	31 710	(526 308)	8 716 968
Total operating revenue	143 420 068	14 357 996	18 948 204	35 427 778	212 154 046
Operating expenses:					
Broadcasting costs	(24 397 715)	-	-	-	(24 397 715)
Cost of goods sold	(3 110 177)	-	-	(1 991 570)	(5 101 747)
Supplies and services	(48 948 744)	(7 476 143)	(10 539 663)	(22 531 629)	(89 496 179)
Employee benefits	(24 534 871)	(4 740 502)	(2 992 922)	(13 315 808)	(45 584 103)
Depreciation and amortisation	(6 511 917)	(1 935 851)	(1 176 809)	(3 673 607)	(13 298 184)
Provisions and impairment losses	(357 902)	-	(13 239)	(6 243)	(377 384)
Other operating expenses	(1 001 516)	(153 044)	(2 463 672)	(2 082 685)	(5 700 917)
Total operating expenses	(108 862 842)	(14 305 540)	(17 186 305)	(43 601 542)	(183 956 229)
Operating profit	34 557 226	52 456	1 761 899	(8 173 764)	28 197 817
Net financial items	(9 940 704)	(3 169 980)	(7 574 600)	8 845 236	(11 840 048)
Profit before tax	24 616 522	(3 117 524)	(5 812 701)	671 472	16 357 769
Income tax expense	(6 612 440)	784 465	1 482 751	(2 128 252)	(6 473 476)
Profit for the year	18 004 082	(2 333 059)	(4 329 950)	(1 456 780)	9 884 293
Attributable to:					
Equity holders of the parent	18 005 783	(2 333 059)	(4 555 504)	(1 665 323)	9 451 897
Minority interest	(1 701)	-	225 554	208 543	432 396

Following is additional significant segment information:

	2005				
	TV	RADIO	OUTDOORS	OTHERS	CONSOLIDATED
Assets	285 072 109	55 455 448	36 089 827	(26 220 475)	350 396 909
Liabilities	135 185 119	50 062 176	30 300 986	3 479 731	219 028 012
Other information:					
Capital expenditure - tangible assets	5 468 748	804 694	611 654	1 777 630	8 662 726
Capital expenditure - intangible assets	4 270	3 855 221	-	-	3 859 491

	2004				
	TV	RADIO	OUTDOORS	OTHERS	CONSOLIDATED
Assets	247 113 697	51 847 656	37 291 799	6 984 972	343 238 124
Liabilities	124 221 232	49 001 154	33 224 462	24 311 911	230 758 759
Other information:					
Capital expenditure - tangible assets	4 874 643	670 922	1 672 133	1 618 070	8 835 768
Capital expenditure - intangible assets	-	7 642 275	-	1 704	7 643 979

9. OPERATING REVENUE BY NATURE

Following is a breakdown of operating revenue for the years ended 31 December 2005 and 2004:

	2005	2004
Sales:		
Magazines	8 073 910	7 163 547
CD's	13 433 800	7 203 114
Complementary press products	6 265 582	4 153 090
Other	313 721	32 629
	28 087 013	18 552 380
Services rendered:		
Advertising on TV	134 117 675	123 736 658
Advertising on Radio	13 566 705	13 104 452
Advertising on Outdoors	15 400 530	18 130 469
Advertising in Magazines	6 233 919	5 684 018
Internet	12 980 102	20 827 975
Other	1 929 198	3 401 126
	184 228 129	184 884 698
Other operating revenue:		
Services rendered with production of television series	1 991 893	2 887 176
Messages on television	4 094 284	2 386 451
Transmission rights and telecommunication services	1 679 731	1 554 550
Other operating revenue	1 166 368	1 888 791
	8 932 276	8 716 968

10. COST OF SALES

This caption for the years ended 31 December 2005 and 2004, is made up as follows:

	2005	2004
Programs broadcast	29 173,290	28 012 507
Variation of production	(1 573 309)	(3 614 792)
Goods sold	5 215 609	3 110 177
Materials consumed	2 516 408	1 991 570
	35 331 998	29 499 462

11. EMPLOYEE BENEFITS

Employee benefits for the years ended 31 December 2005 and 2004, are made up as follows:

	2005	2004
Wages and salaries	34 471 864	33 807 481
Social security contributions	7 197 417	6 795 773
Performance bonus	2 825 563	3 173 025
Stock options (Note 39)	1 294 514	-
Severance payments	4 061 240	582 507
Insurance	465 660	440 410
Other	918 270	784 907
	51 234 528	45 584 103

The average number of employees, per segment, of the companies included in the consolidation in the years ended 31 December 2005 and 2004, is as follows:

	2005	2004
TV	625	595
Radio	193	197
Outdoors	73	74
Other	276	275
	1 167	1 141

12. FINANCE COSTS, NET

The caption finance costs, net for the years ended 31 December 2005 and 2004 are made up as follows:

	2005	2004
Financial costs:		
Interest income:	8 761 347	10 746 977
Foreign exchange loss	248 536	163 223
Loss arising on valuation of derivatives (a)	224 837	978 888
Other	1 274 435	1 133 206
	10 509 155	13 022 294
Financial income:		
Interest income	397 848	206 298
Foreign exchange gain	76 587	1 029 462
Gain in affiliated companies	197 775	100 363
Gain arising on the valuation of derivatives (Note 33)	1 761 894	24 000
Other	28 830	46 470
	2 462 934	1 406 593
	(8 046 221)	(11 615 701)

a) The amounts reflected in this caption correspond to the difference of the carrying amount of the interest rate swaps and their market value, as follows:

	2005	2004
Gain arising with the fair value changes (Note 33)	1 098 935	776 259
Cost incurred in the year	(1 323 772)	(1 755 147)
	(224 837)	(978 888)

13. DIFFERENCE BETWEEN ACCOUNTING AND TAX RESULTS

The Grupo Media Capital companies are subject to corporate income tax at the normal rate of 25%, plus a Municipal Surcharge of 10%, resulting in an aggregate tax rate of 27.5%.

In the year ended 31 December 2005 the subsidiary MEDIA GLOBAL and its 90% or more owned subsidiaries which complied with the requirements of article 63 of the Corporation Income Tax Code are covered by the special regime for taxation of groups of companies, in this case: Serviços, MCR, Cidade, Comercial, Regional, Sinersom, Farol, Central Discos, Entertainment, TVI, Kimberley, Multimédia, Med Cap, MCT, Expansão, Eventos, MCE, Expolider, Cena, MC Outdoor, Presetep and Publipartner. The remaining group companies are taxed individually.

Representation expenses and costs incurred with certain vehicles are subject to autonomous taxation at the rate of 5%, irrespective of the existence of tax losses. Allowances and compensation for the use of employees' own vehicles not billed to clients or that have been subjected to personal income tax, where companies present losses for the year, are also subject to the 5% tax rate.

At 31 December 2005 and 2004 tax losses carried forward, by year they expire, are as follows:

	2005	2004
2006	12 600 000	14 600 000
2007	17 300 000	40 700 000
2008	18 000 000	18 100 000
2009	4 000 000	4 000 000
2010	2 300 000	2 300 000
2011	4 600 000	-
	58 800 000	79 700 000

These tax losses carried forward give rise to deferred tax assets as shown in the following tables, calculated in accordance with the current tax legislation applicable to Grupo Media Capital, based on the best estimate of their recovery, considering the expected future taxable results.

In accordance with current Portuguese legislation, tax returns are subject to review and correction by the tax authorities during a period of four years (ten years for Social Security). Consequently, the tax returns of the Group companies for the years from 2002 to 2005, inclusive, are still subject to review and correction. The Board of Directors believes that any correction to the tax returns that might result from reviews carried out by the tax authorities will not have a significant effect on the consolidated financial statements.

Reconciliation of the tax rate for the years ended 31 December 2005 and 2004, is as follows:

(a) Reconciliation of the tax rate

	2005	2004
Profit before tax	19 694 695	16 357 769
Nominal income tax rate	27.50%	27.50%
Estimated tax charge	5 416 041	4 498 386
Permanent differences (i)	685 336	1 260 942
Unrecoverable deferred tax asset (ii)	508 020	390 965
Autonomous taxation (iii)	345 164	323 183
	6 954 561	6 473 476
Current tax (Nota 32)	742 424	1 532 112
Deferred income tax for the year	6 212 137	4 941 364
	6 954 561	6 473 476
Effective income tax rate	35.31%	39.57%

(i) These amounts for the years ended 31 December 2005 and 2004 are made up as follows:

	2005	2004
Non deductible amortisation	322 662	1 443 635
Non deductible financial expenses	598 734	1 458 973
Fines and other penalties	547 455	259 583
Non tax deductible allowances	59 261	212 829
Tax benefits	(982 351)	(727 005)
Provisions not considered for the calculation of deferred taxes	741 943	556 725
Net loss of affiliated companies (Note 14)	985 164	1 546 976
Others, net	219 263	(166 473)
	2 492 131	4 585 243
	27.50%	27.50%
	685 336	1 260 942

(ii) These amounts correspond to the tax loss carried forward for the year, which the Board of Directors believes is not recoverable.

(iii) These amounts represent autonomous taxation of certain expenses.

(b) Timing differences – changes in deferred taxes

	BEGINNING BALANCES	INCREASE (DECREASE)	ENDING BALANCES
Deferred tax assets:			
Provisions	5 930 725	(403 767)	5 526 958
Percentage of completion	1 079 714	(122 420)	957 294
Tax losses carried forward	21 906 042	(5 735 621)	16 170 421
Provision for unrecoverable tax losses	(8 198 426)	(764 964)	(8 963 390)
	20 718 055	(7 026 772)	13 691 283
Deferred tax liabilities:			
Percentage of completion	318 913	(250 183)	68 730
Others	1 773 057	(564 452)	1 208 605
	2 091 970	(814 635)	1 277 335

14. EARNINGS PER SHARE

Earnings per share for the year, were calculated considering the following amounts:

	2005	2004
Result		
Earnings for purposes of calculating basic earnings per share (net profit for the year)	12 740 134	9 884 293
Number of shares		
Average number of shares for purposes of calculating basic earnings per share	83 576 647	75 203 228
Effect of the additional shares resulting from the employee incentive plan	1 739 733	1 748 372
Average number of shares for purposes of calculating diluted earnings per share	85 316 380	76 951 600
Earnings per share:		
Basic	0.1524	0.1314
Diluted	0.1493	0.1284

15. GOODWILL

The changes in goodwill and corresponding impairment losses for the years ended 31 December 2005 and 2004, are as follows:

Balance at 1 January 2004	
Gross amount	172 373 089
Accumulated amortisation	(37 274 130)
Balance at 1 January 2004	135 098 959
Adjustments to restate to IFRS (Note 40)	1 402 140
Restated balance at 1 January 2004	136 501 099
Acquisitions (a)	33 090 949
Impairment losses for the year (b)	(679 625)
Balance at 31 December 2004	168 912 423
Acquisitions (c)	5 461 029
Balance at 31 December 2005	174 373 452

a) This amount corresponds to the following acquisitions:

15% participation in MEDIA GLOBAL	29 252 548
35% participation in TCS	3 401 065
50% participation in AUTO BASIC	437 336
	33 090 949

The remaining 15% of MEDIA GLOBAL share capital was acquired in February 2004. Up to that date the Group had a participation of 85%, which was reflected in the consolidated financial statements in accordance with the full consolidation method. The acquisition was made through a capital increase made by the Company which was paid up in kind, through the above mentioned 15% of the capital of that subsidiary. The capital increase was made at fair value, the excess of that amount over the net assets acquired was recorded as goodwill. For purposes of goodwill impairment analyses, the Group allocated this goodwill to the cash generating units, based on their fair value at 1 January 2004.

The additional 35% participation in TCS was acquired to expand the Group's investment in Outdoors business.

b) In 2004, the Group recognised an impairment loss of 679,625 Euros on the goodwill related with Eventos.

c) This corresponds essentially to the acquisition of RÁDIO XXI (Note 7).

Goodwill at 31 December 2005 and 2004, by segment and company, is made up as follows:

	2005	2004
By segment		
Televisão	88 476 018	88 474 553
Rádios	21 643 989	16 349 470
Outdoors	27 035 913	27 035 913
	137 155 920	131 859 936
By company:		
MEDIA GLOBAL	30 373 945	30 373 945
EXPOLIDER	4 751 445	4 751 445
MCT	1 055 925	1 055 925
AUTO BASIC	602 380	437 335
AGEFINAN	302 350	302 350
EXPANSÃO	131 487	131 487
	37 217 532	37 052 487
	174 373 452	168 912 423

For impairment analysis, the Company allocated the goodwill to the cash generating units, which correspond to the Group's reporting segments. In this respect, based on the amount of the forecast discounted cash flow of these segments, the Company has concluded that the carrying value of the investments, including goodwill, at 31 December 2005 and 2004 does not exceed their recoverable amount. The cash flows considered correspond to the most recent business plans approved by the Board of Directors.

16. INTANGIBLE ASSETS

The changes in intangible assets and related accumulated amortisation and impairment losses in the years ended 31 December 2005 and 2004, are as follows:

	VIZZAVI ISP ASSETS DA VIZZAVI (a)	FINANCIAL RESTRUCTURING COSTS (b)	OTHERS (c)	TOTAL
Gross amounts				
Balance at 1 January 2004	9 084 243	13 377 864	448 098	22 910 205
Restatement adjustments to IFRS	(1 649 883)	(13 377 864)	(407 310)	(15 435 057)
Restated balance at 1 January 2004	7 434 360	-	40 788	7 475 148
Changes in consolidation perimeter				
Additions	-	-	16 142	16 142
Reductions and write-offs	-	-	7 642 275	7 642 275
			(2 899)	(2 899)
Balance at 31 December 2004	7 434 360	-	7 696 306	15 130 666
Additions	-	-	3 859 491	3 859 491
Reductions and write-offs	-	-	(5)	(5)
Balance at 31 December 2005	7 434 360	-	11 555 792	18 990 152

	VIZZAVI ISP ASSETS DA VIZZAVI (a)	FINANCIAL RESTRUCTURING COSTS (b)	OTHERS (c)	TOTAL
Accumulated amortisation				
Balance at 1 January 2004	(4 063 127)	(9 245 270)	(61 095)	(13 369 492)
Restatement adjustments to IFRS	593 958	9 245 270	61 095	9 900 323
Restated balance at 1 January 2004	(3 469 169)	-	-	(3 469 169)
Increase for the year	(991 000)	-	(577 912)	(1 568 912)
Balance at 31 December 2004	(4 460 169)	-	(577 912)	(5 038 081)
Increase for the year	(991 000)	-	(31 032)	(1 022 032)
Balance at 31 December 2005	(5 451 169)	-	(608 944)	(6 060 113)

	VIZZAVI ISP ASSETS DA VIZZAVI (a)	FINANCIAL RESTRUCTURING COSTS (b)	OTHERS (c)	TOTAL
Net book value at 31 December 2004	2 974 191	-	7 118 394	10 092 585
Net book value at 31 December 2005	1 983 191	-	10 946 848	12 930 039

a) These costs relate to the acquisition, in July 2002, of access to Vizzavi's Internet and include the database and contractual relationship with Vizzavi ISP users and the right to use Vodafone's infrastructure network.

b) This amount corresponds to costs incurred with the issuance and renegotiation of the syndicated bank loan. For purposes of restatement to IFRS, on 1 January 2004 the Group reclassified these costs to the caption Borrowings (Note 40).

c) This caption includes essentially amounts in progress related with advances on account of transmission rights, for which the related contracts had not been completed in full at 31 December 2005.

17. TANGIBLE ASSETS

The changes in tangible assets and corresponding accumulated depreciation and impairment losses in the years ended 31 December 2005 and 2004 are as follows:

	LAND, BUILDINGS AND OTHER CONSTRUCTIONS	MACHINERY AND EQUIPMENT	TRANSPORT EQUIPMENT	TOOLS AND UTENSILS	ADMINISTRAT. EQUIPMENT	OTHER TANGIBLE ASSETS	FIXED ASSETS IN PROGRESS	TOTAL
Gross amount								
Balance at 1 January 2004	8 002 385	80 903 324	6 796 201	2 352 202	11 140 160	4 926 973	1 633 720	115 754 965
Restatement adjustments to IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-
Restated balance at 1 January 2004	8 002 385	80 903 324	6 796 201	2 352 202	11 140 160	4 926 973	1 633 720	115 754 965
Changes in the consolidation perimeter	-	127 509	-	-	31 997	-	-	159 506
Acquisitions	735 515	3 599 555	1 696 083	267 958	1 067 389	180 369	1 288 899	8 835 768
Disposals and write-offs	(5 220)	(360 970)	(1 226 173)	(41 810)	(256 534)	(170 079)	(55 441)	(2 116 227)
Transfers	106 015	483 252	-	2 527	80 275	50 415	(722 484)	-
Balance at 31 December 2004	8 838 695	84 752 670	7 266 111	2 580 877	12 063 287	4 987 678	2 144 694	122 634 012
Changes in the consolidation perimeter	-	67 793	-	-	-	-	-	67 793
Acquisitions	1 086 731	2 628 788	1 682 990	206 663	987 171	214 542	1 855 840	8 662 725
Disposals and write-offs	-	(2 238 339)	(1 796 449)	(7 333)	(924 273)	(193 462)	(39 074)	(5 198 930)
Transfers	-	1 263 005	-	1 540	30 325	108 507	(1 403 377)	-
Balance at 31 December 2005	9 925 426	86 473 917	7 152 652	2 781 747	12 156 510	5 117 265	2 558 083	126 165 600

	LAND, BUILDINGS AND OTHER CONSTRUCTIONS	MACHINERY AND EQUIPMENT	TRANSPORT EQUIPMENT	TOOLS AND UTENSILS	ADMINISTRAT. EQUIPMENT	OTHER TANGIBLE ASSETS	FIXED ASSETS IN PROGRESS	TOTAL
Accumulated depreciation and impairment losses								
Balance at 1 January 2004	(3 292 602)	(56 168 070)	(3 870 749)	(1 909 076)	(8 047 026)	(2 736 923)	-	(76 024 446)
Restatement adjustments to IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-
Restated balance at 1 January 2004	(3 292 602)	(56 168 070)	(3 870 749)	(1 909 076)	(8 047 026)	(2 736 923)	-	(76 024 446)
Changes in the consolidation perimeter	-	(106 083)	-	-	(17 430)	-	-	(123 513)
Increase for the year	(357 151)	(7 315 697)	(1 547 763)	(206 678)	(1 153 652)	(501 774)	-	(11 082 715)
Decrease due to disposals and write-offs	3 543	306 790	963 082	18 562	228 751	115 553	-	1 636 281
Transfers	1 673	(9 281)	2 291	-	7 608	(2 291)	-	-
Balance at 31 December 2004	(3 644 537)	(63 292 341)	(4 453 139)	(2 097 192)	(8 981 749)	(3 125 435)	-	(85 594 393)
Changes in the consolidation perimeter	-	(32 232)	-	-	-	-	-	(32 232)
Increase for the year	(424 064)	(6 935 532)	(1 565 356)	(220 498)	(1 077 777)	(492 312)	-	(10 715 539)
Decrease due to disposals and write-offs	-	2 179 692	1 618 265	7 335	919 167	178 357	-	4 902 816
Balance at 31 December 2005	(4 068 601)	(68 080 413)	(4 400 230)	(2 310 355)	(9 140 359)	(3 439 390)	-	(91 439 348)

	LAND, BUILDINGS AND OTHER CONSTRUCTIONS	MACHINERY AND EQUIPMENT	TRANSPORT EQUIPMENT	TOOLS AND UTENSILS	ADMINISTRAT. EQUIPMENT	OTHER TANGIBLE ASSETS	FIXED ASSETS IN PROGRESS	TOTAL
Net book value at 31 December 2004	5 194 158	21 460 329	2 812 972	483 685	3 081 538	1 862 243	2 144 694	37 039 619
Net book value at 31 December 2005	5 856 825	18 393 504	2 752 422	471 392	3 016 151	1 677 875	2 558 083	34 726 252

The amounts reflected in the line "Changes in consolidation perimeter" correspond to the balance of tangible assets of the companies included for the first time in the consolidation or excluded from it.

18. INVESTMENTS IN ASSOCIATES

The changes in investments in associates in the years ended 31 December 2005 and 2004 are as follows:

	INVESTMENTS IN ASSOCIATES	INVESTMENTS IN OTHER COMPANIES	SECURITIES AND OTHER FINANCIAL PARTICIPATIONS	ADVANCES ON ACCOUNT OF INVESTMENTS	TOTAL
Gross amounts					
Balance at 1 January 2004	1 421 874	40 403	4 227	1 215 127	2 681 631
Restatement adjustments to IFRS (Note 40)	(982 657)	-	-	(865 665)	(1 848 322)
Restated balance at 1 January 2004	439 217	40 403	4 227	349 462	833 309
Acquisitions in the year	-	5 287	-	4 736 684	4 741 971
Included in the consolidation perimeter	-	-	-	(349 462)	(349 462)
Application of the equity method	236 866	-	-	-	236 866
Balance at 31 December 2004	676 083	45 690	4 227	4 736 684	5 462 684
Included in the consolidation perimeter	-	-	-	(4 736 684)	(4 736 684)
Application of the equity method	(149 352)	-	-	-	(149 352)
Impairment losses	-	-	(1 583)	-	(1 583)
Other changes	-	(293)	-	-	(293)
Balance at 31 December 2005	526 731	45 397	2 644	-	574 772

Investments in associates at 31 December 2005 are made up as follows:

COMPANY	HEAD OFFICE	TOTAL ASSETS	TOTAL REVENUE	SHAREHOLDERS' EQUITY	RESULT FOR THE YEAR	EFFECTIVE PARTICIPATION OF THE GROUP	BOOK VALUE
Associates:							
CLMC	Lisbon	13 742 626	9 746 272	(53 534)	(108 736)	50%	-
Transjornal	Lisbon	1 522 200	2 334 000	(2 754 950)	(2 273 950)	35%	-
Transpublicidade	Barcarena	1 188 022	1 203 169	287 412	23 006	30%	86 220
União de Leiria	Leiria	11 184 118	4 416 308	2 996 932	(158 477)	20%	367 744
Nanook	Lisbon	261 042	79 287	(84 932)	(25 697)	16%	-
Setepcom	Lisbon	289 191	731 959	92 932	46 194	50%	72 767
							526 731
Other companies:							
CD Top		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	23%	-
JC Decaux		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	15%	37 415
Fergráfica		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	6%	-
Uniténis		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	2 993
Notícias de Portugal		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	4 989
							45 397
Others							
Total recorded in balance sheet as investments in associates							574 772
Loans granted (Note 34):							
CLMC							4 930 000
Transjornal							861 144
							5 791 144
Total							
Provision for value adjustments to investments							(934 763)
5 431 153							

The following changes in the caption "Investments in associates" were recorded in the years ended 31 December 2005 and 2004, as a result of applying the equity method of accounting:

COMPANY	GAIN (LOSS) ON ASSOCIATES	
	2005	2004
CLMC	(54 368)	(261 912)
União de Leiria	(110 295)	213 696
Transjornal	(795 883)	(206 475)
Nanook	(29 931)	(18 033)
Transpublicidade	5 313	48 377
	(985 164)	(224 347)

19. TRANSMISSION RIGHTS AND TELEVISION PROGRAMS

Transmission rights and television programs at 31 December 2005 and 2004 include soaps, series, documentaries, films and other sports and entertainment programs, as follows:

NATURE	2005	2004
Entertainment	3 713 658	3 724 193
Films	7 693 269	7 662 329
Soaps	27 374 436	26 654 068
Series	7 940 946	8 552 682
Sports	312 469	932 955
Others	683 920	467 961
	47 718 698	47 994 188

20. OTHER NON-CURRENT ASSETS

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005			2004		
	GROSS	ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES (NOTE 28)	NET	GROSS	ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES (NOTE 28)	NET
Hiba Investments LLC (a)	17 094 967	(17 094 967)	-	16 650 306	(16 650 306)	-
Radio expansion project	26 312	-	26 312	3 001 113	-	3 001 113
Drums Comunicações Sonoras S.A.	1 663 741	-	1 663 741	1 663 741	-	1 663 741
State and other public entities						
- special payment on account	854 534	-	854 534	607 599	-	607 599
	19 639 554	(17 094 967)	2 544 587	21 922 759	(16 650 306)	5 272 453

a) This caption refers to the sale in 2002 of the investment in World Editing, Lda.. This account receivable is fully provided for.

21. INVENTORIES

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005			2004		
	GROSS	ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES (NOTE 28)	NET	GROSS	ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES (NOTE 28)	NET
Raw, subsidiary and consumable materials	1 666 280	(56 297)	1 609 983	1 009 102	(58 239)	950 863
Merchandise	481 858	(101 567)	380 291	334 706	(101 567)	233 139
	2 148 138	(157 864)	1 990 274	1 343 808	(159 806)	1 184 002

22. TRADE AND OTHER RECEIVABLES

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005			2004		
	GROSS	ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES (NOTE 28)	NET	GROSS	ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES (NOTE 28)	NET
Customers	49 713 930	(9 280 135)	40 433 795	40 344 160	(9 886 891)	30 457 269
Amounts to be invoiced	1 807 297	-	1 807 297	2 947 935	-	2 947 935
	51 521 227	(9 280 135)	42 241 092	43 292 095	(9 886 891)	33 405 204

23. OTHER CURRENT ASSETS

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005			2004		
	GROSS	ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES (NOTE 28)	NET	GROSS	ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES (NOTE 28)	NET
State and other public entities (Note 32)	3 438 731	-	3 438 731	2 232 099	-	2 232 099
Sundry creditors	1 828 259	(464 711)	1 363 548	2 184 088	(464 711)	1 719 377
Accounts receivable from related parties (Note 34)	6 366 445	-	6 366 445	1 445 210	-	1 445 210
Advances to suppliers	175 272	-	175 272	233 617	-	233 617
Pre-payments	2 868 900	-	2 868 900	2 173 899	-	2 173 899
	14 677 607	(464 711)	14 212 896	8 268 913	(464 711)	7 804 202

24. CASH AND CASH EQUIVALENTS

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005	2004
Bank deposits	3 394 469	5 152 151
Cash	213 201	176 558
	3 607 670	5 328 709

25. EQUITY ATTRIBUTABLE TO EQUITY HOLDERS OF THE PARENT

Capital: The Company's fully subscribed and paid up capital at 31 December 2005 consisted of 84,513,180 shares of nine cents each.

In accordance with a decision of the Shareholders' General Meeting held on 19 February 2004 capital was increased by 437,722 Euros with a share premium of 28,814,826 Euros. The increase was paid up in kind by the contribution by five new shareholders of their 15% participation in MEDIA GLOBAL. After this operation the Company became the sole shareholder of MEDIA CAPITAL (Note 15).

On 2 April 2004, under a Public Sale Offering, the Company issued 26,568,390 new shares, representing a capital increase of 2,391,155 Euros, with a share premium of 113,181,342 Euros. Expenses of 10,204,544 Euros incurred with the Public

Sale Offering were deducted from the share premium, 9,637,420 Euros in the first half of 2004 and 567,124 Euros in the second half of 2004.

On 27 June 2005, as a result of an extraordinary bonus granted to the President of the Board of Directors, 705,000 new shares of nine cents each were issued, representing a capital increase of 63,450 Euros, with a share premium of 296,100 Euros. The capital increase was fully paid up in cash.

On 21 July 2005, under the employee incentive plan (Note 39), 1,043,372 new shares were issued at a price of 4.35 Euros each, representing a capital increase of 93,903 Euros with a premium of 4,444,764 Euros.

At 31 December 2005 MEDIA CAPITAL's capital was held by the following shareholders:

	N° OF SHARES	PERCENTAGE
Vértix, SGPS, S.A.	27 889 349	33.00
UFA Film (Bertelsmann Group)	27 197 030	32.18
Others, less than 10%	29 426 801	34.82
	84 513 180	100.00

Share premium account: The share premium account results from premiums obtained in capital increases. In accordance with current legislation applicable to companies listed on regulated stock exchanges subject to supervision of the Stock Exchange Commission (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) the amounts recorded in this caption can only be used to increase capital or absorb accumulated losses (without the need for prior utilisation of the other reserves) and cannot be used for the payment of dividends or the acquisition of treasury stock.

Legal reserve: In accordance with current legislation the Company must transfer at least 5% of its annual net profit to a legal reserve until it reaches 20% of share capital. This reserve cannot be distributed, except upon liquidation of the company, but may be used to absorb losses after all the other reserves have been used up or to increase capital.

26. EQUITY ATTRIBUTABLE TO MINORITY INTEREST

The changes in this caption in the years ended 31 December 2005 and 2004 are as follows:

Balance at 1 January 2004 (POC)	3 263 469
Impact of adopting IFRS as of 1 January 2004 (Note 40)	812
Restated balance at 1 January 2004	3 264 281
Changes in the consolidation perimeter	(522 579)
Result attributable to minority interest	432 396
Balance at 31 December 2004	3 174 098
Changes in equity of controlled companies	(171 355)
Changes in the consolidation perimeter	128 022
Result attributable to minority interest	(273 001)
Balance at 31 December 2005	2 857 764

Minority interest reflected on the balance sheet corresponds to the following companies:

	2005	2004
TVI	195 553	158 267
Publicarris	122 936	150 568
Publimetro	86 765	223 058
BTP	(6 085)	8 885
Agência Financeira	12 002	84 202
AB Motor	32 291	(78 336)
Fealmar	1 841 088	1 899 760
NBP	537 894	653 561
Móveis da Novela	(1 790)	(1 091)
Multicena	64 054	70 268
EPC	(37 824)	(11 828)
EMAV	(1)	6 817
Casa da Criação	10 881	6 283
CAMARINS	-	3 684
	2 857 764	3 174 098

Minority interest reflected in the consolidated income statements for the years ended 31 December 2005 and 2004 correspond to the following companies:

	2005	2004
TVI	40 822	32 211
Publicarris	2 742	58 327
Publimetro	4 688	167 255
BTP	(14 970)	(28)
Agência Financeira	(72 200)	(149 199)
AB Motor	(24 615)	9 536
Fealmar	(58 672)	324 506
NBP	(115 667)	20 463
Móveis da Novela	(699)	486
Multicena	(6 214)	3 237
EPC	(25 996)	(31 877)
EMAV	(6 818)	2 288
Casa da Criação	4 598	(6 088)
CAMARINS	-	1 279
	(273 001)	432 396

27. BORROWINGS

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005		2004	
	CURRENT	BOOK VALUE NON-CURRENT	CURRENT	BOOK VALUE NON-CURRENT
Bank loans (a)	16 545 556	82 980 942	16 545 556	88 235 194
Finance lease creditors (b)	789 066	664 495	-	-
Factoring (c)	4 355 797	-	-	4 969 227
Other loans (d)	140 991	244 237	140 991	281 984
Bank overdrafts (e)	53 313	-	-	34 806
	21 884 723	83 889 674	16 686 547	88 517 178
			17 217 773	102 077 655
			10 750 880	108 896 191

a) Includes essentially a syndicated bank loan denominated in Euros, led by Banco Espírito Santo S.A., to finance the acquisition of investments and current operations. This loan results from a supplementary agreement which changed the conditions of an earlier loan, contracted on 31 March 2004, relating to a Public Sale Offering and capital increase (Note 25). The loan is medium and long term and is to be used in two tranches. Details of the loan are as follows:

	31 DECEMBER 2005	CREDIT LIMIT
Medium and long term line	90 000 000	90 000 000
Revolving credit line	12 170 889	50 000 000
	102 170 889	140 000 000

At 31 December 2005 this loan bears interest at the Euribor rate plus 1.25%.

The medium and long term line is repayable in eight instalments as follows:

	AMOUNT REPAYABLE
June 2006	7 500 000
December 2006	7 500 000
June 2007	10 000 000
December 2007	12 500 000
June de 2008	15 000 000
December 2008	17 500 000
March 2009	20 000 000

The credit line is repayable in full on 29 March 2009.

In guarantee of this loan, the subsidiaries granted several real guarantees, as well as pledged certain of their assets, namely investments and licences (Note 37).

These loans require compliance with certain financial covenants, which at 31 December 2005 were being complied with.

In addition, this caption includes a loan of 1,619,861 Euros from NBP (Note 37), which bears interest at the Euribor rate plus a spread of 2.75% and is repayable in 35 monthly instalments of 46,282 Euros each, from January 2006 to November 2008.

MEDIA CAPITAL has a guaranteed account loan of 990,000 Euros, which bears interest at the Euribor rate plus a spread of 1.75%.

b) At 31 December 2005 and 2004 the Media Capital Group had the following assets under finance lease:

	2005	
	COST	ACCUMULATED DEPRECIATION
Machinery and equipment	1 409 170	950 027
Transport equipment	3 582 875	2 631 957
Administrative equipment	307 964	117 762
Other tangible assets	185 930	79 020
	5 485 939	3 778 766
		1 707 173

	2004	
	COST	ACCUMULATED DEPRECIATION
Machinery and equipment	1 981 745	982 295
Transport equipment	4 097 887	2 572 159
Administrative equipment	307 964	78 958
Other tangible assets	185 930	60 427
	6 573 526	3 693 839
		2 879 687

The lease instalments not yet due are repayable as follows:

	2005	2004
2005	-	1 321 868
2006	789 066	-
2006		683 598
2007	436 125	289 906
2008	169 824	110 359
2009	58 546	-
	664 495	1 083 863

c) The caption "Factoring" refers to amounts advanced by financial entities, corresponding to invoices issued by the subsidiary FEALMAR. These advances bear interest at the Euribor rate plus a spread of 1.0%.

d) The caption "Other loans" includes a loan from IAPMEI, related to subsidies granted under the Operational Program of the Economy. This loan is repayable in four instalments as follows:

NOMINAL AMOUNT REPAYABLE	
April 2006	70 496
October 2006	70 495
	140 991
April 2007	70 496
October 2007	211 488
	281 984

e) The bank overdrafts bear interest at normal market rates.

28. PROVISIONS AND ACCUMULATED IMPAIRMENT LOSSES

The changes in provisions in the years ended 31 December 2005 and 2004 are as follows:

	TAXES	LEGAL PROCESSES IN PROGRESS	LOSS ON INVESTMENTS	TOTAL
Balance at 1 January 2004	3 342 960	3 337 095	1 135 634	7 815 689
Restatement adjustments to IFRS	-	-	-	-
Restated balance at 1 January 2004	3 342 960	3 337 095	1 135 634	7 815 689
Changes in the consolidation perimeter	(49 485)	131 204	(1 095 148)	(1 013 429)
Equity method of accounting	-	-	444 095	444 095
Increases	13 238	364 146	-	377 384
Changes in other operating costs	568 859	350 000	-	918 859
Decreases	(11 760)	(472 242)	-	(484 002)
Utilisation	(831 892)	(503 917)	-	(1 335 809)
Balance at 31 December 2004	3 031 920	3 206 286	484 581	6 722 787
Equity method of accounting	-	-	880 182	880 182
Increases	-	530 132	-	530 132
Changes in other operating costs	63 215	78 490	-	141 705
Decreases	-	(92 058)	-	(92 058)
Utilisation	(294 371)	(590 604)	-	(884 975)
Reclassifications	(51 827)	203 302	(430 000)	(278 525)
Balance at 31 December 2005	2 748 937	3 335 548	934 763	7 019 248

The provision for taxes is to cover estimated tax payable.

The changes in impairment losses in the years ended 31 December 2005 and 2004 are as follows:

	NON-CURRENT ASSETS (NOTE 20)	INVENTORIES (NOTE 21)	CUST. RECEIVABLE ACCOUNTS (NOTE 22)	OTHER CURRENT ASSETS (NOTE 23)	TOTAL
Balance at 1 January 2004	16 650 306	52 423	9 569 842	456 625	26 729 196
Restatement adjustments to IFRS	-	-	-	-	-
Restated balance at 1 January 2004	16 650 306	52 423	9 569 842	456 625	26 729 196
Changes in the consolidation perimeter	-	-	14 722	-	14 722
Increases	-	22 892	1 080 122	42 041	1 145 055
Decreases	-	(11 151)	(772 008)	(33 955)	(817 114)
Reclassifications and utilisation	-	95 642	(5 787)	-	89 855
Balance at 31 December 2004	16 650 306	159 806	9 886 891	464 711	27 161 714
Increases	444 661	-	476 913	-	921 574
Decreases	-	-	(386 715)	-	(386 715)
Utilisation	-	(1 942)	(545 479)	-	(547 421)
Reclassifications	-	-	(151 475)	-	(151 475)
Balance at 31 December 2005	17 094 967	157 864	9 280 135	464 711	26 997 677

29. OTHER NON-CURRENT LIABILITIES

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up and payable as follows:

	2007	2008	2009 AND FOLLOWING YEARS	2005 TOTAL
State and other public entities - liabilities included in payment plans	176 358	176 358	354 685	707 401
Liabilities payable under Special Company Recovery Process	-	2 592 244	-	2 592 244
Liability for the acquisition of TCS	666 664	-	-	666 664
Liability for the acquisition of Expolider	335 372	243 098	-	578 470
Liability for the acquisition of TVI	435 170	-	-	435 170
Liability for the acquisition of Vizzavi	1 409 436	-	-	1 409 436
	3 023 000	3 011 700	354 685	6 389 385

	2006	2007	2008	2009 AND FOLLOWING YEARS	2004 TOTAL
State and other public entities - liabilities included in payment plans	238 795	238 462	236 088	427 962	1 141 307
Liabilities payable under Special Company Recovery Process	-	-	2 470 443	-	2 470 443
Liability for the acquisition of TCS	1 333 336	666 664	-	-	2 000 000
Liability for the acquisition of Expolider	335 372	311 700	235 235	-	882 307
Liability for the acquisition of TVI	455 574	414 448	-	-	870 022
Liability for the acquisition of Vizzavi	1 918 441	1 335 958	-	-	3 254 399
	4 281 518	2 967 232	2 941 766	472 962	10 618 478

30. TRADE AND OTHER PAYABLES

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005	2004
Current suppliers	29 380 369	30 238 392
Accounts payable:		
Accrued trade discounts	15 550 924	9 856 118
Program broadcasting costs	2 973 871	2 640 249
Telecommunications costs (ISP)	163 381	348 192
Other external supplies and services	3 761 641	3 029 786
Accrued remuneration	7 696 052	7 059 691
Accrued interest	1 211 301	1 431 692
Rights and royalties	2 474 944	1 193 047
Sales returns	2 534 659	2 507 450
Others	2 365 059	2 197 925
	68 112 201	60 502 542

31. OTHER CURRENT LIABILITIES

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005	2004
Suppliers of fixed assets	1 610 133	2 666 521
Sundry creditors:		
Aquisition of TCS	1 333 333	1 333 333
PT Comunicações S.A.	365 945	1 155 328
Aquisition of NBP FEALMAR and MULTICENA	1 120 890	1 120 890
Económica SGPS S.A.	747 538	1 062 561
Soingeste - Aquisition of RECTÂNGULO	1 389 067	1 014 968
Aquisition of EXPOLIDER	769 110	769 110
PME Capital	334 552	275 177
Shareholders of AB Motor	-	178 277
Others	1 160 828	2 163 175
Customers' advances	3 505	841 389
State and other public entities (Note 32)	13 406 895	11 716 334
Accounts payable to related parties (Note 34)	106 822	1 050
Deferred revenue	6 956 163	5 020 320
Others	48 270	7 791
	29 353 051	29 326 224

32. STATE AND OTHER PUBLIC ENTITIES

This caption at 31 December 2005 and 2004 is made up as follows:

	2005		2004	
	RECEIVABLE (NOTE 23)	PAYABLE (NOTE 31)	RECEIVABLE (NOTE 23)	PAYABLE (NOTE 31)
Corporate Income Tax (a)	1 145 936	64 707	701 052	903 760
Value Added Tax	2 278 299	7 531 097	1 512 207	6 273 196
Social Security contributions	-	1 337 225	-	1 381 687
Personal Income Tax	12 399	2 442 058	11 237	1 512 681
Instituto Português de Arte Cinematográfica e Audiovisual/Cinemateca Portuguesa	-	1 714 566	-	1 397 203
Liabilities included in payment plans	-	176 358	-	238 795
Others	2 097	140 884	7 603	9 012
	3 438 731	13 406 895	2 232 099	11 716 334

a) Corporate income tax is made up as follows:

	2005	2004
Current income tax for the year (Note 13)	742 424	1 532 112
Third party withholdings and payments on account	(677 717)	(628 352)
	64 707	903 760

33. DERIVATIVE FINANCIAL INSTRUMENTS

At 31 December 2005 and 2004 the Group had derivative financial instruments for the purpose, essentially, of covering risks of exposure to changes in interest rates. Financial instruments of this kind are contracted after careful analysis of the risks and benefits of this type of operation. Such operations are subject to prior approval by the Board of Directors. The fair value of these instruments is determined on a regular periodic basis throughout the year so as to continuously evaluate them and their respective financial implications.

The Group's contracted derivative instruments at 31 December 2005 are classified on the balance sheet as trading derivative financial instruments, and are as follows:

Equity swap

In 2004 the Company contracted an equity swap over own shares relating to the employee incentive plan (Note 39). This derivative establishes the acquisition of own shares up to the amount of 10,000,000 Euros. The instrument can only be settled in cash by the Group. At 31 December 2005 the financial entity had acquired approximately 1,566,586 shares (127,205 shares at 31 December 2004). The fair value of the financial instrument at 31 December 2005 and 2004 was positive and amounted to 1,785,894 and 24,000 Euros, respectively.

Interest rate swaps

In prior years the Group contracted interest rate swaps for the purpose of hedging interest rate risk of part of the syndicated bank loan. At 31 December 2005 the amount contracted totalled 48,437,500 Euros (74,375,000 Euros at 31 December 2004), the negative fair value of which was 1,102,395 Euros (2,201,330 Euros negative at 31 December 2004).

These derivatives are stated at fair value as of the balance sheet date, determined based on valuations made by financial institutions. Changes in fair value were recorded on the income statement caption "Finance costs, net" (Note 12).

34. BALANCES AND TRANSACTIONS WITH RELATED COMPANIES

The balances at 31 December 2005 and 2004 and transaction for the years then ended with related companies excluded from consolidation are as follows:

	2005					
	RECEIVABLES	PAYABLES (NOTE 31)	SERVICES RENDERED	SUPPLEMENTARY INCOME	COST OF RAW MATERIALS CONSUMED	EXTERNAL SUPPLIES AND SERVICES
CLMC	5 191 130	73 598	1 415 403	5 813	101 500	-
Transjornal	1 131 192	32 174	883 242	-	-	158 856
União de Leiria	22 627	-	56 100	-	-	-
Nanook	20 000	-	-	-	-	-
CD TOP	1 496	1 050	-	-	-	-
	6 366 445	106 822	2 354 745	5 813	101 500	158 856

	2004			
	RECEIVABLES	PAYABLES (NOTE 31)	SERVICES RENDERED	SUPPLEMENTARY INCOME
CLMC	1 407 024	-	987 949	44 322
União de Leiria	16 690	-	84 015	-
Nanook	20 000	-	-	-
CD TOP	1 496	1 050	-	-
	1 445 210	1 050	1 071 964	44 322

During the year ended 31 December 2005 the Company contracted management services in the amount of 150,000 Euros from its shareholder Fredter, SGPS, S.A.

35. FINANCIAL COMMITMENTS

In the years ended 31 December 2005 and 2004 the Company had contracts or agreements with third parties to broadcast films and other programs in the amounts of 7,990,614 Euros and 14,034,913 Euros, respectively. The estimated year in which they will be available for broadcasting being as follows:

31 DECEMBER 2005 NATURE	2006	2007	2008	2009 AND FOLLOWING YEARS	TO BE DEFINED	TOTAL
Films	2 650 146	819 147	94 566	80 865	33 572	3 678 296
Series	324 744	-	-	-	-	324 744
Entertainment	420 280	-	-	-	-	420 280
Animation	196 151	-	-	-	-	196 151
Documentaries	121 143	-	-	-	-	121 143
Sport	3 250 000	-	-	-	-	3 250 000
	6 962 464	819 147	94 566	80 865	33 572	7 990 614

31 DECEMBER 2004 NATURE	2005	2006	2007	2008 AND FOLLOWING YEARS	TO BE DEFINED	TOTAL
Films	1 361 326	1 048 558	36 520	163 309	744 093	3 353 806
Series	213 776	-	-	-	-	213 776
Entertainment	439 974	-	-	-	-	439 974
Animation	166 745	56 306	-	-	-	223 051
Documentaries	-	54 306	-	-	-	54 306
Sport	6 500 000	3 250 000	-	-	-	9 750 000
	8 681 821	4 409 170	36 520	163 309	744 093	14 034 913

36. RATES USED TO TRANSLATE FOREIGN CURRENCY BALANCES

The following rates of exchange were used to translate foreign currency assets and liabilities to Euros at 31 December 2005 and 2004:

	2005	2004
US Dollar	1.1797	1.3621
British Pound	0.6853	0.7051

37. CONTINGENT ASSETS AND LIABILITIES

At 31 December 2005 MEDIA CAPITAL had the following bank and other guarantees given to third parties:

Bank guarantee – amount due for the acquisition of 35% of TCS (a)	2 000 000
Warner Music – bank guarantee under an agreement with ENTERTAINMENT (b)	1 500 000
Bank guarantee – amount due for the acquisition of EXPOLIDER (a)	1 045 813
CLMC – letter of credit with 20th Century Fox Home Entertainment (c)	900 000
General Directorate of Taxes – tax execution processes (d)	844 836
Guarantee relating to radio expansion projects	437 895
General Directorate of Taxes – acquisition of land (d)	432 274
IAPMEI (Note 27.d))	442 009
Legal processes and others (d)	367 723
União de Leiria, SAD	149 639
CLMC – guarantee of promissory note	125 000
Support guarantees and rent contracts	66 000
CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.	61 807
Bank guarantees relating to electricity supply contracts	21 963
EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa	11 684
	8 406 643

a) Liabilities reflected on the balance sheet.

b) Bank guarantee under an exclusive distribution agreement between Warner Music Portugal and ENTERTAINMENT.

c) Bank guarantee under an agreement relating to exclusive distribution of rights over DVD and video products.

d) Processes provided for in part, based on opinions of legal consultants.

The Company and its subsidiaries have given several real guarantees in guarantee of the medium and long term loan from a banking syndicate, as explained in Note 27.

NBP has mortgaged a building owned by it in guarantee of a loan of 1,619,861 Euros (Note 27).

At 31 December 2005 the following real guarantees and promissory pledges had been given as a result of the medium and long term loan contract between the subsidiary Media Global and a banking syndicate led by the bank Banco Espírito Santo S.A (Note 27):

MEDIA GLOBAL

- Pledge over 100% of the capital of the companies MCE, MC OUTDOOR, MED CAP, MC SERVIÇOS, MULTIMÉDIA, KIMBERLEY and MCR;
- Pledge over 60% of the capital of FEALMAR and NBP;
- Pledge over 40% of the capital of MULTICENA.

NBP

- Pledge over 20% of the capital of MULTICENA.

MC OUTDOOR

- Pledge over 100% of the capital of PRESSETEP.

PRESSETEP

- Pledge over 65% of the capital of TCS.

KIMBERLEY

- Pledge over 91.8% of the capital of TVI.

TVI

- Pledge over 55% of the capital of RETI.

EXPANSÃO

- Pledge over 100% of the capital of EXPOLÍDER.

MCE

- Pledge over 100% of the capital of EVENTOS.

MCR

- Pledge over 100% of the capital of the companies COMERCIAL, REGIONAL and CIDADE.

In addition, the licences, equity investments and several assets of the above mentioned companies, as well as of the remaining consolidated companies mentioned in Note 1, were pledged in guarantee. Promissory pledges were also given over assets to be acquired in the future by the above mentioned MEDIA CAPITAL Group companies.

38. REMUNERATION OF THE MEMBERS OF THE BOARD

Remuneration of the members of the Company's Board of Directors in the year ended 31 December 2005 amounted to 3,371,988 Euros (1,915,384 Euros in 2004). This remuneration was earned in the various companies included in the consolidation and includes 1,360,000 Euros of severance payments to directors.

The above mentioned remuneration earned in 2005 consists of fixed remuneration of 1,391,696 Euros, variable remuneration of 799,392 Euros and stock options totalling 1,180,900 Euros.

Remuneration attributed to the fiscal board of the Media Capital Group in the year ended 31 December 2005 amounted to 31,570 Euros (31,400 Euros in 2004).

39. INCENTIVE PLAN

As explained in the Prospectus of the Initial Public Offer occurred during 2004 and in the Directors' Report for 2004, the Remuneration Commission, elected at the Shareholders' General Meeting, decided on 11 March 2004 to grant an extraordinary bonus to the President of the Board of Directors if certain financial performance objectives were achieved by Media Capital in 2004. In this respect a contract was signed between the Company and the President of the Board of Directors establishing the granting of the bonus. This was realised on 27 June 2005 through a capital increase of 705,000 new shares of 9 cents of a Euro each and the payment of a premium of 42 cents of a Euro per share.

In addition, in 2004 the Board of Directors approved an incentive plan for some employees of the Media Capital Group. The plan consists of options to purchase shares in the Company up to a maximum of 5% of its capital, over a period of four years as from 2004. The number of shares to be attributed and the exercise price are defined in each year to which the granting of the rights refers. The right to exercise these options over shares are attributed based on compliance with certain quantity (the Company's financial performance) and quality (relating to the employees covered by the plan) targets.

Under this plan, 1,043,372 shares, corresponding to 1.25% of the capital, were attributed in 2004 at the price of 4.35 Euros per share. The bonus was granted through a capital increase realised on 21 July 2005 (Note 25).

In the first half of 2005 the Board of Directors attributed the right for employees to acquire or subscribe for 803,200 shares at the exercise price of 5.40 Euros. These options have a fair value of 1,294,514 Euros as of the date the right was attributed (Note 11). This value was calculated by third party entities based on the Black Scholes model. As required by IFRS 2 – Share based payments – this amount was recognised as a payroll cost by corresponding entry to reserves (Note 25).

40. FIRST APPLICATION OF INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS)

The Group adopted International Financial Reporting Standards in 2005, applying IFRS 1 – First time adoption of international financial reporting standards, the transition date for the purpose of these financial statements being 1 January 2004.

Previously the Group's consolidated financial statements were presented in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal as established in the official chart of accounts and supplementary legislation (Plano Oficial de Contabilidade – "POC").

Details of the adjustments made to equity as of 1 January 2004 and 31 December 2004, to restate the previously issued financial statements to International Financial Reporting Standards, are as follows:

EQUITY AS OF THE DATE OF TRANSITION (1 JANUARY 2004)	
Equity as of 1 January 2004 (POC)	(19 631 130)
Valuation of investments in associates (a)	(982 657)
Derivatives recorded at fair value (b)	(2 977 589)
Loan restructuring costs (c)	3 319 732
Acquisition of investments (d)	228 658
Discount of medium and long term receivables (e)	1 264 783
Deferred taxes relating to previous adjustments	(416 428)
	436 499

Equity attributable to majority shareholders as of 1 January 2004 (IAS/IFRS)	(19 194 631)
Minority interest as of 1 January 2004	3 263 469
Change in minority interest (Note 26)	812

Equity as of 1 January 2004 (IAS/IFRS)	(15 930 350)
--	--------------

EQUITY AS OF 31 DECEMBER 2004

Equity as of 31 December 2004 (POC)	103 819 092
-------------------------------------	--------------------

Transition adjustments as of 1 January 2004	436 499
Reclassification of costs incurred with Initial Public Offer (f)	(10 204 544)
Differences between net results in POC and IFRS	15 254 220

Equity attributable to majority shareholders as of 31 December 2004 (IAS/IFRS)	109 305 267
Minority interest as of 31 December 2004	3 173 286
Change in minority interest	812

Equity as of 31 December 2004 (IAS/IFRS)	112 479 365
--	--------------------

NET RESULT FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2004

Net result for the year ended 31 December 2004 (POC)	(5 802 323)
--	-------------

Valuation of investments in associates (a)	982 657
Derivatives recorded at fair value (b)	800 259
Loan restructuring costs (c)	2 290 124
Acquisition of investments (d)	10 885 834
Discount of medium and long term receivables (e)	(431 898)
Reclassification of costs incurred with Initial Public Offer - impact on amortisation for the year (f)	1 464 517
Deferred taxes relating to previous accounting entries	(737 273)
	15 254 220

Net result for the year ended 31 December 2004 (IAS/IFRS)	9 451 897
---	------------------

The main IFRS restatement adjustments made to the financial statements are as follows:

(a) Investment in associates

At 31 December 2003 Media Capital had investments in associates recorded in the balance sheet at cost. These investments were not reflected in accordance with the equity method because at that date it was the intention to sell them. However, these investments were subject to review for impairment analysis. As the IFRS do not provide this exception and as the investments had not been sold at the transition date, they were recorded under the equity method of accounting.

(b) Derivatives recorded at fair value

As explained in Note 33, Media Capital contracted derivative financial instruments, having opted to classify them as trading derivative financial instruments. In accordance with IFRS these derivatives should be recorded in the financial statements at fair value. Therefore, the difference between fair value as of the transition date and their carrying value in accordance with POC was recognised as a liability by corresponding entry to retained earnings. In 2004 the Company contracted an equity swap over its own shares, for settlement only in cash, having for IFRS purposes reflected it on the balance sheet at fair value. As of 31 December 2005 and 2004 these derivatives were recorded at fair value, being the related changes recorded in the income statement.

(c) Loan restructuring costs

Media Capital recorded, as an intangible asset, some expenses incurred with the issuance and renegotiation of a syndicated bank loan. These expenses were amortised over the period of the loan. In 2004, Media Capital incurred expenses of this nature in the amount of 2,346,797 Euros.

In accordance with IFRS the recording of loan restructuring and related costs depends upon the degree of change of the original terms of the restructured loan. A review made of the addenda to the loan contract concluded that the costs incurred should be amortised over the period of the loan.

Therefore, the restructuring costs recorded in accordance with POC were reversed by corresponding entry to the caption "Borrowings". In subsequent periods these restructuring costs will be amortised to net finance costs, over the period of the loan.

(d) Acquisition of investments

In accordance with IFRS goodwill arising on the acquisition of investments is not amortised, but is subject to annual impairment tests. In addition, negative goodwill is not allowed to be recognised on the balance sheet, but must be recognised in the income statement for the period. Further-

more, upon restatement to IFRS, amounts previously recorded as intangible assets in accordance with POC were transferred to goodwill.

(e) Recording of medium and long term receivables and payables at present value

Media Capital has several medium and long term accounts receivable and payable that do not bear interest. In accordance with IFRS medium and long term financial assets and liabilities that do not bear interest must be recorded at the discounted value of their future cash flows. Therefore, as of the transition date, liabilities and assets were decreased by the difference between the present value of the medium and long term amounts payable and receivable and their carrying value recorded in accordance with POC, by corresponding entry to retained earnings. In subsequent periods the present value of the medium and long term payables and receivables will be updated and the related changes will be recorded as net finance costs in the income statement.

(f) Reclassification of costs incurred with Initial Public Offer

In accordance with IAS/IFRS costs incurred with capital increases must be deducted from the premiums obtained on the issuance of the shares. In the second quarter of 2004 Grupo Media Capital had a capital increase. In compliance with POC, the costs incurred with the Initial Public Offer were recorded as intangible assets. Upon restatement to IFRS these costs were reclassified to equity and accumulated amortisation was reversed.

(g) Reclassification of financial discounts

Certain discounts allowed were reclassified from net finance expenses to a decrease in the amount of the operating profit caption "Services rendered". This reclassification had no effect on net profit.

(h) Reclassification of financial discounts

In accordance with POC the caption "Other current assets" includes program rights and deferred taxes. Upon restatement to IFRS these amounts were reclassified to separate captions.

The effect on the balance sheets as of 1 January 2004 and 31 December 2004 and income statement for the year then ended, of the restatement from POC to IFRS financial statements is a follows:

		1 JANUARY 2004	
ASSETS	POC	RESTATEMENT ADJUSTMENTS	IFRS
NON-CURRENT ASSETS:			
Goodwill	135 098 959	1 402 140	136 501 099
Intangible assets	9 540 713	(5 534 734)	4 005 979
Tangible assets	39 730 519	-	39 730 519
Investments in associates	2 681 630	(1 848 322)	833 308
Transmission rights and TV programs	-	42 896 207	42 896 207
Other non-current assets	8 774 566	1 264 194	10 038 760
Deferred tax assets	-	25 343 487	25 343 487
	195 826 387	63 522 972	259 349 359
CURRENT ASSETS:			
Inventories	645 478	-	645 478
Trade and other receivables	30 883 637	-	30 883 637
Other current assets	81 423 394	(67 819 385)	13 604 009
Cash and cash equivalents	9 055 444	-	9 055 444
	122 007 953	(67 819 385)	54 188 568
TOTAL ASSETS	317 834 340	(4 296 413)	313 537 927
EQUITY AND LIABILITIES			
EQUITY:			
Capital	4 619 956	-	4 619 956
Share premium	55 932 438	-	55 932 438
Supplementary capital contributions	15 572 500	-	15 572 500
Reserves	8 894 334	436 499	9 330 833
Retained earnings	(61 137 650)	-	(61 137 650)
Profit for the year	(43 512 708)	-	(43 512 708)
Equity attributable to equity holders of the parent	(19 631 130)	436 499	(19 194 631)
Equity attributable to minority interest	3 263 469	812	3 264 281
TOTAL EQUITY	(16 367 661)	437 311	(15 930 350)
LIABILITIES:			
NON-CURRENT LIABILITIES:			
Borrowings	174 637 604	(5 473 786)	169 163 818
Provisions	7 815 689	-	7 815 689
Other non-current liabilities	7 926 500	891 313	8 817 813
Derivative financial instruments	-	2 977 589	2 977 589
Deferred tax liabilities	-	1 776 038	1 776 038
	190 379 793	171 154	190 550 947
CURRENT LIABILITIES:			
Borrowings	39 860 063	2 718 369	42 578 432
Trade and other payables	59 149 368	-	59 149 368
Other current liabilities	44 812 777	(7 623 247)	37 189 530
	143 822 208	(4 904 878)	138 917 330
TOTAL LIABILITIES	334 202 001	(4 733 724)	329 468 277
TOTAL EQUITY AND LIABILITIES	317 834 340	(4 296 413)	313 537 927

31 DECEMBER 2004			
ASSETS	POC	RESTATEMENT ADJUSTMENTS	IFRS
NON-CURRENT ASSETS:			
Goodwill	156 893 551	12 018 872	168 912 423
Intangible assets	22 043 845	(11 951 260)	10 092 585
Tangible assets	37 039 619	-	37 039 619
Investments in associates	7 126 425	(1 663 741)	5 462 684
Transmission rights and TV programs	-	47 994 188	47 994 188
Other non-current assets	3 001 113	2 271 340	5 272 453
Deferred tax assets	-	20 718 055	20 718 055
	226 104 553	69 387 454	295 492 007
CURRENT ASSETS:			
Inventories	1 184 002	-	1 184 002
Trade and other receivables	33 405 204	-	33 405 204
Other current assets	76 518 673	(68 714 471)	7 804 202
Cash and cash equivalents	5 328 709	-	5 328 709
Derivative financial instruments	-	24 000	24 000
	116 436 588	(68 690 471)	47 746 117
TOTAL ASSETS	342 541 141	696 983	343 238 124
EQUITY AND LIABILITIES			
EQUITY:			
Capital attributable to shareholders			
Capital	7 448 833	-	7 448 833
Share premium	197 928 606	(10 204 544)	187 724 062
Supplementary capital contributions	8 871 312	436 499	9 307 811
Reserves	(104 627 336)	-	(104 627 336)
Retained earnings	(5 802 323)	15 254 220	9 451 897
Profit for the year	103 819 092	5 486 175	109 305 267
Equity attributable to equity holders of the parent	3 173 286	812	3 174 098
EQUITY ATTRIBUTABLE TO MINORITY INTEREST	106 992 378	5 486 987	112 479 365
LIABILITIES:			
NON-CURRENT LIABILITIES:			
Borrowings	108 896 191	(6 818 536)	102 077 655
Provisions	6 722 787	-	6 722 787
Other non-current liabilities	8 222 415	2 396 063	10 618 478
Derivative financial instruments	-	2 201 330	2 201 330
Deferred tax liabilities	-	2 091 970	2 091 970
	123 841 393	(129 173)	123 712 220
CURRENT LIABILITIES:			
Borrowings	15 754 913	1 462 860	17 217 773
Trade and other payables	60 502 542	-	60 502 542
Other current liabilities	35 449 915	(6 123 691)	29 326 224
	111 707 370	(4 660 831)	107 046 539
TOTAL LIABILITIES	235 548 763	(4 790 004)	230 758 759
TOTAL EQUITY AND LIABILITIES	342 541 141	696 983	343 238 124

31 DECEMBER 2004			
OPERATING REVENUE:	POC	RESTATEMENT ADJUSTMENTS	IFRS
Sales	18 552 380	-	18 552 380
Services rendered	187 750 832	(2 866 134)	184 884 698
Other operating revenue	12 331 760	(3 614 792)	8 716 968
Total operating revenue	218 634 972	(6 480 926)	212 154 046
OPERATING EXPENSES			
Cost of programs broadcast and goods sold	(33 114 254)	3 614 792	(29 499 462)
Supplies and services	(89 496 179)	-	(89 496 179)
Employee benefits	(45 584 103)	-	(45 584 103)
Amortisation and depreciation	(27 023 311)	13 725 127	(13 298 184)
Provisions and impairment losses	(1 522 440)	1 145 056	(377 384)
Other operating expenses	(2 796 573)	(2 904 344)	(5 700 917)
Total operating expenses	(199 536 860)	15 580 631	(183 956 229)
Operating profit	19 098 112	9 099 705	28 197 817
FINANCIAL EXPENSES			
Finance costs net	(15 915 759)	4 300 058	(11 615 701)
Gain and loss on associates	(1 207 002)	982 655	(224 347)
Extraordinary items	(1 609 075)	1 609 075	-
	(18 731 836)	6 891 788	(11 840 048)
Profit before tax	366 276	15 991 493	16 357 769
Income tax expense	(5 736 203)	(737 273)	(6 473 476)
Profit for the year	(5 369 927)	15 254 220	9 884 293
Attributable to:			
Equity holders of the parent	(5 802 323)	15 254 220	9 451 897
Minority interest	432 396	-	432 396
Earnings per share:			
Basic	(0.0714)	0.2028	0.1314
Diluted	(0.0698)	0.1982	0.1284

41. NOTE ADDED FOR TRANSLATION

The accompanying consolidated financial statements are a translation of consolidated financial statements originally issued in Portuguese language, in accordance with IFRS. In the event of discrepancies, the Portuguese language version prevails.

**STATUTORY AUDITORS' REPORT
CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS**
(Translation of a report originally issued in Portuguese – Note 41)

INTRODUCTION

1. In accordance with the applicable legislation we present our Statutory Auditors' Report on the consolidated financial information contained in the Board of Directors' Report and the consolidated financial statements of Grupo Media Capital, SGPS, S.A. ("the Company") for the year ended 31 December 2005, which comprise the consolidated balance sheet that presents a total of 350,396,909 Euros and shareholders' equity of 131,368,897 Euros, including a net profit of 13,013,135 Euros, the consolidated statements of profit and loss by nature, the consolidated statement of cash flows and the consolidated statement of changes in equity for the year then ended and the corresponding notes.

Responsibilities

2. The Company's Board of Directors is responsible for: (i) the preparation of consolidated financial statements that present a true and fair view of the financial position of the companies included in the consolidation, the consolidated results of their operations and their consolidated cash flows; (ii) the preparation of historical financial information in accordance with International Financial Reporting Standards adopted by the European Union and which is complete, true, timely, clear, objective and licit, as required by the Portuguese Securities Market Code; (iii) the adoption of adequate accounting policies and criteria and the maintenance of an appropriate system of internal control and (iv) the disclosure of any significant facts that have influenced the operations of the companies included in the consolidation, their financial position and results of operations.

3. Our responsibility is to audit the financial information contained in the accounting documents referred to above, including verifying that, in all material respects, the information is complete, true, timely, clear, objective and licit, as required by the Portuguese Securities Market Code, and to issue a professional and independent report based on our work.

Scope

4. Our audit was performed in accordance with the Auditing Standards ("Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria") issued by the Portuguese Institute of Statutory Auditors ("Ordem dos Revisores Oficiais de Contas"), which require that the audit be planned and performed with the objective of obtaining reasonable assurance about whether the consolidated financial statements are free of material misstatement. An audit includes verifying, on a sample basis, evidence supporting the amounts and disclosures in the consolidated financial statements and assessing the significant estimates, based on judgments and criteria defined by the Board of Directors, used in their preparation. An audit also includes verifying the consolidation proce-

dures and that the financial statements of the companies included in the consolidation have been appropriately audited, assessing the adequacy of the accounting policies used, their uniform application and their disclosure, taking into consideration the circumstances, verifying the applicability of the going concern concept, verifying the adequacy of the overall presentation of the consolidated financial statements and assessing if, in all material respects, the consolidated financial information is complete, true, timely, clear, objective and licit. An audit also includes verifying that the consolidated financial information included in the consolidated Board of Directors' Report is consistent with the consolidated financial statements. We believe that our audit provides a reasonable basis for expressing our opinion.

Opinion

5. In our opinion, the consolidated financial statements referred to in paragraph 1 above, present fairly in all material respects, the consolidated financial position of Grupo Media Capital, SGPS, S.A. as of 31 December 2005 and the consolidated results of its operations and its consolidated cash flows and the changes in equity for the year then ended, in conformity with International Financial Reporting Standards adopted by the European Union and the financial information contained therein is, in terms of the definitions included in the auditing standards referred to in paragraph 4 above, complete, true, timely, clear, objective and licit.

Emphasis

6. As disclosed in footnote 2 to the accompanying consolidated financial statements, the Company presented for the first time, in 2005, consolidated financial statements prepared according to International Financial Reporting Standards adopted by the European Union (IAS/IFRS). The Company applied the dispositions of IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards, in the transition process from Portuguese Accounting Standards (POC) to IFRS. Accordingly, the transition date for IFRS was 1 January 2004 and the financial information reported to this date and for the year 2004, previously presented according to POC, was restated to IFRS for comparative purposes. In footnote 40, the Company discloses additional information related with the transition process, as required by the International Financial Reporting Standards adopted by the European Union.

Lisbon, 16 February 2006
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Represented by Carlos Pereira Freire

**REPORT AND OPINION
OF THE SOLE STATUTORY AUDITOR**

**CONSOLIDATED
FINANCIAL STATEMENTS**
(TRANSLATION OF A REPORT ORIGINALLY ISSUED
IN PORTUGUESE – NOTE 41)

**To the Shareholders of
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.**

In compliance with current legislation and our statutory auditors responsibilities, we present our Report and Opinion which covers the work performed by us on the consolidated accounts of Grupo Media Capital, SGPS, S.A. ("the Company") for the year ended 31 December 2005, which were prepared and are the responsibility of the Board of Directors.

We accompanied, with the frequency and scope we considered necessary, the evolution of the Company's activities and of the main companies included in the consolidation, the regularity of their accounting records and their compliance with the legal requirements and articles of association in force, having received from the Company's Board of Directors and personnel and from the main companies included in the consolidation the information and explanations requested.

Our work included the audit of the consolidated balance sheet as of 31 December 2005, the consolidated statement of profit and loss by nature, the consolidated statement of cash flows, the consolidated statement on changes in equity and the corresponding notes. In addition, we reviewed the consolidated Directors' Report prepared by the Board of Directors. As a result of our work we issued, as of this date, our Statutory Auditors' Report, which does not include any qualifications and includes an emphasis of matter paragraph, and our Annual Supervisory Report, based on the terms of article 451 of the Portuguese Commercial Company's Act.

Considering the above, in our opinion the above mentioned consolidated financial statements and Consolidated Directors' Report are in accordance with the accounting, legal and articles of association requirements and so can be approved at the Shareholders' General Meeting.

We wish to thank to the Boards of Directors and personnel of the Company and its subsidiaries for all assistance provided to us.

Lisbon, 16 February 2006
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Represented by Carlos Pereira Freire